



memórias de
MAMIRAUÁ

**Edna
Ferreira
Alencar**

memórias de
MAMIRAUÁ

Edna
Ferreira
Alencar

GOVERNO DO BRASIL

Presidente da Republica
Luis Inácio Lula da Silva

Ministro da Ciência e Tecnologia
Sergio Machado Rezende

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ - IDSM - OS

Diretora Geral
Ana Rita Pereira Alves

Diretora Administrativa
Selma Santos de Freitas

Diretora de Manejo de Recursos Naturais e Desenvolvimento Social
Isabel Soares de Sousa

Diretor Técnico Científico
Helder Lima de Queiroz

Direitos de cópias/Copyright 2010
Por/by MCT/IDSM
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS
Estrada do Bexiga, 2584
Fonte Boa
69470-000Tefé, AM
Caixa Postal: 38
www.mamiraua.org.br

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

memórias de
MAMIRAUÁ | Edna
Ferreira
Alencar

Belém
2010

Produção Editorial
Iraneide Silva

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica
Andréa Pinheiro

Fotos
Walda Marques
Edna Alencar

Revisão
Edna Alencar
Iraneide Silva

Ficha Catalográfica

Foto: Wálda Marques





Prefácio

Conhecer as memórias de um grupo é certamente um modo efetivo (e afetivo) de estabelecer uma aproximação. A viagem feita por Edna Alencar a 19 comunidades de Mamirauá em 1993 aproximou os *macaqueiros* recém-chegados (como apelidaram a equipe dos primeiros responsáveis pela implantação da Reserva), aos moradores daquela área destinada a fazer parte da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

Lembranças são sempre seletivas. A memória depende do interesse por guardar, registrar e repassar eventos, tenham sido eles presenciados ou recebidos na forma de relatos. Em um ambiente instável como a várzea do Rio Solimões, onde os lugares são traçados pela vontade e a força desse rio grande, qual pode ser a motivação para repassar para outros um passado que tem, como recorrência, transformações dramáticas na paisagem? Qual é o interesse mesmo em narrar o passado quando o tempo não tem a referência do espaço, mas o toma por companheiro de movimento e alteração?

Como fundamento para uma história, pode-se querer saber de que depende a memória dos moradores de Mamirauá? Não é privilégio desse contexto excepcional, mas uma constatação comum, o fato da formulação de qualquer história e, antes dela, de registros de memórias, não serem operações triviais. A própria dificuldade de guardar o passado, o esforço presente em cada ato de recordar, evidencia a necessidade de haver uma intenção deliberada para motivar o esforço presente na recordação.

Nesta pesquisa, a aproximação alcançada pelo compartilhamento de memórias foi interessada, e o afeto, construído como uma derivação do trabalho mesmo. Esse é

um constrangimento rotineiro do trabalho antropológico. Mas, quando o esforço do trabalho tem a companhia do afeto, a aproximação interessada se torna sincera. Os relatos de lembranças e sua justaposição para compor as histórias de cada lugar foram incentivados por um interesse de pesquisa legítimo, sem dúvida, mas, por isso mesmo exige que se diga qual era a intenção inicial quando se propôs a tarefa de coletar depoimentos dos moradores sobre o passado de suas comunidades.

A então Estação Ecológica Mamirauá estava no começo do que viria a ser um longo processo de implantação. Os relatos de lembranças, como Edna Alencar esclarece em sua introdução, foram provocados por perguntas pré-formuladas feitas aos moradores a respeito do passado de suas localidades. Tratava-se de obter informações que permitiriam entender não só a origem dos grupos, mas principalmente o seu uso do ambiente, a sua territorialidade, sua mobilidade, suas necessidades espaciais, enfim. Em 1993, a presença humana em unidades de conservação era uma ideia muito questionada. A categoria de Reserva Extrativista, contemporânea dessa inovação, já nasceu com essa proposta. Mas a manutenção das populações locais, e não a sua exclusão, em uma unidade de conservação na época classificada como de uso indireto requeria uma argumentação particular. A mudança de classificação ainda não havia sido feita – o modelo contingente da categoria de reserva de desenvolvimento sustentável foi regulamentado anos depois. Era preciso pensar nas condições de compatibilidade entre conservação e presença humana, pensar na possibilidade de fazer o zoneamento de áreas para contemplar diferentes fins e, principalmente, avaliar a ocupação futura da reserva em termos compatíveis com a tendência histórica do crescimento demográfico e do padrão de ocupação territorial de sua população. Em síntese, era preciso conhecer a dinâmica territorial dos moradores. Essa era uma questão básica para o planejamento de uma proposta socioambientalista inédita, sem modelos anteriores para seguir.

As respostas tiveram a destinação política desejada, mas, além dessa problemática precisa, interessava-nos a também saber o que a implantação daquela unidade de conservação significaria para a vida da população local. As narrativas coletadas por Edna Alencar mostram claramente o dilema que as comunidades viviam. Inteiramente dependentes do suprimento de recursos naturais para sua sobrevivência, enfrentavam uma situação de redução drástica de estoques (de peixe especialmente), causada sobretudo pela ação de exploradores de fora que

operavam novas tecnologias em escalas insustentáveis de exploração. As perguntas sobre seu passado invariavelmente os levavam a fazer comparações com o seu presente, como é de se esperar. Em 1993, o passado era lembrado como um tempo de fartura, de abundância, e o presente, por contraste, tinha a marca da escassez. Para corrigir isso, aderiram ao projeto socioambiental e apostaram no que este poderia lhes oferecer. A resposta viria depois. Passados 15 anos da data desta pesquisa, é possível dizer que a RDS Mamirauá não só assegurou o abastecimento de pesca ao longo desse período, como oferece hoje a segurança de um futuro sustentável. Em uma pesquisa de opinião realizada em 2006, Edila Moura obteve de uma amostra representativa de moradores de Mamirauá uma avaliação positiva sobre a criação da Reserva. Os depoimentos de 1993, aqui registrados, marcam essa inflexão no futuro dos moradores. O passado narrado aqui parece mais antigo do que foi, porque o presente que tinha por contraponto felizmente não se prolongou. O futuro alcançado foi outro.

Também foi sorte as narrativas oferecerem mais do que se esperava da pesquisa. Se a memória é coletiva, como ensina Halbwachs, então o coletivo deve se expressar nas suas memórias – pode ser possível ler, nas narrativas, o que as memórias dizem sobre o coletivo de seus enunciadorees. No entanto, na época da pesquisa, Mamirauá ainda não apresentava um coletivo próprio. Estava apenas começando a se formar. A constituição de uma fronteira de legitimação social do decreto de criação da unidade de conservação exigiu um trabalho longo de envolvimento da população, pois não era intenção criar fronteiras guardadas por restrições, mas por adesão.

Durante a primeira fase de implantação de Mamirauá, as ações foram limitadas à mesma área abordada por Edna Alencar em sua pesquisa. As 19 comunidades cujas histórias são narradas neste livro fazem parte do que recebeu o nome de *área focal*. Atualmente, as fronteiras territoriais dessa área são reconhecidas regionalmente e para isso concorreram as assembleias anuais de moradores, as ações de extensão localizadas e o zoneamento e as normas de uso dos recursos definidos com base na integração demorada de pesquisas científicas e consultas a moradores e usuários. Antes disso, o que havia eram 19 territórios comunitários mais ou menos interligados, construídos por processos históricos próprios e é isso que estas narrativas ajudam a desvendar.

Estas memórias, pacientemente coletadas e editadas, apresentam comunidades delineadas por redes de parentesco, sem fronteiras muito demarcadas. Os lugares cujas histórias são narradas, são lugares de pequenas parentelas, marcadas pela mesma instabilidade do ambiente a que se sujeitam. Sobreposta à sua história, dividida por eles próprios em marcações de *tempos* – o tempo do patrão, tempos de secas e cheias excepcionais, o tempo do MEB –, está a história de Mamirauá, o tempo da Reserva, que este livro ajuda a contar.

Deborah Lima

UFMG

Agradecimentos

Este livro apresenta vários relatos dos moradores da Reserva Mamirauá os quais se dispuseram a buscar em suas memórias as lembranças de fatos e eventos do passado que compõem a história dos vários povoados que conheceram, seja como moradores ou como visitantes eventuais. Portanto, eu os considero como coautores, na medida em que meu papel consistiu basicamente em organizar os fragmentos de suas memórias com o objetivo de construir um relato cronológico da história dos povoados e também do próprio ambiente que serve de cenário aos relatos.

Ao apresentar este texto quero agradecer a todos os moradores dos povoados da área focal da Reserva Mamirauá, que me receberam em suas casas, que tiveram paciência e disposição para responder às inúmeras perguntas que lhes foram dirigidas. São os fragmentos de suas memórias, recolhidas cuidadosamente ao longo dos quase quatro meses de duração da pesquisa, que possibilitaram a construção desse texto. Seus nomes estão destacados no início dos históricos dos povoados, juntamente com o nome de outros narradores que contribuía com suas memórias para a escrita dessas histórias. Também quero agradecer aos moradores de alguns povoados localizados na Reserva Amanã, cujas lembranças contribuíram para a narrativa da história de alguns povoados da Reserva Mamirauá. Dentre eles, cito: Duca Mendonça (de Santa Maria do Cururu), Alice Seabra (da Betânia), Joaquim Andrade (da Betânia), Leovaldo Seabra (do Manacabi), dentre outros.

Alguns narradores merecem uma menção especial porque não mais se encontram entre nós, mas cuja voz do passado está tendo continuidade no presente através de suas narrativas: o Sr. Alfredo Carvalho, da Vila Alencar, que falou sobre a chegada de sua família ao médio Solimões e sobre os primeiros moradores de

Boca de Mamirauá e Vila Alencar; o Sr. Mário Cavalcante, de Tefé, possuidor de uma memória fantástica que muito ajudou a compor o relato histórico de quase todos os povoados que estão aqui contemplados. Sua capacidade de lembrar de eventos que até mesmo os moradores dos povoados desconheciam, ou suas memórias não conseguiram alcançar, foi fundamental para montar o mosaico de memórias sobre a história dos povoados. A Dona Quincas (Firmina) do Jarauá, detentora de muitas lembranças do povoado Portugal, Prainha e Jarauá que ajudaram a entender o processo de mobilidade e os fatores de dispersão de grupos domésticos na área do Japuá. Infelizmente, quando retornei à área para coletar novas informações, não a encontrei mais. O Sr. Esmerando França, de Nova Colômbia, também conhecido como Pelezinho, foi um excelente narrador sobre a história das famílias que formaram a Nova Colômbia. Seu trabalho como regatão lhe permitiu conhecer muitos povoados da área do Japurá. O Sr. Firmino Alfaia, do Sítio Maguari, que me falou da história do povoado Araçá onde seus pais moraram e onde ele nasceu. Enquanto narrava a história de Araçá ele também falava sobre o Tapiu e sobre a formação do povoado Maguari e Pentecostal. Infelizmente, em novembro de 2001, ele faleceu. A Dona Luzia, da Boca do Mamirauá, que me recebeu em sua casa e me contou como as coisas aconteciam no tempo dos antigos. Aos finais de tarde, sentadas em frente a sua casa, em meio às jacintas que vojavam em busca dos primeiros carapanãs que já anunciavam a noite, ela me contava sobre a história e a vida dos antigos moradores de Boca do Mamirauá. Sua versão sobre o significado do nome Mamirauá me foi narrada em um desses momentos. No início de 2002 ela faleceu. O Sr. Antonio Macário, de São João, que em fevereiro de 2001 partiu de modo tão repentino, me falou sobre as mudanças que ocorreram na área do paraná do São João, ajudando-me a entender melhor como as pessoas se situam numa paisagem dinâmica. O Sr. Antonio Bezerra, do Jarauá; o Sr. José Medeiros, do Mirafior, com uma trajetória de vida marcada por sucessivas mudanças de lugares, sempre expulso pela dinâmica ambiental, ora pela terra caída, ora pelas praias que se transformavam em ilhas e o deixavam isolado do rio. Até o momento final de sua vida ele ainda estava mudando sua casa de lugar, numa teima que finalmente encontrou um ponto final. Sua memória fantástica, cheia de nuances e detalhes, me ajudou a conhecer a história de muitos povoados que existiram ao longo do Médio Solimões.

Um agradecimento especial é dirigido à equipe de pesquisadores e funcionários do então Projeto Mamirauá, hoje Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, cujo apoio foi imprescindível para a realização da pesquisa. Inicialmente quero agradecer ao Dr. Márcio Ayres (*in memoriam*) que, em 1997, através de Edila Moura, demonstrou interesse em publicar a monografia com a história das localidades da Reserva Mamirauá. Nessa ocasião, iniciei a revisão que foi concluída em 2000, mas somente em 2010 houve condições de publicá-la. A Edila Moura, que mesmo à distância, sempre esteve disposta a me apoiar neste projeto, me estimulando a fazer a revisão das histórias, contratando a fotógrafa Walda Marques para fazer as fotografias para compor o livro e, por último, buscando os recursos financeiros necessários para que o livro fosse publicado. A Ana Rita Alves, diretora do Instituto Mamirauá, que abraçou o projeto de publicação deste livro, sabedora da importância que ele tem para a preservação da memória não apenas dos povoados da Reserva Mamirauá, como da história do próprio Instituto Mamirauá.

Outros membros do Projeto Mamirauá também me apoiaram de várias maneiras. Num primeiro momento, quando realizei a pesquisa sobre a história de ocupação humana da área da Reserva Mamirauá em 1993 contei com o apoio de Marise Reis, Hélder Queiroz, Afonso Carvalho, Antonio Bezerra, Beth Gama, Mário Cavalcante (então membro da tripulação do Ajuri). Também contei com a ajuda de outros membros do Projeto Mamirauá: Ana Albernaz, Miriam Marmontel, Lafayette, Divino, Andréa Pires, dentre outros. Esse apoio foi essencial para minha entrada nos vários povoados para realizar a pesquisa de campo.

Num segundo momento, quando retornei a Tefé, em setembro de 2000, para realizar a pesquisa do meu projeto de tese de doutorado, novamente o apoio da equipe de pesquisadores e de extensionistas do Instituto Mamirauá foi fundamental para a realização da pesquisa. Dentre eles destaco novamente a Marise Reis, sempre solícita e preocupada com meu conforto em campo e em me manter atualizada com as mudanças que ocorreram nos povoados, e no Instituto Mamirauá, partilhando impressões sobre o modo de vida dos moradores da Reserva; a Marília Souza, que num primeiro momento transcreveu as fitas com as narrativas coletadas em 1993, que contêm fragmentos da história dos povoados, e num segundo momento me deu sua amizade e seu apoio, importantes para a realização da minha pesquisa de campo; a César Modesto, pela amizade e por viabilizar o apoio logístico necessário

para a realização da pesquisa de campo; ao Divino e Ronnei, do Setor de Comunicação, que facilitaram minha comunicação com os moradores da Reserva; a Oscarina e o Nei, que me apoiaram na viagem ao São João e Marirana; o Raimundo Marinho e a Rute que me acompanharam na viagem ao Setor Liberdade; a Isabel Souza, que em vários momentos me hospedou em sua casa, me deu todo apoio que necessitei e discuti comigo algumas dúvidas surgidas ao longo da pesquisa de campo; ao Marcos, da comunicação, e a Maria Mercês, pela ajuda na localização das fotos dos comunitários que ilustram este livro e que fazem parte da memória sobre a “pré-história” do Instituto Mamirauá; ao Paulo Roberto, por ter guardado com tanto zelo essas fotos; aos barqueiros que me ajudaram no deslocamento até a Reserva: Otávio, Bento, Pantoja, Negão e Antonio, dentre outros; ao seu Carlos pelo apoio logístico do flutuante base.

Quero agradecer especialmente a Deborah Lima pelo convite para realizar a pesquisa sobre a história da ocupação humana da então Estação Ecológica Mamirauá, hoje Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Este trabalho me permitiu ter acesso ao mundo fascinante da várzea do Médio Solimões que ela já havia descoberto alguns anos antes. Ao final da pesquisa, ao constatar a riqueza do material histórico que tínhamos em mãos, ela me incentivou a organizar os fragmentos de memórias dos moradores sob a forma de um relato histórico, que deu origem a uma monografia, e que agora aparece sob a forma de um livro. Por tudo isso, eu a considero como uma parceira neste trabalho, como em outras publicações.

Por último, quero agradecer ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, e a todas as instituições que tornaram possível a realização das atividades de pesquisa de campo que iniciaram com o Projeto Mamirauá, que tinha sua atuação definida pelo convênio CNPq-PTU/Brasília, e SEMACT-AM, hoje IPAAM, e contou com apoio financeiro das seguintes instituições: WCS-NYZS, WWF e ODA, hoje DFID; da UFPA, do MPEG de Belém, do INPA de Manaus, dentre outras instituições.

Sumário

Apresentação

Prefácio

Agradecimentos

Introdução	23
O cenário	28
A construção dos textos com a história dos povoados	33
De que falam essas memórias?	36
A coleta de informações	39
Estrutura do livro	41
CAPÍTULO I - Rio Solimões	45
1. Vila Alencar	51
2. Fortaleza de São José	62
3. São Benedito do Cauaçu	67
4. São Francisco do Mirafior	77
5. São Francisco do Aiucá	92
6. Porto Braga	101
7. Porto Nazaré	114
8. Sítio Vila Santa	118
9. São João	128
10. Barroso	153
Povoados Extintos I	163
1. Cantagalo	165
2. Jauató	169
3. Cauaçu de Baixo	173
4. África e São Francisco do Canindé	177

CAPÍTULO II - Rio Aranapú	183
1. Bate-Papo	187
2. Maguari	190
3. Pentecostal	197
Povoados Extintos II	201
1. Araçá	203
2. Tapiú	206
CAPÍTULO III - Rio Japurá	209
1. São Raimundo do Jarauá	214
2. Nova Colômbia	226
3. Santa Luzia da Liberdade	234
4. Vila São José	238
5. Boca do Mamirauá	243
6. São José	253
Povoados Extintos III	257
1. Prainha	260
2. Pirarara	262
3. Tucuxi	265
4. Vila Armando Pina	271
5. Portugal	276
6. Boca do Maiana	279
7. Sítio do Promessa	281
Referências	289

Foto: Walda Marques



Introdução

Este livro trata da história de 19 povoados que estão localizados na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá¹, região do Médio Solimões, e também da história de alguns povoados antigos que existiram nessa mesma região. É uma história que não se baseia em registros escritos, mas nos relatos orais de moradores e de ex-moradores desses povoados, de pessoas que migraram para a área urbana, e pessoas que residem em outros povoados que estão fora da Reserva Mamirauá. Através dos fragmentos de suas memórias, daquilo que constitui uma fatia de suas vidas, conseguimos tecer a trama de uma história (VEYNE, 1998) que fala da trajetória de famílias, e de indivíduos, que ao longo de suas vidas realizaram uma mobilidade geográfica constante, premidas pelas mudanças que ocorriam na paisagem física e também no contexto social e econômico. Muitas vezes carregavam na bagagem não apenas seus bens materiais mais tangíveis, como roupas e utensílios domésticos, como também suas casas e seus sonhos.

As informações sobre a história dos povoados que compõem este texto não resultam de uma pesquisa realizada com o objetivo de construir uma história densa, com a investigação aprofundada dos fatos mencionados pelos narradores, pois são informações obtidas em pesquisa realizada com o objetivo de conhecer aspectos do processo de ocupação humana da RDSM. Ao analisarmos o conteúdo das entrevistas realizadas durante a pesquisa percebemos que elas falavam de fatos históricos, de

¹ Trata-se de povoados que estão localizados na área focal da RDSM, onde estavam sendo realizadas as atividades do Projeto Mamirauá, visando a implantação da Estação Ecológica Mamirauá (AYRES; MOURA; LIMA-AYRES, 1994; Plano de Manejo SCM/CNPq/MCT, 1996; MOURA; REIS, 1997). A área possui 2.000 km² e está circundada pelos rios Solimões, Japurá e pelo paraná do Aranapú.

eventos sociais e ambientais, de detalhes sobre o modo de vida dos moradores que habitavam os povoados que os entrevistados haviam conhecido. Nesse sentido, a história que aqui apresentamos se compõe de fragmentos de memórias de um momento do passado, de um vislumbre de uma história densa que foi possível conhecer através das narrativas dos moradores, pois nosso objetivo inicial era conhecer um processo e não os detalhes da história dos povoados dessa região.

O conjunto dessas memórias permite conhecer aspectos da história da região do Médio Solimões, e parte da história do processo de ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Também permite conhecer um momento da história social, econômica e também ambiental da região do Médio Solimões; conhecer a história dos povoados e a trajetória de vida dos moradores mais antigos e prováveis fundadores desses povoados. São memórias que conservam a lembrança de um modo de vida que existiu no passado, das estratégias econômicas utilizadas pelas famílias para garantir sua sobrevivência; dos eventos que marcaram a vida dos grupos sociais que formam os povoados.

Ao organizar esses fragmentos de memórias na forma de um relato histórico estamos apontando caminhos para que outros pesquisadores possam se debruçar sobre este tema e, quem sabe, mergulhar mais profundamente nas águas turvas dessa memória que está desaparecendo. Sempre que um morador mais antigo morre, ou sempre que alguém migra para a área urbana é uma parte dessa história que se perde, porque se deixa de narrar as experiências do passado para as gerações do presente, e do futuro.

As personagens das histórias que aqui apresentamos são famílias que descendem de grupos indígenas que viviam na região do Médio Solimões, famílias que migraram das regiões de antigos seringais situadas no Vale do Juruá, no Alto Solimões, em terras acessíveis através de alguns afluentes dos rios Japurá, Purus e Jutai²; e famílias de origem nordestina (Ceará, Paraíba, Maranhão, Piauí etc.) que foram recrutadas em suas cidades e levadas para trabalhar na extração da borracha nos seringais da Amazônia. No momento mais produtivo da indústria da seringa, entre os anos de 1850 do século XIX e anos 20 e 40 do século XX, milhares de nordestinos afetados

² Oliveira Neves (1996); Cunha e Almeida (2002).

pela instabilidade econômica provocada pelas secas que atingiram a região nordeste nos anos de 1877, 1879 e 1904 foram incentivados a migrarem para a Amazônia. Muitos foram seduzidos por notícias de fartura e de riquezas³ e levados até as cidades de Belém e Manaus, sede das companhias que controlavam o processo extrativista da indústria da seringa, de onde eram encaminhados para os seringais situados nas cabeceiras dos rios Madeira, Juruá, Purus e Japurá, onde estavam concentrados os seringais mais produtivos. Muitos se localizaram na região do Vale do Juruá, que abrange os atuais estados do Amazonas e do Acre. Indiretamente, esses imigrantes acabaram contribuindo para realizar o processo de ocupação dos amplos territórios já ocupados pela população ameríndia, causando o seu despovoamento com a destruição de suas aldeias. Com a falência do sistema de comércio centrado na exploração da borracha, que ocorreu de forma mais acentuada a partir da segunda década do século XX, vários desses imigrantes e seus descendentes começaram a descer os rios, realizando um movimento inverso ao realizado no passado. Tinha início assim o processo de ocupação das áreas de terra firme do Médio Solimões e do Baixo Japurá para a exploração da castanha e da seringa, e ocupação da várzea para a exploração da pesca, para o cultivo de roças de mandioca e para a criação de gado⁴.

Os relatos sobre a chegada dessas famílias à região do Médio Solimões, sobre o processo de ocupação das várzeas da atual Reserva Mamirauá e a adaptação ao novo ambiente permitem compor um quadro do processo de ocupação humana dessa região⁵. No entanto, trata-se de um relato cheio de lacunas, no que se refere à lembrança e encadeamento dos fatos e eventos, como toda história factual de perspectiva cronológica que se baseia apenas na memória social. Para obter as informações sobre esse processo tivemos que partir da história de formação dos povoados para, através das narrativas dos moradores, conhecermos a história da formação dos grupos sociais que lhes deram origem. Somente assim foi possível preencher algumas lacunas e ter acesso a uma parte da história e da trajetória das famílias; conhecer algumas características do processo de povoamento da região;

³ Santos (1980); Oliveira (1984); Ribeiro (1990); Weinstein (1993); Silva (2000).

⁴ Lima e Alencar (2000 e 2001); Alencar (2007).

⁵ Para mais informações sobre a história da ocupação da região do Médio Solimões no período colonial e século XIX, ver Faulhaber (1987; 1998) e Lima-Ayres 1992.

conhecer alguns aspectos do processo de ocupação desse espaço pelas gerações passadas ao transformá-lo em um lugar (ALENCAR, 2002), além de conhecer as transformações que ocorreram na paisagem.

Considerando as características ambientais da região, marcada por transformações radicais na paisagem, o trabalho de narrar o passado exigiu dos moradores um exercício de reminiscência que foi marcado pelo esforço de ancorar suas memórias em toponímias estáveis. Como a paisagem do presente muitas vezes já não correspondia à paisagem do passado que estava sendo descrita, precisar a localização dos eventos passados foi um exercício simbólico de grande complexidade. Assim, para falar das ações dos antepassados e localizar espacialmente os eventos, os narradores recorriam a uma paisagem que existia apenas em sua memória, que é o principal registro da experiência de quem vivenciou os fatos. Com essa estratégica narrativa eles conseguiam mapear as ações dos antepassados e situar o ouvinte numa paisagem do passado, numa tentativa de presentificar o espaço no tempo (ALENCAR, 2002; 2007), dando-lhe a oportunidade de entender as mudanças que ajudaram a configurar a paisagem do presente. Sabemos que o ato de ouvir e reproduzir narrativas sobre eventos que ocorreram no passado e sobre as ações das gerações passadas sobre a paisagem ajuda a reforçar os vínculos das pessoas com um lugar. Mas quando elas não encontram na paisagem do presente uma moldura para os eventos narrados, perdem-se os elementos de reforço da memória do grupo.

O trabalho de tecer as tramas da história de cada povoado exigiu paciência e dedicação porque os depositários da memória dessa história encontravam-se dispersos pelos vários povoados localizados ao longo das margens dos rios e paranás que emolduram o cenário deste relato histórico. A principal dificuldade consistiu em juntar os fragmentos de memória que eram conservados tanto por moradores que residiam nos povoados no momento da pesquisa, quanto por ex-moradores que haviam mudado de povoado ou migrado para as áreas urbanas, para as cidades de Alvarães, Tefé, Uariní, Maraã e Manaus, que são as cidades mais citadas pelos narradores. Assim, somente após percorrermos todos os povoados é que conseguimos juntar um conjunto de fragmentos de memórias que permitiu construir este relato com a história dos povoados. Já as lembranças sobre a história de alguns povoados que existiram no passado (ALENCAR, 1994; LIMA; ALENCAR, 2000) são conservadas apenas na memória de pessoas que se encontram nas cidades de Uariní, Tefé, Alvarães,

Maraã, Fonte Boa etc. Muitas dessas lembranças não são compartilhadas com os atuais moradores da região. Portanto, a migração dos moradores mais velhos para a área urbana surge como uma ameaça à conservação dessas memórias, pois não estão sendo transmitidas às gerações mais jovens.

O texto aqui apresentado procura dar voz a diferentes narradores que, em muitos casos, sequer se conheciam. E, apesar de não terem sido contemporâneos na ocupação de um mesmo espaço, residindo no mesmo povoado no mesmo momento, haviam conhecido os moradores desses povoados em algum momento no tempo. Ao juntar suas diferentes memórias, que falam de fatos ocorridos em um mesmo povoado no qual haviam morado, ou apenas conhecido, suas lembranças se complementam. Essa estratégia de juntar os fragmentos dessas memórias também permitiu que os narradores entrassem em contradição ao apresentarem versões distintas sobre um mesmo conjunto de fatos que constituem a história de um povoado. Observou-se, portanto, que cada pessoa conserva do passado a memória de eventos particulares ocorridos em tempos particulares que são mais significativos para sua vida no momento presente, e que remetem a um momento importante do desenvolvimento do seu grupo social. Por esse motivo, nem sempre os eventos lembrados por uma pessoa coincidiram com os eventos lembrados por outras. Essa variedade de lembranças contribuiu para enriquecer a narrativa na medida em que procuramos fazer com que os narradores dialogassem entre si, cada qual acrescentando novas informações ao lembrado ou reforçando as já existentes.

Outro aspecto interessante que deve ser ressaltado é que muitos narradores, pelo fato de terem morado ou trabalhado em outras regiões, como o Vale do Juruá ou alto Purus e Japurá, conservavam a memória de eventos do passado que estavam relacionados a essas regiões. Isso permitiu elaborar uma perspectiva mais abrangente do processo de ocupação humana dessa região do Médio Solimões, e compreender os processos de mobilidade de indivíduos e de famílias dentro de um território mais amplo.

O período de tempo abrangido por este relato histórico é de cerca de cem anos, e a análise do material coletado na pesquisa mostrou que o tempo de existência da maioria dos povoados era de cinquenta anos, em média (LIMA; ALENCAR, 2000). Inicialmente, esta informação nos causou surpresa ao considerarmos a antiguidade do processo de ocupação da várzea amazônica. Mas, à medida que obtínhamos

mais informações sobre as características do ambiente e sobre a história econômica que caracterizou a ocupação dessa região, foi possível entender porque esses povoados eram relativamente novos. Um dos motivos está relacionado à dinâmica ambiental que provoca a mobilidade frequente das famílias, obrigando-as a uma mobilidade geográfica constante, que leva à extinção dos povoados. Este fenômeno teve grande influência no processo de ocupação humana dessa região e também no modo como ocorre o processo de conservação da memória de certos eventos, ou o seu esquecimento. Por causa desta mobilidade e das mudanças na paisagem, torna-se difícil a conservação da memória dos eventos do passado, principalmente numa situação de dispersão dos grupos sociais.

Antes de apresentar o histórico dos povoados que formam a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, convém fazer uma breve descrição do contexto geográfico que serve de cenário para os eventos e fatos que serão narrados pelos moradores das comunidades. Também teceremos algumas considerações sobre as estratégias metodológicas utilizadas para obter as informações, que se basearam principalmente nos métodos da pesquisa em história oral e da pesquisa antropológica. Uma análise do material coletado nos permitiu elaborar algumas reflexões em torno dos mecanismos que constituem o processo de construção e conservação da memória social, e também dos processos de esquecimento do passado, cuja discussão pode ser encontrada em artigos de nossa autoria⁶.

O cenário

A área focal da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá está situada entre os rios Solimões, Japurá e o Paraná do Aranapú, que é um curso de água que liga o Médio Solimões ao Baixo Japurá. A região do Médio Rio Solimões é formada por florestas inundadas onde predomina o ecossistema de várzea⁷ com grande concentração de

⁶ Lima e Alencar (2000; 2001); Alencar (2002; 2007; 2008).

⁷ As várzeas compreendem as terras situadas às margens dos rios de águas brancas e sofrem inundação no período do inverno quando ocorrem as cheias dos rios. As várzeas ocupam cerca de 1,5 % de toda a planície amazônica e se estendem numa área de 65 mil km² em território brasileiro.

biodiversidade. A alagação sazonal anual provocada pela variação no nível da água dos rios oscila ao longo do ano entre 8 m na estação seca, e 15 m na estação das chuvas (SCM/CNPq, 1996, p. 13; AYRES, 1996). No verão, o volume das águas atinge o nível mais baixo, tornando visível extensas praias situadas ao longo das margens dos rios e os altos barrancos onde geralmente estão localizados os povoados com as casas e as roças dos moradores. No inverno, que corresponde ao período em que as chuvas ocorrem com mais intensidade, o nível das águas atinge o volume máximo e cobre as áreas de terras mais baixas, ampliando assim o leito dos rios.

Esta variação no nível das águas, além de imprimir um ritmo de vida à população local, também provoca transformações na paisagem, que são identificadas por dois fenômenos opostos. De um lado há a formação de praias, e de outro lado está o fenômeno da terra caída (BATES, 1989; ALENCAR, 2002; CUNHA, 2003), que é o desmoronamento de grandes extensões de terras situadas às margens do rio. Diante do processo de transformação da paisagem e do contínuo deslocamento das famílias, estes fenômenos ambientais estão associados à existência de um padrão de ocupação humana que se caracteriza pela baixa densidade populacional (LIMA; ALENCAR, 2000).

O processo de formação de praias e de ilhas ocorre quando as dunas de areia movimentadas pelas fortes correntezas dos rios se fixam em algum lugar e começam a ser colonizadas por vegetação típica da várzea (SCM/CNPq, 1996, p. 13; AYRES, 1996), favorecendo, posteriormente, a fixação de uma vegetação mais densa formada por árvores de grande porte, dando origem às ilhas. Ao longo dos anos, a deposição de sedimentos durante as cheias elevará o nível do solo, dando condições para que a população use as terras mais altas dessas ilhas para o cultivo de roças, para a criação de animais e para fixar residência.

O processo de destruição dos terrenos da várzea pelas fortes correntezas ocorre nos momentos de subida e de descida das águas gerando o fenômeno conhecido como terra caída, que derruba árvores de grande porte, casas, e destrói as plantas frutíferas cultivadas pelos moradores dos povoados⁸. As transformações podem

⁸ Às vezes a terra caída destrói ilhas inteiras ou as margens dos rios, formando novas unidades de paisagem como as enseadas e as ressacas, alterando irreversivelmente a configuração da paisagem e dificultando a ocupação humana.





ser perceptíveis de um ano a outro, porém há situações em que a terra caída pode destruir um povoado inteiro no curto espaço de tempo de algumas horas, como veremos nos relatos da história de alguns povoados. Quando ocorrem situações como essas, os moradores nem sempre conseguem salvar os pertences que se encontram dentro das casas, ou de colher a produção das roças (ALENCAR, 1994; 2002). Mas, quando a caída de terra ocorre de forma gradativa, as famílias conseguem desmanchar as casas e reconstruí-las em outro local, onde calculam que não será atingido pela terra caída. Mas, esse cálculo nem sempre é acertado, pois há um alto grau de imprevisibilidade em relação à amplitude das alagações sazonais, momento em que ocorrem os desmoronamentos de terra.

A dinâmica ambiental é um dos principais fatores que influenciam no modo de vida das populações que habitam as áreas de várzea da Amazônia, o qual pode ser caracterizado pela frequente mobilidade⁹ das famílias e dos povoados; pela maneira como ocupam o espaço, como realizam as atividades de subsistência e, principalmente, pela sua concepção de mundo e pelo imaginário que constroem (ALENCAR, 2002; 2008). Ao longo de várias gerações os habitantes da várzea conseguiram acumular um conhecimento sobre o ambiente, que pode ser constatado nas várias estratégias que utilizam para permanecerem neste tipo de ambiente e se reproduzirem socialmente. Dentre essas estratégias, podemos mencionar a adequação do calendário agrícola e a manipulação de certas culturas como a da mandioca; o tipo de arquitetura utilizada na construção das casas e a maneira como articulam as relações sociais de parentesco. Para lidar com a dinâmica ambiental, elas elaboram um sistema de crenças e de representações que fazem parte do seu imaginário, que fornecem as explicações para alguns fenômenos que observam, tais como a terra caída, como sendo o resultado da ação de certas entidades míticas como a Cobra Grande, que teria sua morada nos lugares onde ocorre a terra caída (ALENCAR, 2002; ALENCAR, 2008).

⁹ O termo mobilidade é usado para referir ao processo constante de deslocamento espacial das casas dentro de um espaço geográfico específico, quando as pessoas mudam o local de moradia, mas permanecem no mesmo território, cujas fronteiras são constantemente alteradas.

A construção dos textos com a história dos povoados

A história dos povoados foi escrita com o auxílio dos moradores que deram seus depoimentos e depois corrigiram uma primeira versão do texto. Portanto, este é um trabalho onde diversas vozes foram organizadas de modo a construir um texto com uma narrativa coerente e fluida, onde se procura situar espacial e temporalmente os eventos narrados, mesmo que a paisagem do presente não corresponda à paisagem do passado. Ressaltamos que não é um texto que tem a pretensão deliberada de se apresentar como sendo de autoria plural, como fala Clifford (1998), ou seja, um texto “que atribui aos colaboradores não apenas o status de enunciadores independentes, mas de escritores” (CLIFFORD, 1998, p. 55). Neste texto, que não deixa de ser também uma escrita etnográfica, apesar de dar voz aos diferentes narradores, o resultado final ainda é um texto editado segundo os critérios de quem organiza as falas de modo a construir uma sequência cronológica de apresentação dos eventos históricos. Ou seja, para dar significado ao material etnográfico, utilizamos um tipo de recorte que remete a nossa historicidade e não à historicidade dos narradores, como fica claro na maneira de como eles recordam ou esquecem os eventos que formam a história dos povoados.

A fragmentação das memórias, os esquecimentos e as lacunas são explicados quando tomamos conhecimento da mobilidade frequente das pessoas, o que impede a socialização das lembranças e o reforço da memória, principalmente no que se refere aos eventos sociais e históricos que constituem a vida dos povoados. Por esse motivo, muitos narradores não conseguiram sequer lembrar de eventos biográficos de membros de seu grupo de parentesco, tais como o local de origem e até de nomes e sobrenomes dos mesmos. Nestes casos, a estratégia metodológica utilizada consistiu em reunir as pessoas que vivenciaram os mesmos eventos ou que foram contemporâneas, para provocar um diálogo entre elas, contribuindo, assim, para estimular as lembranças e a despertar os silêncios da memória. Nesse sentido, partilho com a visão de Halbwachs (1980), que considera a memória social como um processo coletivo, onde o grupo social tem um papel importante no processo de reforçar as lembranças e de estimular sua emergência. Considerando-se que nem tudo o que é vivido é lembrado, o ato de reunir um grupo de pessoas para que elas falassem

sobre a história de um povoado foi uma estratégia importante porque fez aflorar a lembrança de eventos e fatos passados. Com isso, aqueles narradores que em algum momento de suas trajetórias de vida compartilharam de um mesmo convívio, seja nas festas ou nos trabalhos das feitorias, puderam partilhar as lembranças de alguns eventos e reforçar a memória social do grupo. Ao mesmo tempo, eles contribuíram para reforçar uma identidade associada ao lugar (ALENCAR, 2002; 2007).

O debate em torno da memória social mostra divergências quando se trata de explicar o processo de lembrar, de conservar a lembrança ou de esquecer os fatos passados. Para Halbwachs (1980), o passado não é conservado intacto em nossa mente, pois dependemos do grupo social para despertar as lembranças. Por isso, a memória social é um processo coletivo, onde o grupo social desempenha um importante papel no processo de lembrar e de conservar a memória. Nas situações em que há a dispersão do grupo social e a falta de comunicação entre as gerações, torna-se difícil a socialização das lembranças e a fixação da memória, uma vez que há uma descontinuidade dos acontecimentos. No processo de lembrar, as pessoas tendem a selecionar um conjunto de memórias a partir de sua experiência do presente, e isso torna o trabalho da memória uma "reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente" (HALBWACHS, 1980, p. 71). Numa posição contrária à de Halbwachs há os que afirmam que o passado é mantido intacto no inconsciente e atualizado de modo integral no presente de forma consciente (BÉRGSON, 1959 apud BOSI, 1994, p. 54). Nessa perspectiva, não se associam os sujeitos que lembram à memória do grupo, ou à relação entre eles. A memória é um processo individual que independe do grupo, da existência de pessoas que tenham vivenciado os mesmos eventos, e que possam despertar os silêncios da memória.

Nas narrativas o ambiente surge como um fator que dificulta a identificação no espaço e no tempo, dos caminhos e dos monumentos antigos que seriam as evidências materiais do passado, as referências materiais do lugar que foi construído pelos antepassados, e que ajudam a construir os quadros sociais da memória sobre os eventos narrados. Assim, para conhecer a história do grupo social e dos lugares recorreremos à memória de algumas pessoas que conservam fragmentos dessa história, e que nem sempre conseguiram ancorar esta memória na paisagem do presente, devido às mudanças físicas que ocorreram na paisagem. Por isso mesmo elas recorriam a uma paisagem do passado que foi preservada em suas mentes e que pode ser

considerada como uma paisagem da memória (ALENCAR, 2002; 2007). Ao falar do passado, as pessoas buscaram ancorar suas memórias em certos elementos da paisagem do presente: um rio, uma ilha ou uma árvore, mas nem sempre esta paisagem corresponde à paisagem do passado. Pelo fato de terem conhecido como era antes, elas “podem também deter sua atenção sobre esses traços antigos que lhes dão acesso a um outro tempo e a um outro passado” (HALBWACHS, 1990, p. 127).

Portanto, na várzea do Médio Solimões os marcos que poderiam servir como elementos de reforço da memória e como ancoragem das lembranças da história dos povoados não são fixos, pois alguns povoados desapareceram e os indivíduos que se tornaram depositários das lembranças da história destes lugares migraram ou faleceram. Alguns residem em outros povoados e não partilham mais as lembranças da história dos povoados desaparecidos com outros moradores. E, quando os narradores se esforçam para recompor a paisagem do passado, eles estão tentando dar credibilidade ao que está sendo narrado, uma vez que na paisagem do presente não se encontram as evidências por eles apontadas. Nesse sentido, o esforço dos narradores é conduzir suas lembranças a um passado para encontrar um lugar que se transformou e fazer com que os moradores de hoje vislumbrem na paisagem do presente a paisagem que existiu no passado.

O trabalho de construção social da memória exige que o grupo “crie esquemas coerentes de narração e interpretação dos fatos (...) que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos” (BOSI, 1994, p. 67). A memória social como um processo coletivo pressupõe a participação do grupo social no trabalho de reforçar as lembranças e estimular sua emergência, pois nem tudo que é vivido é lembrado. Através do convívio, e por meio da narrativa dos eventos passados, aquelas pessoas que pertencem a diferentes gerações podem partilhar um mesmo conjunto de lembranças e de memórias, sobre a história de um povoado. É dessa maneira que se torna possível a comunicação entre as diferentes gerações e o partilhar de experiências e opiniões. No entanto, como mostra Connerton (1999), “se as memórias que têm do passado da sociedade divergem, os seus membros não podem partilhar experiências ou opiniões” (CONNERTON, 1999, p. 3).

O fato de existir essa memória individual que não é compartilhada por outros membros da comunidade, dificulta a formação de uma memória coletiva. Trata-se

de uma situação que é distinta daquela encontrada entre alguns grupos indígenas onde a história dos eventos passados é reforçada cotidianamente pelos homens mais velhos, os "depositários" da memória (RAMOS, 1998). A capacidade narrativa, o uso de uma oratória que prende a atenção dos ouvintes, e a repetição dos feitos dos antepassados, além de permitir aos mais novos conhecer a trajetória do grupo social, também reforça a memória coletiva do grupo. Ao partilhar as lembranças entre todos os membros do grupo, esses narradores estão não apenas conservando e ajudando as novas gerações a reproduzir em detalhes os eventos passados, muito embora não os tenham vivenciado, mas também ajudando a reforçar sua identidade.

De que falam essas memórias?

Ao ler este trabalho o leitor poderá perceber porque a teoria de Halbwachs pode ser uma ferramenta que nos permite interpretar a realidade encontrada nos povoados da RDSM. Considerando que a memória social é um discurso que fala do passado e também do presente, a interpretação que é feita do passado reforça a autoimagem criada pelo grupo no presente (ALENCAR, 2007). No texto é possível observar que no processo de narrar o passado as pessoas selecionaram alguns eventos, destacando certos fatos do passado que servem de suporte para a construção da história dos povoados e que são essenciais para a compreensão da identidade que constroem no presente. A memória é assim "o resultado de um trabalho de organização e de seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade" (ALBERTI, 2004, p. 27).

A relação entre passado e presente aparece nas narrativas de forma clara quando os narradores avaliam o passado a partir das experiências do presente, ou tendem a avaliar o presente usando como referência as experiências do passado. Ao relatar as ações passadas, os narradores também estão realizando uma espécie de documentação das "ações de constituição de memórias", como enfatiza Alberti (2004), que são desencadeadas no momento em que reconstróem o passado, de forma a dar sentido às ações do presente. O trabalho de construir uma imagem positiva do passado leva os narradores a valorizarem certos aspectos desse passado, vistos no presente como positivos, como, por exemplo, ao falarem da fartura de

recursos naturais, da riqueza dos patrões ou da animação dos povoados e de suas festas. Assim, ao omitirem os aspectos negativos, eles deixam evidente que o trabalho de "constituição e de formalização das memórias" (ALBERTI, 2004, p. 27) envolve uma negociação continuada, pois as pessoas selecionam o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.

Ao analisar as narrativas, observamos que os narradores dão ênfase a uma memória da produção que está ancorada num passado, uma memória marcada pela fartura de recursos naturais, e que contrasta com a escassez do presente. Os relatos trazem informações não apenas sobre a história social dos povoados, como também sobre a história econômica da região, destacando as principais atividades econômicas e as relações de trabalho que sustentavam o comércio rural naquele momento. A economia dessa região do Médio Solimões estava centrada nas atividades extrativistas como a caça, a pesca do pirarucu, a extração da seringa e de madeira e a coleta da castanha-do-brasil. A busca por melhores condições de vida fazia desses moradores verdadeiros nômades, sempre à procura de lugares fartos em recursos naturais extrativos de origem animal e vegetal. As pessoas que trabalhavam com a extração desses produtos realizavam uma mobilidade sazonal que ocorria de acordo com o período da safra, ou *fábrico*, de cada produto, num movimento de subida e descida dos rios, entre a várzea e a terra firme. Os homens partiam para fazer o *fábrico* do pescado, da castanha, da seringa e da madeira, e as mulheres ficavam com as crianças, cuidando das atividades agrícolas e da criação de pequenos animais. A base desta mobilidade estava nos comerciantes, os patrões, que financiava as despesas da viagem, fazendo o aviamento de artefatos de trabalho e de mantimentos para os trabalhadores, além de garantir a subsistência dos demais membros das famílias durante as longas ausências dos homens. Em troca, eles tinham o monopólio da produção e da venda de mercadorias.

O lugar de moradia do patrão era onde também estava localizado o barracão, onde eram armazenadas as mercadorias e estocadas a produção, e se transformava em povoados que geralmente estavam localizados à entrada de paranás ou às margens dos rios principais como o Solimões e o Japurá. Esses povoados eram os locais de residência das pessoas que trabalhavam nas atividades extrativistas controladas pelos patrões. A estrutura do barracão era fundamental para a formação de povoados e para a permanência dos extratores nas regiões mais distantes das margens dos rios principais, pois os povoados localizados em locais de difícil acesso somente eram

visitados pelos barcos dos patrões quando estes tinham certeza de que havia produtos para comprar. Observamos nas narrativas que a noção de fartura e a figura do patrão, retratado como o responsável pelo controle da vida social e econômica de certos povoados, são símbolos de um passado, às vezes idealizado, que se perdeu e que não se pode resgatar no presente.

Com a falência desse sistema econômico houve a extinção de povoados que estavam localizados no interior dos paranás, pois os moradores não tinham mais acesso ao mercado para comercializar sua produção. A falência do comércio rural está relacionada com o surgimento de povoados localizados às margens dos rios. Se no passado as pessoas conseguiam morar e produzir em povoados localizados nos lugares mais inacessíveis porque contavam com o apoio logístico do patrão, e dependiam quase que exclusivamente dele para sua sobrevivência, no presente a existência dos povoados está condicionada à sua localização às margens dos rios principais, e à assistência dos governos municipais. A localização dos povoados às margens dos rios facilita as trocas comerciais não apenas com uma pessoa, mas com vários comerciantes ou regatões que regularmente percorrem a região vendendo mercadorias e comprando produtos diversos.

As narrativas também falam sobre a dinâmica do ambiente e sobre eventos que estão relacionados à construção de paisagens humanas e à história ambiental da região do Médio Solimões, ao apontar as ilhas que se formaram e isolaram os povoados, e também ilhas que desapareceram; ao apontar os locais de antigos povoados e de antigas capoeiras; ao mencionar os lagos e as ressacas que se formaram e os paranás que secaram, obrigando os moradores a buscar outro local para estabelecer o povoado. Também falam das grandes cheias, as alagações e de perdas materiais: casas que foram levadas pela terra caída e das roças que foram destruídas pelas inundações; falam da fartura de recursos naturais, como a madeira, peixes e quelônios, mas também falam da escassez desses produtos no presente. Elas também falam de sofrimentos, de perdas afetivas, como a morte de filhos, de esposas, de esposos e de netos em acidentes com afogamentos; e falam de encantamentos, quando as pessoas passam a morar em outro mundo, onde, apesar da fartura, ninguém quer morar (ALENCAR 2002 e 2008). Portanto, as narrativas expressam a maneira como os moradores dos povoados da RDSA interpretam seu passado e seu presente construindo a trama de uma história marcada por memórias e por esquecimentos.

A coleta de informações

As narrativas que contêm os fragmentos da história de 19 povoados¹⁰ que existiam na RDSM em 1993 foram coletados durante uma pesquisa realizada com o objetivo de conhecer o processo de ocupação humana da então Estação Ecológica Mamirauá, hoje Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM)¹¹. Na pesquisa buscamos identificar os fatores sociais e ambientais que influenciaram o processo de ocupação humana, na distribuição da população e no processo de formação dos povoados localizados na área focal da Reserva Mamirauá.

A pesquisa foi realizada em abril, maio, outubro e novembro de 1993, quando visitamos todos os povoados, permanecendo três a quatro dias em cada um deles. Na primeira viagem, que ocorreu nos meses de abril e maio, utilizamos um barco como meio de transporte e como moradia, o *Bradypus*. Nesse ano ocorreu uma grande cheia que alagou as terras e isolou os moradores de alguns povoados que somente conseguiam se deslocar de uma casa a outra, ou para o local de suas roças, com a utilização de canoas. Em alguns povoados as casas pareciam flutuar sobre as águas do Solimões. Diante da dificuldade de encontrar alojamento e de deslocamento, o uso do barco foi oportuno e facilitou o trabalho, pois algumas reuniões com os moradores dos povoados foram realizadas no próprio barco.

O trabalho de coleta de informações consistiu em visitar as comunidades, e nelas permanecer por alguns dias para estabelecer contato com os moradores e identificar os principais narradores. A estratégia utilizada consistiu em nos apresentar para os residentes das comunidades, e, em seguida, realizar uma reunião com os moradores para explicar os objetivos da pesquisa. Durante esse primeiro contato, as pessoas

¹⁰ Os povoados situados em terras indígenas Jaquiri e Porto Praia não permitiram que fosse realizada a pesquisa, alegando que já possuíam um texto contendo um relato sobre a história de formação dos mesmos.

¹¹ A pesquisa foi coordenada pela Antropóloga PhD. Deborah Lima, então coordenadora do Programa de Pesquisas Socioeconômicas do Projeto Mamirauá, e teve o apoio financeiro de diferentes instituições como o CNPq-CPTU/Brasília; SEMACT-AM, hoje IPAAM; o WCS-NYZS; o WWF e ODA, hoje DFID.

eram estimuladas a falar sobre os eventos que elas consideravam mais importantes que haviam acontecido no lugar. Este primeiro contato servia também para identificar os moradores mais antigos e os portadores da memória do lugar. Nos dias seguintes procurávamos aprofundar as informações obtidas com as entrevistas realizadas de forma individual ou em grupos de três a quatro pessoas, geralmente os moradores antigos. Como já possuíamos uma ideia geral da história do lugar, era possível estimular os narradores a falarem com mais detalhes sobre certos assuntos.

As entrevistas seguiam um roteiro cujo objetivo era estimular a lembrança dos moradores e, ao mesmo tempo, permitir abordar temas comuns em todas as localidades. Dentre as informações que eram buscadas através das perguntas do roteiro constavam as seguintes: os locais de origem (local de nascimento ou da última residência) dos primeiros moradores e seus nomes; a provável data de chegada ao lugar, as causas da migração (depois classificando-as em sociais e ambientais); o número de moradores do povoado e quando ele atingiu sua maior concentração demográfica; a causa da dispersão de indivíduos e de famílias e o destino; as atividades econômicas; a vida social dos moradores, as festas e ritos religiosos; os acontecimentos que marcaram a vida do grupo; e em caso de mobilidade do povoado, identificar os fatores. Também procurávamos saber sobre o número de povoados que existiram no passado nessa região, sua localização, o número de moradores, sua origem e nomes das famílias que fundaram o lugar etc.

O passo seguinte era a transcrição superficial das entrevistas fazendo anotações em um caderno sobre os principais eventos da história do lugar que foram destacados pelos narradores, as datas e personagens principais. Em seguida, com o auxílio de uma máquina de datilografia que havíamos levado para campo, tinha início o processo de montagem ou edição das falas, de modo a construir um texto que apresentasse alguma clareza na exposição dos relatos históricos e fluidez narrativa, com um “esqueleto cronológico” dos eventos mais importantes apontados pelos narradores.

Tendo este texto pronto, era realizada outra reunião com os moradores para fazer a leitura do texto. Todos acompanhavam atentamente a leitura que era realizada em voz alta por alguém do local, geralmente o (a) professor (a) ou catequista. À medida que surgiam as dúvidas, tanto de minha parte quanto da parte deles, a leitura era interrompida para fazer as correções ou acrescentar novas informações. Após essa

etapa de correção, era então redigido o texto final, que após ser novamente lido para os moradores, era colocado numa pasta tipo arquivo, dentro de um ficheiro de plástico, dando assim o formato de um livro. Na página final deste texto era colocada uma fotografia dos moradores do povoado que haviam participado do trabalho, que era registrada com a utilização de uma câmera Polaroid¹². Esta metodologia, inicialmente uma sugestão da coordenadora do projeto Deborah Lima, foi refinada em campo e mostrou-se muito produtiva, embora muitas vezes cansativa pelas condições de trabalho que encontramos no campo. Os textos produzidos naquele momento são hoje documentos que narram um fragmento da história dos povoados, e que ainda podem ser encontrados em alguns povoados da Reserva Mamirauá.

Estrutura do livro

Em 1994 foi organizada uma coletânea, na forma impressa, contendo o histórico de 14 povoados (ALENCAR, 1994) e que foi entregue aos moradores dos povoados da então Estação Ecológica Mamirauá. Somente após 16 anos é que conseguimos revisá-la, acrescentando o histórico de outros povoados para publicá-la na forma de um livro. Nessa versão, separamos os povoados por capítulos e incluímos o histórico dos povoados que são hoje extintos.

O livro está organizado em três capítulos principais, que receberam o nome dos rios e paraná que fazem o contorno da área focal da RDSM. Cada capítulo contém a história dos povoados que estavam localizados, à época da pesquisa, às margens desses rios e do paraná do Aranapú, além da história de antigos povoados que ali existiram. Ao ler o livro o leitor vai realizar uma viagem que segue o mesmo roteiro que realizamos em 1993, ou seja, inicialmente percorre o rio Solimões, passando pelos paranás do Cauçu, do Aiucá, do São João, e do Barroso. Saindo do Solimões e entramos no paraná do Aranapú para, em seguida, chegamos ao Baixo Rio Japurá,

¹² Outra fotografia era realizada com a utilização de uma máquina fotográfica convencional, com a revelação posterior do filme, como pode ser verificado nas fotografias que se encontram nos históricos de cada povoado.

que é considerado pelos moradores como sendo ainda o Solimões, pois o "Japurá verdadeiro" corre no trecho localizado acima da entrada do paraná do Aranapú e suas águas são escuras, diferente das águas do Solimões, que são barrentas. No rio Japurá a viagem segue até a entrada do paraná do Jarauá, e depois retorna e segue até o paraná do Maiana e ao cano do lago Mamirauá.

A viagem pelo Solimões inicia pelo paraná do Prego, situado à margem esquerda do rio Solimões, parando no povoado de Vila Alencar, seguindo depois para Fortaleza de São José e paraná do Cauaçu, onde estão os povoados de São Benedito do Cauaçu e Mirafior. Após conhecer a história desses povoados, o barco retorna ao rio Solimões e segue viagem em direção ao paraná do Aiuc, e após percorrer cerca de 1 km chega ao povoado São Francisco do Aiuc. Saindo do paraná do Aiuc, o barco retorna ao rio Solimões e após navegar durante algumas horas subindo o rio chega ao povoado Porto Braga, que está localizado logo na entrada do paraná do São João. Após sair de Porto Braga, segue pelo rio Solimões até os povoados Porto Nazaré e Vila Santa, ambos localizados na ilha do Marirana. Saindo desses povoados, e após viajar cerca de uma hora, o barco chega ao povoado São João, localizado na ilha do São João, na outra entrada do paraná do São João. Saindo do São João, segue viagem pelo rio Solimões, fazendo uma parada no Paraná do Barroso, onde está o povoado Barroso, e depois retorna ao rio Solimões para, finalmente, entrar no Paraná do Aranapú. No Aranapú, a primeira parada é no povoado Bate Papo, em seguida faz uma parada no povoado Maguari, e cerca de uma hora depois, já no final do Paraná do Aranapú, próximo ao encontro com o rio Japurá, chegar ao povoado Pentecostal.

A continuação da viagem será agora descendo o rio Japurá pela margem direita, onde o barco percorrer um longo trecho sem encontrar nenhum povoado, mas pode avistar alguns povoados que estão localizados na margem esquerda do rio e que fazem parte da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. O primeiro povoado que encontrar é o São Raimundo do Jarauá, ou simplesmente Jarauá, situado no paraná do Jarauá. Saindo do Jarauá, retornará ao rio Japurá e sua próxima parada será no povoado Nova Colômbia, e, seguindo viagem, encontrar mais adiante o povoado Santa Luzia da Liberdade. Algumas horas após sair de Santa Luzia encontrar o último povoado localizado no rio Japurá, a Vila São José. Em seguida, o barco se dirige para a região onde se encontra uma das mais belas paisagens da

Reserva Mamirauá, o cano do Lago Mamirauá, onde estão localizados os povoados de Boca do Mamirauá e São José.

Durante a viagem o leitor vai conhecer um pouco da história de cada um dos povoados¹³ que estão situados ao longo desses rios e paranás adjacentes, inclusive de povoados que não mais existem. Além de conhecer a história da ocupação humana dessa região, também é possível conhecer um pouco da história ambiental que se caracteriza tanto por transformações constantes na paisagem causadas pela ação antrópica, quanto pela agência da própria natureza. De um lado, a terra que cai e forma enseadas; de outro lado, o surgimento de praias que depois se transformam em ilhas, que dão origem a paranás, furos, canais, ressacas e lagos. Tais fenômenos ambientais provocam a mobilidade frequente de famílias, que tendem a culminar com o desaparecimento de povoados inteiros. Este é o caso de dois povoados que existiam na região do Japurá na época em que foi realizada a pesquisa, e deixaram de existir: Vila São José e Vila Liberdade. Na região do rio Solimões quatro povoados desapareceram: São Francisco do Mirafior, que havia sido formado na época em que foi realizada a pesquisa; o povoado São Benedito do Cauaçu que estava localizado no interior do paraná do Cauaçu; os povoados Porto Nazaré e Vila Santa, localizados na ilha do Marirana. Ainda na área do Solimões, outros povoados surgiram, como é o caso do Novo Viola, situado no Paraná do Viola.

Nesse sentido, queremos chamar a atenção para a questão da temporalidade das narrativas e do corte temporal da história dos povoados. Como a pesquisa foi realizada em 1993, as informações sobre a história dos lugares tiveram como marco limite esta data, já que não atualizamos o histórico até o presente. A exceção está na história dos povoados que existiam em 1993 e que hoje são extintos, havendo, portanto, a necessidade de informar ao leitor o que aconteceu com esses povoados, mostrando as causas da sua extinção.

¹³ Estamos usando o termo povoado por ser um termo que era utilizado antes de surgir as "comunidades", que foi um termo introduzido pela Igreja Católica através do MEB, para referir à forma de organização política e prática da discussão e resolução coletiva dos problemas (ver LIMA, 2000).

Outra questão que gostaríamos de chamar a atenção é a grafia de alguns nomes próprios e de sobrenomes, e também o nome de alguns lugares. Como não encontramos registros escritos que pudéssemos utilizar como fonte de informações e referências, e como muitos narradores não dominavam a linguagem escrita, a grafia dos nomes foi realizada segundo a maneira como eram pronunciados. Em alguns casos, nem sempre os narradores conseguiram lembrar do sobrenome ou do nome próprio de algumas pessoas, e somente foi possível identificá-las pelo sobrenome e às vezes pelo apelido.

Foto: Walda Marques

Rio Solimões

Capítulo I

Este capítulo trata da história de povoados localizados ao longo da margem esquerda do rio Solimões, que faz o contorno da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, e de povoados situados no interior dos paranás do Cauaçu, Aiucá, São João e Barroso. Também apresenta fragmentos da história de alguns povoados que estavam localizadas às margens destes mesmos cursos hídricos, mas que são extintos.

As lembranças que os moradores mais velhos conservam sobre os povoados que existiam ao longo das margens do rio Solimões remetem às primeiras cinco décadas do século XX. Elas falam da mobilidade de pessoas, da migração de famílias, das dificuldades encontradas para garantir a subsistência diária; fala de esperanças e dos desgostos causados por pequenas tragédias individuais que levavam as famílias a abandonarem seus lugares, e falam ainda das atividades econômicas centradas principalmente na exploração do látex, como a seringa, a sorva; na pesca do pirarucu, na coleta da castanha e na caça de animais para a comercialização da pele, conhecidas como “fantasia”. Trata-se de uma memória que está estreitamente relacionada ao trabalho, ou à produção, para usar um termo local, e que descreve o rio Solimões, aqui tratado como uma unidade de referência espacial e geográfica importante, a partir do intenso movimento de embarcações que faziam o transporte de mercadorias, de produtos extrativos e de pessoas. As embarcações variavam de pequenos barcos movidos a remo, como a voga, aos grandes navios movidos a vapor, com roda d’água na popa. Os navios singravam o rio Solimões carregados de mercadorias para abastecer os comércios dos pequenos comerciantes (patrões) espalhados em vários povoados situados ao longo desse rio, e faziam a ligação dos pequenos povoados com os centros urbanos mais próximos, e destes com as capitais Belém e Manaus.

A lenha que abastecia as caldeiras dos navios era extraída e vendida pelos moradores dos povoados localizados em pontos estratégicos do rio, geralmente nos povoados maiores onde estavam localizados os barracões dos seringalistas. Muitas famílias que viviam nos povoados aqui descritos garantiam parte do seu sustento com a extração e a comercialização de lenha usada para alimentar as caldeiras dos navios, e com a venda de produtos extrativos como peixe, peles de animais etc. Depois dos barcos movidos a vapor vem a lembrança dos navios movidos a diesel, os Lloyds, numa associação entre o nome da empresa que era proprietária de uma

grande frota de navios movidos a diesel e deixaram de navegar pela região no final dos anos 60. Os grandes navios subiam o rio Solimões transportando mercadorias manufaturadas, como tecidos para a confecção de roupas, calçados, e gêneros alimentícios como açúcar, sal, café, dentre outros. Na viagem de volta eles eram abastecidos com produtos naturais, como a castanha, a seringa, a carne de pirarucu e peles de animais.

Os narradores procuram enfatizar em suas lembranças alguns fatos que lhes permitem fazer uma leitura de um certo momento do passado, em comparação com a realidade do presente, enfatizando a ideia de prosperidade que caracterizava o tempo dos patrões, o tempo do barracão. Trata-se de uma época que foi definida pelos narradores como de "animação", numa menção ao número de embarcações que singravam o rio transportando mercadorias e produtos extrativos e, também, numa referência à participação dos moradores dos povoados com esse comércio, uma vez que os navios ancoravam nos portos de seus povoados e alteravam o ritmo da vida do lugar. O trabalho de descarregar as mercadorias e carregar com produtos naturais que eles haviam extraído, é visto como um indício de prosperidade e animação, pois podiam constatar visualmente através das toneladas de fardos de carne de pirarucu que eram embarcadas, e das dezenas de tonéis de castanha que eram armazenados nos barracões dos patrões. Ou seja, de alguma maneira eles sentiam que faziam parte do processo de produção como um todo. Esta lembrança contrasta com a situação presente, onde os moradores dos povoados apenas ficam observando, das margens, as grandes balsas transportando mercadorias para as cidades maiores, dando a ideia de que a "animação" e a prosperidade somente são acessíveis aos que residem na área urbana.

Os povoados ou lugares formados ao longo das margens do rio Solimões estavam concentrados principalmente em área de várzea onde estavam as terras mais altas e férteis, geralmente ricas em lagos piscosos onde abundavam recursos pesqueiros e madeira de corte. Até metade do século XX, época de fundação de vários povoados (LIMA; ALENCAR, 2000), a maioria dos povoados estava localizada às margens do rio principal ou dentro dos paranás, próxima aos lagos mais piscosos ou em áreas que as pessoas podiam ter acesso ao complexo sistema de lagos conhecido como Jarauá, que era a principal área de pesca dessa região e também

de extração de madeira. Por isso, em suas lembranças as pessoas recorrentemente se referem à fartura existente no Jarauá, para onde se deslocavam no período da safra do peixe para fazer as feitorias. Vários pontos de pesca dentro do Jarauá transformaram-se em pequenos povoados, cuja existência estava relacionada ao sistema de produção econômica vigente na época, caracterizado pela presença constante de um comerciante, o patrão, que fornecia as condições para que os extratores desenvolvessem seu trabalho.

Na memória dos narradores o tempo dos patrões é um tempo de animação, de relações sociais lembradas como menos conflituosas, apesar das relações de poder que permeavam as atividades extrativistas. Os patrões aviavam as mercadorias e em pagamento recebiam a produção, pois quase não havia a circulação de moeda. Eles organizavam as festas, seja para comemorar algum santo católico de sua devoção, seja para celebrar algum acontecimento importante ou simplesmente para animar o povoado. E dessa forma eles controlavam o ritmo da vida social e econômico das famílias que residiam em torno do barracão. Isso fica evidente quando se observa que a falência de um patrão, e o conseqüente abandono do povoado, resultou na dispersão das famílias que migraram em direção aos centros urbanos ou para locais onde tinham notícias de boas condições de trabalho.

Alguns patrões que atuavam nessa região tiveram papel de destaque por terem acumulado riquezas, tornando-se proprietários de vários barcos, e construído grandes casas de comércio com muitas mercadorias, e controlando vastas áreas de terras onde haviam castanhais, seringas e lagos piscosos. Eles eram financiados por grandes casas comerciais ou aviadoras sediadas em Manaus e Belém e, por sua vez, financiavam comerciantes menores espalhados pelos pequenos povoados da região. Dentre esses patrões, os mais mencionados foram: o Augusto Braga, um português que morava no povoado de nome Jauató, situado à margem esquerda do rio Solimões. A área de influência de Augusto Braga se estendia para outros povoados dos rios Japurá e Solimões, como Porto Braga, São João, Aiucá etc; o Aprígio e o Artur Mota, na região do Uariní, que tiveram passagem pela vida política do município de Uariní; os irmãos Manoel e Raimundo Gonçalves, de Alvarães; o Alceu Gama, que tinha comércio sediado no Punã, mas cuja freguesia estava espalhada por diversos povoados da área dos rios Solimões e do Japurá, e

controlava vastas áreas de terras, ricas em castanhais, na área do Lago Amanã (ALENCAR, 2007); o Januário Gama, que residiu no povoado Boca do Mamirauá e depois no Paraná do Pregó. Além destes, havia também os patrões menores, com pouco capital financeiro, mas que desempenharam um papel importante para a economia dos povoados que estavam sob sua influência: o Augusto Bezerra, que morava no povoado Saudade e depois foi morar no Porto Braga e era concorrente de Augusto Braga; o Romano e o Alcelino Barbosa, do povoado Aiucá; o Pedro Zacarias e o João Alves, do povoado Jaquiri, antes de ser transformado em terra indígena; o Eliodoro Córdela, do povoado Mirafior; o Joaquim Alves, o Firmino Lopes e o Antonio Felino, do povoado Palheta, dentre outros.

A partir da segunda metade do século XX muitos patrões abandonaram a região devido às mudanças econômicas que contribuíram para o declínio do sistema de comércio rural centrado no barracão (LIMA-AYRES, 1992). Com a saída dos patrões ocorreu a extinção de vários povoados com a dispersão das famílias que neles residiam e que dependiam do seu apoio para desenvolver suas atividades econômicas.

Além dessas mudanças, outros fatores estão associados à dispersão das famílias dentre eles, o declínio da produção pesqueira e as mudanças na paisagem, tais como o fechamento de paranás, a terra caída etc. (LIMA; ALENCAR, 2000). A partir desse momento o povoamento passou a se concentrar quase que exclusivamente nas margens dos grandes rios (LIMA; ALENCAR, 2000; 2001). Como veremos a seguir, as narrativas que contam a história dos diversos povoados destacam a intensa dinâmica ambiental causada pela terra caída, fenômeno há muito tempo conhecido nos relatos de viajantes naturalistas que percorreram o Amazonas no séc. XIX (BATES, 1988), e pelo isolamento dos povoados na época do verão, devido ao surgimento de praias ou a seca de alguns paranás. Alguns relatos narram de forma dramática episódios de terra caída que provocaram a mudança repentina das casas de um povoado inteiro em curto espaço de tempo, ilustram bem essa dinâmica ambiental. Contudo, verifica-se a existência de povoados que apresentam uma estabilidade que atinge, em tempo de existência, algo em torno de 70, 100 anos (ALENCAR, 1994), superior aos de alguns povoados da região do rio Japurá.



Foto: Edna Alencar

Moradores da comunidade de Vila Alencar.

1. Vila Alencar

NARRADORES: Antenor Martins, Afonso Carvalho, Aristóteles Martins, Raimundo Martins, João Silva Carvalho, Francisca Martins, Benta Martins Carvalho, Francisco José P. Martins, Mário Cavalcante (Tefê), Sebastião Neves (Vila São José), Elizabeth Gama (Tefê).

A comunidade de Vila Alencar está localizada no Paraná do Jaquirí, margem esquerda do rio Solimões, próximo ao encontro deste rio com o rio Japurá. Os povoados mais próximos são a aldeia Jaquirí, de etnia Kambeba, e Boca do Mamirauá. Embora Vila Alencar esteja localizada em área do município do Uariní, devido à proximidade geográfica, os moradores recebem assistência do município de Alvarães, principalmente na área da saúde e da educação. Muitos possuem seu domicílio eleitoral neste município.

Em 1993 a população de Vila Alencar era de 115 moradores, formando 20 famílias distribuídas em 17 casas. A principal atividade econômica era a agricultura, com o cultivo de roças de mandioca, de milho e feijão. De acordo com os narradores, a pesca do pirarucu já tinha sido uma atividade econômica muito importante, mas, devido à escassez do pescado, aos poucos foi sendo substituída pela agricultura e

pelo cultivo de banana. Em termos de infraestrutura, a comunidade contava com uma escola de ensino fundamental, a Nossa Senhora de Fátima, com o funcionamento das primeiras séries. Cerca de 30 alunos estavam matriculados e cursando as 1ª e 2ª séries, com idade entre 7 a 16 anos. A escola foi construída em 1978 pelo prefeito de Uariní, Afonso Rodrigues Alves. Havia um posto médico construído em 1982, para atender a população do local e de outras comunidades, e o agente de saúde era o Sr. Aristóteles Martins. Também havia um posto telefônico da Teleamazon instalado em 1988, mas que não funcionava com regularidade.

Os moradores de Vila Alencar eram em sua maioria católicos e tinham como padroeiro o Divino Espírito Santo, festejado todos os anos ao final do mês de maio ou no início do mês de junho, uma festa que foi introduzida no povoado por Alfredo Carvalho (LIMA-AYRES, 1992). Antes do Sr. Alfredo Carvalho realizar o festejo do Divino, já era realizada uma festa em homenagem a Santo Antonio e São Francisco por membros da família Martins. Em termos de lazer, a principal fonte de lazer da comunidade eram as competições esportivas que envolviam moradores das comunidades vizinhas. O time de futebol Santa Fé Esporte Clube, fundado por Fausto Meireles no ano de 1965, era a principal agremiação esportiva local.

A formação de Vila Alencar está associada à família de Marcolino Martins de Oliveira¹⁴ que chegou a região do Solimões no ano de 1942 acompanhado de sua esposa Erotildes dos Santos, e dos irmãos Raimundo Martins e Antônio Martins. Estas famílias moravam antes no povoado de nome Urutuba, situado na região do Alto Solimões, próximo à fronteira do Brasil com o Peru. No Alto Solimões, essas famílias trabalhavam em atividades extrativas, principalmente na extração da seringa, mas com a queda no preço da borracha, e a consequente queda na produção, que resultou na saída dos patrões que davam suporte a esta atividade, elas foram obrigadas a migrar em busca de outras opções de trabalho, de terras para plantar e criar gado. A migração dessas famílias está associada a um processo mais amplo de migração, que levou muitas famílias a se deslocarem das regiões de seringais em busca de um lugar para trabalhar. Algumas delas realizavam um movimento inverso ao dos seus antepassados de origem nordestina, quando se deslocam das

¹⁴ Para outras informações sobre a formação do povoado ver a tese de Lima-Ayres (1992).

áreas de seringais situados nas terras firmes para ocupar as regiões de várzea do Médio Solimões (LIMA; ALENCAR, 2001; ALENCAR, 2002).

Ao chegar à região do Solimões, a família de Marcolino Martins estabeleceu sua residência inicialmente no lugar conhecido como Sapucaia, onde iniciou o cultivo de roças e a criação de gado. Nessa época, o local onde foi formado o povoado foi descrito como sendo apenas “*uma bola de praia com muito heranal*”¹⁵.

“Quem abriu aquilo ali foi eu mais meu irmão, Marcolino Martins. Quer dizer que quase todos daquela região ali tudo quase são minha família. Eu não tenho bem a lembrança dessa época, mas eu calculo que eu tinha naquela época (1945) uma idade de 14 anos. Ali nós morava do outro lado do Paraná do Prego. Quando nós chegamos, nós fomos morar do outro lado que era justamente a Sapucaia e do outro lado era o Paraná do Prego. Lá é que era nosso lugar. Aí nós morava lá nesse lugar, na Sapucaia. E foi o tempo que caiu a terra e aí nós se mudemos para cá pro Mamirauá, *defronte* ali onde o Joaquim mora, onde tem uma casa do outro lado, acima um bocadinho. Foi justamente ali onde nós viemos morar” (Simeão Martins, Vila Alencar, outubro de 1993).

“O primeiro morador daqui foi o meu pai, Marcolino Martins. Quando ele morou aqui isso era uma ilha, não tinha mato aqui para baixo né. Esse mato era tudo bem baixinho. Aí depois dele veio outro morador que era cunhado dele, que era o Francelino Cobos. Eram duas casas que eles moravam aqui. Aí a gente trabalhemos aqui de muito tempo, e depois veio um pessoal que morava aí na Boca do Maiana, né, que era parente nosso e já foi morar aqui para baixo. Era a turma do João dos Santos, a família dele. Quando eles começaram a morar aqui já foi que surgiu a tal comunidade [em 1964]. Nessa época a gente não sabia o que significava a tal comunidade” (Aristóteles Martins, Vila Alencar, março de 1993).

“Tinha gente morando num paraná que era bem aqui, no Paraná do Prego, mas já se acabou. A terra caiu. Esse paraná era estreito e depois que abriu a terra começou a cair. Agora é rio” (Alfredo Carvalho, Vila Alencar, março de 1993).

A cronologia da formação do povoado, na visão de alguns narradores, tem início com a chegada de Marcolino Martins nos início dos anos 50 e a construção de sua casa. Cerca de dois meses depois chegaram Francelino Côbos e a esposa Eufrásia dos Santos, também do Urutuba e construíram a segunda casa. A terceira casa foi

¹⁵ Palavras textuais de Marcolino Martins registradas por Afonso Carvalho (ALENCAR, 1993).

construída por Izídio da Silva, conhecido como Muçambito, que também morava no Urutuba. No ano de 1952 chegou a família de José dos Santos, cunhado de Marcolino, que também morava no Alto Solimões, e construiu a quarta casa. Em 1953, ano em que ocorreu uma grande cheia, foi registrada a chegada da família de Alfredo Lima Carvalho e do seu genro João Cardoso, que moravam no Juruamã, município de Jutaí. Eles saíram do Jutaí porque estavam buscando um povoado que tivesse escola para poder educar os filhos. A partir deste momento, as famílias Martins e Carvalho passam a ser a base de constituição do atual grupo social que forma o grupo social de Vila Alencar (LIMA-AYRES, 1992). Através do casamento de seus filhos, outras famílias foram integradas ao grupo social que formou Vila Alencar.

O novo povoado formado por essas famílias recebeu o nome de Nossa Senhora das Graças, mas o lugar era também referido como Paraná do Pregó, pela localização geográfica do mesmo no interior do paraná que tinha o mesmo nome. Algumas pessoas mais idosas ainda utilizam esse nome para se referir à Vila Alencar.

"Tinha o Paraná do Pregó e existia também um povoado por nome Sapucaia. Depois disso o avô do Joaquim Martins, que era Justino dos Santos, passou para morar na Vila Alencar. As pessoas mais antigas de lá já não tem mais, era o pai de Simeão. O Marcolino sempre morou no Paraná do Pregó que era conhecido por Paraná do Pregó, que recebeu depois o nome, segundo dizem, de Vila Brizola, mas eu já conheci de Paraná do Pregó pra Vila Alencar" (Sebastião Neves, Vila São José).

A formação do novo povoado foi marcada por alguns desafios e um deles foi a criação de uma escola, sendo este um dos fatores apontados por vários narradores que levou as famílias a migrarem para esta região. Em 1955, Marcolino Martins contratou um professor que morava em Alvarães, de nome Anísio Egas, para educar as crianças do povoado. As aulas eram custeadas pelos pais dos alunos e ministradas na casa do próprio Marcolino. O professor Anísio Egas foi apontado como sendo o responsável pela mudança do nome da comunidade para Vila Brizola, nome de um político do sul do país, mas de grande projeção nacional naquele momento. Em 1964, os professores Fausto Meireles e Protásio Pessoa, ambos vinculados ao M.E.B. (Movimento de Educação de Bases), coordenado pela Prelazia de Tefé, e que era ligado à ala progressista da Igreja Católica, decidiram mudar o nome do povoado para Vila Alencar. Os narradores não souberam informar o motivo que os levou a escolher esse nome.

“O primeiro nome que tinha aqui era Paraná do Pregó. E depois, isso foi em 62, foi quando fundou essa escola pelo rádio, radiofonia, pela rádio Rural. Aí teve o professor Protásio que veio aqui. Quer dizer, além do professor Protásio tinha um professor aqui [...] aí ele colocou aqui como Vila Brizola. E depois o pessoal descobriram que Brizola diz que era comunista. Aí o professor Protásio veio aqui e disse: ‘– Olha, esse nome é comunista’. Nesse tempo comunista era coisa até espantosa aqui na Amazônia. E aí já foi já pelo professor Protásio que ele colocou esse nome de Vila Alencar porque nesse tempo né, Alencar era, parece que era um ministro, né. Ministro lá de educação parece, nesse tempo... Aí ficou como Vila Alencar. E até hoje ainda existe esse nome já registrado e tudo pela parte do Brasil” (Aristóteles Martins, Vila Alencar, março de 1993).

“Eu conheci o Joaquim Martins morando na Vila Alencar, que naquele tempo era Vila Brizola. Mas depois que Brizola fugiu, que era governo do Rio Grande do Sul, aí meteram na cabeça deles (moradores) que eles tivessem cuidado, pois Brizola era comunista e tava sujeito prenderem eles todos. Aí eles mudaram o nome para Vila Alencar. Botaram esse nome porque o Humberto de Alencar Castelo Branco era o presidente da República, que foi quem botou para correr o Brizola. Com menos de uma semana já não era mais Vila Brizola, era Vila Alencar” (Mário Cavalcante, Tefé, outubro de 1993).

A escola administrada pelo MEB funcionou até o início dos anos setenta do século XX juntamente com outras atividades educativas que eram voltadas principalmente para a alfabetização de crianças e adultos. Os professores eram mantidos pelos pais dos alunos. As aulas do MEB eram transmitidas através da Rádio Rural de Tefé e acompanhadas pelos monitores de alfabetização Fausto Meireles e Aristóteles Martins. Somente a partir de 1980 foi que a prefeitura de Alvarães assumiu a responsabilidade com o pagamento dos professores e estes passaram a residir no próprio povoado.

“Nós conseguimos um professor para dentro de casa, que nessa época era difícil. Onde existia uma escola isso era um milagre. Aí o finado meu pai com muito sacrifício conseguiu esse Anísio Egas de Alvarães para lecionar aqui. Mas ele lecionou pouco tempo. Isso eu acho que foi em 65, por aí, que veio esse professor. Agora, só que não tinha casa própria, ele lecionava dentro da nossa casa. E a Senhora sabe que a coisa dentro de casa onde todo mundo tá andando e a gente era muito, então não dá certo, não dá para entender. Tinha muito aluno, tinha para mais de 60. E depois que ele foi embora, aí o Fausto, que é meu cunhado, e um tio meu que é o Simeão, foram para Tefé e falaram com o pessoal da Marinha. Não sei como eles fizeram por lá, né, e aí sei que por lá ajeitaram um negócio de uma escola para cá e me apontaram, já sem eu saber. Quando eles vieram para cá eu já vim como professor. Chegaram aqui, aí eles fizeram uma reunião e disseram:

‘– Olha, nós escolhemos tu lá em Tefé para ser professor daqui’.

Aí nessa época eu também dava aula para as crianças de manhã e dava aula de noite para o pessoal adulto, que a gente tinha o MOBREAL, surgido nesse tempo. E tinha um pessoal que era uma escola radiofônica, que era transmitida através de rádio. O professor falava lá da Rádio Rural em Tefé e a gente tava com o rádio aqui. E rádio era o professor, né. E a gente só ia anotando. Isso foi até em 80, quase isso, depois é que aí a gente já começou a trabalhar pela parte da prefeitura. Hoje eu tô pensando que o professor hoje quando a gente passa um mês sem receber o salário, a gente não quer mais trabalhar porque não dá condições. E naquele tempo eu trabalhava para receber de seis em seis meses” (Aristóteles Martins, Vila Alencar, março de 1993).

O trabalho do MEB junto aos moradores de Vila Alencar não se restringiu apenas à realização de cursos de alfabetização. Em 1964, os moradores foram incentivados a criar uma organização comunitária, que teve como primeiro presidente Simeão Martins, e Fausto Meireles como vice-presidente. Na época, Vila Alencar possuía umas 35 casas e 280 moradores, um número expressivo de moradores para o padrão de povoamento da época. Após a formação da comunidade, o MEB incentivou os moradores a realizarem alguns trabalhos coletivos como a plantação de roças de milho, de arroz e mandioca. Foi então desenvolvido um projeto agrícola, que foi submetido a financiamento junto ao órgão de extensão rural, a ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), hoje EMATER.

“Essa ‘Comunidade’ (organização comunitária) quando surgiu foi através do MEB de Tefé que fundou isso aqui. E aí ele trouxe um bocado de material para cá. Quer dizer, implemento agrícola. Eles trouxeram pra fundar a comunidade. E isso foi assim, cresceu assim... Tinha gente de toda parte do Brasil. Até do exterior vinha para cá pra tirar foto, pra levar as coisas. Porque olha, a maior alegria que a gente nunca tinha visto o trabalho em mutirão. Aí se juntava pra fazer esse trabalho de muita gente. E aquilo era a maior alegria pra nós. E aí a gente começou a trabalhar...” (Aristóteles Martins, Vila Alencar, março de 1993).

A ACAR orientou os moradores sobre como elaborar um projeto agrícola para conseguir financiamento junto ao Banco do Brasil. O dinheiro obtido com o empréstimo seria utilizado para comprar sementes e implementos agrícolas. Aristóteles Martins foi escolhido como representante da Comunidade junto a ACAR, e participou de cursos para conhecer os procedimentos necessários para administrar o projeto, onde estava

previsto, por exemplo, a criação de uma cooperativa em Tefé para onde seria enviada toda a produção das roças. A cooperativa negociaria os produtos diretamente com os compradores eliminando os intermediários, principalmente os marreteiros e os regatões. Contudo, os moradores descobriram que a Comunidade deveria pagar os salários dos funcionários da ACAR que estavam envolvidos com projeto, o que comprometeria uma boa parte da renda gerada com a produção, sobrando apenas o valor destinado ao pagamento do empréstimo bancário.

No primeiro ano de execução do projeto, quase todas as famílias plantaram roças e alcançaram uma boa produtividade. O arroz produziu 2.000 kg, a mandioca 250 alqueires de farinha, mas do milho plantado só foi colhido 800 kg, pois ocorreu uma grande cheia que alagou as roças e destruiu a plantação. Apesar dessa boa produtividade, as pessoas tiveram prejuízos, pois a ACAR não tinha onde estocar a produção. Como a cooperativa não funcionou, os comunitários, para evitar mais prejuízos, foram obrigados a vender sua produção para os comerciantes que pagaram um preço bem abaixo do esperado. Como muitos não conseguiram obter o dinheiro para pagar o empréstimo junto ao Banco, o representante da comunidade, Aristóteles Martins, foi chamado pelo Banco para resolver o problema do empréstimo. Na mesma época, 1970, aconteceu um problema envolvendo um morador da comunidade de Boca do Mamirauá, Milton Nogueira e o Banco do Brasil. Segundo os narradores, Milton Nogueira era um pequeno comerciante, "patrão" de muitas famílias de Vila Alencar, e havia realizado um empréstimo junto ao Banco usando o nome da organização comunitária de Vila Alencar.

"Em 70, por aí, a EMATER veio trabalhar com nós, e aí a gente não sabia como era o trabalho para tirar dinheiro do Banco (...). Era projeto de arroz, milho e mandioca. Depois eu fui participar de um curso com eles, com o pessoal da EMATER lá na Barreira da Missão. Aí quando eu cheguei de lá eu achei muito difícil o serviço, que eu achava que não ia dar resultado para nós. Aí eu cheguei e fiz uma reunião com o pessoal e expliquei para eles (...). Porque nessa época que nós chegamos aqui tava a EMATER, que era ACAR nesse tempo, era sustentado por nós. Então eu cheguei e disse pro pessoal, – 'Olha, eu acho que esse projeto que nós tivemos de trabalhar com o pessoal da ACAR não vai da certo porque é nós que vamos sustentar. Quer dizer, é nós que vamos sustentar todos os funcionários que tem lá. Então eles tiram do nosso trabalho né, quando venderem a nossa produção aí eles vão tirar também pra eles e pra nós, e aí não vai dar certo". Nós plantemos milho, plantemos arroz e mandioca. Nós passemos um pouco ruim nessa

época, mais nós não deixemos perder o nosso trabalho. Só que quando foi pra hora que eles se prontificaram de comprar a nossa produção, quando foi na hora disseram que não compravam porque não tinha onde botar a produção, e também eles não iam atrás de quem comprasse. Aí a gente ficou vendendo pro patrão, quer dizer, o patrão era a pessoa que passava aqui, né, às vezes o comerciante, o marreteiro. E algumas vezes nós chegamo, vamos dizer assim, a gente ia brigar para vender pelo preço mais em conta. Como eles conversaram com nós que eles iam pegar nossa produção e levar diretamente pra Manaus, pra procurar preço lá né, e depois não fizeram. Aí atrasou, muita gente não pagaram o banco né, e ficaram endividados. A valência foi que nessa época teve um negócio de uma trapaça aí com um morador da Boca do Mamirauá, que era o seu Milton. Ele usou o nome do pessoal daqui para tirar um dinheiro no Banco e isso quase dá um rolo para cima de nós e para cima dele. Foi a salvação do pessoal foi essa. Que quando o gerente do Banco mandou me chamar, eu chego lá ele disse: – 'Olha, vocês são tudo devedores aqui no Banco'. Eu digo: – 'Por que? Ele disse: – 'Não sei, teve um homem que tirou dinheiro em nome de vocês aqui para comprar madeira'. Eu digo: – 'Ninguém sabe disso não'. Ele disse: – 'Pois é, vocês tem que dá em cima dele para ele pagar esse compromisso de vocês aqui no Banco, porque se não vocês tem direito a uma parte da serraria ou então num barco grande que ele tinha'. Aí eu cheguei e disse para o pessoal aqui, que nós era muito, era trezentas e tantas pessoas que morava aqui nessa época, em 1970" (Aristóteles Martins, Vila Alencar, março de 1993).

Como os comunitários não queriam ficar com os prejuízos ocasionados por culpa de terceiros, foi acertado com o gerente do Banco que, caso a Comunidade viesse a pagar a dívida de Milton Nogueira, os moradores ficariam com um barco de sua propriedade ou com uma parte de uma serraria que ele possuía. No final, Milton Nogueira acabou pagando sua dívida e os comunitários foram poupados de um prejuízo maior. Para Aristóteles Martins essa experiência negativa desestimulou as pessoas a continuarem com o projeto. Assim, no ano seguinte, cada família cuidou de sua própria roça e a produção que foi colhida deu somente para atender ao consumo das famílias.

Outro acontecimento marcante para os moradores de Vila Alencar foi uma grande cheia que aconteceu no ano de 1953 na região, e que será mencionada nos relatos de moradores de outras comunidades. Segundo Aristóteles Martins, ficou tudo alagado e as águas alcançaram os "jiraus" (assoalhos) das casas mais baixas. Algumas famílias que permaneceram no povoado durante a cheia tiveram que suspender o assoalho das casas, mas outras famílias foram para a terra firme passar o inverno, algumas para o lago de Alvarães, retornando somente quando as águas baixaram.

“Ficou tudo alagado e a água alcançou os jiraus das casas. Algumas famílias tiveram que suspender o assoalho das casas, e praticamente ficaram morando no frechal das casas. As casas eram cobertas de palha. As pessoas ficavam o tempo todo dentro de casa. Até a pesca era feita da casa. Quando passava alguém numa canoa, bastava levantar as palhas para ver quem era. As famílias que não quiseram ficar na várzea durante a alagação foram para a terra firme passar o inverno, no lago de Alvarães. Depois que a água baixou elas voltaram” (Aristóteles Martins, Vila Alencar, março de 1993).

Ao longo dos anos, os moradores de Vila Alencar trabalharam com vários padrões; tudo dependia da variação na demanda por certos produtos extrativos, e da sazonalidade dos mesmos. Dentre os padrões mais referidos está o Januário Gama, que era um comerciante que residia no povoado Boca do Mamirauá, e que depois foi morar no povoado Cantagalo, também localizado próximo à Vila Alencar. O comércio de Januário Gama atendia a uma vasta freguesia da região, aviando mercadorias e recebendo produtos extrativos como forma de pagamento¹⁶. Outros padrões muito conhecidos na região foram o Manoel e Raimundo Gonçalves, pai e filho, que tinham comércio sediado na cidade de Alvarães e controlavam uma ampla rede de comércio de produtos extrativos que atingia a região do Médio Japurá. Os produtos vendidos aos padrões variaram ao longo dos anos e, dentre eles, a farinha de mandioca, a carne seca e salgada de pirarucu, peles de animais diversos, produtos florestais como a castanha-da-terra-firme, a madeira.

“Trabalhava com o Januário Gama, vendia para ele e comprava um rancho. O produto era pirarucu, farinha. Depois em Alvarães trabalhava com Manoel Gonçalves, pai do Raimundo Gonçalves. Ele tinha um castanhal. Eu morava no terreno dele” (Alfredo Carvalho, Vila Alencar, outubro de 1993).

“Depois que o meu pai foi para o Cantagalo, o pessoal do Paraná do Prego, que hoje é Vila Alencar, muita gente comprava do meu pai e de outros que andavam por aqui comerciando. Quem era morador, quem era dono da Boca do Mamirauá não exercia muita coisa (influência), porque ele (pai) ficava do outro lado do rio Solimões. O meu pai vendia mais, comprava do pessoal do Cantagalo, do Paraná da Velha que não eram moradores do Mamirauá, mas quando o meu pai morava no Mamirauá eles iam comprar lá...” (Elizabeth Gama, Tefé, outubro de 1993).

¹⁶ Ver histórico de Boca do Mamirauá no Capítulo III, e o histórico do povoado Cantagalo no Capítulo que trata dos povoados extintos.

Até o ano de 1980, em Vila Alencar havia uma separação bem demarcada das casas, e das famílias, como se existissem dois bairros, sendo que de um lado estava o São Francisco e do outro, o Santo Antonio. No final dos anos 70, quatro famílias que moravam no lado chamado de Santo Antonio foram embora para Tefé: João Justino dos Santos, os filhos Pedro e Cristóvão dos Santos e o genro Bernardino Veloso de Freitas. A família de Américo dos Santos também saiu e foi morar em Boca do Maiana, que estava situado no Paraná do Maiana.

"Nesse tempo era duas comunidade dividida. Aqui de onde era a casa do Joaquim pra cima era uma comunidade. Pra cá era São Francisco e pra lá era Santo Antonio. Era outra comunidade pra lá. Era como dois bairros. Esse pessoal daí de baixo foram embora, foram tudo pra Tefé. Tem lá o bairro de Santo Antonio. Aquele bairro a maioria é o pessoal daqui que fizeram aquele bairro lá" (Aristóteles Martins, Vila Alencar, março de 1993).

Segundo os narradores, o bairro do Santo Antonio em Tefé é formado principalmente por famílias originárias de comunidades situadas no rio Solimões, como é o caso de famílias que moravam em Vila Alencar. Essas pessoas migraram para a cidade porque as terras da várzea eram muito baixas, ficavam alagadas durante as cheias, mas essa migração também coincide com o declínio do comércio rural que ocorreu nos anos 70 e que alterou o padrão demográfico dessa região do Solimões (LIMA-AYRES, 1992).

Embora a organização comunitária tenha sido criada nos anos 60, com o estímulo do MEB, somente a partir do ano de 1985 é que se teve informações sobre a formação de uma segunda diretoria da organização comunitária, a qual teve Afonso Carvalho como presidente; Francisco Araújo, como vice-presidente; Antenor Martins, como tesoureiro; Francisco Nelson, como secretário e Marciano Pinto como fiscal. Em 1985 foi registrada a chegada da família de Vanderlei Rodrigues, procedente do Panauã, rio Japurá. Segundo Vanderlei, o motivo da ida para Vila Alencar foi procurar melhores oportunidades de trabalho.

Em 1986, os moradores de Vila Alencar iniciaram um trabalho de preservação de lagos, com o apoio da Prelazia de Tefé através do Frei Falco Michiels, como uma alternativa para garantir a oferta de peixe nos lagos, tanto para a comercialização quanto para a alimentação. Na avaliação dos narradores, a escassez de peixe que era constatada naquele momento contrastava com a fartura de outras épocas. Segundo Aristóteles Martins, quando o povoado foi formado havia muita fartura de peixe.

“Uma coisa importante que até hoje a gente relembra é as coisas que tinha antes, né, como alimentação. A fartura que existia e hoje tá se acabando. Então isso sempre a gente fala. A coisa que mais a gente fala em reunião, às vezes em conversa mesmo, como era de primeiro para hoje. Aconteceu que, quer dizer, o pessoal, nós não soubemos guardar, né. Não soubemos preservar. E aí foi acabando. Antigamente quando não havia malhadeira e nem curral de pesca, se pescava somente com a hástea e o anzol. Hoje o peixe tá acabado. As pessoas não souberam preservar. Antes, quando tava seco, a gente ia passando assim debaixo daqueles pau caídos e tinha aqueles pirarucu assim, para mais de dez quilos, com o rabo de fora. Assim a gente passava e metia o remo e tava cheio de tucunaré. Tambaqui a gente empurrava assim com o bico do arpão quando eles vinham em cima da água (...). Depois que começou a entrar a malhadeira e os barcos de fora para gelar o peixe, acabou tudo e hoje tá se acabando. Então essa é a maior parte que a gente se lembra muito, né. Do que foi, para hoje... Esses jovens e crianças de hoje não conheceram mais essa fartura” (Aristóteles Martins, Vila Alencar, março de 1993).



Comunidade de Fortaleza de São José.

Foto: Edna Alencar

2. Fortaleza de São José

NARRADORES: *Benjamin Amaral Neves, Gonçalo Neves, Raimundo Cordeiro, Luzia Sambrana Macário da Silva, Felismina Martins Neves.*

Em 1993, o povoado Fortaleza de São José estava situado à margem esquerda do rio Solimões, e os povoados mais próximos eram São Francisco do Mirafior e São Benedito do Cauçú. A principal atividade econômica dos moradores era a agricultura, com o cultivo de roças de mandioca para a produção de farinha, que era comercializada juntamente com a banana, além do cultivo do milho. A pesca e a extração de madeira eram atividades que geravam uma renda complementar à da agricultura. Fortaleza de São José estava formada por 11 grupos domésticos, com 67 moradores, distribuídos em oito casas.

A população contava com uma escola de primeiro grau construída em 1991 pelo então prefeito do município de Uariní, Ângelo Moura. As aulas eram ministradas por Benjamin Amaral Neves para alunos cuja idade variava de seis a 44 anos, distribuídos em dois turnos, manhã e noite. Aqueles que não podiam frequentar as aulas durante o dia, o faziam durante a noite. Antes da construção da escola as aulas eram ministradas na casa dos pais dos alunos, e a primeira professora foi Maria Altenilde Batalha Marinho, que era da cidade do Uariní. Em termos de assistência à saúde, os

moradores eram assistidos pelo agente de saúde de Santa Domicia, Evaldo Rodrigues, responsável pelo atendimento básico à saúde do Setor Liberdade, vinculado ao município de Uariní, e que realizava apenas atendimentos de emergência. Os casos mais graves eram encaminhados para Tefé.

Na época de fundação de Fortaleza de São José, em 1946, os moradores eram todos católicos, e realizavam uma festa em homenagem a Sant'Ana, que acontecia no dia 29 de julho. Mas, em 1986, a maioria da população se converteu a uma denominação cristã evangélica ligada à Igreja Assembléia de Deus. Nos anos 90, em data que os narradores não souberam precisar, foi construída uma igreja para a celebração dos cultos. Em 1993 os cultos eram dirigidos pelo professor Benjamin Amaral Neves.

Ao longo de sua história o número de moradores de Fortaleza de São José sofreu uma variação muito grande, marcada pela entrada e saída de famílias. De acordo com as informações de uma das moradoras mais antigas, Sra. Felismina Martins Neves, o fundador de Fortaleza de São José foi o seu pai, Marcelino Martins de Almeida, no ano de 1946. Antes ele morava no Canariá, um povoado situado na terra firme. O motivo da saída foi a falta de terras disponíveis para a criação de gado, porque as terras situadas mais próximas do povoado já possuíam dono. Além disso, aquelas famílias que desejassem fazer criação de gado na terra firme deveriam construir cercas para prender os animais, mas na várzea, ao contrário, como as terras são abundantes e as comunidades distantes umas das outras, não havia a necessidade de construir cercas. Ciente disso, Marcelino Martins resolveu escolher uma área de terra na várzea onde não existiam moradores, e iniciou sua criação de gado, adquirindo direitos de posse sobre a mesma. Os atuais moradores de Fortaleza de São José são seus descendentes, filhos, netos e bisnetos.

"Ele morava lá no Canariá, aqui no rio [Solimões] mesmo, município de Alvarães. Eu acho que saiu porque ele queria criar gado. Ele ali não criava porque era terra firme. Aí ele veio para a várzea. Aqui ninguém morava, foi ele mesmo que abriu esse caminho. Eu tava com sete anos quando ele veio. Depois é que veio seu Joaquim Bento. Eu acho que ele é dali do Envira, que ele morava aqui para cima num tal de Envira, aí no Solimões. Eu acho que é acima do Mari-Mari. É um paraná lá na frente do Macoapani. Eu acho que ele queria morar também para cá. Não achou bom lá" (Felismina Neves, Fortaleza de São José, março de 1993).

Segundo Benjamin Amaral Neves, neto de Marcelino Martins, a origem do nome do lugar como Fortaleza de São José se deve ao fato do Marcelino Martins ter nascido no Ceará. Ainda pequeno, seus pais mudaram para Monte Alegre, no estado do Pará, e depois para o Canariá, de onde Marcelino saiu já adulto para fundar Fortaleza de São José. Marcelino Martins morou em Fortaleza de São José até 1972, quando foi embora para Manaus, onde residia em 1993 com alguns filhos e netos.

Um dos primeiros moradores de Fortaleza São José lembrados pelos narradores foi a família de Joaquim Bento, que morava anteriormente no lugar de nome Envira, rio Solimões, que construiu a segunda casa. Joaquim Bento residiu em Fortaleza por vários anos, e após sua morte os filhos foram embora para Manaus e para Tefé. A terceira família a chegar foi a de Félix Pereira, procedente da localidade Puna, situada na margem oposta do rio Solimões. Ele residiu em Fortaleza por cerca de quatro anos, quando decidiu mudar com a família para a cidade de Uariní. Anos depois, ao se separar da esposa, ele decidiu retornar ao Punã, onde veio a falecer. A ex-esposa e os filhos foram embora para a cidade de Coarí.

A quarta família a migrar para Fortaleza de São José estava formada por Pedro Guará e seus filhos. Eles residiram durante sete anos em Fortaleza de São José, e depois mudaram para o Canariá. A quinta família a chegar foi a de Luís Soares, procedente da cidade de Uariní. Ele foi morar em Fortaleza para cuidar do gado de Aprígio Mota, ex-prefeito do município de Uariní. Cinco anos depois, ele retornou para a cidade de Uariní.

Ao longo dos anos, outras famílias também construíram suas casas em Fortaleza de São José e eram formadas pelo casamento dos filhos desses primeiros moradores com pessoas do próprio local ou de fora. Este é o caso de Felismina Martins, filha de Marcelino Martins, que casou em 1953 com Gonçalo de Ataíde Neves, que nasceu no Tapiira, mas residia com os pais no São Benedito do Cauaçu, comunidade situada próxima a Fortaleza de São José. Mas o crescimento do povoado também ocorreu com a chegada de famílias de outras regiões. Em 1986 chegaram as famílias de Luzia Sambrana da Silva com o esposo Raul Macário e filhos, e o genro Raimundo Xota de Oliveira. Eles moravam na comunidade de Porto Praia, de etnia Tukuna, situada a alguns quilômetros de Fortaleza de São José, na mesma margem do rio Solimões. Estas famílias residiam na localidade de nome Tarará, município de Fonte Boa, de

onde saíram para morar em Porto Praia, atendendo a um convite do irmão de Luzia Sambrana, José Macário. Em Porto Praia eles residiram durante cerca de sete anos, quando resolveram mudar para Fortaleza de São José. Em 1991, chegou uma filha de Luzia Sambrana, de nome Cléia da Silva Macário, acompanhada do esposo Antonio Batista da Rocha, também procedentes do Tarará.

Em Fortaleza de São José foi criada a organização comunitária, em 1988, a pedido do prefeito de Uariní, Ângelo Moura, e teve sua primeira diretoria formada por Raimundo Cordeiro Neves, presidente; Raimundo Xota de Oliveira, vice-presidente; Benjamin Amaral Neves, tesoureiro; Hermínio da Silva Macário, secretário. Em 1993 a diretoria estava formada por Bernazildo Martins Neves, presidente; Raimundo Cordeiro Neves, vice-presidente; Berlaíde Martins Neves, tesoureiro e Benjamin Amaral Neves, secretário.

No início dos anos oitenta, Gonçalo de Ataíde Neves começou a realizar um trabalho de preservação de lagos e de madeira, em terras de sua propriedade. Ele conseguiu uma autorização junto ao IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), Posto Florestal de Tefé, para fazer o trabalho de preservação da fauna e da flora em Fortaleza de São José. Gonçalo iniciou este trabalho porque sentiu que o peixe estava diminuindo com a entrada dos "peixeiros"¹⁷ nos lagos. Segundo ele, no início o trabalho de fiscalização foi difícil, mas com a criação da Comunidade, em 1988, ele teve mais ajuda para impedir a invasão dos lagos e o corte da madeira. Os moradores escolheram o lago Pimentão para realizar um trabalho de manejo, voltado principalmente para a preservação do tambaqui e do pirarucu. Mas, antes dos moradores realizarem a primeira pescaria, o lago foi invadido por pescadores que utilizavam rede malhadeira e arrastão.

"A gente vem pelejando há muito tempo, desde que criou o IBDF lá em Tefé (...) porque tava dando muito prejuízo e problema para guardar o lago. Porque eu era sozinho, aí procurei meus direitos para poder guardar mesmo o lago, para não deixar os peixeiros invadir. Mas eles não atendiam né. Foi indo, foi indo, foi passando até que chegou essas casinhas, antes de chegar a comunidade. Então, aí teve força de agora empatar os peixeiros de invadir as propriedades. Os pescadores que pescavam não pescam

¹⁷ Grandes barcos pesqueiros procedentes de Manacapuru e de Manaus, com capacidade de armazenar várias toneladas de peixe.

mais. Antes do peixe diminuir era possível pegar bastante peixe em questão de poucas horas, pois havia muita fartura de tucunaré, aruanã, pirarucu e tambaqui. Pirarucu tinha muito, agora não tem mais, tá acabando. Naquela época pescador fazia dois fábrica aí nesse lago. Agora não faz nem um. A malhadeira acabou mesmo, espanta, né. Na época das duas safras era só hástrea, e agora não” (Gonçalo Neves, março de 1993).

Em 1993, os moradores de Fortaleza estavam realizando um trabalho de preservação nos lagos Pimentinha (voltado apenas para a procriação dos peixes) e Pimentão (para a manutenção dos moradores). A pesca voltada para a comercialização era realizada mais nas margens do rio Solimões no verão, e nos lagos não preservados.



Moradores da comunidade de São Benedito de Cauaçu.

3. São Benedito do Cauaçu

NARRADORES: *José Medeiros de Aquino, Aida de Souza Pissanga, José dos Santos Medeiros, José Cavalcante.*

Em 1993, São Benedito do Cauaçu estava situado dentro do Paraná do Cauaçu, na margem esquerda do rio Solimões. Para se ter acesso ao povoado na época do inverno era necessário utilizar uma embarcação, mas no verão, com a seca do paraná, as pessoas tinham que andar um longo trecho sobre uma praia de areia fofa e depois seguir por uma trilha por dentro da mata. Tais características ambientais estão associadas com a saída das famílias deste local para formar um novo povoado às margens do rio Solimões, poucos anos depois. Os povoados mais próximos de São Benedito do Cauaçu eram São Francisco do Mirafior, na parte de cima, Porto Praia e Fortaleza de São José, na parte de baixo.

A população de Cauaçu era composta de 43 moradores, que formavam 7 famílias, distribuídas em 7 casas. A maioria dos moradores era católica e tinha como padroeiro São Benedito, festejado sempre no dia 6 de janeiro, dia de Santos Reis Magos. Em dezembro acontecia outra festa religiosa em homenagem ao menino Jesus, também conhecida como "Natal em Família" e que contava com a participação dos moradores. Na comunidade havia uma escola de ensino fundamental, que foi construída em

1989, onde funcionavam turmas de 1ª e 2ª séries, frequentadas por 15 alunos, com idades variando entre 5 e 16 anos. A primeira professora foi Terezinha Marinho, que na época residia no povoado vizinho de São Francisco do Mirafior. Em 1993, o professor era Ivan Ferreira, que antes morava em Manaus. Com relação à assistência médica, não existia posto de saúde no local. As pessoas buscavam atendimento em casos de pequenas urgências junto ao agente de saúde Evaldo Rodrigues, que residia em Santa Domícia, terra firme, e os casos mais graves eram encaminhados para Uariní ou Tefé.

A principal atividade econômica dos moradores, no sentido de gerar renda para o sustento das famílias era a agricultura, com o cultivo de roças de mandioca, milho, feijão, melancia e banana. A farinha de mandioca e a banana eram os principais produtos vendidos para compradores de Coarí, Uariní e Tefé, pequenos comerciantes que percorriam a região em seus barcos realizando a venda de mercadorias e recebendo o pagamento na forma de produtos ou dinheiro. Esses comerciantes eram referidos como marreteiro, regatão, comerciante e bananeiro, para aqueles que compravam apenas a banana. A pesca para comercialização era realizada principalmente no verão, seja para a captura do peixe liso (surubim, dourada, piraíba, piramutaba, dentre outros bagres) ou do pirarucu, que era vendido seco e salgado. Durante o inverno, a pesca estava voltada para garantir a alimentação das famílias. Em Cauaçu existia uma pequena criação de gado branco que pertencia a um fazendeiro do Uariní, mas havia também algumas cabeças de gado pertencentes às famílias do local.

Segundo os narradores, São Benedito do Cauaçu foi formado em 1973 por José Medeiros de Aquino¹⁸ e a esposa Aida Pissanga, que estavam acompanhados dos filhos José dos Santos Medeiros, Domingos Medeiros, Rosalina Medeiros, Maria das Graças Medeiros, Maria das Dores Medeiros e Idailde Medeiros, todos com suas respectivas famílias; e também havia a família de José Cavalcante. A família de José Medeiros havia morado anteriormente em outros povoados, dentre

¹⁸ José Medeiros faleceu em 2005. Ele era um dos principais guardiões da memória sobre a história dessa região do Solimões, tendo morado em vários povoados. Dono de uma memória fantástica e de uma grande capacidade de verbalização, ele nos ajudou a costurar os fragmentos de memória de vários povoados da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, atuais e extintos, situados na área do rio Solimões.

eles o São João¹⁹, o Mirafior²⁰ de onde mudou com a família para outro lugar situado também no rio Solimões, onde fundou o povoado que ficou conhecido pelo nome de África²¹, um povoado já extinto que estava localizado na mesma margem, em frente ao atual povoado Punã. Anos depois, José Medeiros teve que sair do povoado África porque lá ocorria a terra caída. Foi então que decidiu escolher uma área na terra firme para morar, pois esperava que nesse tipo de ambiente estivesse livre da terra caída.

Ele então escolheu o povoado São Francisco do Canindé, também conhecido como Beleza, situado na terra firme, margem oposta do rio Solimões.

“É o seguinte. Eu vou e me coloco aqui que é uma praia, que não é terra alta, uma restinga, por exemplo. Alaga cinco anos, como alagou quando eu morei aqui desde 72 até 77. A alagação foi uma em cima da outra. Eu já ia me evaporar. Eu não ia aguentar que era todos os anos alagava. Todos os anos. Não aguentava mais nada. O que tinha de plantação, morria tudo e não podia plantar. Quando dava fé, tava de novo. Tava chegando a alagação. Era coqueiro, pegava um coqueiro, antes que chegasse no palmito já morria. Hoje em dia eu sei tudo, mas graças a Deus conseguiu e aguentei ainda. Já inundou aí, mas passou uns quatro anos sem alagamento. Depois é que a gente se muda. Agora, se tem outro terreno logo aqui e alaga bem pouquinho, a gente vai direto para lá. Depois planta e coisa e tal. E não vai longe, já tá tudo alagado. Onde que a gente vai ficar, produzir? Vai caçar terra mais alta do que essa que é para poder ele ficar, porque ele tá com medo do inverno. Onde tá o inverno devagar, onde tá todo mundo de bubuia. É por isso que faz assim essa mudança” (José Medeiros, São Benedito do Cauaçu, outubro de 1993).

Mas suas previsões não se concretizaram, pois, decorridos poucos anos, José Medeiros foi obrigado a procurar outro local para morar porque no povoado Beleza a terra estava caindo e ameaçando levar as casas. Ele então reuniu os filhos para tomarem uma decisão sobre o local para onde deveriam mudar. Eles decidiram construir suas casas na margem oposta do rio, dentro do Paraná do Cauaçu, em um local onde havia muitas praias e não apresentava ameaça de terra caída. Mas, outros fatores também contribuíram para a escolha desse local; um deles foi o fato de José Medeiros

¹⁹ Adiante, neste capítulo, veremos o histórico do povoado São João.

²⁰ Primeiro povoado. Ver outras informações no histórico deste povoado mais adiante.

²¹ Ver histórico deste povoado no capítulo que trata dos povoados extintos.

e os filhos trabalharem com pesca na região do Jarauá. O Paraná do Cauaçu é uma rota muito conhecida que liga o rio Solimões aos vários lagos existentes dentro da região conhecida como Jarauá²², e também ao rio Japurá. Outro fator que também contribuiu para que ele voltasse para a várzea foi a possibilidade de criar gado sem precisar cercar os campos, e isso não era possível na terra firme.

O pessoal diz:

"Não, que da terra firme não sai, só quando morre! Continua brigando, toma o terreno do outro, pega outro imprensado ali, mas tá lá. Outro motivo é que a gente quer criar também, quer fazer negócio de criação, e lá na terra firme não se pode criar, só quem tem dinheiro que compra o arame para cercar aquela roda de terra. O grande comerciante ganha dinheiro para cercar e a gente não tem para criar um porco, um boi, um carneiro. A gente tem que catar assim uma ponta de terra para criar" (José Medeiros, São Benedito do Cauaçu outubro de 1993).

No Paraná do Cauaçu José Medeiros e os filhos construíram suas casas e começaram a trabalhar. Ele fez a seguinte descrição do local quando ele chegou:

"Não morava ninguém. Só ali no Miraflor que morava o Elias Cordeiro e aqui ninguém. Era tudo desabitado. O rio passava aí em frente. Isso aqui é terra nova (...). Não tinha essa praia aí em frente. Nada, nada. Era só o Solimões aí. E foi quando saiu uma praiazinha lá pra cima, um embaubal" (José Medeiros, São Benedito do Cauaçu, março de 1993).

Decorridos alguns anos após a formação de São Benedito do Cauaçu pela família Medeiros e de José Cavalcante, outras famílias vieram se juntar a eles. Uma dessas famílias era formada pela neta de José Medeiros, Neide de Souza e seu esposo Raimundo Alves. Alguns anos depois, o casal se separou e um foi embora para Tefé e o outro para o Punã. Em 1987 chegou a família de Adelson Ferreira, que nasceu no Tarará, município de Fonte Boa. Adelson morou em diferentes lugares, tais como a cidade de Coarí e o povoado Porto Praia, de onde saiu para morar no Cauaçu. Nessa mesma época, a família de José Cavalcante, uma das primeiras famílias a chegar ao Cauaçu, mudou-se para Manaus, onde residiu por quatro anos, mas retornou

²² Região que compreende um complexo de vários lagos piscosos onde muitas famílias se dedicavam a pesca do pirarucu no verão, realizando as "feitorias".

novamente ao Cauaçu. Segundo o próprio José Cavalcante, em Manaus ele não conseguiu um lugar para morar.

Até o ano de 1993 os narradores afirmaram que a população de Cauaçu tinha sido instável porque o povoado já chegou a ter 12 casas, mas algumas famílias foram embora, como é o caso das filhas de José Medeiros, Rosalina Medeiros, Maria das Graças Medeiros e Maria das Dores Medeiros, que em 1982 foram morar em Manaus.

Em 1984 os moradores do Cauaçu foram incentivados pelo Frei Falco Michiels, da Prelazia de Tefé a iniciarem um trabalho de preservação do pescado. O Irmão Falco, como era conhecido por todos, também organizou os moradores dos vários povoados da região a criarem uma organização comunitária, quando os povoados passaram a ser denominados como Comunidades. Ele também organizou as Comunidades em associações conhecidas como Setores. Os moradores dos povoados foram estimulados e orientados a desenvolver atividades de manejo de lagos, e para isso eles deveriam escolher alguns lagos situados em áreas próximas de suas casas para iniciar um trabalho de preservação visando à procriação de peixes. O trabalho de conscientização era feito principalmente com os catequistas e as lideranças locais, os quais sempre participavam de reuniões organizadas pela Prelazia que aconteciam na cidade de Tefé ou em algumas comunidades onde se organizava o Setor. Apenas três pessoas de São Benedito do Cauaçu participavam dessas reuniões com regularidade, eram elas: José dos Santos Medeiros, seu irmão, Domingos Medeiros e Deraci Pinheiro. Para melhor coordenar os trabalhos, a Prelazia distribuiu alguns formulários pedindo para que os moradores indicassem os nomes das pessoas que participariam do trabalho de preservação. Também pediu informações referentes ao tamanho, comprimento e profundidade dos lagos, e a distância do lago em relação ao povoado, para saber se era de fácil acesso ou não. Este era um dado importante para o sucesso das atividades de manejo. A recomendação era que as pessoas escolhessem um lago que fosse de difícil acesso, e relativamente isolado, para fazer o trabalho de preservação. Os moradores de Cauaçu escolheram o lago Urucurí, que segundo eles, era um lago fechado e de difícil acesso.

"Até agora tá com sete anos que começou a lei da reserva, da preservação. Isso foi uma luta. Uma luta que foi de reuniões. Foi passado um convite pela Prelazia, que precisava haver uma reunião das comunidades. Foi o Irmão Falco que andava num motor. Ele era membro da Igreja e fazia o trabalho no beiradão, de fazer assim reunião nas

comunidades. Aí ele andou incentivando de uma em uma comunidade, no motor grande da Prelazia. Ele juntava as pessoas e levava para a reunião, querendo formar um Setor. E aí ele conseguiu formar um setor, esse Setor Liberdade aqui (...) e tem aqui esse Setor da Saúde, né, foi o primeiro quando chegou o D. Mário, bispo do Brasil. Foi eles que começaram o trabalho, que já tinha um começo de comunidade mesmo, como ele falou, que foi o MEB. E eles não puderam mais continuar colher a colheita e ficaram com vergonha porque mandou o povo trabalhar e não tinha onde consumir o trabalho, né. Aí deram baixa mesmo, não tinha força o trabalho deles. E foi até esse tempo que passou mais ou menos assim uns cinco anos parado. Daí que chegou D. Mário do Brasil aí continuaram o trabalho de novo com o finado Falco. Foram fazer reunião na Prelazia e lá já tinha experiência de comunidade e continuou o trabalho em reuniões nas comunidades para incentivar, para duas ou uma comunidade que participasse das reuniões. Aí ele conseguiu, desse Setor, sete comunidade para fazer um estudo no Setor Liberdade. Ele chegou nos convidando. Veio aqui e perguntou se eu não queria participar da reunião que ele já tinha convidado todas essas comunidades, já tinha convidado sete comunidades. Perguntou se eu ia lá e eu disse: – Vou. Aí ele foi embora e eu fui atrás. Aí chegemos lá tava mesmo essa reunião. Ele foi orientar o que é que ia acontecer, para que era o trabalho, para que era a reunião. Aí explicaram o trabalho, ia surgir uma lei que com mais gente ia acreditar, e a gente tava a serviço para que acontecesse mais logo, ia servir para nós e para os nossos filhos. Muitos escutou, meditou, mas muitos desistiram. Eu fiquei acreditando, né. Aí cada seis em seis meses tinha reunião. Eles vinham fazer. O finado Falco passava, pegava e levava a gente para lá. Era reunião de setores. Era reunião de catequistas locais, para explicar sobre esse assunto que eles faziam reunião. Ele explicava uma partezinha, incentivava uma parte, ensinava um estudo, incentivava a parte da preservação, como ia ser, como é que era. E se estavam de acordo. Aí todo mundo dizia que era bom porque se fosse guardar mesmo assim um lago, no meio de muitos, que tinha muitos. Dizia: – Vai ser por vocês, não é por nós não. Então ele formou uma assembleia em Tefé já depois que nós tava caminhando com ele três anos. Ele já sabia que o povo já marchava, né. Aí ele pronunciou uma reunião em Tefé, e perguntou quem podia ir: – Aquele que quiser ir eu dou condições, eu venho buscar. Aí todos disseram que ia. E tal dia ele ia passar aqui para pegar a gente. Aí nós fomos na reunião com ele. Daqui era quatro que andava com nós (...). Fomos mais ou menos em três reuniões com o finado Falco. Mas nós não tava entendendo ainda para que era isso. Ele só fazia dizer que era para preservação, para formar um grupo, que nós tinha que fazer isso que era bom para nós. Incentivava essa parte, né, da procriação. E nessas alturas a gente não tava entendendo nada. Até que fomos indo, fomos indo e com nove reuniões foi que eu fui perceber alguma coisa. E eles também foram incentivando. E não foi só um aí que não quis mais ir. E aqui eles também não acompanharam eu (...). Eles deram a dica para nós. Primeiramente eles mandaram um papel da prelazia para nós preencher. Aí nós ficamos olhando e

perguntamos como nós fazemos assim para preencher os dados do Comitê de Pesca. Quem queria ser? Qual era o nome do lago? Tal lago era de procriação e o tipo de material, como é que é. Aí fizemos reunião na comunidade, coloquei a questão aí nós fomos debater esse assunto na comunidade. E aí foi o lago Urucuri que nós tiramos porque era um lago intocado, que tinha que ser um lago que não fosse um lago aberto, fosse fechado, tivesse entrada, mas não tivesse saída. Aí nós fomos incentivando e aí ele pediu a resposta de volta. Que era para preencher e devolver no outro mês. Aí nós preenchemos o nome das pessoas que queriam ajudar a guardar, quantos eram. Naquele tempo não era comitê de pesca. Era para ajudar a guardar, quem queria, e quem não queria. Aí fizemos essa reunião. Aí veio de novo outro papel com outra dica, já dizendo o tamanho, o comprimento, a distância da comunidade, tamanho e fundura. Aí nós fizemos. Isso foi em 84. Aí o povo já tava falando em procriação, em reserva [...] Foi quase dez anos essa luta” (José Santos, São Benedito do Cauaçu, março de 1993).

Mas antes da Prelazia de Tefé iniciar este trabalho, os moradores de Cauaçu já haviam vivenciado uma experiência muito positiva de preservação que ocorreu no ano de 1983, quando José Medeiros resolveu “guardar” uma área de praia que era muito procurada pelas gaivotas para desovar, e onde havia um lago que abrigava várias espécies de peixes e “bichos de casco”. Porém, moradores de comunidades vizinhas estavam explorando exaustivamente esta praia e o lago, e alguns animais já estavam ficando escassos. Munido de uma autorização do IBDF, José Medeiros começou um trabalho de proteção da área que consistia em impedir a pesca no local. Segundo ele, logo no início houve muita resistência por parte das pessoas que exploravam o local, e algumas delas chegaram a fazer ameaças de agressão física. Como José Medeiros trabalhava sozinho, o trabalho de fiscalização da área era muito difícil. Segundo ele, foram muitas noites que ficou sem dormir vigiando o local para impedir que moradores das comunidades vizinhas capturassem tartarugas na praia que estava sendo preservada.

“Eu fiz um tabuleiro aí onde está morando essa mulher. Era tabuleiro que eu guardei. Fui lá pedir a permissão, ela disse: ‘– Pode guardar’. Guardei dois anos. Como deu fartura aqui! E eles em cima de mim, só faltavam me comer. Nesse tempo não tinha comunidade, era só eu e Deus aí aguentando. Eu dizia: ‘– Não, tenho que guardar. Tenho que guardar!’ Chegavam lá um chorando, pedindo pra pegar um tacajá, não tem carinho, não. Porque se desse uma coisa para ele, tinha que dá para você, tinha que dá pr’aquele. Portanto eu aguntei firme” (José Medeiros, São Benedito do Cauaçu, março de 1993).

Após alguns meses desse trabalho, as gaivotas começaram a povoar e a desovar na praia novamente. Algumas espécies de peixes também voltaram a aparecer no lago,

principalmente o surubim, e somente então José Medeiros pôde ver o resultado do seu trabalho. No entanto, logo que ele deixou de fazer a fiscalização da área, os pescadores voltaram. Agora, além do peixe, eles também pegavam os ovos das gaivotas e dos tracaajás, pescavam com redes caçoeiras, o que contribuiu para diminuir novamente o peixe do local. Esse exemplo de preservação animou os moradores do Cauaçu a realizarem um trabalho semelhante nos outros lagos. Segundo José Medeiros, "Se uma pessoa só conseguia fazer um trabalho de preservação, se todos participassem, o trabalho seria mais fácil..." Mas José Medeiros conserva uma lembrança da época dos patrões, que aponta para outro tipo de interpretação de preservação, já que estava voltada para a exploração comercial.

"Aí no Punã eles trabalhavam da seguinte forma. O velho Alceu Gama ainda se meteu em preservação. Mas sabe qual era a preservação dele? Era ganhar dinheiro! Por isso é que o pessoal tinha medo quando falava em reserva. Ele conservava aqueles lagos para tirar o quê? A pluma das garças, do mergulhão, de todos os pássaros. Tirava todas as plumas, matando os animais. A preservação era essa. Tirava aqueles feixes de 1 kg, que dava não sei quantos milhões. O pai da Aida ainda tirou pena para ele. Ia tudo aí para fora. É por isso que o pessoal tinha medo quando falava assim em preservação" (José Medeiros, São Benedito do Cauaçu, março de 1993).

O fato de ter residido em diferentes lugares de uma mesma região do Solimões permite a José Medeiros conservar fragmentos da história de vários povoados que existiram nessa região. São fragmentos de uma história marcada por eventos ambientais ou pela presença de algumas pessoas que tiveram papel relevante para a existência dos povoados, geralmente um patrão que possuía um comércio e cuja freguesia estava espalhada pelos vários povoados próximos. Por exemplo, no conjunto de memórias que ele conserva da época em que morou no povoado África, ele destaca o povoado Jaquiri e a figura de um patrão que lá residia de nome João Alves; lembra do povoado conhecido como Paraná do Prego, que mencionamos acima e onde morava um comerciante e patrão de nome Januário Gama.

"Só que não morava esse pessoal que tá agora (Jaquiri). Morava a família Alves, João Alves, que era dono de um porto de lenha muito grande. Ele tinha um barracão e era dono daquilo ali. Ele tinha um barco chamado Jaquiri. Depois que ele morreu, os filhos foram embora. Era no tempo que o Januário Gama morava no Paraná do Prego" (José Medeiros, S. B do Cauaçu, outubro de 1993).

A memória também está pontuada pela produção, pelos lugares conhecidos pela fartura de peixe e de caça, como a região do Jarauá onde as famílias realizavam feitorias no período do verão. Em alguns desses locais de pesca foram formados pequenos povoados, e os moradores estavam vinculados a um comerciante/patrão que dava assistência fornecendo mercadorias e fazendo a coleta da produção com suas embarcações.

“Entrava aí para o Jarauá só para pescar. Ia até na boca do Japurá. Tinha gente por lá só pescando. Moravam assim de pescaria, iam no fábriço do peixe. Quando enchia [época de inverno], ficava algum pescando, algum tirando madeira. Depois já foram construindo casas. Iam tirar madeira e já ficava lá. Ficavam ali no Samauma, onde morava aquele Januário Martins tomando conta. Agora ele já não mora mais aí, mora aqui para banda do Araçá, no Japurá. Quando nós saímos de lá, não morava ninguém ainda no Cedro. Era só pescando mesmo. Depois já para cá é que foi formando Comunidade” (José Medeiros, São Benedito do Cauaçu, outubro de 1993).

Ao longo dos anos, várias mudanças ocorrem na paisagem onde está situado o São Benedito do Cauaçu e as pessoas puderam acompanhar ano após ano essas mudanças. A principal delas foi a transformação das praias, que aos poucos foram crescendo e se transformando em ilhas, e isolando o povoado do rio Solimões. Assim, a cada ano quando ocorre a seca do paraná, as pessoas avaliam as possibilidades de continuar residindo naquele lugar.

“Quando eu cheguei aqui fechava esse paraná, mas não tinha essa praia aí na frente. Essa praia aqui tá com dois anos que ela sai. No ano trazado ela saiu, mas a ponta ficava mais ali para cima. Ano passado ela saiu e ficou já aí na frente. A gente ia pegar água do lado de lá, ia pela praia. E agora ela já tá aí esse ano de novo (...). Aqui se faltar nossa farinha, se não tiver uma canoa para nós ir comprar, aqui não passa mais regatão nenhum. Não sabe nem se mora gente aqui dentro. Por mim eu já tinha era saído. Eu queira botar uma casa mais lá para a beira, para quando o rio viesse enchendo a gente tirava o pau e fazia um flutuantezinho. Era melhor do que aqui. A senhora viu como está a lama? Aqui é muito sacrifício para a gente ir todo dia buscar água lá na beira. E agora que está secando fica esse poço aí na frente, essa água preta (do paraná). A água branca [do Solimões] passa do lado de lá (da ilha que se formou no meio do rio). Aqui não tem mais recursos para a gente tomar uma água melhor” (Aida Pissanga, São Benedito do Cauaçu, outubro de 1993).

“Quando eu vim pra cá o Solimões já passava bem aí onde tá o grupo (escola). O motor encostava aqui. Aquela ponta que separou aí o Solimões, que separou, aquilo aí tá com uns poucos anos. Tá com uns dez anos. Dez anos pode estar essa ilha grande que tá aparecendo. Nós damos o nome dela de praia do Mirafior. O barco encostava direto e

agora foi tapando, tapando. Esta praia que está ali na beira já é do lado de lá. A gente falava dali daquele Mirafior, daquela terra de lá, a gente gritava para uma pessoa do outro lado [do rio] onde ficava o Castanha e ela escutava. O rio Solimões era estreitinho. Era muito perto para atravessar para o outro lado. Levava menos de meia hora, bem uns dez minutos e estava do outro lado. Hoje está levando quase meia hora atravessando. A gente gritava daqui para o outro lado e escutavam lá. Agora grite para o outro lado, dali daquela beira, lá da terra. A gente quase nem enxerga. O rio fica lá na beira, você quase não dá nem uma canoa a largura por causa que caiu muito, aterrou muito. Isso aqui era um Solimões enorme. O rio era por aí pela beira, beirando como é agora. A terra está criando na frente igualmente como Mirafior. Formou-se assim, sabe esse Mirafior era assim. Isso aí onde eles tão morando é uma enseada horrível. Foi aterrando, aterrando, aterrando. Assim mesmo era Mirafior. Era tudo rio aqui, aí foi aterrando. Quem que ficava mais lá? Ficou só a ressaca aí na frente. Pularam aí para fora, foram para qualquer lugar aí fora” (José Medeiros, São Benedito do Cauaçu, outubro de 1993).

Além dos problemas associados à dinâmica ambiental, as pessoas apontavam a incompatibilidade entre as diferentes atividades de produção que geram renda em momentos distintos, como uma dificuldade a mais na vida dos moradores.

“Às vezes os meninos vão pegar uns peixinhos, pegar uns bodós porque não tem outros meios mesmo. Porque acabou as roças, acabou as bananas que era do que a gente vivia. Eles vão fachear de noite, pegam um peixinho e depois vão vender lá no Uarini para comprar a farinha. Tem um gadinho aí, mas uns morreram na cheia. Quando a gente tá criando, vende uma galinha, vende uns porcos. Agora não tem mais porque plantaram roças logo aí. E para prejudicar eles, não dá para criar (porcos). Criar, só galinha” (Aida Pissanga, São Benedito do Cauaçu).

Embora o trabalho da Prelazia que estimulou as famílias do povoado a se organizarem em torno de uma comunidade tenha começado no início dos anos 80 do século XX, somente em 1988 foi criada a organização comunitária de Cauaçu, quando o povoado passou a ser denominado São Benedito do Cauaçu. O primeiro presidente foi José dos Santos Medeiros; o vice-presidente foi Sebastião Vasquez dos Santos; o Jares de Oliveira, como secretário; o Antonio de Souza, como tesoureiro e o José Medeiros, como membro do comitê de pesca. Em 1993, a diretoria da organização comunitária estava formada por Adelino Cavalcante, presidente; José Cavalcante, vice-presidente; Antonio de Souza, tesoureiro; Armando dos Santos, secretário; José Santos Medeiros, catequista; José Medeiros, Júlio Leonardo Alves, Antonio de Souza, Edelson Ferreira e Deraci Pinheiro Cavalcante, fiscais.



Moradores da comunidade de São Francisco do Mirafior.

4. São Francisco do Mirafior

NARRADORES: João Pinto dos Santos, Francisco Carvalho Cavalcante, Alcebiades Nascimento Vieira, Terezinha Marinho Nascimento, Maria Leonor Cordeiro, Jurandir Nascimento Vieira, José Medeiros de Aquino (São Benedito do Cauaçu), Sebastião Alves da Paz (Zozó, do Barroso)

Em março de 1993, o povoado São Francisco do Mirafior estava localizado na ilha do Mirafior, que era margeada de um lado pelo Paraná do Cauaçu e do outro pelo rio Solimões. O povoado possuía 58 moradores, formando 12 famílias, distribuídas em 7 casas que estavam localizadas nos dois lados da ilha do Mirafior, ou seja, no lado que era margeado pelo Paraná do Cauaçu e no lado que era margeado pelo rio Solimões. Os povoados mais próximos era Porto Praia, área indígena da etnia Tikuna, e o São Benedito do Cauaçu. As principais atividades econômicas dos moradores era a agricultura e a pesca. Eles cultivavam mandioca, milho, feijão, melancia e banana. A farinha de mandioca era o principal produto que vendiam diretamente nos mercados consumidores das cidades de Uariní e de Tefé, ou para compradores que chegavam até Mirafior procedentes principalmente de Coarí, Uariní e Tefé. A pesca era uma importante atividade econômica para as famílias do local, cujo momento de maior produção ocorria no verão, quando acontecia a safra do peixe liso (surubim,

dourada, piraíba, dentre outros). Assim, no verão quando as roças estavam sendo plantadas, era a produção pesqueira que garantia o sustento da população. No inverno, a pesca estava voltada principalmente para o consumo familiar do que para a venda, pois as pessoas estavam ocupadas com a produção da farinha de mandioca. Além disso, no inverno, quando o rio estava cheio, era mais difícil capturar o peixe. Algumas pessoas faziam uma pequena criação de gado que funcionava como uma espécie de poupança, pois somente era vendido para custear algum tratamento em casos de doenças ou para comprar algum artigo de grande necessidade.

A maioria da população de Mirafior era católica e tinha como padroeiro São Francisco, festejado no dia 4 de outubro. Algumas pessoas pertenciam à Igreja Batista Regular. O nome São Francisco do Mirafior foi adotado após a criação da organização comunitária, que teve o apoio da Prelazia de Tefé. Os trabalhos de catequese estavam a cargo de João Pereira e Terezinha Marinho Nascimento. Os moradores não dispunham de serviços básicos de saúde; em casos de doenças eles buscavam ajuda nas cidades de Uariní ou Tefé. Como não existia escola, as aulas eram ministradas pela professora Terezinha Marinho, na residência dos pais dos alunos, atendendo a um número pequeno de crianças.

Desde sua formação no início do século XX até o ano de 1993, o povoado Mirafior sofreu uma grande mobilidade das casas e da população, estando situado em três lugares diferentes. Esta mobilidade do povoado está associada tanto a transformações que ocorrem no ambiente, como a terra caída e a formação de praias e de ilhas que isolaram o povoado, quanto a fatores sociais.

Segundo os narradores, a formação do primeiro povoado ocorreu no início do século XX, mais ou menos em 1920, quando estava situado às margens do rio Solimões, banhado diretamente pelas suas águas. Segundo José Medeiros de Aquino, morador de São Benedito do Cauaçu, que residiu em Mirafior no período de 1925 a 1933, quando ele chegou ao povoado no ano de 1924, o rio Solimões passava em frente ao povoado, ou seja, não existia a ilha que recebeu o nome de Mirafior e onde estava localizado o povoado em 1993. Os grandes barcos *recreios* passavam em frente ao povoado. Nessa época, o leito do rio era mais estreito e permitia a comunicação entre os moradores de Mirafior e os moradores de outro povoado localizado na ilha do Castanha, situada na margem oposta do rio Solimões.

“Quando cheguei em 24 o Miraflores ficava bem na beirada do Solimões. Isso aqui era tudo Solimões. O navio atracava lá. O navio grande ia por aí beirando. Aquela beira ia botar lá no porto onde é hoje. Depois de 24, de 26 para cá foi criando essa terra aqui para trás. Criou a primeira, criou a segunda. Isso aqui é terra nova (...). Não tinha essa praia aí em frente. Nada, nada. Era só o Solimões aí. E foi quando saiu uma praiuzinha lá para cima, um embaubal” (José Medeiros, São Benedito do Cauaçu, março de 1993)

“Essa praia aqui tá com doze anos mais ou menos. É da idade de um filho meu, ele tá com doze anos. Essa praia foi no tempo que ele tava começando, então essa ilha também tava, quando ele tava com um ano mais ou menos” (Jurandir, São Francisco do Miraflores, março de 1993).

Quando José Medeiros chegou ao Miraflores, em 1924, lá encontrou algumas famílias que ali residiam há alguns anos, dentre elas estavam os irmãos Julio Valentin e Tomás Valentin²³; a família de Heliodoro Córdela, a esposa Maricota e o filho Heliodoro, que eram bolivianos e donos de um grande comércio. Morava também a família de Artiaga, outro boliviano que residiu anteriormente no povoado Aiucá. A família de José Medeiros estava formada por seus pais, José Antonio de Aquino, seu irmão Francisco Medeiros e a sogra Maurícia, as irmãs Josefa Medeiros (casada com Joaquim Vieira) e Nazaré Medeiros (casada com Luís Mariano). Eles moravam antes no povoado São João, localizado no paraná do mesmo nome, e cuja história veremos adiante.

“Quem trabalhava aqui era um colombiano que já morreu. Era Heliodoro Córdela. Ele que era o patrão. Comprava a produção daqui, pirarucu seco, tartaruga, farinha de mandioca. Vendia de tudo, vendia *estivas* (café, açúcar, arroz). Naquele tempo o rio passava aí em frente” (José Medeiros, S. B. Cauaçu).

“Heliodoro é o antigo dono daqui, antes do velho Elias Cordeiro. Heliodoro é pai de criação da minha mãe, mas não cheguei a conhecer. Era um comerciante. Dos fundadores daqui. Desse Artiaga eu me lembro muito mal. Eles eram moradores do Aiucá. Então eles permaneceram por aqui também. Ouvei falar em Artiaga, em Heliodoro. Mas quando cheguei aqui eles já não existiam mais” (João Pinto, São Francisco do Miraflores, outubro de 1993).

²³ Também foram moradores do povoado Aiucá, conforme veremos adiante.

As pessoas que residiam no povoado em 1993 não souberam informar sobre o motivo do lugar ter recebido o nome Mirafior, e o significado do mesmo. Algumas versões foram apresentadas, e são divergentes entre si:

"Por que deram esse nome ninguém diz para nós. Eu só sei dizer que isso é uma língua estrangeira. Mira é: "Olha". Deve ser "Olha a flor". Nesse tempo existia muita moça bonita aqui" (Alcebíades, Mirafior, março de 1993).

"Porque um peruano que morava aí, D. Jacinto de Lagra, disse que lá na terra dele tinha um nome que era Mirafior e ele foi morar aí e colocou Mirafior. É um lugar que tem no Peru. Ele já morreu, ainda tem uma filha dele em Coari (...). Antes nós morava aí quase na boca do Aiucá, porque a boca do Aiucá era bem aí perto. Não tinha um nome. Se alguém perguntava diziam assim: "– É quase na boca do Aiucá". Os navios chegavam aí e perguntavam: "– Onde vai pegar lenha?" Aí dizia assim: "– Defronte da enseada do Castanha". Tinha casa de lenha, defronte da enseada do Castanha. Aí foi o tempo que ele chegou e colocou o nome aqui e pronto, ficou o nome de Mirafior. Colocaram como Mirafior" (José Medeiros, São Benedito do Cauaú, outubro de 1993).

Ao longo dos anos ocorreram várias mudanças na paisagem. Na margem direita do rio, por exemplo, onde existia a ilha do Castanha houve o desbarrancamento das margens com a caída de terra e as famílias que habitavam a Ilha mudaram para outros locais. Hoje o lugar é conhecido como Enseada do Castanha. Em frente ao primeiro povoado Mirafior teve início a formação de uma praia que recebeu o nome de Praia do Mirafior. Posteriormente, essa praia deu origem à ilha do Mirafior, formando o paraná do mesmo nome. Assim, o povoado que antes estava localizado às margens do rio, ficou no interior de um paraná, o que trouxe graves consequências para a vida dos moradores. Outra transformação que ocorreu foi a formação de uma ressaca, causada pela grande quantidade de terra que foi sendo depositada pelo rio, e que aos poucos foi isolando o povoado.

No momento de seu apogeu o primeiro povoado Mirafior possuía um número expressivo de moradores, distribuídos em cerca de oito casas. A vida social era marcada por muitas festas. Os moradores festejavam São João, em junho, quando eram organizados os "cordões-de-boi". Essas festas atraíam pessoas das localidades vizinhas, sendo bastante concorridas. No que se refere à produção econômica, as pessoas realizavam diferentes atividades para obter seu sustento, tais como a pesca, principal fonte de renda, a agricultura que era realizada mais para a produção de farinha para alimentação,

e a extração de madeira de espécies como cedro, andiroba, muiratinga, virola etc., utilizada principalmente para fazer jangadas. Entretanto, na década de 1930, algumas famílias começaram a sair de Mirafior por causa das mudanças que estavam ocorrendo no ambiente, como referido acima. A família de José Medeiros foi uma das primeiras a sair em busca de outro local de moradia, pois estava ficando cada vez mais difícil conseguir água no período do verão devido à formação da praia em frente ao povoado. Algumas pessoas da família Valentin mudaram para o Aiucá. As famílias de Heliodoro Córdela e Artiaga voltaram para seus locais de origem, Bolívia. Aos poucos, as outras famílias também foram se dispersando, e decorridos alguns anos restava no primeiro povoado do Mirafior apenas a casa de Eurípedes Barbosa, uma portuguesa que no ano de 1953 vendeu suas terras para Elias Cordeiro e foi morar no povoado Canariá²⁴, na terra firme, onde ela possuía seringais. Anos depois ela foi embora para Parnaíba, no Piauí, sua terra natal.

“Quando o João Pinto chegou já tinha Mirafior. Quando ele casou-se com a filha do compadre Elias Cordeiro, já tinha o Mirafior. Nós já tinha saído daí do Mirafior. Já tinha sido vendido. A outra mulher que morava aí, essa Euripedes Barbosa, foi que ficou quando nós saímos. Ela veio morar aí em 1930, que meu cunhado fez um negócio com ela. Aí o que faz ela, foi-se embora já para Parnaíba e vendeu para este Elias Cordeiro, em 52, por quase nada (...). Mas, era o Mirafior lá dentro. Pra lá tem seringa naquela terra. Seringal plantado por essas mãos, porque a mamãe mandava nós fazer roçadinho assim e tinha uma lata de seringa velha de um peruano que viveu aí lá para cima, e veio para cá e espalhou seringa aí. Tem um bando de seringa aí. E tem um miritizeiro até hoje, não sei se derrubaram para lá. As nossas plantas que nós plantava ficou lá em cima do terreno, mas lá dentro. Não vai nunca achar a frente do Solimões aqui, já tá entocado esse terreno” (José Medeiros, S. B. Cauçú, outubro de 1993).

Foi formado então o segundo povoado com o nome de Mirafior, como novo grupo social, liderado pela família de Elias Cordeiro. Segundo alguns narradores, a família de Elias Cordeiro era de Iquitos, Peru. Ele chegou ao Mirafior acompanhado dos irmãos Francisco, Nazaré e Francisca Cordeiro. Na trajetória dessa família consta

²⁴ No imaginário local, Eurípedes Barbosa era uma dona de escravos que tinha a fama de ser muito severa. Contam que ela encontrou um pote de ouro, enterrado na época da Cabanagem. Ficou rica e foi embora para Parnaíba, Piauí.

que eles moraram no Paraná do Jarauzinho, no local conhecido por Tijuaca, provavelmente entre as décadas de 50 e 60.

"O pessoal que morava no Tijuaca (...) tem três moradores de uma mesma família nesse Mirafior, um é o Joaquim, tem o Francisco Cordeiro e o irmão dele, João Cordeiro. Tinha uma mulher chamada de Chiquinha (Francisca Cordeiro) que tinha uns gado e não sei se ela ainda mora aí. Era irmã desses dois" (Sebastião Alves, Zozó, Barroso, março de 1993).

"Essas famílias, a maior parte que moram lá, eles se deslocaram lá do Jarauá (Tijuaca), que moravam no Jarauá a maior parte deles. Depois se desgostaram e formaram uma comunidade em Mirafior antigo, e viveram muitos tempos morando ali. Depois formaram uma comunidade (organização), depois tinha negócio de escola. Foi no tempo do MEB. Eu me lembro que quando eu mesmo vim me localizar aqui no Mirafior foi em 75. Eu tô com dezoito anos aqui no Mirafior. Eu morava no Curimatá e constitui família aí fui morar lá na casa do meu sogro, aqui no Mirafior, que era o compadre Elias Cordeiro. Quando eu cheguei ainda existia essas famílias quase todas aí, que era o Chiquinho (Francisco) Cordeiro, o seu Mateus, de outra família. Quer dizer que já era uma comunidade. Existia muita animação. Tinha campo de futebol e a gente saía, a gente brincava. Tinha escola. Nessa época era compadre João Pinto que era o professor de lá. Festejavam lá São Francisco e Santo Antonio. Eram duas festas que existiam. E o irmão dele gostava de festejar São João, que era o Chico Cordeiro que morava aí. Todas essas famílias conheci em 75, que eu passei a morar aí também. Nessa época eu tinha 25 anos e hoje eu tô com 38. Quando eu cheguei existia era seis moradores, era seis casas: era o compadre João Pinto, o compadre Elias Cordeiro, o seu Chico, o Chiquinho Cordeiro e a comadre Chiquinha Cordeiro" (Francisco Cavalcante, São Francisco do Mirafior, março de 1993).

Há também informações de que Elias Cordeiro morou no povoado Aiucá, de acordo com sua filha Maria Leonor Cordeiro, moradora do Mirafior à época da pesquisa. A família Cordeiro era a mais importante do segundo Mirafior, sendo considerada proprietária das terras porque comprou da Eurípedes Barbosa, e também possuía uma grande criação de gado. Os descendentes da família Cordeiro foram casando com pessoas de outros povoados e formando novas famílias, como é o caso de João Pereira, que trabalhava embarcado e chegou a Mirafior no ano de 1958, onde casou com Maria Leonor Cordeiro, filha de Elias Cordeiro. Decorridos alguns anos após a chegada de Elias Cordeiro e irmãos, seus descendentes começaram a mudar para outros locais.

“Aqui era uma comunidade. Aí foram ajuntando esses pessoal até ter onze casas aqui. E depois a comunidade se acabou, foram para Manaus. Tinha o Francisco Cordeiro, o Elias Cordeiro, que justamente era meu sogro. Depois tinha o Sebastião Mateus, morou aqui seis anos; Frederico Batista, Dílson, filho de Sebastião Mateus. Depois Nilo Quinca, Raimundo Gentil, os descendentes de Elias Cordeiro, Francisco Cordeiro e Chiquinho Cordeiro (filho de Francisco), Raimundo Cordeiro, e meu irmão Américo Pereira. Tudo era casado, moravam aqui” (João Pinto, primeiro Mirafior, outubro de 1993).

Os filhos de Francisco Cordeiro, o Chiquinho Cordeiro, o Raimundo Cordeiro mudaram para Fortaleza de São José, e o Augustinho Cordeiro mudou para Santa Domícia, um povoado situado na margem esquerda do rio Solimões, na terra firme. Aos poucos pessoas de outras famílias também foram abandonando o local.

No ano de 1964, foi criada a Escola Radiofônica pelo MEB (Movimento de Educação pelas Bases), ligada à prelazia de Tefé. O primeiro monitor da escola, cujas aulas eram transmitidas através da Radio Rural de Tefé, foi João Pereira. A primeira turma tinha 25 alunos e era formada por crianças, adolescentes e adultos, e as aulas eram realizadas em sua própria casa. Ele também trabalhava como catequista e coordenava os trabalhos realizados pelos moradores, pois não havia ainda uma organização comunitária formal, mas as pessoas trabalhavam juntas, organizando *ajurí*. Foi João Pereira quem incentivou a criação de um time de futebol, o Time do Mirafior que disputava torneios com times de futebol de outros povoados vizinhos. No entanto, quando as pessoas começaram a abandonar o lugar, o time se desfez, pois a terra começou a cair no local onde estava o campo de futebol.

“Naquele tempo eu era professor do MEB. Desde lá eu comecei a ser alguma coisa da comunidade. Dava aula para vinte e cinco alunos, só mesmo criança, das oito as nove horas. Todos esses anos eu trabalhei como professor. Depois os padres começaram a frequentar a comunidade e lá também me colocaram como catequista. Aí eu trabalhei uma porção de ano. Depois eu fui animador de Setor, fui capitão de futebol. Em 60 e pouco tinha um time de futebol aqui, o Mirafior, chamava o time do Mirafior. Nós saía para jogar nas comunidades, no Uarini. A gente brincava muito. Aí aconteceu que desses tempos, foi quando foram se mudando. Então foi acabando a comunidade, aí eu fiquei sozinho, mas trabalhando também como catequista, como professor. Fui professor, depois, de Porto Praia, mas eu morava aqui. Mas todo dia eu ia para lá. Isso tá mais ou menos fazendo uns dezoito anos” (João Pinto, Mirafior, outubro de 1993).

Nos anos 70 chegaram outras famílias para morar em Mirafior, dentre as quais estava a família de Sebastião Mateus e o filho Dilson, oriundos do lugar de nome Catite, situado no município de Fonte Boa. Depois chegou o seu genro Frederico Batista, também do Catite. Estas famílias permaneceram em Mirafior durante uns seis anos, e depois Sebastião Mateus mudou para Tefé e o genro para a cidade de Uariní. Ainda em 1970 chegou o Nilo Quincas que residiu durante pouco tempo no lugar, e depois foi embora para Tefé. Também chegou a família de Raimundo Gentil, cunhado de Elias Cordeiro, vinda de Juanico, rio Juruá, que depois foi embora para Tefé; e a família de Américo Pereira, irmão de João Pereira, vindo do Curimatã, rio Tefé. José Américo morou em Mirafior durante uns dois anos, depois mudou para a cidade de Uariní.

No início dos anos oitenta restavam no primeiro Mirafior apenas três casas que eram habitadas por Elias Cordeiro e a esposa, Francisca Cordeiro; outra pelo genro João Pereira e a esposa, e a casa de Francisco Carvalho Cavalcante, genro de Elias Cordeiro, que chegou em 1975 vindo do Curimatã. Mais ou menos na metade dos anos oitenta Francisco Cavalcante construiu sua casa em uma área que estava situada próximo à entrada do Paraná do Mirafior.

"Dessas famílias nenhum permanece mais aqui (primeiro e segundo povoado). Só resta eu. Uns foram para Manaus, outros para Tefé. O Chiquinho mora ali na Santa Domícia. Frederico Batista foi para Uariní. Ele veio de lá do Catite. O Frederico era genro do Sebastião Mateus (...). Sebastião Mateus veio dali, naquele tempo chamavam de Palheta, mas hoje tem um nome de Catite, parece que é município de Fonte Boa. Daqui ele foi para Tefé. Tá com mais ou menos seis anos que já fazem. Ele foi embora por causa da dificuldade também do lugar, da seca, porque ficava dificultoso a gente conseguir água no verão (...). O Dilson também foi embora para Tefé. Nilo veio do Aiucá, morava no Aiucá e agora mora em Tefé. Raimundo Gentil é irmão da minha sogra e também se mudou para Tefé. Ele veio do Jarauá. E resta Sheila que nunca saiu daqui que é minha mulher, é filha do Elias Cordeiro (...). Eles foram embora aos poucos. Ia uma (família), depois ia outros. Foi acontecendo que primeiro foi embora o Sebastião Mateus. Depois do Sebastião foi sair Chico Cordeiro, depois do Chico Cordeiro foi saindo os filhos, foram de mudando, depois ficou já só três casinhas. Do Chico Cordeiro, minha e depois da minha sogra" (João Pinto, Mirafior, março de 1993).

Após a morte de Elias Cordeiro e da esposa, em 1986, ficou residindo no segundo povoado apenas João Pereira juntamente com a esposa Maria Leonor Cordeiro e os

filhos residindo em uma única casa, eram os últimos remanescentes dessas primeiras famílias que formaram o segundo povoado do Mirafior. Mas em 1993 João Pereira estava cogitando a possibilidade de mudar para Tefé.

“Essa casa toda vida foi aqui mesmo. A gente fez três casas aqui, só nesse lugar mesmo (...). Eu já estou aborrecido de estar vivendo aqui. Eu já quero me mudar pra cidade e ser enterrado ao menos na cidade. Eu sempre fico aqui é porque eu não posso sair porque eu tenho minha criação de gado. Essas outras famílias não tinham gado, não tinham nada. Então nesse tempo não tinham gado. Quem tinha gado era meu sogro, né, e não conseguiram ganhar. E eles foram embora que não tinham mesmo. E nós ficamos com os gado. E hoje eu não posso sair daqui devido as nossas criação. Mas se eu não tivesse criação eu não tava mais aqui não. Tem quarenta anos que tô aqui, não é quarenta dias não. E isso é muito difícil, parece que se eu me lembro, só eu. Nós não desistimos de jeito nenhum. É o gado que prendeu nós aqui, nós não podia sair. Até agora não podemos sair. Só que nós tamos querendo sair daqui. Quer dizer, isso não é de certeza, porque muitas vezes a gente pensa que é lucro, porque se deixar o que é meu aqui e ir pra lá, e depois, se eu não me der bem, como é que vai ser? Então tem que pensar muito bem, para poder achar uma saída, né” (João Pinto Pereira, outubro de 1993).

Ainda no início dos anos oitenta, algumas famílias começaram a chegar ao local onde foi formado o terceiro povoado do Mirafior, no local onde Francisco Cavalcante construiu sua casa. A segunda família a chegar foi a de Pedro Vieira, que residia anteriormente no Tarará, município de Fonte Boa. Com ele vieram os filhos Jurandir Nascimento Vieira e Ozéias Nascimento Vieira. Apenas o filho Alcebíades Nascimento Vieira veio de um isolado situado dentro do Paraná do Cauaçu. Na época que Alcebíades chegou ao local, encontrou poucas famílias morando no segundo Mirafior.

“Nesse tempo que eu conheci tinha três casas lá dentro do paraná. Aqui na beira não tinha nenhuma casa. Aqui no tempo que eu cheguei era um rio, não tinha nada, nem praia. Mirafior é essa ilha todinha. Pra lá do paraná aí já é ligado com Cauaçu, é a divisa. Baixando já é Cauaçu. A boca do Mirafior mesmo é esse que sai bem ali que já tá começando a fechar. Nessa época eu já morava aqui nessa ponta do Cauaçu, desse outro lado na ponta daí. Morei muito tempo aí. Eu conheci ele (Francisco Cavalcante) morando aqui. Desde a época que eu morei, que eu passei a minha casa lá de cima para cá, ele morava nessa ponta do Mirafior” (Alcebíades Nascimento, São Francisco do Mirafior).

A mobilidade geográfica do povoado coincidia com a mobilidade das famílias. Em 1989 Alcebíades Nascimento Vieira decidiu mudar com a família para Tefé de onde retornou no final de 1992 após separar-se da esposa. Nesse mesmo ano chegaram as famílias de José Joaquim, cunhado de Jurandir Vieira, procedente de Alvarães; e a família de Antunes Morais da Silva, de Tefé, cujos sogros residem em Miraflores.

No ano de 1992, seis famílias resolveram sair de dentro do paraná e construir suas casas numa área localizada às margens do rio Solimões. Em março de 1993, o povoado estava dividido em dois grupos de famílias, um grupo que residia dentro do Paraná do Miraflores, e um grupo que residia na ilha do Miraflores na parte situada às margem do rio Solimões. O novo povoado que foi formado às margens do Solimões possuía oito casas e recebeu o nome de São Francisco do Miraflores.

As causas da saída das famílias de dentro do Paraná do Miraflores para formar outro povoado com o nome de Miraflores foram principalmente ambientais.

“Ali no Miraflores (terceiro povoado) s já tem duas casas, que essas casas que estão aqui eram todas de l. Aí nós mudamos para cá. Aí ficou só a casa dele (Francisco) e do compadre João. L agora só tem duas casas” (Alcebíades Nascimento, março de 1993).

“Tudinho essas pessoas que estão aqui, que moram aqui, moravam tudinho l naquela mesma terra de l” (Terezinha Marinho, São Francisco do Miraflores, março de 1993).

Em 1993, chegou a família de Joaquim da Silva Vieira, um antigo morador que havia mudado em 1989 juntamente com os pais para Tefé, para continuar os estudos.

“Esse é o antigo Miraflores. Eu tô falando de como foi que acabou-se essa comunidade, n. Então justamente houve anos para cá que formaram essa comunidadezinha para l, bem ali onde tem aquelas casas (na beira do rio) e colocaram o nome de São Francisco do Miraflores. E depois, no ano passado, começaram a se passar para lá também. Mas o Miraflores mesmo antigo  esse. Miraflores  também uns três lugar, n. Que justamente o São Francisco do Miraflores passou-se para lá. Mas eu acho que não deu certo desde agora porque a enchente, já t tudo alagado” (João Pinto, primeiro Miraflores).

As causas da saída dessas famílias de dentro do Paraná do Miraflores foram principalmente ambientais, as pessoas encontravam dificuldades para obter água fresca e potável no auge do verão porque o canal do paraná ficava quase totalmente

seco, formando uma ressaca; elas tinham dificuldade para fazer o transporte da produção e tomar os barcos recreios para se deslocar até as sedes municipais. Estas limitações foram apontadas como as principais causas para a dispersão das famílias em busca de outros locais de moradia. No entanto, fatores de ordem social também foram identificados.

"A primeira vez que nós viemos, nós não ficamos pra morar. Não ficamos muito tempo. Nós estamos morando mesmo tá com nove anos (foi em 86). Nós saímos de lá por causa que fica muito difícil o problema da água no verão. Aí fica muito distante para gente pegar água, e lá fica tudo seco que é só um poço. Esquenta a água que a gente não tem condições nem de tomar um banho. Aí nós viemos colocar as casas pra cá porque fica melhor. E só fica ruim mesmo quando seca tudo mesmo aqui. Mas com tudo isso ainda dá condições pra a gente pegar uma água melhor. Mas isso é no verão. Ficava difícil assim pro recreio (pegar o barco para viajar). A gente ia para Tefé, a gente chegava de noite por aqui para ir para lá. E aí a gente resolvemos botar as casas para cá. Tornava mais próximo e às vezes a gente chega aqui, como vocês chegaram agora, se fosse para ir pra lá no verão ficava mais difícil. E a dificuldade só foi isso aí" (Jurandir, São Francisco do Mirafior, março de 1993).

"Eles saíram de lá (primeiro Mirafior) que já ficou só um sítio. Eles mudaram pra cá pra beira. Sabei porque foi ficando muita praia na frente e uma distância mostra por terra, pra chegar no rio na época da seca, e agora mesmo de inverno. Já vê essa ressaca? Por essa ressaca vai bater lá no Mirafior, lá na restinga onde era o rio. E agora, olha a distância que tem, quantas ilhas tem aí? Aqui tá o problema deles viver no Mirafior" (José Medeiros, São Benedito do Cauaçu, março de 1993).

"Aconteceu que devido se desgostarem, devido às enchentes e sempre quando acontece a roça ta começando né e termina seu trabalho assim, planta uma coisa quando é na época... E aí a maior parte da família do meu sogro tá morando na Santa Domicia – se deslocaram para lá. Então são duas, três ou quatro famílias que estão morando lá. Aí foi embora seu Sabá Mateus que foi pra Tefé, foi com a família, filho, filha e aí afinal de contas quem ficou? Os moradores saindo tudo, ficou só o finado Elias, que era meu sogro, morando. E eu que ainda morei lá uma porção de tempo logo depois que o finado morreu. Aí fiquei, minha sogra abandonou o lugar. Depois que ela faleceu aí a gente, eu me mudei de lá e vim para cá. Só que eu morei lá junto com eles um ano, junto com meu sogro e minha sogra. Aí eles conseguiram o terreno aqui, porque essa área aqui do Mirafior todo era do finado Elias Cordeiro. Aí passaram pra uma área de terra. Aí foi que eu passei a morar, fazer uma casinha. Aí foi chegando os pessoal aqui, o compadre Jurandir, já morava aqui também. Aí a gente foi se unindo, conversando, foi se ligando lá com

ele. Aí nós fomos tudo junto e formaram agora essa comunidade. Eu somente morei lá no (primeiro) Miraflores junto com minha própria casa foi um ano” (Francisco Cavalcante, São Francisco do Miraflores).

No processo de tomada de decisão para mudar um povoado de lugar as pessoas inicialmente precisam escolher uma terra observando algumas características do ambiente, tais como a altura da terra, a existência de terra caída, de lagos piscosos nas proximidades etc. Mas, após ser escolhida a terra, a mudança das casas somente ocorre após as pessoas observarem o comportamento das águas no período da cheia, para saber a amplitude da alagação sobre o terreno.

“A gente tá planejando mudar as casas. Teve uma enchente aí, logo que me passei pra cá, que alagou muito. Porque não sabia como é que ia ser essa enchente, se ia alagar mesmo. Porque ano passado alagou essa ilha aqui. Ano passado ficou muita terra, ficou alto aí. Aí o pessoal passaram as casas pra cá e eu fiquei lá. Ano passado deu uma enchente maior e eu fiquei apereado aí. E aí eu aguardei dizendo que vai encher muito. Vai muito fundo. Agora quando vazar o rio de novo, aí posso tirar minha casa. Posso fazer uma casa aí” (Jurandir, São Francisco do Miraflores, março de 1993).

Em março de 1993, algumas famílias que haviam saído de dentro do paraná decidiram retornar para o local onde estava a casa de Francisco Cavalcante²⁵, pois o local escolhido para formar o terceiro povoado, às margens do Solimões, tinha terras mais baixas e suas casas ficaram inundadas na primeira cheia²⁶, enquanto que no segundo povoado as terras eram mais altas e não ficaram alagadas.

“Aqui fica tudo mais fácil né, pra gente plantar. E l era terra mais pra gente criar; criar gado. E aqui não, a gente pode plantar a vontade e l é mais de criação de

²⁵ Na época da pesquisa havíamos cogitado a possibilidade deste movimento entre os dois povoados resultar numa dupla residência, com famílias morando temporariamente nas margens do Solimões durante o verão e retornando para dentro do paraná do Miraflores no período do inverno. Assim, ao adotar esta estratégia, talvez conseguissem superar as dificuldades da várzea, que eram bastante acentuadas em Miraflores.

²⁶ A cheia de 1993 alagou boa parte das terras onde estavam situados os povoados. Na época em que foi realizada a pesquisa, em abril e maio de 1993, usamos um barco como base de apoio para os deslocamentos entre as comunidades e algumas vezes chegamos a fazer reuniões no barco porque as casas dos moradores de algumas comunidades estavam alagadas.

gado. A gente tá fazendo pra cá fica melhor (...). Porque, por exemplo, se a gente fizer a casa como eles fizeram, que ano passado não foi no fundo muita terra. Eles fizeram uma varinha que a água chegava no assoalho. A altura d'água mais ou menos até onde ia chegar. Mas se enganaram, que o assoalho agora já tá no fundo. A gora a gente tem que deixar a situação né, deixar a água baixar e tirar a medida d'água pra, se por exemplo, de dois metros de fundura, a gente vai ter que fazer uma casa com três metros de altura" (Francisco Cavalcante, São Francisco do Mirafior, março de 1993).

Apesar da mobilidade das famílias e da formação de outro povoado às margens do Solimões, todas as famílias que viviam na área conhecida como Mirafior pertenciam a uma única organização comunitária que foi formada em 14 de janeiro de 1990, e teve a seguinte composição: Ozéias Nascimento Vieira, presidente; Cristóvão Carvalho Cavalcante, vice-presidente; Terezinha Marinho Nascimento, secretária; Francisco Carvalho Cavalcante, tesoureiro e Sebastião Vasquez dos Santos, catequista. Em 1991, a diretoria foi modificada com a saída do vice-presidente Cristóvão Carvalho Cavalcante que foi morar com o sogro em Tefé. A nova diretoria ficou assim formada: Jurandir Nascimento Vieira, presidente; Francisco Carvalho, vice-presidente; Terezinha M. Nascimento, secretária e tesoureira. Um comitê de pesca também foi criado, tendo Manoel da Silva Vieira e Valdevan Cordeiro dos Santos como fiscais. João dos Santos Pereira é o 1º representante da comunidade junto ao Projeto Mamirauá e o 2º coordenador do setor Horizonte. Antunes Moraes da Silva é o 2º representante da comunidade junto ao Projeto Mamirauá. Antes de ser formada a organização comunitária, os moradores de Mirafior participavam da organização comunitária de São Benedito do Cauçú, mas por divergência com os representantes da comunidade, resolveram criar sua própria entidade.

Em 1993, os moradores de Mirafior realizavam um trabalho de preservação de lagos para a procriação de peixes. De acordo com Francisco Cavalcante, desde 1955 seu sogro, Elias Cordeiro, já vinha realizando um trabalho de preservação, "guardando" o lago do Baú, que ficava em área de sua propriedade, proibindo a pesca de malhadeira e de *batição*, uma técnica de pesca que afugentava os peixes do lago. O lago do Baú continuou a ser preservado pelos outros moradores, pois é um lago fechado, farto de pirarucu e tambaqui, dentre outras espécies.

"Foi do começo de 55, já o meu sogro (Elias Cordeiro) já vinha guardando esse lago pra ele. Ele já vinha guardando muito tempo o lago do Baú, por causa que pertencia a área do terreno dele, propriedade dele. E ficou sempre empatando alguma gente pescar assim de malhadeira, de fazer batição, essas coisas aí. Matar os pirarucu. O pirarucu ficava muito nesse lago. Aí os pessoal vinham de noite e botava malhadeira, pescavam, roubavam de noite o pirarucu, levavam e vendiam por aí. Ninguém sabia quem era. Aconteceu muitas coisas assim. E aí ele resolveu guardar. Pegou uma ordem no Uariní, naquele tempo existia também um delegado no Uariní. Aí ele foi, pegou lá uma ordem e trouxe pra casa dele a ordem, pra mostrar pra qualquer uma pessoa que ele mandava ali. Então ele não deixava, a partir daquela época, não deixava ninguém pescar. Só podia pescar depois que falasse com ele, aí dava a ordem pra pescar. Mas assim mesmo o pessoal não queriam saber. Vinham sempre tentando, sempre pegando o peixe. Era de noite. Aí quando ele ia pra lá o que se via era um bocado de gente com vara. Já tinha pescado de noite. Aí foi indo, foi indo, até que os pessoal foi se afastando mais né. Ficaram mais já assim sabendo como era. Aí não frequentaram mais não. Aí foi o tempo que ele faleceu. Aí minha sogra foi e entregou pra mim fazer o mesmo que ele vinha fazendo. Foi em 75. Aí eu vim também fazendo, lutando, expulsando alguma gente que eu via no lago. E, assim mesmo, várias vezes as pessoas me prometeram de fazer alguma maldade comigo sobre a proibição que eu fazia lá pra eles. E assim eu vim lutando, vim lutando muitos tempos aí com esse lago, o lago do Baú. E aí formou essa comunidade do Cauaçu, aí a gente frequentava sempre o Cauaçu. Naquele tempo Mirafior não era comunidade ainda. Aí a gente foi frequentar lá. Aí o catequista de lá, senhor Santos Medeiros, falou pra mim se não era bom a gente, eles lá dá uma força pra me ajudar a vigiar o lago, expulsar alguma gente que viesse por lá pescando. Aí eu falei pra eles que era bom por causa que eu já tinha feito a fraqueza e a força lá. Andei escapando de apanhar de um talho (corte) lá no lago, no varadouro. Era só eu sozinho. Quem entrava era gente de fora, do próprio Cauaçu. Daqui da comunidade não entrava. Eram daí mesmo do Cauaçu e às vezes do Uariní que vinha alguma gente. Mas isso era muito difícil. Era mais mesmo o pessoal do Cauaçu que fazia a invasão aí do lago. Aí eu dei uma ordem pra ele que viesse uma pessoa lá e expulsasse também, ajudasse eu lá a fazer esse trabalho aí. E aí foi o tempo que nós se desligamos de lá da comunidade do Cauaçu e formamos essa daqui do Mirafior, onde nós tamo hoje aqui, no São Francisco do Mirafior fazendo nosso trabalho. Nós não sofremos mais aquelas dificuldades que nós tinha no Cauaçu. E nesse lago ninguém pesca, é só mesmo pra procriação. E hoje nós se unimos aí com o pessoal na comunidade (organização) e pra nós ficou muito mais melhor de que a gente tava" (Francisco Cavalcante, março de 1993).

Sobre o trabalho de guardar o lago iniciado por Elias Cordeiro, existe a seguinte informação,

“É porque ele tirou um documento dessa propriedade aí dele. Aí esse lago ficava dentro da propriedade, e daí ele conversando com as autoridades do Uariní, que tinha autoridade antigamente, aí falaram pra ele que o lago que tinha na propriedade dele era bom zelar, guardar. Não deixasse o pessoal invadir, fazer batção, essas coisas. Porque a batção espanta o peixe. O peixe se afugenta. Então foi por isso que ele achou que se guardasse o lago, ia ter peixe. Hoje o vizinho aqui da comunidade sabe que esse lago é um lago muito farto. Muito farto de tudo, de pirarucu, tambaqui, curimatá, tudo quanto é peixe. Tem muito peixe. Agora, às vezes acontece assim no verão que alguma gente fura aí, vara de canoa e pesca de noite escondido. É um lago que fica atrás de minha casa, num dá três minutos pra chegar lá. É um lago que não tem fundo é fechado, então é por isso que ele foi guardado aqui pelos outros há muitos tempos. E aí ficou eu trabalhando, enfrentando essas dificuldades aí com o pessoal do Cauaçu. Depois nós formamos a comunidade (organização) aqui do Mirafior, aí pronto, melhorou mais, ficou mais fácil. Porque nós assim tudo unido, a gente tinha mais força, né. E agora, graças a Deus, está tudo funcionando” (Francisco Cavalcante, São Francisco do Mirafior).

As pessoas preservam uma memória da produção que lhes permite comparar a situação dos recursos pesqueiros no presente com a situação no passado, com forte tendência a valorizar o passado.

“Eu fui pescador vinte anos, andava embarcado com um colega de Coari. Fui pescador aí em Jarauá. Cheguei aqui em 50, aí me casei aqui mesmo. Naquele tempo as coisas eram difícil, eram tudo difícil, não eram como agora que a gente tem a produção. Tinha muita produção, mas não tinha valor. Tinha pirarucu, couro de jacaré. Naquele tempo dava dinheiro só a pele, a carne não tinha valor, não prestava pra nada. E a produção maior era pirarucu. Peixe liso não existia naquela época. Na verdade, tinha peixe liso, mas agora é o seguinte, que não eram nada, né. Não compravam, não tinha comprador. Agora de uns poucos anos atrás que começaram a pesca do peixe liso. Tá com uns trinta anos. Eu pesquei muito peixe liso, surubim, piraíba. Eu fui piraibeiro. Afinal, fui tudo nesse mundo. Era mais fácil de encontrar o peixe liso naqueles tempo. Também a pesca era muito, tinha muitos pescadores, a gente se acompanhava com eles e eu fui tudo nesse mundo, né” (João Pinto, primeiro Mirafior, outubro de 1993).



Moradores da comunidade de Aiucá – Dona Rosa com os netos.

5. São Francisco do Aiucá

NARRADORES: *Rosa de Araújo, Francisco Felício, Raimunda Gomes de Araújo, Maria das Graças Rodrigues, José Américo, Matilde de Araújo, Aida Pissanga (Cauaçu), José Medeiros (Cauaçu).*

Em 1993 o povoado São Francisco do Aiucá estava situado no interior do Paraná do Aiucá, margem esquerda do rio Solimões. As localidades mais próximas eram Porto Praia e Santa Luzia do Horizonte, esta última situada na margem oposta do Rio Solimões. Em São Francisco do Aiucá havia 121 moradores, formando 16 famílias, distribuídas em 14 casas. As principais atividades econômicas era a agricultura e a pesca. Eles cultivavam roças de mandioca, milho, melancia, feijão, jerimum, além do cultivo da banana. A farinha de mandioca era o produto principal que era vendido, juntamente com a banana, para compradores de Coadí, Uariní e Coari, que chegavam até o povoado em seus barcos e levavam esses produtos para os mercados de Tefé e Manaus. Segundo os moradores, a pesca era uma atividade que garantia o sustento de muitas famílias durante o verão, quando ocorre a safra do peixe liso. No inverno, a pesca era feita mais para a alimentação, pois o peixe ficava mais difícil de ser capturado.

Os moradores de Aiucá eram católicos e o padroeiro era São Francisco, cuja festa foi realizada pela primeira vez em outubro de 1993. Como apenas uma vez ao ano o

padre do Uariní visitava a comunidade para fazer a "desobriga" (casamentos e batizados), os trabalhos de catequese eram dirigidos por Nilton Nascimento de Souza e José Américo. Em termos de infraestrutura, a população contava com uma escola que foi construída em 1992 pelo prefeito Angelo Rocha, do Uariní. O professor era Nilton Nascimento de Souza, que lecionava para 58 alunos de 1ª e 2ª séries do primeiro grau, com idades entre sete e 40 anos. Antes, as aulas eram ministradas na casa da professora Maria das Graças Rodrigues, que começou a lecionar em 1988. Em Aiucá não havia posto médico, os problemas de doenças eram tratados em Uariní ou Tefé.

Segundo os narradores, a ocupação do lugar remete ao início do século XX, pois em 1910 já existiam algumas famílias residindo dentro do cano do lago Japiim. Dentre os moradores que foram lembrados estão o José Costa, sua esposa Jandira e o filho Vicente Costa; o Julião e o filho Pedro. Com exceção de Pedro, que após a morte do pai foi embora para o Uariní, as demais pessoas residiram no local até morrerem.

Esse pode ser considerado como o primeiro povoado que deu origem ao São Francisco do Aiucá, e era conhecido como Japiim do Aiucá, por sua localização às proximidades do lago e do Paraná do mesmo nome. Sobre esse povoado e seus moradores existem poucas informações.

"Nós morava lá para dentro. O Japiim era da boca para dentro. Porque lá no Aiucá o paraná era esse que vai daqui (Cauaçu) e ia sair lá perto do São João. E o Japiim que chama entra por cá, pra quem vai pro Jarauá, pro Jenipau. Onde é agora o Aiucá era a boca do lago do Japiim. O meu pai morava aí na boca. Ele morava mais pra cima do Paraná. Nós morava aqui mais pra fora, na boca do Japiim que é um lago que tem lá" (Aida Pissanga, S. B. Cauaçu, outubro de 1993).

"No Japiim morou uma porção de gente. Morou Chico Ferreira, Sebastião Carvalho, Antonio e Sebastião Alves, filho dele; morou Julião não sei de que e o filho Pedro. Aí uns foram morrendo e chegando outros. A Rosa Araújo morava lá no Japiim, naquela terra do Japiim" (José Medeiros, S. B. Cauaçu, outubro de 1993).

"Lá tinha muitas casas, mas saíram tudinho de lá. Morava uma família de Sebastião Grande que chamavam. Era um homem que era alto. A gente chamava para ele só de Sebastião Grande. Tinha o Manuel Valentin e o compadre Antonio Pissanga. Ele era meu compadre e cunhado. Era ele, os filhos dele e a mulher Inês que já morreu. Só tem os filhos. Eu era casada com o irmão da mulher dele, Cláudio de Araújo. Mas tinha

muitas famílias ali. Tinha esse que chamavam Sebastião Grande, tinha o seu Daniel e os Valentinzada tudinho que era muito, era uma família grande. Os Pissanga chegaram depois desses Valentin. Quando a Valentinzada tava aí, foi que eles chegaram também. Aí o Antonio Pissanga saiu pra lá pra cima pro São Paulo (de Olivença), daí ele voltou e já foi morar em Tefé. Lá eles morreram já. Era ele e os filhos que morava aí e a sogra dele, Mercedes” (Rosa Araújo, São Francisco do Aiucá, março de 1993).

“A gente conhece por Aiucá essa parte da boca do lago do Aiucá, né. E ali embaixo também, naquela boca larga onde só tem parece que uma casa, a gente chama Aiucá. Lá dentro é São Francisco do Aiucá, lá na comunidade. Antes era Japiim. Tinha um senhor com nome de Valdo. Não sei como era o nome dele todo. Tinha um outro que chamavam Pissanga, tinha o Tiago, que era um peruano velho. Parece que ainda tem uns parentes dele aí. Daí de onde ele saiu, do paraná pra cima, tinha uma porção de gente. Tinha um homem chamado Chico Caniço, Francisco Caniço, que gostava de cachaça. E lá naquela boca donde tem só aquela casa ali, tinha um povoado meio grande (Aiucá do Japiim). Tinha uma porção de casa, uma família de Valentim que morava aí. Agora eu não sei nem por onde anda aquela gente. Parece que tem uns em Tefé. Tinha um primo meu que morava lá com o nome de Zezinho, Zezinho Goiano Soares. Apelido de Zezinho. Tinha o Julio Valentin, Jacinto Valentin. Eles moravam ai” (Francisco Ferreira da Costa, Santa Luzia do Horizonte, outubro de 1993).

Em 1965 algumas famílias que deram origem ao grupo social que formou o São Francisco do Aiucá já estavam morando no local, e dentre elas destacam-se: Rosa de Araújo e seus filhos: Olendina de Araújo que morava com o esposo Otaviano Almeida; Matilde Araújo e o esposo Maximiano Cavalcante Marinho; Cecí de Araújo com o esposo Simeão Seabra, e Sebastião de Araújo. Nascida dentro do cano do lago do Japiim onde morava com os pais Sebastião Carvalho e Suzana Carvalho, Rosa de Araújo. Era a moradora mais velha do Aiucá em 1993, com 86 anos.

Segundo Rosa de Araújo ela conheceu o povoado Japiim do Aiucá quando ainda era criança, e por esse motivo possui poucas lembranças do local e das famílias que lá residiam. Algumas informações sobre esse primeiro povoado nos foram fornecidas por Aida Pissanga (que em 1993 morava no São Benedito do Cauaçu) porque havia morado com os pais no Aiucá quando ainda era criança. Segundo Aida, seu pai Antonio de Souza Pissanga era peruano e morava em São Paulo de Olivença, no Alto Solimões, trabalhando com pesca. Como os patrões queriam pagar muito pouco por seu trabalho, no ano de 1926 ele resolveu procurar outro

lugar para morar, e acabou chegando com a família ao Japiim do Aiucá onde morou durante vinte anos.

“O papai cortou seringa no Japurá. Nós ainda fomos tudinho. Papai levou nós para o Meneruá pra cortar seringa lá no Igarapé-Açu. Seu Onorato Sena um comerciante que era de Manaus, ele arrendou o Igarapé-Açu que era um proprietário que tinha lá, Charita, que tinha muitas propriedades. Ai papai foi cortar seringa. Nós trabalhamos pra lá nove anos. Eu não sei que era (época) Eu ainda era pequena. Tinha mais ou menos uns doze anos. Aí nós ficamos no Aiucá e papai foi embora pra Tefé” (Aida Pissanga, S. B. Cauaçu)

No Japiim do Aiucá ele trabalhou com vários patrões, inclusive com patrões que residiam em outros lugares, como o Augusto Bezerra que residia no povoado Saudade, um povoado extinto que ficava próximo ao Japiim do Aiucá.

“Meu pai saía daí do Aiucá para ir comprar lá no Saudade do Augusto Bezerra. Ele tinha muita mercadoria. Ele e o Augusto Braga era os dois comerciantes daí do Solimões. Meu pai trabalhava para ele. Nós comprava rancho lá. Papai levava farinha, pirarucu para vender para ele. Tudo isso ele comprava. Meu pai saía de madrugada para ir vender os produtos e comprar rancho pra lá. Ia de canoa porque não ficava muito longe. Ia por dentro do paraná e saía lá em cima. Nesse tempo era fácil de tirar o produto e as coisas também era barato. Com poucos produtos a gente podia comprar o rancho. Tinha um patrão aí no Aiucá, Romano Barbosa, ele era cearense. Morava no Aiucá mesmo. Tinha um barracão grande, com muita mercadoria, mas as vezes ele não tinha mercadoria. Ele é que era o patrão de lá. Era patrãozinho. Botava motor aí para o Japurá. E daí ele morreu e a mulher se desgostou e foi embora para Manaus com os filhos. E depois ficou esses marreteiros vinham e ficou aí seu Santiago, que era um peruano que tinha umas mercadorias. Mas aí meu pai começou a comprar do Deusdete, irmão do Luis Quarenta, do seu Clemente Vieira que era de Manaus. Era o patrão dele. Também teve o Aluíno daqui do Uariní, o papai comprava deles. Mas o comerciante que tinha lá no Aiucá só era mesmo o Romano (...). Depois que seu Romano saiu daí do Aiucá ficou só esses patrãozinho assim, que hoje tinha mercadoria e amanhã não tinha. Era só uns marreteiros” (Aida Pissanga, Cauaçu, outubro de 1993).

Conforme as informações de Aida Pissanga, após alguns anos sua família resolveu sair do Aiucá porque seu pai “se desgostou com o lugar”, pois no verão o paraná secava bastante e ficava muito difícil para conseguir água; e no inverno ocorriam as alagações.

"Porque era tudo ruim, fechava como aqui (Cauaçu). E lá no Aiucá era mais difícil, pois nós morava lá pra dentro e na hora de carregar a água, não tinha de onde. Tinha um poço que nunca secava e a gente cavava e ficava aquela água limpinha. Para beber era preciso coar e botar pra ferver e tomar no outro dia. Todo tempo era muito sacrifício. A mamãe dizia: –'Vam'bora procurar outro lugar para nós morar'. Aí nós fomos embora pra São Paulo de Olivença. Aí, como meus irmãos tinham ficado tudo em Tefé, nós baixemos de novo e viemos embora para Tefé (...). Lá (Aiucá) era um lugar bom de produção, o ruim era negócio de patrão que não entrava. Um tempo desses (seca) não entrava patrão, ficava tudo aí fora. Só se tivesse contrato de comprar rancho eles esperavam. Mas se não tivesse, eles passava direto" (Aida Pissanga, São Benedito do Cauaçu, outubro de 1993).

Na época que a família Pissanga morou no Japiim do Aiucá, entre 1926 e 1946, existiam cerca de 20 casas, sendo que a maioria pertencia a pessoas da família Valentin, que antes havia morado no Mirafior, e era considerada como a família mais importante do lugar. Esta família realizava algumas atividades festivas relacionadas à celebração de festejos de alguns santos.

"Eles festejavam São Sebastião. Os Valentinzada festejavam São Francisco e São Sebastião. Era um velho que morava aqui para donde nós estamos morando que festejava São Sebastião. O nome dele era Julião ele gostava de festejar o santo dele. Mas ele já morreu, aqui mesmo, de velho. Era velhinho ele. Já faz muitos anos que ele morreu" (Rosa Araújo, São Francisco do Aiucá, março de 1993).

A família Valentin também se preocupava com a educação dos filhos. Em 1946, a Dona Nilde Valentin iniciou um curso de alfabetização, cujas aulas aconteciam na residência de Julio Valentin, um dos homens mais influentes do lugar.

"Depois que os Valentinzada chegaram aí, que fizeram casa, tinha muita casa, aí que tinha já escola. Mas no tempo que nós era pequeno, nunca teve escola. Só tinha no Aiucá mesmo. Eu já estava mocinha quando eles (Valentin) chegaram" (Rosa Araújo, São Francisco do Aiucá, março de 1993).

As lembranças que os narradores conservam das pessoas e do povoado estão pontuadas pelas atividades produtivas que elas desenvolviam, e é recortada pela ideia de fartura de alimentos e de recursos naturais, e também pelas dificuldades de realizar a comercialização dos produtos porque o acesso ao povoado em determinadas épocas do ano era muito difícil.

“Os Valentin criavam gado. Depois eles saíram e seu Raimundo Batalha criou gado aí também. As pessoas faziam roça, pescavam. Aqui nesse lugar tinha muito peixe e nos lagos tinha tartaruga. Esse furo é um lago que tinha muita tartaruga. Tinha muito peixe. Não tem mais porque matam né. Quando o meu pai era vivo ele não deixava ninguém pescar assim quando era tempo de enchente, enchente grande né. Não pescavam assim pra botar os peixes pra fora. Pirarucu, ele não consentia matar o pirarucu, por isso ficava muito peixe porque não espantava os peixes dos lagos. Por isso que tinha muito peixe e tartaruga aqui pra dentro. Era farto esse lugar” (Rosa Araújo, São Francisco do Aiucá, março de 1993).

“A produção era pirarucu, pele de jacaré. Vendiam couro de onça, de lontra, maracajá, tudo isso vendia naqueles tempos. Agora não compram mais couro de onça. Depois foi acabando jacaré, onça, até acabar com o pirarucu. Era um lugar bom de produção, ainda é. O ruim era negócio de patrão que não entrava. Um tempo desses (de verão, quando ocorre a seca) não entrava patrão, ficava tudo aí fora. Só entrava se tivesse contrato de comprar rancho, eles esperavam. Mas se não tivesse, eles passavam direto” (Aida Pissanga, S. B. Cauaçu).

Ao longo dos anos foram ocorrendo mudanças na paisagem que obrigaram os moradores a mudar as casas de lugar, na tentativa de escapar das dificuldades que surgiam, principalmente na época do verão.

“Esse paraná grande ele era tapado. Ele vinha, e aqui abria os dois meios, mas lá na frente ele emendava no outro. Aí foi indo, foi indo, aí caiu (a terra) e já ficou as duas bocas no rio. E lá em cima tá a entrada dele de novo. Ele entra lá por cima de novo e vai sair lá na boca do Aiucá, em frente ao Horizonte [...]. Eu sou o mais novo aqui. Quando eu cheguei aqui ainda não era furado isso aí. Essa água era toda preta. Secava, mas dava para passar. Mas depois que arrombou, aí caiu e aterrou aí pra baixo. Quando é verão fica livre porque fica fundo, fica água. E pra lá seca, só passa canoa no verão. Aterrou pra lá pra boca. Porque antes não fechava. Todo tempo dava passagem. Agora, depois que arrombou, aí aterrou pra lá” (Francisco Moreira, Aiucá, março de 1993).

Mas, algumas famílias não resistiram a essas dificuldades e decidiram procurar outros locais para morar. Elas foram saindo aos poucos, algumas foram para Coarí, outras para Manaus e Tefé. Em 1964, restavam somente três famílias residindo dentro do cano do lago Japiim que eram: Jacinto Valentin, os filhos Brás Valentin, Regina Valentin e o genro de Jacinto Valentin (o nome não foi lembrado). Havia também as famílias de Nilo Quincas e de José Baré. Nesse mesmo ano chegou a família de Raimunda

Gomes dos Anjos procedente do Tupé, município de Fonte Boa, que morou no Aiucá até 1975, quando mudou-se para Tefé. As demais famílias já haviam se dispersado. Segundo Dona Raimunda, no Aiucá ficou morando apenas a família de Francisco Batalha, que era irmão de Raimundo Batalha, que era considerado pelos moradores como o dono das terras onde estava localizado o Aiucá. Eles também informaram que antes de pertencerem a Raimundo Batalha, as terras pertenciam a Pedro Vieira, um comerciante local.

Assim, além dos fatores ambientais, fatores sociais também contribuíram para a saída de moradores do Japiin do Aiucá, como os conflitos envolvendo algumas famílias e o Raimundo Batalha quando ele iniciou uma criação de gado que destruiu as roças de mandioca das famílias. Além disso, ele decidiu cobrar uma taxa pela utilização das terras, e como as pessoas não podiam pagar, tinham que sair à procura de outro local onde pudessem plantar. Em 1993 no local onde existiu o Japiin do Aiucá morava apenas a família do vaqueiro de Raimundo Batalha.

"Ficou sem ninguém aí. Quem veio morar aí, já dizendo que pagou o terreno daí da boca do Aiucá foi Raimundo Batalha. Ele passou muito tempo, passou mais ou menos uns dez anos aí. Ele morava com a família. Então até que um dia ele foi acertar as contas aí não deu certo mais. Ele só veio se despedir, dizer que ia embora. Aí dividiu" (Rosa Araújo, São Francisco do Aiucá, março de 1993).

O atual povoado de São Francisco do Aiucá foi formado por descendentes de antigos moradores do povoado Japiim, como Francisco Felício Moreira, casado com Maria das Graças Rodrigues, e filho de Raimunda Gomes de Araújo dos Anjos, que morou no Aiucá. A família de Francisco foi uma das últimas famílias a chegar ao Aiucá em 1984, procedente do Caiambé, no rio Solimões. Outros descendentes dos antigos moradores são Nilton Nascimento de Souza, filho de José Pissanga, irmão de Aida Pissanga. Os demais grupos domésticos pertenciam à família Araújo, cuja matriarca era Dona Rosa de Araújo. À medida que os netos foram casando com pessoas de outros locais, os grupos domésticos foram aumentando. São raros os grupos domésticos cujos membros não possuam laços de parentesco com a família Araújo. Por essa razão, o povoado Aiucá possui uma certa estabilidade da população, pois não se verifica uma grande mobilidade de famílias saindo ou chegando.

Em 1984, foi criada a organização comunitária com a seguinte diretoria: Dionísio de Souza da Silva, presidente; Nilton Nascimento de Souza, vice-presidente; Miguel Felício Moreira, tesoureiro. Em 1993, a diretoria estava formada por Otaviano de Almeida, presidente; Nilton Nascimento de Souza, vice-presidente; Miguel Felício Moreira, tesoureiro; Roberto Tinoco Cardoso e Maximiano Carvalho Marinho, comitê de pesca. Francisco Felício Moreira é também o representante da comunidade junto ao Projeto Mamirauá. Foi também no ano de 1984 que ocorreu a mudança do nome do lugar de Japiim para São Francisco do Aiucá.

Segundo Maria das Graças Rodrigues, os moradores escolheram o nome de São Francisco porque no povoado havia apenas uma imagem de santo, justamente de São Francisco, que pertencia a Matilde de Araújo. Também em 1984, os moradores iniciaram um trabalho de preservação de lagos que contou com o incentivo e o apoio do Irmão Falco Michiels, da Prelazia de Tefé. Ele orientou a população a escolher lagos para fazer a preservação do pescado. O primeiro lago escolhido foi o Japiim, para a procriação de peixes, e para a pesca de comercialização e de manutenção foram escolhidos os lagos Furo, Mutun Comprido, Mutun Fundo e lago Genipau. Apesar desse trabalho e da fiscalização dos moradores, no ano de 1991 o lago do Japiim, um lago de procriação, foi invadido por peixeiros, que acabaram com os peixes, prejudicando todo o trabalho dos moradores.

“De vez em quando o Bispo vinha conversar com a comunidade. Depois veio o irmão Falco, que passou três dias aí e incentivou a gente a escolher lagos pra procriação. Aí a comunidade escolheu o lago do Japiim. Ninguém pescava nem pra comer nesse lago. Nos vimos que no tempo do verão o peixe ficava lá, o peixe lá tava aumentando. Quando era o tempo do inverno aí o peixe saía pra toda parte e espalhava no igapó. Quando era na vazante era um bocado que ia para o lago e outro bocado ficava espalhado no outro lago. Depois de dois anos que esse lago tava guardado, essa hora a gente ia lá na boca e via a diferença, só de peixe que tinha. Com três anos a gente chegava lá no lago e espiava assim, porque tem uma parte que é rasa. Chegava naquele limpo tinha macaco pulando, subia, ficava lá em cima dos galhos, enxergando tudinho que tava preto de tambaqui! Mas isso já acabou, depois que pescou. Agora que já tá juntando de novo. Mas não tá como estava no início. Então desse lago, quando era tempo de cheia, quando dava cheia, tinha muito peixe, tambaqui, mas agora não tem mais isso. Esse lago do Japiim foi escolhido pela comunidade e tava com quatro anos que ninguém tirava um peixe dele. Aí ele teve que trazer os peixeiros pra gente ver aqui se concordava com o pessoal pescar, trazer só o peixeiro pro pessoal pescar aí nesse lago. Aí o pessoal não

aceitaram e ele baixou o botou o peixeiro por conta dele. Ta com dois anos que ele fez isso. Esse lago é de procriação da comunidade. Ele veio aqui pro pessoal pescarem pra ele, que ele comprava o peixe também. Aí o pessoal não concordaram de jeito nenhum que fosse. Aí ele deixou o moço aí, e mandou aquele que trabalha com ele daí da boca pegou o pessoal foi por trás, com o pessoal do Porto Praia. Isso foi ano passado” (Francisco Moreira, São Francisco do Aiucá, março de 1993).

Em 1993 havia um time de futebol no São Francisco do Aiucá, o São Francisco Esporte Clube do Aiucá, que tinha como capitão Anildo de Almeida Araujo. O time participava de competições esportivas envolvendo outros povoados da região. Uma prática muito comum dos moradores era organizar o Arrumadinho, um time formado por pessoas mais velhas, para jogar contra a equipe principal.



Foto: Edna Alencar

Moradores da comunidade de Porto Braga.

6. Porto Braga

NARRADORES: Valter Bolsão, Maria de Lourdes Sevalho, João Ferreira de Souza, Alício Feliciano, Clemêncio Fragoso, Raimundo Ferreira dos Santos, Guinelina Ferreira, Brígida Sevalho, Gregório Sevalho, Mário Cavalcante (Tefé), Edna Barroso (Punã), José Medeiros (Cauaçu), Aida Pissanga (Cauaçu), Darcilina Alves Ferreira (Marirana).

Em 1993, o povoado Porto Braga estava localizado a entrada do Paraná do São João, margem esquerda do rio Solimões. As localidades mais próximas eram Porto Nazaré, São João e Vila Santa. A população de Porto Braga estava formada por 181 moradores, formando 33 famílias, distribuídas em 27 casas. A principal atividade econômica era a agricultura, com o cultivo de roças de mandioca, milho, melancia, feijão e banana. Os principais produtos comercializados era a farinha e a banana, vendidos para compradores de Coarí, Alvarães e Tefé. Como ocorria em outras localidades, a pesca era realizada mais frequentemente no verão no rio Solimões. A extração da madeira, que já havia sido uma importante fonte de renda, estava sendo realizada com parcimônia, pois já não existiam muitas espécies para serem exploradas.

"Antes era só mesmo negócio de roça, de plantar banana. Era o nosso trabalho. Os homens, coitadinhos, era na pescaria. Tinha dia que matava, tinha dia que não matava. Quando chega o verão todo mundo agarra seu terçado, sua enxada e vão cuidar na vida de novo, plantar. Por esse tempo (março) ainda tá colhendo roça. Às vezes quando amadurece, nem tanto, e quando colhe verde, aí que é a marcação, meu irmão. Arranca a mandioca, descasca, bota n'água, vai arrancar no outro dia, vai tirar lenha, Ave Maria! Eu digo: '- Meu filho, eu não aguento mais essa arrumação de roça. Eu não me dou mais não'. Porque para a gente é muito trabalho. Só mesmo para homem que tem força, né, tem coragem. Eu, já cansou-se minha coragem. Não tenho mais" (Lourdes Sevalho, Porto Braga, março de 1993).

A maioria da população de Porto Braga era católica e tinha como padroeiro o Divino Espírito Santo, cuja festa acontecia no final de maio e início de junho, e atraía moradores dos povoados vizinhos e moradores das áreas urbanas como Tefé, Alvarães e Uriní. Também era festejada Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no dia 12 de junho. Esta festa é resultado de uma promessa realizada por um antigo morador do lugar, João Bezerra, para alcançar a cura de sua irmã Darci Bezerra Chaves que sofria de uma grave doença. Se a irmã ficasse curada ele construiria uma igreja para abrigar uma imagem da santa, realizando também os festejos.

"O Antonio Macário (Tóti) que festejava. Mas agora acabou-se e minha irmã é que festeja aí o Divino em maio. Já faz muitos anos que ela festeja aquele santo. A comunidade que festeja, né. Agora vai ter uma igreja dele porque tem a igreja de Nossa Sra. do Perpétuo Socorro que foi uma promessa que o João Bezerra Chaves mandou fazer. Então ele fez essa promessa que a irmã dele foi curar uma espinha que ela tinha no rosto e dessa espinha virou câncer. Então ela ficou muito doente. Ele fez essa promessa e ela foi pra Manaus fazer a operação. Não teve jeito, daí ela baixou pra uma cidade grande (São Paulo?), que tem aí pra baixo uma cidade grande. Ela foi fazer essa operação. Então, hoje ela ficou com a boca torta, não ficou mais boa. Ela mora em Tefé. Ele fez essa promessa e veio fazer essa igreja e tá aí dentro a santa" (Alicio Feliciano, Porto Braga, março de 1993).

"Do meu entendimento sempre festejaram o Divino. Agora, há poucos tempos um homem fez uma promessa com uma irmã dele para Nossa Sra. do Perpétuo Socorro e ele foi atendido nesse pedido que ele fez pra Deus. Aí ele foi e mandou fazer essa igreja de Nossa Senhora e botou lá uma imagem grande. Já tá com 25 anos isso. Agora, todos os anos no mês de junho, dia 13 de junho, começa o arraial de Nossa Senhora até dia 22" (Lourdes Sevalho, Porto Braga, março de 1993).

Em 1993 havia uma escola de primeiro grau, Escola Rural São João, construída em 1983 pelo ex-prefeito de Uariní, Cazuza Lopes. Cerca de 89 alunos cursavam o ensino fundamental divididos entre o pré-primário, a alfabetização, a 1ª e a 2ª séries. As aulas estavam distribuídas em três turnos, manhã, tarde e noite. Uma turma de alfabetização de adultos funcionava no período noturno. Apesar da existência do prédio escolar ser recente, os moradores informaram que há 50 anos atrás houveram tentativas de alfabetização dos moradores com as aulas sendo ministradas nas casas dos moradores, ou dos professores. O primeiro professor de Porto Braga foi Augusto Bezerra. No ano de 1965 foi criada a Escola Radiofônica que era coordenada pelo MEB e teve como monitor Ester Macário, que depois foi substituída por outros professores.

No que concerne à saúde, não existia posto médico em 1993. Nos casos de enfermidade, as pessoas buscavam tratamento com o agente de saúde de Santa Domícia, Evaldo Rodrigues Itapirema. Os casos mais graves eram encaminhados para Tefé.

As atividades de lazer da população estavam relacionadas a festas eventuais, como por ocasião do festejo de algum santo, ou em eventos esportivos. Em Porto Braga havia um time de futebol que foi criado por Antonio Macário da Silva, o Tóti, um membro da família fundadora do lugar. O time recebeu o nome de Esfola Capa e depois foi substituído por Botafogo. Segundo os narradores, o time recebeu esses nomes porque derrotava todos os adversários. No ano de 1987, o capitão do time, Clemêncio Fragoso dos Remédios, mudou o nome para Porto Braga Futebol Clube. Em 1982, o time foi campeão do município do Uariní. Nesse mesmo ano o capitão Clemêncio Fragoso dos Remédios foi escolhido como o artilheiro do campeonato, com cinco gols. O goleiro Pires também foi escolhido como o melhor goleiro do campeonato.

Segundo os narradores, o povoado Porto Braga foi fundado no final do século XIX e início do século XX. As primeiras casas foram construídas às margens do rio Solimões, mas ao longo dos anos aconteceram transformações na paisagem com o surgimento de algumas ilhas que isolaram o povoado do rio principal e formaram o Paraná do São João. Há informações de que em 1957 as casas já estavam sendo construídas dentro do paraná do São João, que surgiu após a formação da ilha do Céu. Ao longo dos anos outras ilhas foram sendo formadas, aumentando o comprimento deste paraná.

Existe uma controvérsia sobre os prováveis fundadores do povoado, como existe em relação ao nome inicial do povoado. Segundo alguns narradores, o povoado foi fundado pela família Macário, no início do século XX, provavelmente nos anos 20 e era conhecido como São João.

"Eu nasci (em 22) em Porto Braga. Me criei lá e me casei com um rapaz de lá mesmo. Nós morava aí acima daquele campo que era dos Macários. O lugar do papai era aqui para cima. O nome era São João, agora botou o nome de Porto Braga quando o velho Braga botou aquela casa de comércio, aí foi que botaram Porto Braga. Mas o nome mesmo era São João. Mas nós morava mais pra cima, que nós tinha nosso lugar aí. O papai tinha um campo grande, ele criava gado, porco, tudo. É na mesma terra onde é o São João, mas tinha a separação. Por exemplo, aqui era dos Macários, daqui pra lá pra cima, era do papai. Isso tudo era uma praia. O meu pai é que contava que isso aqui era uma praia e o rio grande (Solimões) era lá onde agora tem o lago que chamam de Floresta. Isso era uma largura monstra. Então criou essas praias aqui na frente" (Darcilina Alves Ferreira, Vila Santa, outubro de 1993)

"Aqui de primeiro as terras era dele (Augusto Braga). Só que uma parte para cima dali desse motor pra baixo, era do Augusto Braga. Daí para cima era do povo mesmo. Aí, ali desse campo para lá era a nossa família mesmo (Feliciano), que a minha família mesmo, legítima, morava de lá pra cima (cabeceira do rio). Porque meu avô, pai do meu pai, era maranhense. Mas ele veio de lá e já casou para cá, aqui no 'Brasil' mesmo. Ele casou aqui no Amazonas, aqui no rumo de cima. Agora não sei que lugar que ele casou. Casou lá pra o alto, para cima. Depois ele veio baixando de lá. Aí foi que ele morou aqui. Fez esse lugar aí (no Paraná do São João, num local mais acima do atual Porto Braga) e moraram aí. Nós nascemos aí. Foi o tempo que o papai casou com a mamãe e aí moraram já aí. De lá nós viemos pra cá. Nós todinhos, meus irmãos, foi nascido aqui" (Alício Feliciano, Porto Braga).

Outra versão afirma que o primeiro nome do povoado foi Bela Vista de São João, mas há quem conteste essa versão e atribua a origem do nome do povoado à existência de uma casa de comércio muito grande, fundada provavelmente em 1940, e que pertencia a Francisco Braga. Este comerciante era filho de Augusto Braga, um imigrante português que morava no povoado por nome Jauató, localizado na margem oposta do rio Solimões, e que se tornou um dos mais influentes comerciantes da região, sendo proprietário de seringais e de barcos que faziam o transporte de mercadorias de seringais localizados no Japurá. No povoado Porto Braga o comércio de Francisco Braga vendia produtos diversos, principalmente "estivas" (açúcar, café,

óleo, etc.) e comprava toda a produção de peixe, farinha, tartaruga, entre outros produtos da região.

“É porque morava o filho do velho Braga aqui, Francisco Braga, e tinha uma casa de comércio chamado Casa Braga, aí ficou o nome do lugar de Porto Braga. Ele vendia de tudo, vassoura, sabão, comprava pirarucu. E nesse tempo os barcos queimavam lenha, e eles vendiam lenha pros barcos. Eles eram ricos” (Maria de Lourdes Sevalho, Porto Braga, março de 1993).

“Eles queriam botar esse nome Bela Vista de São João, mas nunca foi colocado aqui. Quando me entendi já era Porto Braga. Sabe por que era Porto Braga? Porque esse lugar era dos Braga. Então botaram Porto Braga. Esse terreno era dos Braga (...). Bela Vista de São João começaram a querer assim colocar esse nome, mas só que nunca foi chamado, conhecido por Bela Vista de São João (...). Era o pessoal daqui mesmo, os mais antigos, o Antonio Macário que queria mudar. Já tem muitos anos isso. Nada, nada, já faz uns 30 anos (...) porque achavam bonito, queriam trocar o nome de Porto Braga. Agora ali para cima sempre conheci por esse nome de São João. Lá é São João, nome de santo, e aqui era esse Porto Braga. Mas todo tempo ele foi conhecido como Porto Braga. No mapa ta todinho também Porto Braga. O São João não existe não” (Alício Feliciano, Porto Braga, março de 1993).

“Trabalhei com Augusto Braga pouquinho tempo. Vendia farinha e pirarucu. Nessa época eu morava no São João. Em 1922 quando nós chegamos no São João ele já tava morando lá no Jauató. Era o proprietário de lá. Porto Braga ainda não existia. Passou a ser Porto Braga quando o filho dele casou com uma mulher de lá, o Francisco Braga, e fez casa lá. Aí ficou Jauató e Porto Braga” (José Medeiros, S. B. Cauaçu, outubro de 1993).

“Quando Augusto da Silva Braga morava no Jauató, Porto Braga ainda não existia. Existia só o Paraná do São João, mas não morava ninguém. Aí veio o Augusto Bezerra que era freguês da casa (do comércio de Augusto Braga) que morava abaixo da boca do Paraná do São João, no lugar chamado de Saudade. Como ele montou um comércio no Saudade onde fazia muito movimento, o velho Augusto Braga ficou com raiva e fundou Porto Braga. Ele fez Porto Braga porque ele pensava que assim ia escangalhar com o comércio do Augusto Bezerra. Pelo contrário, fez foi ajudar porque aí começaram a ajudar foi o Augusto Bezerra, pois o pessoal do Porto Braga, ao invés de atravessar pra ir vender a produção no Jauató, só faziam descer pro Saudade e vender a produção lá. Depois que o velho Braga arruinou, já veio foi a família do Augusto Bezerra morar aí em Porto Braga. Os Macário foi dos primeiros que vieram pra Porto Braga. Quando eu conheci eles, em 44 mais ou menos, eles moravam no Jauató, depois é que vieram pra Porto Braga. Trabalhavam com o velho Augusto Braga, foram trazidos por ele” (Mário Cavalcante, Tefé, outubro de 1993).

Antes de morar no Porto Braga Augusto Bezerra tinha seu próprio comércio no local conhecido como Saudade, situado na mesma margem em que se encontrava Porto Braga.

"O Augusto Bezerra comerciava e era professor. Depois ele ficou cego e não deu mais aulas. Eu ainda trabalhei com ele, fazia lenha pra ele, lá em Porto Braga, quando ele morava lá, depois que saiu da Saudade" (Mário Cavalcante, Tefé).

"Saudade era aqui embaixo, do Augusto Bezerra. Já caiu tudo. Ele tinha casa de comércio e porto de lenha. Tem um filho dele que ainda tá em Tefé, João Bezerra. Lá ele tinha porto de lenha então comprava lenha, pirarucu, borracha, farinha, tudo ele comprava. Ficava mais abaixo do Porto Braga, mas caiu tudo. Ficava do lado direito de quem sobe" (José Medeiros, S. B. Cauaçu)

"Meu pai saía daí do Aiucá para ir comprar lá. Ele tinha muita mercadoria. Era ele e Augusto Braga, os dois comerciantes daí do Solimões. Meu pai trabalhava para ele. Nós comprava rancho lá. Papai levava farinha, pirarucu para vender pra ele. Tudo isso ele comprava" (Aida Pissanga, São Benedito do Cauaçu).

Os narradores se referem às pessoas mais velhas das famílias que formaram Porto Braga como sendo os "troncos" destacando-se as famílias Macário, Gonçalves Frago, Azevedo (Bacaba), Feliciano dos Remédios, Sevalho e a família Ferreira de Souza.

Os "troncos" mais antigos da família Macário foram Antonio Macário da Silva e sua irmã Florípedes Macário da Silva, que vieram da cidade de Parintins, estado do Amazonas. Antonio Macário casou-se com Andrelina Odórico dos Santos, filha de Manoel Odórico dos Santos e Santina Odórico dos Santos. Manoel Odórico era nascido na cidade de Óbidos, no estado do Pará, mas morava na cidade de Uariní há alguns anos, antes de mudar para Porto Braga.

A família Macário é considerada como a mais antiga do lugar, tendo inclusive adquirido direitos sobre a terra.

"O pai do Antonio Macário comprou as terras. Já faz muitos anos que eles moram aqui. Então o velho pagava o terreno, depois que o velho morreu nunca mais pagaram. Acabou-se tudo. Os Macário são velhos aqui nesse lugar. Só eles que tomavam conta. Aí foi morrendo, acabou-se o velho, acabou-se a mulher dele e assim vai se acabando tudo. Agora esse que tá aí, o Romário, ele já tá pensando em ir embora pro Uariní. Porque ele trabalha pelas roças no Uariní. Então ele passa quinze dias aqui, daí vai

embora para lá. Passa uns dias lá, não demora tá aqui. Aquela casa grande ali é dele, do Romário. Ele vem só passar uns dias mesmo. A filha dele já mora lá no Uariní. Ela é professora de lá. Só chamam ela de Tinica, mas o nome dela é Rosete” (Lourdes Sevalho, Porto Braga, março de 1993).

Antonio Macário e Andreлина tiveram nove filhos: Isaura Macário que morava em Manaus; Raimundo Macário que já faleceu; Manoel Macário e Romárico Macário que moravam em Porto Braga; Adilácio Macário e Olinda Macário que moravam em Tefé; Zenaide Macário, já falecida; Jandira Macário, morava em Manaus; e Antonio Macário, também conhecido como Tóti, já falecido.

A irmã de Antonio Macário, Florípedes Macário da Silva casou-se com Gregório Fragoso Gonçalves e tiveram dez filhos: Áurea Fragoso Gonçalves, Ester Fragoso Gonçalves, Laurita Fragoso Gonçalves e Antonia Fragoso Gonçalves que moravam em Porto Braga; Amélia Fragoso Gonçalves, morava no Ará, município de Caitaú; Idalina Fragoso Gonçalves, mora em Tefé; João Fragoso Gonçalves, morava na ilha do Ferro e Augusto Fragoso Gonçalves, que já faleceu.

Os “troncos” mais antigos da família Feliciano dos Remédios foram formados por Simeão Feliciano dos Remédios, que era maranhense e morava antes no Jarauá, mas depois mudou para Porto Braga onde casou com Lucila de Oliveira. Eles tiveram dez filhos: João Feliciano dos Remédios, Francisco Feliciano dos Remédios, Manoel Domingos Feliciano dos Remédios, Rufino Feliciano dos Remédios e José Feliciano dos Remédios, todos já falecidos; Raimundo Feliciano dos Remédios, que morava em Tefé; Margarida Feliciano dos Remédios, morava em Porto Braga; Verônica Feliciano dos Remédios, Ana Cecília Feliciano dos Remédios e Olímpia Feliciano dos Remédios, todas falecidas.

Os “troncos” da família Azevedo, também conhecida como “Bacaba”, foram formados por José Inácio de Azevedo, que era primo de Antonio Macário da Silva e de Florípedes Macário da Silva, e também era de Parintins. José Inácio casou com Domingas de Azevedo e tiveram nove filhos: Pedro de Azevedo, que morava no Copeá, município de Coari; Raimundo de Azevedo; Manoel de Azevedo, já falecido; Dolores de Azevedo, que morava em Tefé; Rosa de Azevedo e Lídia de Azevedo, que moravam em Manaus; Luzia de Azevedo, já falecida; Antonio Azevedo; e Isabel de Azevedo, que morava na ilha do Abial, em Tefé.

A família Sevalho foi formada por Raimundo Sevalho, que era da cidade do Uariní, e Carmelina Odórica dos Santos, irmã de Andrelina Odórico, esposa de Manoel Macário da Silva. Raimundo e Carmelina tiveram oito filhos: Maria de Lourdes Sevalho, Rosa Sevalho, Manoel Gregório Sevalho e Luiza Sevalho, que moravam em Porto Braga; Suzete Sevalho, que morava em Tefé; Santina Sevalho e Mariquinha Sevalho moravam em Manaus; Puruca ou Portaja Sevalho, já falecida.

"Essa família de Sevalho morava lá para o Uariní, depois foi que vieram pra cá. Aí foram se casando com gente daí e aí já ficaram morando. E a Felicianada morava aqui em cima, num campo que tem aqui nesse paraná. Era aí que morava o velho Feliciano" (Mário Cavalcante, Tefé, outubro de 1993).

A família Ferreira de Souza foi formada por José Ferreira de Souza e Guinelina Ferreira dos Santos, ambos de origem afro-descendente. Antes de chegar ao Porto Braga José Ferreira morava no São José, município de Fonte Boa no ano de 1947, onde trabalhava num seringal, e de onde saiu com a família, mulher e filhos, para trabalhar no Jauató com Augusto Braga. Ao ficar viúvo, José se casou com Guinelina e tiveram nove filhos: Francisca Ferreira de Souza, que morava no povoado Vila Santa; Paulo Ferreira de Souza e João Ferreira de Souza (conhecido como João Bala), que moravam em Porto Braga, este último era vereador pelo município de Uariní, eleito em 1992; Luiz Antonio Ferreira de Souza, Raimundo Ferreira dos Santos, Joana Ferreira de Souza e Alcione Ferreira de Souza, que também moravam em Porto Braga; Francisco Ferreira de Souza e Petronília Ferreira de Souza, que moravam em Manaus.

A maioria dos moradores de Porto Braga é descendente dessas seis famílias, já que os filhos, netos e bisnetos casaram entre si, unindo as famílias. Vários membros dessas primeiras gerações já faleceram, outros foram embora, e outros ainda permanecem em Porto Braga. Segundo João Ferreira, também conhecido com João Bala, a maior parte das famílias que foi morar em Tefé reside nos bairros de Santo Antonio e Jerusalém.

A predominância dessas famílias em Porto Braga é tão forte, que apagou as lembranças referentes a outras famílias que haviam residido no lugar, este é o caso da família de Gildo Ramos, um peruano que chegou a Porto Braga em 1943, filho de João Ramos, e que fundou o povoado São João. Há também referências à família Bolsão.

"Agora tem muitos que já se mudaram de poucos tempos pra cá, como esse tal de Valter, que morava no outro lado, no Jauató também. É compadre do João Bala. Ele (Valter) era filho do Juruá, filho de lá de dentro do Juruá, do Valparaíso. O avô dele era coronel aí em Belém. Tinha não sei quantos navios, o avô do meu sogro. Era o coronel Bolsão e aí eles tinham essa propriedade no Juruá; ele nasceu no Juruá. O nome da mãe dele era Josina. O avô dele era coronel e a mãe dele era uma dama. Ela já me contou todinha a vida dela. Era uma dama não sei de quê, D. Josina. Ela mora no Abial, ainda é viva. Acho que tem uns cem anos. Aí ele nasceu no Juruá e depois ele veio pra cá, pro Jauató. Aí o pai dele morreu e aí a mãe dele arranhou um marido, um padrasto. Aí vieram e compraram um lugar que até hoje é deles, o Camador, lago do Camador. Ele que toma conta das propriedades, do castanhal. E aí eles trabalhavam no castanhal e seringal. Eles trabalhavam pro Augusto Braga. Quando ele tava pequeno o padrasto dele era muito ruim com ele e tal. Quem acabou de criar ele foi o meu pai, aqui em casa. Aí depois que ele ficou grande, casou também. A mulher dele é filha daqui mesmo de Porto Braga, a minha sogra. E aí ele casou e moraram no Jauató uns tempos" (Raimundo Ferreira, Porto Braga, março de 1993).

Até os anos 60 Porto Braga funcionou como um importante entreposto comercial e grande produtor de lenha. Os grandes navios a vapor atracavam no porto para serem abastecidos com lenha, e o mais conhecido era o Marapatá. Muitas famílias de Porto Braga trabalhavam cortando lenha para vender ao Augusto Braga que, por sua vez, revendia para os navios. Mas essas famílias também garantiam sua subsistência com a agricultura, com a extração da madeira e com a pesca.

"Cansou de fazerem lenha aqui. Botavam milheiro de lenha aqui nessa beira pro navio embarcar. A lenha ia pra Manaus, ia no navio. Naquele tempo, a sra. não ouviu falar no vapor de linha que era um navio grande? Vinha pegar lenha aí no porto. Daí pronto, foi se acabando. Acabou-se a lenha de lá daquele lado (Jauató), acabou-se daqui. Pronto! E os mercadores foi indo, foi indo, foi se acabando. Acabou-se. Nada!" (Lourdes Sevalho, Porto Braga, março de 1993).

"Tinha o Inca, o Alegria, que vinham de Belém deixar mercadorias aqui no Porto Braga. Vinham exclusivamente deixar mercadoria aqui. Deixar e levar, né. Outra coisa que tinha também no Porto Braga era um depósito de lenha para navio que naquele tempo as máquinas funcionavam a caldeira. Era quase obrigado a ter lenha, mesmo porque os navios era à caldeira, que botava lá o fogo e tinha aquela roda atrás. Você ainda vê nas fotografias. Era as gaiolas, chamavam de gaiolas. Tinha o Inca, tinha o Envira, tudo era de roda. Eu era garota, mas me lembro" (Edna Barroso, Punã, outubro de 1993).

A falência do comércio de lenha aconteceu com a substituição dos barcos a vapor por navios movido a diesel no final dos anos 60 e coincide com várias mudanças que aconteceram na região. Segundo os narradores, aproximadamente em 1950 existiam cerca de 30 casas em Porto Braga, mas, a partir de 1970 muitas famílias foram embora, principalmente para Tefé. Esta migração das famílias coincide com a falência do comércio de Augusto Braga mais ou menos na metade dos anos sessenta, e com sua morte e abandono do povoado Jauató²⁷, já que os filhos não quiseram continuar no Jauató e foram embora para Tefé.

Além das mudanças de ordem econômica que estão associadas à migração das famílias para a área urbana, com a falência do comércio rural e com o fim da era dos grandes patrões, outras mudanças também foram acompanhadas pelos moradores e que ajudam a entender esse momento.

"Aqui vivia de trabalhar de roça, de pescar, de tirar lenha para navio que naquele tempo usavam muita lenha. Naquele tempo tinha muito peixe, tartaruga. Quando eu era pequena, tinha muito peixe-boi e tartaruga para comer. Cansei de chegar numa beira assim como essa e ver meu pai, e um tio meu que mora em Alvarães, Manoel dos Anjos, puxar dois, três peixe-boi na beira. Nós era criança e esse negócio de peixe-boi tinha aquele varal como daqui lá para aquelas casas só de linguiça de peixe-boi. Tinha uma área que botava pra secar. Quando a gente tava com fome, um menino comia por ali. Aí quando dava aquela voz (fome) uma hora dessa, a gente corria lá e tirava duas linguiças daquela e botava na brasa. Por esse tempo tinha peixe-boi por todo canto. Mas hoje em dia pra se comer um peixe-boi é preciso rogar a Deus, pra matar a fome dos meus filhos. Tartaruga, de primeiro, que tinha aqueles tabuleiros, quando era curso de tartaruga os guarda não ia na praia, aqueles que guardava a praia pra ninguém não tirar ovo, nem pegar tartaruga. Os guarda não ia porque na primeira corrida das tartarugas se ele fosse, quebrava as pernas porque vinha assim uma na outra. Quando arriava aquela camada pra água e que ele via que ia ficando umas poucas, aí ele ia virando, virando, virando, quando amanhecia o dia iam carregando as tartarugas pro curral (...). Virando tartaruga ela morre e não desvira mais. Quando dava uma hora dessa (nove, dez da manhã), eles iam pra lá. Aquilo que não podiam carregar eles iam desvirando tudinho para ir embora porque o sol ia matar. Naquele tempo quando dava o tempo de sair os ovos, de tirar os filhinhos na beira da praia não remava dentro d'água, só remava em tartaruguinha. Hoje em dia não se vê nem boiar uma tartaruga" (Guinelina, Porto Braga, março de 1993).

²⁷ Veja referências a história deste povoado mais adiante quando falarmos sobre os povoados extintos.

Algumas mudanças também ocorreram na paisagem, pois antes o Solimões passava em frente ao povoado, onde estava o porto de atracação dos grandes navios, mas, ao longo dos anos, surgiram algumas praias que se transformaram em ilhas e deram origem um paraná que aos poucos isolou o povoado das margens do rio Solimões. Uma dessas ilhas recebeu o nome de Ilha do Céu e chegou a ser habitada por vários anos.

“Essa ilha aqui eu morava nela quando era heranal fino que ia embora aí por fora. Aí eu morei nela com meus filhos, que era tudo pequeno. Era onde eu plantava roça, plantava feijão para mim criar meus filhos. O Solimões não passava nem aqui, ele passava aqui atrás onde tem um igarapé lá que vai sair acolá. Lá é que passava o Solimões, passava os navios. As casas eram aqui mesmo, mas o rio era por lá. E aqui morava o povo e depois fechou. Depois que eu cheguei aqui essa ilha era acolá. A ponta era ali naquela castanheira bem alta ali. Era daí pra cima. Depois que eu cheguei aqui afundou isso aqui tudinho. Já arriou aquela terra e formou a enseada grande que a gente passa na frente. Essa ilha já tem uns trinta anos. Daqui para chegar no rio já formaram cinco ilhas, e quando eu cheguei aqui não tinha nenhuma, só depois de muitos anos é que foi formando ilha” (Guinelina, Porto Braga, março de 1993).

“Era um povoado que tinha nessa ilha aí. Era umas casas dos meus tios que moravam aí. Já morreram tudo. Eles chamavam Ilha do Céu. Os tempos que esse homem (Augusto Braga) era patrão, eles davam aula aí na Ilha do Céu. Era a minha prima Sandra e outra era Cecília (...). Tinha umas cinco casas. Tinha o Raimundo Juvenal, que chamavam pra ele. Raimundo era filho do Juvenal, e o nome da mulher dele chamavam de Chimbó. Tinha a Martinha da Silva Conceição, minha tia. Tinha um homem chamado Bento Evangelista e tinha uma mulher que chamavam Nestina Evangelista porque o nome dela era Evangelista também. Essas são as pessoas mais velhas que moravam aí (...). Aconteceu que eles morreram. Ainda tem, eu acho, a dona Nestina que ainda é viva em Tefé. Então uns morreram e outros se debandaram. E o lugar se acabou. Isso aí de primeiro era Solimões, essa ilha aí. Navio atracava aí. Depois criou a praia e foi o tempo que eles saíram daí e ficou essa praia. É por isso que chamam Água do Bento, porque o homem que morava aí era Bento o nome dele. Bento Evangelista. Aí então ficou essa ressaca, ficou com ressaca aí, e ficou com o nome Ressaca do Bento (...). Já faz muitos anos que eles saíram daí” (Alício Feliciano, Porto Braga, março de 1993).

As mudanças que continuaram a ocorrer na paisagem fluvial causavam muitos problemas para os moradores. Na época da pesquisa eles viviam o problema de conseguir água potável na época do verão porque o Paraná do São João secava muito e tornava a água imprópria para o consumo. Alem disso, eles tinham

dificuldades de transporte porque na seca o acesso ao rio Solimões ficava muito difícil, sendo necessário atravessar uma longa faixa de praia para chegar até o rio. Uma alternativa que os moradores encontraram para obter água fresca foram os lagos situados próximos às casas, e cujo acesso era feito por terra.

"Quando seca o paraná nós vamos buscar água no Solimões, lá perto daquele lago. Sai de manhã e chega uma hora dessa aqui (nove, dez da manhã). Antes não tinha dificuldade. Tem um lago aqui, tem outro lá onde moro, lá no fundo tem um lagote, tem a estrada que vai buscar água pra beber, pra lavar roupa. Aqui já tentaram, o prefeito tentou aí pra fazer um poço, mas não conseguiu, porque entope de areia. Não teve jeito. Deu água boa, mas assim como cavavam, aterrava de novo" (Guinelina, Porto Braga, março de 1993).

Alguns acontecimentos que são conservados na memória dos moradores estão relacionados ao ambiente, como é o caso da cheia que aconteceu em 1953, um acontecimento marcante na vida das pessoas mais velhas, pela amplitude da alagação e que causou muitos problemas aos moradores. Muitas famílias buscaram abrigo na terra firme já que suas casas ficaram inundadas pelas águas, que também destruíram suas roças.

"Eu morava no Jauató. Essas pessoas daqui do Porto Braga, os mais velhos, ganharam o Igarapé, ali no Jauató tem um igarapé. Eles ganharam o igarapé até chegar na terra firme. Foi quando foram explorar a terra firme que vai extremar pro lado do Uariní. Daí então elas foram trabalhar nessa terra. Foram plantar. Aqui eles tinha roça, mas alagou tudo. Aí eles foram procurar a terra firme pra plantar. E aí eles plantaram muitos anos, daí abandonaram e voltaram pra cá. Agora já estão de novo, já tem três famílias que já trabalha lá de novo" (Lourdes Sevalho, Porto Braga).

Em 1988, com o apoio da Prelazia de Tefé os moradores de Porto Braga criaram uma organização comunitária que recebeu o nome de "Centro Comunitário Antonio Macário da Silva" e teve a seguinte composição: João Ferreira de Sousa, presidente; Alício Feliciano dos Remédios, 1º vice-presidente; Vanderlei João Oliveira, 2º vice-presidente; Antonio de Assis Henrique da Costa, 1º secretário; Marlene G. Pinto, 2º secretário; Hermes Ramos dos Remédios, 1º tesoureiro e Bernardino R. Carvalho como 2º tesoureiro. Como os moradores já estavam acostumadas a trabalhar em "ajurí" sob a liderança de Antonio Macário, o Tóti, as atividades que foram estimulados

a desenvolver antes mesmo da criação da comunidade tiveram grande aceitação, como o trabalho de preservação de lagos, iniciado em 1983, com o incentivo do irmão Falco Michiels, da Prelazia de Tefé. Os primeiros lagos preservados foram o Sotero, como lago de procriação; o lago Florismundo, Albertino e Samauma, escolhidos como lagos de manutenção da comunidade.

Em 1993 a diretoria da comunidade estava formada por Clemêncio Fragoso dos Remédios como presidente; Raimundo Ferreira dos Santos como vice-presidente; Ademar Fragoso dos Remédios como tesoureiro e Marlene G. Pinto como secretária. Havia ainda o comitê de pesca que era presidido por Alício Feliciano dos Remédios. O Clube de Mães também foi organizado nessa época e tinha como presidente Idalina Gonçalves Fragoso e Guinelina Ferreira dos Santos. Os moradores de Porto Braga realizavam um trabalho de preservação de lagos, e também de madeira numa área de cem metros ao redor dos lagos preservados.

Na época da pesquisa, os moradores de Porto Braga, e também de outros povoados dessa região do rio Solimões, estavam vivendo um problema sério, que era o ataque de morcegos hematófagos que estavam matando todo o gado. Segundo os moradores mais velhos, há alguns anos os moradores do Jauató haviam passado por problema semelhante.

“Todo tempo o lugar aqui foi só de criar gado mesmo. Agora, com o morcego que tá acabando tudo só quem ainda tem gado é o meu filho, ele tem três. E os outros venderam tudo. Aos poucos os morcegos já acabou tudo, não tem quem dê conta. Tem noite que a gente passa a noite dentro da cerca espiando o morcego pra não morder o gado. A gente estando lá eles não atacam. Essa noite eu acendi uma lamparina, depois que a luz apagou eu coloquei a lamparina acesa lá até amanhecer. Só não chupa se colocar a lamparina” (Lourdes Sevalho, Porto Braga, março de 1993).



Moradores da comunidade de Porto Nazaré.

Foto: Edna Alencar

7. Porto Nazaré

NARRADORES: *José Oródio Ramos, Raimunda Ramos.*

Em 1993 o povoado Porto Nazaré estava localizado na ilha do Marirana, margem direita do rio Solimões. As localidades mais próximas eram Vila Santa, Porto Braga e São João. Havia apenas três casas e 17 moradores no povoado, que formavam três grupos domésticos pertencentes a uma mesma família.

As principais atividades econômicas dos moradores eram a pesca e a agricultura, com o plantio de roças de mandioca, de milho e melancia. Ao contrário das localidades vizinhas, em Porto Nazaré não existia uma grande plantação de bananas porque em 1991 uma doença atacou o bananal e destruiu toda a plantação. A produção pesqueira e a farinha de mandioca eram os principais produtos vendidos para comerciantes que chegavam até o povoado. A pesca tinha seu momento de safra no verão, quando realizavam a pesca do peixe liso no rio Amazonas, no "beiradão", pois os lagos maiores e mais piscosos ficavam distantes. Às vezes os pescadores gastavam cerca de uma hora, em barco motorizado, para alcançar os lagos.

Os moradores de Porto Nazaré eram católicos e tinham como padroeiro São Tomé, conhecido como o Santo dos “roceiros”, festejado em 20 de dezembro. As festas aconteciam todos os anos na residência de José Oródio, que era o “festeiro” e começou a festejar São Tomé em 1982, quando ainda morava no local por nome Camador, localidade da terra firme, margem oposta do rio Solimões.

Porto Nazaré foi fundado em 1987 por José Oródio, quando resolveu sair do Camador com a família para morar na várzea. Ele estava a procura de uma área de terra que não fosse facilmente inundável e onde pudesse plantar banana e criar gado. Ele fez a escolha do lugar para construir as casas na época de inverno quando o rio estava cheio e dava para saber onde estavam as terras mais altas.

“Minha mãe era peruana, Coló Ramirez. Ela quando veio pro Camador já tinha nós. Ela já me teve aqui no interior, aqui no Brasil. Mas o resto dos meus irmãos que mora em Tefé, outros em Alvarães, outros em Manaus, esses nasceram no Peru. Agora eu que já nasci aqui no Brasil. Ela veio casada de lá. Agora o marido morreu já aqui no Brasil aí se pegou já com outro. Nós somos nove irmão, irmão mesmo de sangue. Fora esses quatro que estão em Tefé que é só por parte de mãe. Eu morava no Camador há 23 anos, no paraná do Ferro. Saí do Camador porque alagava. Tudo que nós plantava acabava. Aí a mulher se desgostou e nós viemos pra cá, Sitio Marirana. Aqui alaga, mas não alaga como alaga lá, que num tempo desse (final de março) aqui ainda tem terra. Não tem nenhum modo de ganhar dinheiro. Ninguém ganhou nada. Aí eu vim caçar um senhor que morava ali no São João Tertulino Ramos, ele já morreu. Aí ele me indicou. Passou aqui e viu que tava cheio, aí viu a terra muita e me indicou. Ia me ensinando abrir esse lugar, fazer plantação. Eu vim para cá tem uns seis anos. Primeiro eu plantei a roça. Depois que já tava plantada a roça aí começamos a roçar para o bananal, milharal, melancia. Mas nada disso deu certo, só melancia. Nós vendíamos um pouco dela. Agora banana, ninguém vendia nada. Acabou tudo. Deu um mal e acabou tudo” (José Oródio, abril de 1993).

Após construir sua casa José Oródio fez um roçado onde plantou mandioca, milho, melancia e também banana. Entretanto, o cultivo da banana, que foi o principal motivo para a mudança da família, não teve sucesso por causa de uma doença que deu nas plantas, matando-as.

Dois anos após a chegada de José Oródio, seu filho Raimundo Braga de Araújo e a esposa Margarida Correia Ramos que moravam no Camador decidiram mudar para

Porto Nazaré. Em 1989 chegou Francisca de Araújo (Chica), cunhada de José Oródio, e seu esposo Samuel de Medeiros, vindos também do Camador. Eles foram morar em Porto Nazaré porque Francisca queria ficar próxima da irmã, Raimunda de Araújo Ramos. Em 1991 chegou a família de Raimundo Nunes (sobrinho de José Oródio) e Branca Braga de Araújo. O casal morou apenas um ano e como não se adaptou às dificuldades de obter água durante a seca, pois no verão formava uma extensa praia em frente ao povoado dificultando o acesso até o rio Solimões, decidiu mudar para a cidade de Tefé onde moravam os sogros de Raimundo.

Apesar das dificuldades de trabalhar na várzea associadas principalmente às características do ambiente da várzea marcada pela variação sazonal das águas dos rios, a família de José Oródio não tinha planos de mudar. Algumas vezes ele deixou de fazer roça por não saber se teria tempo de colher a produção antes que a água cobrisse a terra.

"Tem ano que eu planto para produzir farinha, tem ano que eu to com preguiça e não faço, como esse ano que passou. Eu tenho preguiça de fazer roça só por causa da água. Parece que eu tava adivinhando (em 1993 a cheia foi grande). Porque aqui se fizer, se plantar umas quatro mil, cinco mil covas de roça na várzea, você não dá conta não. Porque alaga ligeiro. Nós plantemos três mil e já tinha mandioca dentro d'água. Três mil covas, mas tinha mandioca dentro d'água. Porque acaba tirando a mandioca sem ela tá madura. Se ficasse mais tempo produzia mais porque engrossava. E aqui ninguém pode plantar para dizer assim que vai passar um ano para engrossar. Vamos dizer que vai alagar mês de fevereiro, aí tem que começar a trabalhar sem parar. Se parar um dia, aí vai colher aquela mandioca com a água nos peitos. A mandioca é plantada em agosto, em julho ainda tá alagado. Agora, começo de agosto aí nós vamos plantar. Começa a colher em fevereiro. Por isso que arranca a roça verde. Por isso que não rende. Avalie se você plantar cinco mil covas de roças na várzea. Ele trabalha, arranca, mas não arranca tudo" (José Oródio).

As roças geralmente são cultivadas na mesma terra durante dois a três anos, quando então é abandonada para que vire uma capoeira. É escolhida uma área de capoeira madura para fazer uma nova roça.

"Planta na mesma área. Só tem que plantar em agosto porque já vai saindo as praias. Se quiser fazer na restinga a gente faz. Roça, queima, planta, mas é mês de agosto que as terras tão saindo. Não é como na terra firme que um tempo desse (final de março)

o cara está fazendo roça. É alto mesmo, não alaga. Tudo depende do que o cara quiser. Não é como aqui na várzea que tem a época mesmo de fazer roça só em agosto. Aí chega o tempo da roça” (José Oródio).

O fato de ter uma família grande, com muita mão de obra, não resolve o problema de falta de pessoas para colher a roça quando ocorre a alagação, pois quando os filhos são casados, possuem suas próprias roças.

“Porque todos nós tem que cuidar das suas roças, e aí empata. Um ou outro não quer perder. Como aí que plantaram nessa ilha, no tacanal. Um senhor lá de Porto Braga que mora lá em cima, plantou três quadras de mandioca. Uma se estragou, só aproveitou duas porque lá é muita gente. Ele fazia ajuri e arrancava batelão (lança de madeira com motor) mais batelão de mandioca aí colocava lá na casa dele. Essa aí se aproveitou. A outra, quando quis cuidar não tinha mais recurso porque já estava no fundo. Puxava e só vinha os fiapos da mandioca. E nós planta esse tanto de roça porque eu sabia que ia alagar o rio. Parece que eu estava adivinhando mesmo. Porque nós plantemos três mil e nós já arranquemos com a água aqui na terra” (José Oródio)

Em 1993 ainda não existia uma organização comunitária em Porto Nazaré. Os moradores se faziam representar por José Oródio, que incentivou a realização de um trabalho de preservação da madeira e de pequenos lagos, que às vezes são chamados de poços, por serem pequenos. Eles faziam um trabalho de preservação de peixes no Paraná do Marirana e também com a madeira.

“Não tem lago aqui, se tivesse eu já tinha acordado há muito tempo! Aqui nessa área eu não deixo cortar madeira nem pescar de malhadeira. É só aqui nessa área mesmo onde eu comando. Porque aqui quando seca fica esses paranas aí, tipo um lago. Aí ninguém consente que pesque, tanto o rapaz lá de cima, como eu aqui, porque é duas, uma vez dali e outra de lá. Aí dentro tem tambaqui, tracajá” (José Oródio).



Moradores da comunidade de Vila Santa.

Foto: Edna Alencar

8. Sítio Vila Santa

NARRADORES: *José Matias Ferreira, Darcilina Alves Ferreira*

Vila Santa estava localizada na ilha do Marirana, na margem esquerda do rio Solimões. As localidades mais próximas eram Porto Nazaré, São João e Porto Braga. A população do povoado era de 25 moradores que formavam seis famílias distribuídas em cinco casas. As principais atividades econômicas dos moradores era a agricultura e a pesca. Eles cultivavam roças de mandioca, milho, melancia e banana, e a produção de farinha e de banana era vendida para compradores de Coari, Tefé e Alvarães. A pesca era realizada mais intensamente no verão, no rio Solimões, quando ocorre a safra do peixe liso.

Os moradores de Vila Santa eram católicos. A primeira igreja do lugar foi construída pelos primeiros moradores de Vila Santa que pertenciam à família Barbosa, para festejar Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Mas, anos depois, a terra caiu e levou junto a Igreja. Em 1993, os moradores não realizavam qualquer tipo de festejo. Em termos de infraestrutura, não havia escola, nem posto médico. Os problemas de saúde eram encaminhados para tratamento na cidade de Uariní ou de Tefé, dependendo da gravidade.

Segundo as informações de José Matias Ferreira e de sua esposa Darcilina Alves Ferreira (D. Nenen), os primeiros moradores de Vila Santa que eles conheceram foram: Antonio Ariramba, que se mudou para o Martirão; o João Dário, que morava numa área de terra que já caiu, e depois mudou para o Japurá; os irmãos Domingos Barbosa e Antonio Barbosa, que eram da cidade de Uariní. Eles montaram um pequeno comércio e tinham alguns fregueses espalhados por povoados da região. Domingos Barbosa era casado com Iuca Alves Ferreira sobrinha de Darcilina Alves e de Lindalva Alves Ferreira, esposa de Antonio Barbosa.

“Nesse lugar quem morava era Domingos Barbosa. Tinha a casa dele e a casa de um carpinteiro que morava ali pra cima. Só ficou o lugar porque a terra caiu tudinho. E desse lugar onde o carpinteiro morou a terra já foi embora tudo. O nome dele era João Dario. Eu morava no lugar chamado Campo Novo dentro do Paraná da Marirana. Aí eu passei a trabalhar junto com o Domingo Barbosa num batelão que tinha lá na ponta. Aí tudo tava caindo e ele se desgostou. Disse: – Rapaz, quer saber, eu vou embora. Só ele ainda morava lá dentro. Aí daqui ele se mudou lá pro meio, e ele disse: – ‘Rapaz, tu não quer comprar aquela ilha?’ Eu digo: – ‘Rapaz, que não tô a fim de comprar coisas não. Quanto que o senhor quer?’ Ele disse: – ‘Me dá uma vaca e uma novilha’. Aí eu fiquei pensando. Eu digo: – ‘Não, eu não vou fazer esse negócio’. Aí eu fui combinar com a mulher, né? Aí ela disse: – ‘Vamos ficar com o terreno’. Dei uma novilha e uma vaca coberta. Ele morava lá dentro. Depois que eles se mudaram, que foram embora, aí o papai, se passou pra cá. Fizemos a casa dele aqui” (José Matias, Sitio Vila Santa).

Os irmãos Barbosa devem ter residido em Vila Santa desde os anos quarenta, mas num lugar situado dentro do Paraná do Marirana. Em 1956, José Matias já os conheceu morando no local. Nessa época, o lugar já era conhecido como Vila Santa e a ilha do Marirana era bem maior do que era em 1993. Mas, ao longo dos anos, a terra caída destruiu as terras das margens da ilha, reduzindo seu tamanho gradativamente. Mas esse fenômeno já ocorria antes mesmo que José Matias comprasse a terra, pois em 1970 a caída de terras foi uma das causas que levou as famílias de Domingos e Antonio Barbosa a mudarem para Tefé e depois para Novo Airão, no rio Negro. Eles venderam as terras para José Matias, que morava em Campo Novo, um povoado que ficava localizado dentro do Paraná do Marirana, e que hoje está extinto.

Campo Novo era formado por familiares de Otávio Ferreira Torquato, pai de Darcilina Alves. Ele morava em Porto Braga, mas como desejava plantar roça e em Porto Braga havia uma criação de gado, ele decidiu formar um povoado. Otávio Ferreira morou em Campo Novo por vários anos, até sua morte.

"Eu morei em Porto Braga. Eu nasci, me criei no Porto Braga e nosso papai morava lá. Era Otaviano Ferreira, aí nós morava lá. Aí eu me casei com um rapaz de lá mesmo. Eu morei lá foi anos e anos. Aí foi o tempo que o papai veio, saiu de Porto Braga e veio pra cá pro Campo Novo. Aí ele morou uma porção de anos. Aí ele morreu, meu marido também morreu. Ele morreu primeiro. Aí a mamãe ficou lá, só ela no Campo Novo. Aí ela disse: – 'Eu tô viúva, tu viúva, tu vem morar comigo'. Aí eu vim pra cá com ela. Deixei até minha casa lá no Porto Braga. E depois vim pra cá. Quando eu chego aqui (Campo Novo), o Buré que era genro dela, foi buscar ela. Não passou nem uma semana, ele trouxe ela pra cá. O nome desse lugar quando a gente chegou aqui era Vila Santa. Aí mamãe veio pra cá e eu fiquei já sozinha lá, com esse mau filho que ta aí e essa minha filha que mora aí, mulher do Nei. Ela era pequena e ele também. Fiquei lá sozinha. Aí eu tinha um cunhado que eu morava com ele. Aí ele foi já pro Japurá, se mudar pro Japurá (...). Nós moremos uma porção de tempo no Campo Novo. Aí nós tinha uns gado e foi o tempo que papai morreu e foi o tempo que o Buré trouxe a mamãe para cá. Aí foi o tempo que o Zé e eu se casamos. Fomos morar para lá e a mamãe morou aqui. Depois o Domingos com o Buré foram embora, se mudaram tudo para Manaus. Pronto, aí só ficou eu por aqui. Só tá eu mesmo. As minhas irmãs moram tudo em Manaus. A minha mãe mora em Manaus. Tudininho a minha família ta em Manaus. E aqui só mesmo que é meus parente é esses meus filhos aqui, que moram aqui perto de mim. Mas meus parentes mesmo moram tudo em Manaus. Por aqui só uma irmã que mora em Tefé. O papai morreu foram tudo embora (...). O papai era sogro do Buré, irmão do Domingo Barbosa, que era casado com minha irmã. Ela morava aqui nessa ilha e o papai ali no Campo Novo" (Darcilina Alves, Vila Santa).

Em Campo Novo ficou morando a viúva de Otávio Torquato, e as filhas Tereza Alves Ferreira, casada com Raimundo Lacerda; Maria Alves Ferreira, casada com Alfredo Novais, que depois foram embora para Tefé, mais ou menos na década de setenta; e a filha Darcilina Alves, que antes morava em Porto Braga, mas ao ficar também viúva, resolveu morar junto da mãe. Anos depois Darcilina casou com o José Matias que havia comprado as terras de Vila Santa dos irmãos Barbosa, em 1980. Após comprar as terras de Vila Santa, José Matias foi buscar o pai que morava no Auatí-Paraná, Pedro Eduardo Ferreira, para morar em Vila Santa. Ele veio acompanhado do outro filho Alexandre Matias Ferreira, que se casou com Clara Alves Ferreira, filha do primeiro casamento de Darcilina Alves Ferreira.

A saída de José Matias e Darcilina Alves do Campo Novo em 1980, para morar em Vila Santa, onde já morava o pai e irmão de José Matias, teve como principal causa as dificuldades encontradas no período do verão para conseguir água, pois o Paranã do Marirana secava, formando pequenos poços. A água não servia nem mesmo para tomar banho. Assim, para conseguir água as pessoas precisavam se deslocar para lugares cada vez mais distantes.

"Aí o papai morreu e eu fiquei morando lá dentro. Aí casei com o Zé (José Matias) e nós passemos pra cá no tempo que ele foi buscar o pai dele no Auatí-Paraná. Aí nós viemos morar pra cá e saímos de lá porque secava tudo. Ficava tudo terra. Ficava aqueles pocinhos de água aí nós saímos" (Darcilina Alves, Vila Santa).

"Pois é, ficava tudo seco. Aqui e acolá era que tinha um poço. Quando eu ia tomar banho que a gente saía de dentro da água o corpo vinha que nem uma barra de (queixo?) da água. E aí acabou-se tudo só em praia. Quando secava ficava só praia. Aí eu fiquei pensando: quer saber de uma coisa, nós vamos se passar lá pra beira. Aí nós viemos pra cá. Aí fizemos nossa casa aqui" (José Matias, sítio Vila Santa).

No ano de 1982, quando Uariní passou à categoria de município, Pedro Eduardo Ferreira decidiu mudar-se para a cidade de Uariní, atendendo a convites de amigos. Em Vila Santa permaneceram apenas as famílias dos seus filhos José Matias e Alexandre Matias.

"Aí o papai se invocou para ir pro Uariní. Olhe aí, viu como é que foi? Ninguém sabia se para lá era bom. Ninguém sabia ao menos se ia haver arranjo, que a gente não ia lá. Aí pronto, ele se mudou para lá. Depois fez uma casa para ele lá e ele mudou. E nós ficamos aqui. Aí foi o tempo que o Adevaldo, que viajava com o Raimundo para Letícia, arranhou uma mulher e teve um menino, o Alexandre. Aí ele fez a casa dele aí. Aí foi o tempo que a Neném [Darcilina] se aposentou. Aí a gente sempre viajava para Tefé. Ela se encontrou com uma filha dela (Raimunda Alves) lá embaixo, em Tefé, e agora ela está aí também morando. Aí esse outro filho (Minervaldo) dela viajava com um senhor chamado Damião Aires, lá de Coari. Aí ele se aborreceu de viajar e arranhou uma mulher e fez todas as coisas dele aí" (José Matias).

Em 1983 uma nova família foi formada com o casamento de Adevaldo Alves Ferreira, filho do primeiro casamento de Darcilina Alves. Em 1991 seu outro filho, Minervaldo Alves Ferreira, casou-se com Francisca Ferreira dos Santos, de Porto Braga, e construiu a quarta casa em Vila Santa. A quinta casa construída pertencia a outra filha de

Darcilina, Raimunda Alves Ferreira, que morava em Tefé. Ela foi morar em Vila Santa para ficar mais próxima da mãe e também porque o marido desejava fazer roça de mandioca e plantar banana. Vila Santa estava assim formada por grupos domésticos que pertencem a uma mesma família. Essa união era o resultado de vários casamentos que ocorreram entre duas famílias principais.

Em 1993, não existia em Vila Santa uma organização comunitária, mas os moradores se faziam representar por José Matias. O trabalho de preservação que existia no povoado foi iniciado pelo próprio José Matias desde que ele comprou as terras dos irmãos Barbosa. Este trabalho era realizado com os lagos e com a madeira. Os lagos estavam separados em lagos de procriação (Paca Grande), e lagos de manutenção (Tendal, Tendalzinho e Paquinha). A pesca para comercialização era realizada no rio Solimões ou em áreas próximas, pois não existiam grande lagos próximos que pudessem ser utilizados pelos comunitários. A madeira era preservada somente em áreas imediatamente próximas às casas, em locais que as pessoas consideravam como sendo de posse de José Matias.

"Vem muita gente para retirar madeira aqui atrás, mas nós não deixa. Porque antes de nós fazer nossa casa aqui, invadiam. Tinha muita madeira, aquela madeira fina, quase eles estragam. Como ficou muitas madeiras aqui no meio do igapó, tudo estragado. Tiravam, estavam cortando a madeira. O caso que não vinham mais trabalhando e deixavam aí. Aí foi o tempo que eu vim pra cá, tirei esse lugar aqui, fui pro Uariní, e do Uariní fui lá pro cartório, né. Aí que eles estavam respeitando mais, porque não deixo. Agora, lago aqui pra nós, não tem lago grande. Tem ali pro lado de Marirana, mas fica lá em cima. Os peixes que entra aqui são de lá" (José Matias).

"Agora eu digo mesmo, no tempo que o papai era vivo nós morava ali no Campo Novo, o papai... Tinha esses lagos aí, que tem uns laguinhos aí atrás, o papai não deixava ninguém pescar lá não. Não pescava lá não porque ele não deixava. Uma vez ele ainda quis brigar com um homem lá por causa desses lagos. Lá tinha fartura de tracajá, pirarucu. A gente ia pescar lá. O papai trazia tucupi pra gente. Não deixava ninguém entrar nesse lago. Isso já faz muito tempo. Agora não, depois que papai morreu..." (Darcilina Ferreira).

Um lago grande que havia próximo a Vila Santa, o lago do Marirana, deixou de existir quando a terra de uma das margens caiu e ele foi invadido pelas águas do Solimões. Esse lago ficava na mesma ilha onde está localizado o povoado São João.

“Frou em 82, que caiu ali a terra. Olha lá, lá em cima, na boca de cima, na outra boca de cima. O lago enche aqui embaixo e sai tudo lá em cima, vara no Solimões. Então quando seca só fica piranha. Os outros peixe maior, o tambaqui, o pirarucu sai tudo aqui na boca de cima. Então fica ruim da gente guardar um lago pra cá, né. Porque os lagos muitos que nós temos aqui são de Mamirauá mesmo. Virgem! São é muito lago! E eu não sei nem os nomes desses lagos de lá porque eu fui lá duas vezes pescar nesses lagos aí. Agora o lago que eu conheço bem, que eu moro perto é o Bezerra, o Honorato e o Tucumã. Esses eu conheço bem. Agora os outros eu não sei dizer, são muitos lagos. Tem lago pra preservação no Jarauá. A Marise veio comigo e perguntou se eu queria ter um lago lá dentro. Ai eu perguntei: – ‘Pode tirar?’ Ela disse: – ‘Pode sim’. Aí eu fui e tirei o Paca, o Paquinha e Tendal. Três lagos. Um para tirar o peixe para nós comer, o outro para nós vender e o outro para criar o peixe. Então esses lagos ficam tudo perto da beira. Agora os outros para lá ficam mais distantes. Quando seca fica ruim. Na seca a gente pesca aqui no Jussara. Esses lagos aí de dentro. Tem a Ressaca de Fora, tem o açai, tem o arará, tem o tracajá, tem o macaco-prego, tem o tambaquininho, tem o marajá, tem o caixi, tem o socoró, o buiuçu. Tem muito lago aí dentro. É aí que a gente pesca. Detrás dessa ilha, que tem essa ilha aí na frente, por detrás é o buraco. Essa ilha aí é Jussara. Agora detrás dela, na outra ilha de lá que tem os lagos. Por detrás é os lagos, aí dentro é as bocas dos lagos” (José Matias).

A mudança na paisagem podia ser percebida tanto pela caída de terra que aos poucos reduzia a área da ilha do Marirana onde estava situado o povoado, quanto da ilha que estava localizada em frente ao povoado, que era a ilha de Jussara. Ambas estavam diminuindo de tamanho a cada ano. A proporção em que a terra caía de um lado do rio, também ocorria o assoreamento da margem oposta, com a formação de praia.

“Virgem, essa ilha vinha confronte a Porto Braga aí começou a cair, cair, cair, cair e ficou assim. Foi diminuindo. E agora aterrou porque o pessoal de uma casa ia morar ai na frente, e do remanso para lá não cai mais” (José Matias).

Anos Depois...

No final dos anos 90 a caída de terra intensificou ameaçando levar as casas. Os moradores decidiram mudar o lugar do povoado para dentro do paraná do Marirana, próximo ao local onde o pai de Darcilina Alves havia morado, o Campo Novo. Em entrevista realizada em 2001 com José Matias, ele deu a seguinte explicação para a existência de terra caída na ilha do Marirana:

"Aqui na ponta do Marirana, a praia começava lá no porto de casa e ia no rumo do Jauató. Pois sentou dentro de um segundo! Sentou! Se acabou, foi embora. Então nós calcula que ela tava em cima de um bicho, de uma cobra-grande. E conforme nós andamos lá por cima, porque nós ia para lá de noite, os meninos corriam lá pelo meio da praia. Aí acabou-se. Por causa desse bicho que tem aí nessa beira. Dizem que é uma cobra. Ali na boca do Marirana com a boca do Macoapani. Ela fica localizada na ponta dessa praia que tem aí (no rio Solimões). Ela tá localizada defronte a boca do Jauató. O Foncé tava pescando de poita lá, sete horas da manhã, seis horas da manhã ele saiu, quando foi seis e meia ele tava ateando as cordas dele, quando deu sete horas ele ouviu aquilo – Roooooommmmm. Roncou né? Ele olhou assim e viu um bicho dessa largura. Aí ele viu e tava assim no meio: – Beeei!!!! Ele tava direto no sol, porque de lá o sol ele sai daqui. E ele tava direto no sol espiando. Pertinho dele assim. Ele ficou espiando e disse – Tô comido! Porque o bicho ia comer ele. Aí ele foi e arriou as cordas e tirou para a beira. Aí ele teve espiando, teve, teve e quando foi sete e meia ela sentou ele foi para casa dele. Era uma cobra que tava aí. Ela ta lá ainda, que ela não sai de lá! Ali fica bem na boca do Lontro [...]. Olha, a cobra tem muito poder. Ela anda numa terra, faz um cano e vai embora. Se tiver pau vai arriando prum lado. Passa, vai embora e fica o rio" (José Matias, Marirana).

Ao falar sobre a terra caída, que obrigou os moradores de Marirana a mudar o povoado de lugar, a lembrança que José Matias mais destaca é a rapidez com que tudo aconteceu.

"Foi rápido. Lá não perdemos a vida porque Deus é muito bom! Porque se demora mais um pouco... Ela não dá um aviso assim de que vai cair. Nada! Ela só dá o aviso já na hora que ela já vai! Na hora que parte, que é pra arriar tudo! Quando começa a borbulhar... Ali nós tava em cima de uma casca, porque bem no meio do terreiro eu batia assim olha: pum, pum, pum! Era oco! Eu digo: – Olha, nós tamos em cima de uma cobra! Verdade. Cansei de dizer! – Nos tamo em riba de uma cobra! – Por que? Eu digo: – Olha, tudo oco! Cansei de bater. Era pum, pum, pum, pum! Era só aquela casca em cima. Rapaz, vixi Maria, foi triste! Foi no começo da noite que caiu. Foi de cinco e meia pra seis horas. Você já viu sofoco! Peça a Deus de nunca a terra caída esteje perto assim de sua casa [...]. Bem, saiu aquela praia daí do porto né, aí aquela praia foi desaparecendo, foi desaparecendo, aí veio um pescador de Tabatinga e parou lá e disse: – Rapaz, vocês deixam nós pescar para nós comer? Eu digo: – Rapaz, pode pescar. Eles foram pescar e não puderam, com tanto pau. Aí começaram a limpar. Aí da beirinha era tudo baixo. Aí eles soltaram a rede. Sabe quantas braças deu pertinho do porto como daqui aí? Deu 16 m. Ele disse: – Rapaz vocês cuida que vai arriar! Eu digo: – Por que rapaz? – Olha essa fundura enorme! E aí à noite eu tive um sonho com duas

crianças pequenas dizendo: - Olha, vocês não dorme muito! Aí quando eu tava naquela arrumação eu me assustei. Aí me acordei e procurei pelas crianças e não vi! Aí de manhã eu tava contando. Ainda diziam – É nada, isso foi... Eu digo: – Rapaz é nada porque ainda tô vendo essas crianças. Isso foi de sábado para domingo. Ai amanheceu o dia, domingo e fui assistir o jogo aqui no S. João. Aí quando foi quatro e meia da tarde eu me lembrei do sonho, – Quem sabe não tá caindo as terras lá em casa! E fui embora. Aí quando fomos chegando perto, como daqui naquela praia ali, de longe a gente viu aquele escumirão. Eu digo: – Já acabou tudo! Quando chegamos tava perto dos esteios das casas. Eu digo: – Não tem jeito não. Aí fomos carregando as coisas de dentro, as bolsas, mas não teve jeito. Caiu toda frente. Perdemos a casa, perdemos mandioca, perdemos tudo, tudo! Mas tudo mesmo! Aí pronto acabou-se tudo. Aí nós se passemos para a parte de dentro do Paraná do Marirana.

No local onde reconstruíram o povoado José Matias acha que estão mais seguros, pois não sofrem a ameaça de terra caída, mas vê com preocupação algumas mudanças que observa na paisagem e tenta prever o que pode acontecer no futuro.

"Aí eu tô achando que tá bom, mas fica ruim assim quando seca que fica meio seco. Mas com tudo isso, tá bem seguro aqui dentro. Agora se aquelas terras da frente arriar tudo, então ali vai ser o canal e eu me jogo para o rumo de dentro, porque vai dar força d'água. Na boca do Macoapani, pode espiar, a água vem desde a ponta da ilha, tá forte aí. De inverno cai". (José Matias, 2000)

Ao mesmo tempo José Matias sabe que o ambiente da várzea tem características peculiares principalmente no que se refere a formação dos terrenos, que os tornam sujeitos a desmoronamentos sob a ação das fortes correntezas do rio Solimões.

"Presta atenção, aqui em cima fica aquele barro e embaixo só é areia. E ali embaixo não tem segurança. Veja numa costa dessa adonde cai, pode espiar, porque isso aqui foi transformado de uma areia. Em cima dessa areia aqui, o mais que tem é dois metros de terra, embaixo só é areia. Aí não pode ter segurança. Aí quando vai enchendo vai cavando e vai caindo. No próprio instante em que a natureza fez, ela mesma desfaz. Às vezes ela custa mais a construir do que a destruir..." (José Matias, Maririana).

"Agora, ela (terra) cai aqui e vai fazer noutro canto! Porque essa terra ela se desmancha assim e ela vai na água, vai se juntar noutro canto! É por isso que se forma essas ilhas. Uma ilha dessa leva dez anos para se formar. Ali no Mari-Mari tem uma ilhazinha na saída do Paraná. Olha aquilo ali tá com trinta e poucos anos. Eu era rapazinho, e quando eu cheguei aquilo ali era uma praia limpa, limpa, limpa. Sem ter nada! Era uma

praia limpa sem ter nada, apenas dois oiranas dessa grossura por cima da praia. E agora tá tamanha ilha! Já foi virado capoeira, que eu plantei aquela ilha todinha de uma ponta a outra! E já depois que eu plantei já tem caxinguba dessa grossura (quase uma braça de largura – mais de um metro de diâmetro). E mulateiro já não tem mais porque derrubei. Mas já tem mulateiro grosso! Essa muiratinga, eu acho que já tem umas que tá quase boa da gente tirar! Então a ilha não custa muito a construir. De um ano para outro ela modifica muito! Às vezes cria primeiramente a oirana e quando não, primeiramente a tacana. Às vezes sai a tacana primeiro também. Às vezes nasce o capim também como acontece aí no tabuleiro que é guardado. Tá criando capim lá. Aquele capim rabo de cavalo. Já começou oirana também, mas eu arranquei. Mas essas três que eu arranquei vai... Porque se bater a oirana aí ela cria ilha. Depois da oirana aí vem embaúba, vem munguba, caxinguba, vem muiratinga, vem toda qualidade de árvores. E então o mulateiro, já gosta! Como aquela terra que tem aberando o rio do lado de lá (na frente do Horizonte). Aquilo ali eu conheci praia! A mata mesmo era lá naquela mata alta que tem por trás dela. Aquilo ali era praia, só praia, só praia! Às vezes esses novo, a gente tá contando as vezes certas coisas assim e eles ficam duvidando, não acreditam! Não acreditam. Porque as ilhas é se transformada da praia mesmo! Porque eu já tenho uma idadezinha que eu já vi uma porção de coisa. Olha, quando eu cheguei aí já existia aquela ilha do Brandão, era o Mari-Mari e outra ilha que ficava mais embaixo mais, na ponta dela era uma praia. Agora já virou ilha, o tabuleiro do Machado é ilha. Onde o finado Chaco morava já construiu aquela ilha e mais para fora já construiu parece que três ou é quatro. Desde que eu cheguei aí! E eu me passei para lá foi em 62 ou 64. Foi mais ou menos que eu tava com trinta e poucos anos, agora tô com sessenta e dois. Mas ela não custa muito a construir não” (Expedito, Sana Luzia do Horizonte, 2000).

Outra explicação para a terra caída que destruiu a ilha do Marirana foi dada por um morador do povoado São João, também em 2000, quando associou a destruição da ilha às mudanças que ocorreram na margem oposta do rio Solimões, onde está a entrada do paraná do Macoapani. Ao abrir o canal deste paraná as águas do Solimões passaram a acorrer com mais velocidade e força em direção a ilha do Marirana, destruindo as terras. Como resultado dessas mudanças houve a alteração do canal do rio Solimões.

“O Macoapani era da largura desse paranã aqui (S. João) o Macapani. Era dessa largura. Era fechado lá em cima. Era só um paranazinho. Daí a terra caída veio comendo de lá, veio comendo de lá, quando arrombou o Macoapani aí pronto, aí começou a correr (o rio) e o Macoapani começou a cair e com toda a força da

corredeira de lá, criou praia pr'ali que tá vedando já lá em frente ao Novo Viola. E praticamente daqui mais uns anos aqui já é lago! Porque a força toda do Macoapani já tá toda embaixo já. Já tá arriscado o Marirana ali daqui uns dias tá na frente do rio chefe mesmo, porque tá criando praia daquele lado. Ali onde o Samuel mora tá caindo direto ali! De inverno corre muito ali porque a força da água arreventou tudo ali. O Macoapani furou né, aí já desce ali e o impacto da água da todo ali no Samuel, no Marirana. Pode reparar que ali quando o rio vai enchendo chega vai assim, vai caindo direto, não para. É dia e noite caindo. O Macoapani quando começou a cair foi numa noite que furou ali. Deus me livre, não tinha troço que passasse ali com a terra caindo. Desse lado só barco grande mesmo, recreio, varava aí. O pessoal ainda andava de dia, mas de noite, era a coisa mais difícil andar nessa enseada”.

9. São João

NARRADORES: Manoel Delvésio Macário, Antonio Morais Ramos, Fausto Ramos, Maria das Graças Castilho da Silva, José Medeiros de Aquino (São Benedito do Cauaçu), Ladislau Macário, Vitoriano Morais, Gedalva Castilho, Manoel Morais, Pedro Sandoval, Severino Morais

São João está localizado no paraná do São João, margem esquerda do rio Solimões, com as casas distribuídas nas duas margens do Paraná do São João. Em 1993, as localidades mais proximas eram Vila Santa, Porto Braga e Porto Nazaré. A população local era de 128 moradores, formando 20 famílias, distribuídas em 17 casas.

As principais atividades econômicas dos moradores era a agricultura e a pesca. Eles realizavam o cultivo de roças de mandioca, melancia, milho, feijão e banana. A produção da banana, da farinha e de outros produtos era vendida para compradores oriundos das cidades de Alvarães, Tefé e Coar. A pesca era uma atividade que gerava boa parte da renda das famílias, e tinha uma produção sazonal cujo momento de maior produtividade ocorria no verão. A produção de banana estava sendo uma das principais fontes de renda devido a redução do pescado. Segundo os moradores, a cultura da banana era muito boa porque a safra ocorre o ano todo, enquanto a pesca é somente em uma época. No entanto, a desvantagem de cultivar banana surge quando ocorre uma cheia muito grande e o bananal morre, trazendo muitos prejzos para os moradores.

A maioria dos moradores de São João era católica. O padroeiro local era o Divino Espírito Santo, de propriedade de Clotilde Ramos, cujo festejo era realiado sempre nas últimas semanas de maio ou início de junho. Todos os anos uma pessoa escolhida através de um sorteio que recebia o nome de "pilouro", ficava encarregada da festa, era o "festeiro". No ano de 1993 não foi realizada a festa porque os moradores estavam de luto pela morte de um dos moradores mais antigos, João Ramos. As celebrações religiosas eram realizadas na igreja do Divino Espírito Santo, construída em 1990, e dirigidas por Manoel Macário e Fausto Ramos. Apenas uma vez por ano

o padre do Uariní visitava a comunidade para fazer a "desobriga", momento em que eram realizados casamentos e batizados.

Em 1993, havia apenas uma escola de primeiro grau em São João, com turmas do pré-primário, da 1ª e da 2ª séries. Havia 37 alunos frequentando as aulas, com idade que variava entre sete e dezesseis anos. Mas, desde 1972 eram realizados cursos de alfabetização no povoado quando foi criado o curso de alfabetização de adultos, que era transmitido pela Escola Radiofônica, um programa de alfabetização implementado e coordenado pelo MEB. As aulas eram transmitidas pela Rádio Rural de Tefé e os alunos, 12 adultos e 37 crianças, acompanhavam as aulas pelo rádio sob a orientação da monitora Maria das Graças Castilho da Silva. Depois que a escola do MEB foi extinta, a população de São João ficou alguns anos sem escola. Somente em 1982, quando Uariní passou à categoria de município é que as aulas foram retomadas.

As informações sobre os antigos moradores que formaram o povoado São João remetem ao início do século XX. Segundo José Medeiros de Aquino, morador da localidade Cauaçu, em 1922 ele chegou com seus pais e irmãos ao Paraná do São João, procedente do Acre. Eles residiram no povoado que tinha o nome de São João até 1925, quando foram embora para o povoado Mirafior, onde desejavam fazer uma criação de gado.

"Nós chegamos no São João em 22, e em 24 nós saímos de lá. De 24 para 25. O Fortunato Ramos que era parente da Aida (sua esposa atual), morava na ponta, na parte de cima. Aí caiu tudo. Na ponta do São Pedro morava ele, morava o João Ramos, o José Ramos, uma porção deles. Caiu tudo, acabou-se. Era um campo grande, bonito, onde criavam gado. Era bonito ali" (José Medeiros, Cauaçu, outubro de 1993)

Há um consenso entre os narradores de que os fundadores da localidade foram João Ramos e Maria Gomes. Sobre os motivos que levaram João Ramos a sair do Peru para morar no Brasil, existem duas versões. Uma delas diz que João Ramos era policial e, quando ocorreu o conflito entre o Peru e a Colômbia, em 1932, fugiu para o Brasil, juntamente com a mulher e os filhos – Maria Ramos, Gildo Ramos, João Ramos e Manoel Fortunato Ramos – indo se instalar na região do rio Auati-Paraná, no povoado de nome Tomé.

“Ele saiu do Peru na época que teve o combate do Peru com a Bolívia. Ele era cabo, aí eles fugiram, né? Anoiteceram, mas não amanheceram. Porque era chamado eles tudinho pra esse combate, e eles com medo dos filhos morrerem nesse combate, eles fugiram pro Brasil. Foi quando eles vieram *de tombo, de tombo*, até que conseguiram chegar aqui e *compraram* esse terreno aqui. Eles primeiro pararam no Tomé. Eles vieram baixando, vieram baixando, morando um tempinho, até que alcançaram aqui” (Germano Morais Ramos, São João).

A outra versão diz que ele morava no Peru, onde trabalhava na extração da seringa, mas houve um desentendimento com o patrão e ele teve que fugir para o Brasil.

“Ele cortava seringa lá, ele trabalhava com esse patrão, né? Aí aconteceu lá um desentendimento e ele (patrão) mandou a polícia ir lá prender ele (João Ramos). Que quando a polícia chegou lá ele meteu a bala. Matou um policial e o finado Gildo (filho) matou outro. Ele contou assim. Cansou de contar até pra mim mesmo que eu era menino. Aí vieram embora e viajavam de noite e se escondia de dia, e a polícia atrás. Mas não conseguiram pegar eles, porque ele sabia de muitas orações, né? E usava pra se defender deles. Aí foi o tempo que veio, veio, aí veio ficar nesse Auti-Paraná, nesse lugar parece que era Tomé. Aí eu acho que eles moraram muito tempo por ali. Foram tomando conhecimento com o pessoal de lá, né?” (Ladislau Delvéσιο Morais, São João 2001).

“Eles vieram de Letícia (Colômbia) tinha o Manoel Zildo, tio Fortunato, o finado vovô, a família dele, era João Ramos, era peruano. Aí tinha uma filha deles também. A mais velha deles, casada, era a minha madrinha, Maria Cordeiro que chamavam né. E tinha outro, o Votorinha, que era outra família grande dos antigos. Essas cinco famílias grandes, tudo bem grande, não era pouquinha não. Eles moravam tudinho aí onde é agora a enseada; mais outra tia minha, tia Rosa, era tia do papai, irmã do João Ramos, e os outros pessoal. Seis famílias que morava aqui. Aí só quem foi já mesmo da família que eu já me lembro, papai né, tio Fortunato, tio João, tio Vitor, irmão deles. São três irmãos. Papai, João, Fortunato, tio Vitor (Zildo) e o pai deles, que era João Ramos (...).

No Auatí-Paraná, a família Ramos se uniu à família Morais pelo casamento de Fortunato Ramos, filho de João Ramos, com Maria Eduarda, filha de Manoel Pedro Morais. A família Morais falava a língua geral, *nheengatu*, e alguns de seus descendentes residem nas aldeias indígenas da Barreira das Missões, em Tefé. Os narradores não souberam informar sobre os motivos que levaram esta família a escolher o povoado Tomé, no Auti-Paraná, para morar. Mas, considerando que uma característica do processo migratório, presente na mobilidade das famílias nessa região, é a existência

de uma rede de apoio fundada no parentesco, a presença de parentes em Tomé é um fator a considerar na decisão de fixar residência lá. Após alguns anos residindo no Tomé a família de João Ramos decidiu mudar para a cidade de Tefé, onde residia uma irmã de João Ramos, Rosa, o que reforça, mais uma vez, o papel do parentesco no processo de escolha dos locais de destino da migração. A causa que levou a família Ramos a sair de Tomé foi principalmente econômica:

“O meu pai contava que a minha mãe era uma cabocla lá do Auatí-Paraná, de um tal lugar que era parece que Tomé. Um lugar aí dentro do Auati-Paraná. Era Maria Eduarda o nome dela. Aí ela casou com meu pai e já puxou o nome do velho, Maria Eduarda Ramos. Quando eles baixaram de lá da onde eles moravam, daí do Cavaloxo, meu pai já veio arranjar ela dentro do Auati-Paraná. Aí do Auati-Paraná vieram pra cá. E contam que lá era um rio muito desabitado. É um rio que não tinha concorrência, e ficava muito difícil. Então eles vieram procurar, né? Não demora, eles chegaram aqui nessa área aqui. E aqui tinha muita fartura nessas alturas, aí que era bom de zelar isso, né? Meu pai me contava, minha mãe, que esses lagos aqui atrás, quando eles entravam vinha com a canoa cheia. Té onze horas eles já estavam com a canoa cheia de tracajá, tartaruga, era pescaria, era tudo que trazia. Só bicho de casco, né? Tinha curral, um curral cheio de bicho de casco²⁸. Era só ir lá no curral, tirava uma tartaruga e os outros que queria comer. Pirarucu, isso ninguém fazia caso. Tinha muito, muito nesses lagos que nós mantemos aí. Deus me defenda! Ainda cheguei a ver essa fartura...” (Antônio Morais Ramos, São João, maio de 1993).

Considerando-se que essa área do alto Solimões era rota de comércio de alguns comerciantes que residiam em Tefé, este é um fator que pode ter favorecido o contato dessa família com pessoas desta cidade. Assim, provavelmente nas primeiras décadas do século XX, João Ramos e a esposa Maria Torcata desceram o Solimões com destino a Tefé, em companhia dos filhos Gildo, Manoel Fortunato, João e Maria Ramos. No entanto, decidiram parar na metade do caminho, no povoado Bonsucesso, onde havia um comércio, para conseguir alimentos.

“Quando eles baixaram, ficaram um tempo no Bonsucesso e, depois, foram pra Macoapani, que era um povoado grande nessa época. Eles iam pra Tefé, iam de muda.

²⁸ O costume de fazer curral para criar tartarugas era uma prática muito comum entre os índios que habitaram no passado essa região da várzea (MEGGERS, 1987; PORRO, 1995; 1998).

Aí foi o tempo que eles pararam lá na casa desse patrão, seu Manoel Rola, que era uma casa de comércio. Aí o velho perguntou se eles queriam trabalhar pra ele. Nesse tempo isso aqui era muito farto, tinha muita produção. Aí foi o tempo que ele conheceu esse lugar aqui. Não morava ninguém nessa terra. O pessoal que tinha morado ali onde é aquele pãozeiro, já tinha saído. Aí esse velho, o compadre Rola, convidou o papai. Disse: – Seu Manoel Fortunato, porque o senhor não mora por aqui, que é muito bom, muito farto de tudo? Aí ele disse: – Mas não tem lugar. E meu destino é ir pra Tefé. Porque a irmã do meu avô, tia Rosa, já morava em Tefé. Aí ele disse: – Ali do outro lado tem uma terra, tem uma restinga alta, que tem andirobal, seringal, e madeira muito. Nesse tempo não tinha essas ilhas por ali. A terra já pegava já do outro lado, pra banda da restinga do Macoapani. O rio era só um. Essa terra era devoluta, não tinha dono. Aí vieram já morar pra cá, pra essa ponta de terra. Mas não era aqui não. Era numa ponta de terra que ficava lá muito em cima! Eles eram três irmãos, era o Gildo, Manoel Fortunato e o Pixola (João Ramos). De mulher tinha a Maria Prudência Ramos. Eles nasceram tudo lá, antes de vir pro Brasil. Aí eles já formaram esse povoado. Era grande, tinha umas vinte e tantas casas” (Francisco Morais Ramos, São João).

“Eu vi o velho mesmo contando que ele vinha diretamente pra Tefé. Eles saíram do Auati-Paraná pra morar em Tefé que já tava essa irmã dele, Rosa, morando lá. Então eles vinham diretamente pra lá. Aí, quando chega aqui no Bonsucesso, aí parou pra pescarem, pra pegarem rancho. Eles iam trabalhar aí um dia pra conseguir rancho pra aguentar até chegar lá. Aí, quando chegaram aí, era muito farto, tinha muita produção, muito pirarucu, muita tartaruga, peixe-boi, era tudo com fartura aí nessas ilhas, que era ilha nova. Aí o finado Manoel Rola disse pra ele que queria que dessem uma pescada pra ele, porque eles pescavam bem. Aí eles ficaram pescando, ficaram pescando, até que conseguiram esse lugar pra esse lado. Aí não foram mais pra Tefé, ficaram já morando aí mesmo. Até hoje ainda tem gente deles” (Ladislau Delvesio Morais, São João).

“São João é mais antigo do que Porto Braga. O primeiro morador daqui foi meu avô (na verdade é bisavô, João Ramos). Daqui já foi gente morar no Porto Braga aí foi se espalhando. A maioria desses pessoal que moram hoje no beiradão são imigrantes e eles traziam, roubavam, as caboclazinhas e iam migrando por esse beiradão. Assim, eles iam baixando do Peru, Colombianos. Porque o meu avô (Fortunato Ramos) já chegou pra cá através do pai dele que era um peruano que já roubou uma peruana e trouxe pra cá, e tinha duas mulher também, todas duas era peruanas” (Carlos, São João, outubro de 2000).

João Ramos decide ficar morando nas terras situadas na margem oposta do rio Solimões. Mas outros narradores afirmam que antes da chegada da família Ramos que formaram o povoado São João havia um povoado que estava situado onde hoje

fica a boca do cano do lago São João, local conhecido como Pãozeiro. Neste povoado havia um porto de lenha que abastecia os navios que subiam e desciam o Solimões transportando mercadorias do alto dos rios Solimões, Juruá, Japurá, Jutai etc, e para cidades como Tefé e Manaus. Embora confirmassem a informação sobre a existência desse povoado, poucos narradores souberam informar o nome, a origem ou destino de algum ex-morador.

“Quem abriu (o lugar) foi outro homem que morou aí. Ele comprou esse lugar de outro homem também, eu nem sei como era o nome do homem mais. Quando eu cheguei ele não existia mais por aqui, o João Ramos já tinha comprado esse lugar aqui dele e morava. Mas foi o outro que abriu esse lugar. Era bonito o campãozinho, tinha muito gado. Quando nós chegamos aqui ficamos morando na casa do meu tio (Manoel Pedro Moraes). A casa dele era acima dessa ponta, lá em cima, do lado de lá também. Esse lugar aí já foi depois que caiu aquela ponta, aí que fizeram esse lugar aí. Já foi o Fortunato, o pai do Antonio Ramos que fez esse lugar (...). Quem sabia bem dessa história do pessoal que morava ai é o pessoal de Porto Braga. Antes de lá, Porto Braga, teve esse porto daqui. Aí nesse lugar me disseram que o nome desse lugar era São Pedro, nesses pãozeiros. Ih eles são velhos! Quando eu era menino esses pãozeiros já existia aí. O pessoal faziam roça. A minha mãe fazia roça. Aí depois largaram. Aí tem tijolos, pedaços de tijolos, telha de barro porque faziam os barracões com telha de barro né. A gente roçando, o cara capinando assim achava aqueles pedaços de telhas de barro. Aí onde tá esses pãozeiros. É onde entra o cano que vai para o São João (lago). Entra aí nesse cano. Era lá que tinha um comércio, morava muita gente aí. Tinha um comerciante agora não sei dizer nem como foi” (Ladislau, São João, outubro de 2000).

O nome do lugar era São João, mas depois recebeu o nome de São Pedro, e ficava na margem esquerda do Paraná do São João, numa faixa de terra situada logo na boca do paraná. Após a chegada da família Ramos ao Paraná do São João em 1910, somente há notícias da chegada de outra família no ano de 1935, de Sofia Delvério viúva do irmão de Manoel Pedro Moraes, que a havia mandado buscar no rio Jutai, município de Fonte Boa, onde estavam morando dentro de um igarapé no lugar por nome Genipapo. Ela chegou acompanhada dos filhos Manoel Delvério Macário, Ladislau, das filhas Maria, Joventina, Nazaré, Carmina, Otávia (que mora em Tefé) e Isolina. Mas pelos relatos, Manoel Pedro Moraes deve ter migrado do Auati-Paraná para o São João, logo após a família Ramos, uma vez que sua filha, Maria Eduarda, casou ainda no Auati-Paraná com o filho do João Ramos, Fortunato Ramos quando estes moravam lá.

Segundo Manoel Delvério Macário, quando ele chegou no paraná do São João, procedente de Genipapo, município de Fonte Boa, a família Ramos já residia ali há alguns anos. Nessa época, a família de Manoel Pedro Morais, seu tio, morava dentro do Paraná do São João, numa casa isolada, no mesmo lado e provavelmente no mesmo local onde hoje está situado o São João. Sobre as outras famílias que também residiam aí, além dos Ramos, existem apenas notícias esparsas.

“Essa terra daqui já tinha também. Quando eles moravam na boca l em cima que ainda não tinha caído, acima daquela ponta, por aí assim no meio do rio tinha um lago também chamavam de Laguinho. Ele era assim pequeno. No tempo de verão como agora eles iam pegar peixe lá. Era um laguinho mesmo. Depois desse laguinho aqui era esse lugar ai agora, essa comunidade São João. Aí caiu tudo n e ficou já pra cá (...). Tinha o finado Joaquim Portásio que morava ali onde o Antônio Ramos mora. Quando nós viemos pra cá tinha o Manoel Pedro Morais (tio do narrador e sogro de João Ramos). O lugar que ele morava era ali acima dessa ponta assim. Era desse lado aqui. Era l acima da onde é a terra caída, a ponta da ilha mesmo. Da ponta da ilha pra cá tinha o cemitério e abaixo do cemitério era a casa dele” (Manoel Macário, São João, abril de 1993).

Outra família que chegou, provavelmente na década de 1940, foi Don Ascêncio Vasquez, peruano, procedente da cidade de Benjamin Constant, no alto Solimões. Ele permaneceu pouco tempo no local, pois cinco anos mais tarde foi embora para a ilha do Marirana.

“Ele veio com toda a família, parece que com duas filhas moças e dois rapazinhos, um de dez e outro com os seus oito anos. Eu não me alembro do ano, mas foi nessas temporadas mesmo que eu cheguei. Não podia faltar uns quatro anos assim, que eu cheguei também aqui. Então nós era novato, e aí com esse meu tio veio mais outros também, outras gentes, n? Que veio acompanhando mais duas famílias. Ele era peruano, e fez casa aí nessa boca. Depois atravessou pra banda daqui, e depois saiu daqui e foi pro Marirana, uma ilha nova. Daí ele foi embora pra cima, pegou a família e foi pra Benjamin Constant, t pra lá. Aí se acabou os outros, se acabou, morreram já tudinho (Manoel Macário, São João abril de 1993).

As outras famílias eram Joaquim Postsio, procedente do Matur, alto Solimões, que após sua morte os filhos foram embora para a ilha do Palheta, no rio Solimões, mais acima do São Pedro; a família de Teófilo Pereira Gomes e sua esposa Domingas

Pereira, que veio também do Maturá trazidos por Manoel Pedro Morais, pois eram seus parentes. Eles residiram no local durante alguns anos e após sua morte os filhos foram embora. No São Pedro havia um grande campo de criação de gado que pertencia à família Ramos que pelo fato de ter iniciado o povoado, ou seja, abriu o lugar, também controlava a terra. Por esse motivo, as famílias que chegavam ao local para morar geralmente tinham algum parentesco com os moradores, como ocorre ainda no presente.

Desde que eles vieram de lá criavam muito gado. Aí a terra caiu e eles se mudaram para cá para dentro. Aqui que não caia (...). Era São João mesmo. Quando eles vieram aqui para dentro ficou como São Pedro. Aí foi São Pedro (...). O meu pai contava porque isso aqui (ilha do São João) era uma praia, isso aqui que fica longe do rio, mas era o canal antigamente. Esse aqui era o canal, aí saiu essa praia (...). Eu não sei como era o nome. Sei que São Pedro já foi depois que o meu tio (Fortunato Ramos) tirou essa terra daí com o irmão dele. Só tinha esse povoado aqui. O papai é que papai já morreu, mas ele sabia como era aqui. Sei que nas alturas que tinha esse povoado aí, foi no tempo que abriu esse cemitério aí. Esse cemitério (dentro do paraná, próximo ao Pãozeiro) não foi de agora não. Esse cemitério daí é antigo. Eu achava bonito esse cemitério. O cemitério daqui, depois que esse pessoal chegaram aqui, era ali em cima, já caiu. Mas esse daí não (Vitoriano, São João, Novembro de 2000).

As casas estavam distribuídas tanto na margem do Solimões, onde morava a família de João Ramos, logo na boca do paraná; e dentro do paraná do São João, onde estava a casa de Manoel Pedro Morais, provavelmente a uma distância de 12 km; e a casa de Deolinda Boaventura, casada com Herculano Cordeiro, cujas filhas vão casar com os filhos de Sofia Delvésio e Manoel Pedro Morais. Durante o verão, as pessoas se deslocavam até o Solimões percorrendo uma extensa praia a pé.

Segundo os narradores mais antigos, quando o povoado foi formado no início do século XX, o rio Solimões corria por onde hoje estão as terras que formam a ilha do São João e a ilha do Pão. Como prova desse passado existe apenas o cano do lago São João que comprova a dimensão que o rio Solimões possuía no passado. Com o passar dos anos algumas transformações foram acontecendo na paisagem, a terra que formava a entrada do paraná São João onde estavam as casas da família Ramos começou a cair, obrigando os moradores a recuar suas casas para dentro do paraná onde já morava a família Morais, enquanto outras decidiram mudar para outros povoados.

"Isso aqui era um matagal. Essas pessoas (família Ramos e outras mais antigas) que foram alimpando. Eles moravam lá na boca, aí a terra ia caindo, aí eles vinham baixando. Aí depois já criou essa terra nova, essa terra aqui da frente. Ela não existia. Isso aí era só praia. A terra era outra que já caiu ali por detrás dessa ilha. É uma ilha nova (Ilha do Pão) que fica na frente do terreno, essa ilha nova, e ela já tem uns quarenta anos" (Manoel Macário, São João, abril de 1993).

Há informações de que em 1935 já havia um começo de terra caída nessa ponta de terra, portanto, não muitos anos após a chegada dos Ramos ao local. Ao mesmo tempo em que iniciou a caída de terra, começou a sair uma praia em frente ao povoado São Pedro. Anos depois quando esta praia já estava transformada em ilha os moradores ocuparam para fazer roças e depois para morar. Foi nessa ilha que encontramos a comunidade São João em 1993, mas que já apresentava um processo acelerado de caída de terra que obrigava os moradores a mudarem frequentemente as casas de lugar.

"Eu calculo assim umas duas léguas que (a terra caída) já levou. Esse local aqui, esse aqui adonde tem essa comunidade, era lá na frente que tinha o primeiro povoado que tinha quando eu cheguei (São Pedro). Secava esse paranã e a gente andava pra vir pescar aqui. O meu tio (Manoel Pedro Moraes) morava aqui. Pra vir de lá pra cá a gente andava por uma praia como daqui ali pro Pão (boca do lago), quer dizer, bem nessa roça que tem ali nesse estirão (dentro do paranã do São João). Pois é, assim era. Era só a família que era sozinha, que depois uniu com os novatos que chegou. Era tudo São João, depois começaram a festejar o São Pedro, então chamavam por São Pedro, né? Era por causa da imagem de festejar o primeiro padroeiro. Festejavam São João e São Pedro. Era Divino nesse tempo, não se falava em festejo. Tinha São Francisco também. É aí que eu cheguei. Então nessas festas que eu andava quando eu era menino, que eu morava aqui, vim pra cá com o meu tio bem aí, né. Daqui que eu ia pra lá (São Pedro), andando pela praia, mas era longe. Tô dizendo que era umas duas léguas. Acho que seja mais longe do que lá pelo terreiro, porque era longe, fazia medo a gente andar de noite" (Manoel Macário, São João abril de 1993).

"Mas o São Pedro mesmo já foi lá em cima onde já caiu tudo. Era ali naquela terra de lá, na terra geral onde tá o andirobal. Essa mesma terra que vai sair ali embaixo. Essa ilha aí era uma praia. Aí foi crescendo as tintaranas, aí foi crescendo as embaúbas, as caxingubas. Primeiro foi um tacanal, aí foi crescendo as embaúbas, tacaneiras, mungubeiras e virou já essa ilha e ficou esses lagos. Era um poço aquele de lá. Chamam Pão (lago) por causa daqueles pãozeiros (arvore de fruta-pão) que tem lá. Então ficou por nome de lago do Pão. Esse e aquele de lá. Agora aquela ponta de lá já existia fora

do andirobal. Esse aqui também já existia, mas ainda era assim tacanal. O pessoal morava lá em cima naquela terra que saía pra lá que agora é a enseada que não tem mais. É lá que eles moravam. Lá onde o pai do compadre Fortunato morava quando eu conhecia isso aí, que eu cheguei aqui pequeno. Aí tinha um campo grande de gado era um terreno bonito, bonito, bonito mesmo. Um goiabal grande, tinha um barracãozinho do velho” (Ladislau, São João novembro de 2000).

“Isso aqui era quase daquele lado do paraná. Esta ilha ali (do outro lado do Solimões) são ilhas novas. Não existia. Esse paraná chegava lá... A boca, a entrada do paraná era muito em cima. O rio mesmo (Solimões) ficava pra lá da restinga alta. Aí veio criando, abrindo, veio criando, criando essas praias né. Aí foi ficando esses paranã. Aí foi criando essas ilhas e aí essa ilha, que ele (Solimões) vinha criando, veio jogando pra cá e foi quebrando essa terra né. Foi caindo, aí meu pai e os irmãos vieram entrando. Vieram entrando. E aí o assentamento era fora, muito fora. Aí a terra já foi embora. Isso era um campo de gado. Tinha muito gado. Aí nós viemos pra cá. Quando foi aqui eu já nasci aqui. Tá com 56 anos que eu tenho aqui. Me criei e estou ficando velho aqui. Agora esses anos, que já me deu vontade de ir embora pra cidade. Porque pra gente fica tudo difícil. Então meus filhos já estão ficando velho também aqui. Tenho quatro filhos. Então estão perdendo muito tempo, não tem serviço pra eles. Não tem trabalho, não tem emprego, né? Negócio do peixe tá terminando, tudo negócio do ganho. Então isso que eu venho pensando. Os filhos bom de trabalhar agora tem que tá trabalhando lá pra fora. Tá ganhando o dinheirinho dele também. Mas tem aí três que tá parado. Então isso que eu já pensei, que eu queria mudar né” (Antonio Ramos, São João abril de 1993).

“De primeiro essa boca não era aqui, era lá em cima. Essa casa ali onde mora Antonio Ramos, ali era o lugar de um homem por nome Joaquim Postácio e era essa distancia como daqui lá pra boca dessa Terezinha (lago), lá embaixo (1,5 km). A gente vinha por lá assim por terra pra vim brincar com os meninos dele aí. Nós era pequeninhos e nós vinha por terra. Era praia isso aqui, secava tudo, tudo! Nós vinha brincar com os filho dele, o Manoel Portásio (...). Desse lado aqui tinha do Manoel Portásio, do finado Herculano, finado Ascênsio Vasquez. Eles moravam longe da boca era quase como daqui na boca da Tereza (lago) que tem ali embaixo. Era essa distância que tinha pra cá pra essas casas. A gente vinha de lá pra cá. A casa do Portasio era ali onde tá a casa do Antonio Ramos. Ali era o lugar dele. Tinha um cacocal grande, cheio de açai. Era bonito, bonito! Derrubaram tudo! Cortaram os açazeiros. Era bonito, bonito isso aí! Foram derrubando, derrubando, até que acabaram com o açazeiro e a terra também foi quebrando. A terra da frente foi quebrando e caiu. Tinha mangueira, tinha laranja, tinha muita planta! Tinha um cemitério aí, bem aí onde era o campo tinha o cemitério. E o cemitério quebrou todo até a minha filha que tava lá enterrada foi embora”! (Ladislau, São João, outubro de 2000).

Enquanto a terra caía no local onde estava o povoado, na margem oposta do Rio Solimões também aconteceram mudanças que foram acompanhadas pelos moradores, tais como a formação de praias que deram origem a ilhas. Aos poucos as ilhas foram sendo ocupadas como local para o cultivo de roças de mandioca e de banana, como também para a criação de animais e como local de moradia.

"Essa terra que mora agora o Saide, antes era o rio Solimões. O rio Solimões passava ali. Aí criou essa praia no meio que ainda foi tabuleiro por uns tempos e o pessoal ainda guardaram, e depois abandonaram. Tá com uns vinte e tantos anos que saiu aquela praia aí. Eu tô com 50 anos, o Léo tá 28, então deve tá com uns 25 anos essa praia e essa ilha aí onde eles moram. O pessoal plantava feijão em cima dessa praia aí onde hoje eles tão morando. Aí começou a criar aquela ilha. O canal ficava na parte lá onde eles moram, era o canal do rio. Os navios só passavam daquele lado lá. Aí criou essas praias aí no meio e hoje em dia é uma ilha. É uma terra também. Aí tem um lago, entra pro Macaquinho, e mais na frente entra pro lago Franco. Existia as bocas, os paranás. Mas essa terra aí não existia, era só o rio, só ficava mesmo os paranã que secou. Era o paranã do Macaquinho e o Vai-quem-quer. Onde é o lago Poção era o rio" (Vitoriano Ramos, São João, novembro de 2000).

"Quando eu vim morar pra cá, quando eu cheguei aqui aquela ilha (ilha do Macaquinho) onde é o meu terreno, quando eu cheguei aqui que eu morei lá eu plantei umas andirobeiras, cedros. Essa ilha ali era assim como essa praia aí, já tava formando ilha, era um tabuleiro. Bem, aí foi crescendo, foi crescendo aí foi criando aquelas tacanas, aquelas imbaúbas, aí ficou uma ilha. Aí foi o tempo que não serviu mais pra tabuleiro aí ficou lá criando ilha, criando os matos (...). Aí a ilha cresceu, cresceu aí foi o tempo que eu me casei e fui morar lá que mamãe tinha uns gados, aí fui pra lá criar os bois dela. Era Vista Longe, uma costa bonita que tinha, mas caiu tudo! Caiu tudo! Daí nós saímos e fomos para a boca do Jarauá, mas não era assim como é agora. Antes, para se chegar no Jarauá tinha dois varador. Nós morava na boca de um varador lá, que vai por terra assim e cai no lago. Nós morava aqui e o varador ficava bem no nosso terreiro mesmo! O pessoal ia para o lago pescar e dormia lá em casa. Aí também abriu outra caída de terra e caiu a frente da terra tudinho. Aí (a terra caída) chegou lá com nós aí nós passamos pra ilhinha. Mamãe disse: – Vambora morar lá naquela ilha? Aí que apareceu um macaquinho lá, desses macaquinho de cheiro, aí botaram já o nome da ilha de Macaquinho. Então ficou por nome de Macaquinho. Aí nós abrimos um lugar lá, aí passemos o gado nosso pra lá e fomos morar lá. Mas não tinha esse embaubalção não (da nova ilha que se formou em frente ao Macaquinho). Esse embaubal tem mais ou menos uns vinte anos" (Ladislau, São João, novembro de 2000).

Na ilha do Macaquinho a família de Sofia Delvésio construiu uma casa e iniciou uma criação de gado por três anos. Mas com sua morte os filhos se dispersaram. O Manoel Macário foi embora para Tefé, e somente no início de 1970 ele retornou ao São João onde ficou residindo até 1993. O filho Ladislau continuou morando na ilha, mas após a morte da esposa, ainda jovem, ele também abandonou o lugar, e foi embora para Tefé.

Na época que estas famílias estavam morando do outro lado do rio Solimões, provavelmente na década de 50, teve início o festejo do Divino Espírito Santo no São João. Trata-se de uma imagem que vem passando de pai para filho há cerca de três gerações, como é uma característica das festas de santo que ocorrem na Amazônia (GALVÃO, 1976; MAUÉS, 1995). O Divino era inicialmente festejado no povoado Boa Vista, também às vezes referido como Porto Zeca, e não existe mais. A família que era proprietária da imagem, de Armindo Souza, migrou para o povoado Viola, também extinto, onde continuou a realizar a festa. Depois a imagem foi sendo revezada entre os filhos e por último coube a Coli, moradora do São João, festejar.

“Lá (na Boa Vista) eles festejavam o Divino. Eu não tenho bem a lembrança, mas tinha um homem por nome Martin, tinha o Armindo Souza que era o dono desse Divino e pai da dona Coli (atual dona do Divino). Aí foi o tempo que a mulher dele morreu e eles vieram para o Viola. Aí passaram um fábrica lá e quando não foram mais, ficaram lá trabalhando, e o velho (Armindo) fez uma casa. Aí foi tempo já de festejar o Divino. Aí ele fez uma casa grande e festejou o Divino lá. Foi buscar o Divino dele lá no Boa Vista e festejou aí no Viola. Ele festejou francamente uns 5 anos aí esse Divino. Aí foi o tempo que ele veio para cá para boca do São João. Aí foi o tempo (1953) que essa Coli casou com Manelito (Francisco Ramos). Aí foi o tempo que o velho (Armindo) morreu também, aí a dona Coli ficou com o Divino e ficaram festejando aqui todo tempo. É o mesmo Divino. Faz muito tempo que eles festejam ele”. (Ladislau, São João, maio de 2001).

Os primeiros moradores do São João tinham como principais atividades econômicas a agricultura, que era uma atividade importante para a geração de renda; a criação de gado, porco e outros animais; a extração de seringa, que era realizada nas terras de centro próximas ao povoado; a venda de peles de animais e a pesca, que era realizada tanto para consumo quanto para comercialização por aqueles que realizavam as *feitorias*. Esses produtos eram vendidos para os patrões que financiavam os gêneros alimentícios e outros bens de consumo, e que regularmente subiam os rios em seus

barcos, pois naquela época somente os patrões possuíam barco para pegar a produção e deixar mercadorias nos vários povoados situados ao longo do rio Solimões e paranás adjacentes. A pesca acontecia no verão quando tinha a safra dos peixes lisos que subiam e de outras espécies que ficavam presas nos lagos, principalmente o pirarucu. As pessoas se dirigiam para os lagos mais piscosos onde realizam a feitoria onde ficavam por vários dias e semanas somente pescando e salgando o pirarucu.

“O trabalho nesse tempo era matar pirarucu, matar jacaré, pegar tartaruga no tempo que tinha tartaruga, pra vender. Os pescador que era pescador mesmo vivia só de pesca. Nesse tempo não tinha essa arrumação de malhadeira, de pesca de malhaderia. Isso não tinha, era só hástea mesmo. É algum que tinha caniço e flecha. Tinha muito produto né. Porque ia dentro de um lago desse, matava a quantidade de pirarucu que ele quisesse e vinha embora. Vendia, voltava de novo, comprava o rancho. Ia embora matar jacaré, pirarucu. E tinha gente que não fazia nem roça porque garantia que pescava bem (...). A produção de agora modificou. A produção de agora já é tambaqui, surubim e naquele tempo era só pirarucu e jacaré. Não ligava pra tambaqui, surubim, essas coisas assim eles não ligava. Basta dizer que eles não ligava nem pra iacá, nem pra tracajá porque tinha muita. E agora já não tem mais o pirarucu nem o jacaré. O jacaré tem, mas não pode matar” (Ladislau, São João, maio de 2001).

“Criavam gado, porco, galinha e viviam de pesca. Era uma grande fartura que tinha aqui. Eu era menino, cansei de andar com essas gentes pescando, e eu via a fartura. Tinha fartura. Tinha tartaruga, tracajá, tinha pirarucu, tambaqui. Isso era naquele tempo que a gente não tinha marcação pra comer essas coisas. Tambaqui a gente só matava pra comer né, Só mesmo pro boião na beira dos lagos. E o pirarucu que a gente matava, ganhava dinheiro. Levava um saco de sal para cada pescador assim, numa semana. E salgava antes de interar a semana salgava o peixe. Todo mundo vinha de canoa baixando assim e entrando aqui nessa boca. Tudo era pescador. Tudo vinha 'chapado' do pirarucu. O pirarucu naquele tempo, que eu já me entendi, era só quatro cruzeiros, né. Naquele tempo era arroba. Então a gente só vendia peixe assim. O tambaqui não vendia porque não tinha quem comprasse. Era só pra comer. Nós passava uma semana, as vezes quando era mês de setembro a gente ia pra lá pra passar assim um mês, trabalhando em peixe. Chamavam acampamento. E a gente fazia um acampamento pra passar aquele tempo lá *feitoriando*, quer dizer, chamavam o nome de *feitoriando* para as pessoas que chegava lá no lago pra fazer aquele acampamento, voltava e fazia os tapiri. E aí tinha uma pessoa que ia cuidar daquele pescador, ganhando também né? Porque não tinha parceiro, não tinha irmão. Tinha que pagar aquele que trabalhava virando os peixes, nas vezes que eu tava pra pescaria. Até chegar aquele prazo da gente sair com esse peixe. Porque o patrão tá lá chegando (...). Nós pescava só de arpão, arpoando. Mas naquele tempo ninguém

matava surubim nem tambaqui, somente o pirarucu e jacaré, que tava dando dinheiro. Mas era o couro. O couro do jacaré naquele tempo que apareceu era cortado no rabo assim, tirava a cauda, a opulência (...). A carne jogava no meio do piranhal. Quando jogava a cabeça de um pirarucu ou então jacaré, tirava o couro e jogava lá, aquilo ficava a água dessa altura assim de piranha. E assim a água era preta, mas ficava encarnada. Depois ia levando aquela caveira pra comer. Por ali tudo era piranha! Mas hoje em dia eu não sei desses animais, essas piranhas. Você pode jogar, chegue bem aí perto da beira do Jarauá. Sei lá pra onde foi. Acabou, sumiu! Isso foi mudando de setenta pra cá. É por causa que muitos pescador e geleiro, né. Muitos chegou a aparecer e naquele tempo aqui em Tefé não tinha gelo ainda. Naquele tempo trabalhava só no sal. Mas pra lá pra banda de baixo tinha muita fartura né. Aí isso foi ficando difícil mais pra lá. Isso foi crescendo e agora vai subindo cada vez mais, né. Por causa que pra lá ta ficando difícil e pra cima vai melhorando. E aí vai criando também a lei pra proibir. Não sei como vai ser isso. E vai ficando cada vez mais difícil” (Manoel Macário, São João, maio de 1993).

“Uma parte dava para eles passarem, mas era ajudada com a pescaria. Plantava uma parte, plantava banana, que banana naqueles tempos não tinha valor, não tinha quem comprasse com o mesmo valor que tinha a farinha naqueles tempos que era de paneiro, não é como hoje em dia que bota na saca. Antigamente era no paneiro. Fazia vinte, trinta paneiros de farinha, uma tonelada de farinha para dar as vezes vinte e tal reais. Nesse tempo era cruzeiro, o tal cruzeiro. Eles plantavam muito. Tinha uma senhora que morava aqui, a velha Paga, ela era uma mulher trabalhadeira. Era ela e o filho dela. Ela fazia às vezes 60, 70 paneiros de farinha” (Vitoriano, São João).

O trabalho na roça era realizado de forma individual ou coletiva quando as pessoas se juntavam para formar um *ajuri*, e durante um ou mais dias trabalhavam na roça de uma única família, e ao final do trabalho eram compensadas com comida e às vezes bebidas. Essa estratégia de trabalho coletivo permitia às famílias plantarem grandes roças de mandioca e de banana. Homens e mulheres trabalhavam juntos na roça, revezando nas diferentes etapas. As roças eram cultivadas distantes das casas, dentro do Paraná do São João, porque o gado podia invadir e comer a plantação.

“Olha nesse tempo desses velhos que tinha, como o velho Panela, essas pessoas eram pessoas analfabetas realmente, mas eram umas pessoas que sabiam trabalhar assim. Era da criação. Não eram sabidos, mas eles faziam questão de botar no trabalho. Aí se por acaso se eu tenho aqui seis filhos em casa, tudo bom de trabalho, mas tudo aqui ia trabalhar. Nenhum ficava em casa. Se tivesse um filho pequeno, a mãe levava, chega, atava a rede lá por um galho de pau, que nem índio né. Atava, aqueles mais pequenos que tinha ali ia embalar o pequeno e o resto e a mãe iam tudinho trabalhar. E aí nesse

tempo dos velhos então a pessoa era criada unida. E hoje em dia só a mãe precisa ir sozinha pra roça, mas não leva um filho. Então aí é criado como querem como ta acontecendo agora com meninos aqui, com esse pessoal mais novo. – Ei, vamos ajudar fulano? Ninguém vai mais ajudar fulano. Por quê? Porque não tem mais criação! E nos outros tempos não, eu queria que a senhora visse como era bonito. Se ajuntava perto de cinco famílias aí. As vezes já tinha, amanhã é sábado né, então hoje saia nas casas convidando todinho o pessoal. Se eu fosse dono do trabalho, aí eu ia chamar as pessoas, preparando a *caçuma*. Nesse tempo era de pote, aquelas *gaçaba* que chamava, era mesmo que um pote. Mas olha, era barrigudo demais. Aquilo botava cheinho de *caçuma*; era *caçuma*, *pajauaru* que chamavam, esses antigos, os peruanozados; e tinha a tal de pororoca de banana. Cozida a banana. Também aquelas horas ficava cheio de banana. Eu ainda vivi tudo isso. Eu era pequeno, mas ainda me lembro. Aí eles convidavam o pessoal tudinho. E no outro dia ia fazer o ajuri. Às vezes matava três tambaqui. Às vezes, naquelas alturas tinha muito bicho de casco né, tartaruga. Às vezes pegavam cinco, seis tracajás, as vezes uma tartaruga que seja, aí levavam e iam fazer a comida na roça. Era sim senhora. Isso é que era importante. As vezes eu fico pensando que hoje não tem mais nada disso. Mas no tempo quando eu era pequeno ainda vi muita coisa unida! E hoje em dia você não vê mais. Em todo lugar que eu tenho andado não é como era antigamente! Aí fazia aquele tal de sarapaté de tartaruga e tracajá. Aquelas paneladas de sarapaté. Aí enquanto uma maior parte da mulherada tá cuidando da cozinha, cuidando da comida, o pessoal tavam desmatando, roçando. Precisava de umas duas caminhadas, nas três o almoço já tava pronto. Aí o pessoal ia embora comer. Aí bebia *caçuma*. E a senhora sabe que emporria (deixa bêbado)? O *pajauaru* é uma boa bebida, é uma bebida que é de beiju. O *pajauaru* é uma ciência. A pessoa que não souber fazer o pajauaru, não presta de jeito nenhum. O *pajauaru* é uma bebida que a pessoa que vai fazer não come azedo, a pessoa pra fazer ele não come azedo de jeito nenhum. A mulher não dorme com o marido na noite, de jeito nenhum, se for mulher que faz. Só tem de comer a doçura mesmo o tempo todo pra sair doce. Se comer azedo pode dizer que sai azedo. Aí sei que era uma coisa muito bonita antigamente. Trabalhavam todo junto. Naquele dia que iam roçar todos roçavam. Faziam aquela monstra canoada, três, quatro canoas (...). Cansei de ver, botavam os velhos bem na proa, os rapazes, a rapaziada toda (não entendo por causa das vozes das crianças). Pra arrancar era a mesma coisa, capinar mesma coisa. Encoivarar que dizem, juntar os paus pra tacar fogo, eles juntavam o pessoal, faziam o ajuri. Pra plantar era a mesma coisa. Por isso que eu digo que hoje em dia não existe mais essas coisas. Tem gente que: – Ah porque não existe uma comunidade! Eu digo: – Vocês sabem, vocês conhecem o que é uma comunidade? Vocês não sabem nem o que é uma comunidade. Comunidade é uma coisa pras pessoas viverem unidas. Mas hoje em dia, as vezes eu fico pensando... Esse pessoal daqui é que não entende” (Vitoriano, São João).

“Era nessa época que existia fartura porque tinha sempre um que dominava todo mundo. E levava mesmo, fazia o ajuri, trabalhava em ajuri, trabalhava em conjunto. Trabalhava todo mundo ali unido. Se fazia uma roça era de todos. A produção era dividida entre eles, aí quem comer o seu mais rápido fica com fome, quem não comer... Fazia um bananal...” (Carlos, São João).

“Rapaz nesse tempo a gente fazia assim, quer dizer, os antigos trabalhavam assim. Eles faziam aqueles ajuri, aqueles ajuntamento de gente, dez pessoas, vinte pessoas, faziam o roçado do tamanho que queria. Aí quando fosse pra derrubar, ajuntava de novo uns dez homens pra derrubar de machado. Assim é que eles trabalhavam. Os homens cavando e as mulher plantando. Os homens com a enxada e as mulher plantando (...). Agora modificou já um pouco. Nos antigos eles faziam o serviço diferente. Agora os homens querem mais é pescar só, não querem mais saber de roça. Uns dizem que roça não dá resultado. Eu vi um dia desses um rapaz falando aí que quem trabalha muito em roça vive doente, pega não sei o que, vive doente, magro, vive só com fome. Mas é mentira. É porque o cara não quer trabalhar na roça. É porque ele tem preguiça de ir pra roça. No tempo dos antigos era mais avançado porque ninguém queria peixe, todo mundo tinha, mas queria ter mais era roça. E agora só quer pegar peixe. E o peixe tinha muito mais do que tem agora. Agora não tem mais nada. E tudo tinha roça, tinha melancia, tinha milho, tudo tinha. E mulher que não tinha marido o cara ajudava a fazer a roça, ela tinha ajuda, o pessoal fazia aqueles ajurizão. Inventaram, não sei se a Sra. já ouviu falar na bebida por nome *caçuma* e *pajauraru*? *Caçuma*, eles plantam a macaxeira e aí quando ela tá já grande as batatas, eles tiram as batatas, descascam e cozinham, aí socam assim com um pau aí deixam passar dois, três dias, num vaso grande, aí misturam com a garapa de cana, que eles plantavam cana, aí botavam a garapa de cana, ficava meio forte e deixavam até o dia do ajuri. Aí chamavam o pessoal e levava pra lá o pote de *caçuma*, aí a raça bebia. Não aparecia cachaça. Agora não, se não for a cachaça ninguém não vai. E o *pajuarau* é também do mesmo jeito. Eles faziam assim no forno, faziam aqueles beiju assim de macaxeira aí botavam pra assar no forno, dez, doze beiju, conforme o tamanho que eles quisessem fazer. Aí pegavam um assoalho bem bonito, forravam assim com a folha da banana, aí botavam uma tal de maniçoba que eles faziam da folha da maniva. Eles faziam aquilo bem torradinho aí penerava na peneira, aquela peneira bem fina, aí molhavam aquelas folhas de banana tudinho do tamanho que era, jogavam o pó da folha da maniva em cima, aí molhava o beiju e colocava o beiju tudinho, bem arrumadinho, do tamanho daquela folha de banana. Aí eles jogavam de novo aquele pó da folha assim por cima tudinho. Aí molhavam bem molhado e fechavam com a folha da banana, bem fechado. Três dias pra ir ver. Aí ficava um bolor assim branquinho, branquinho, mesmo que ser um algodão por cima daquele beiju. Aí ia provar assim aquilo tava doce, doce. Aí eles tiravam e iam botar nas vasilhas e no dia do trabalho iam molhar aquilo, peneirar e tirar só mesmo aquele

sumo. Botava na vasilha grande, em pote. Faziam aqueles potes grandes, dois, três, aí iam chamar o pessoal e todo mundo ia trabalhar. E agora acabou isso! Agora eles ouve falar de um cabra que fez uma *caçuma* em tal canto, mas eles: – Pôxa, que bebida velha! Eu não vou beber (...). Agora não tem gente mais nem que sabe fazer isso. Ninguém sabe mais não. E nem fazem mais. Pois eles faziam isso” (Ladislau, São João).

O trabalho coletivo com a participação de homens e mulheres marcava a vida do grupo nesse primeiro momento. As casas de farinha eram construídas no próprio roçado porque a produção era grande. As pessoas deixavam a mandioca de molho nas algareiras (espécie de gamela de madeira, a semelhança de uma canoa) para amolecer a massa, e depois espremer e torrar.

“As mulheres aqui de primeiro, no tempo do meu sogro, da minha sogra e do meu marido, que ele já tá velho também, não era assim não (só as mulheres trabalhando mais nas roças). Nesse tempo todos trabalhavam em roça, em plantio. Aqui era uma verdadeira beleza no tempo que os velhos trabalhava aqui, que era o finado Fortunato, dona Otávia, a finada Eduarda que era a mulher dele, que era irmã do pai (Manduca Moraes) desse meu marido. Deus me livre! Isso aqui, a senhora entrava pra cá pra dentro desse paraná isso era só roça! Isso era bananal por cima de bananal! Cozinha de forno era tudo embarriado, tudo bem organizado. Os maridos iam trabalhar com as mulheres. Quando nós chegamos pra cá, que nós morava no Meneruá, nós ainda alcancemos isso aí, que nossa mãe [Palmira Castilho] levava a gente pra passear. Era bonito, bonito mesmo! De primeiro não era com história de iludição de pescaria de peixe não. Eu digo uma iludição essa arrumação de pesca, porque pra mim essa arrumação de pesca não dá resultado (...). É por isso que não plantam mais” (Gedalva, São João, outubro de 2000).

“As casas de farinha, chamavam galpão, não era nem casa de farinha, era galpão mesmo que lá eles faziam mel, faziam tudo. Tudo era grande. Tudo era farto, tudo tinha! Mamãe conta que banana na casa de farinha era assim pendurada, se estragava porque não davam venço. O bananal era grande. E agora era abacate, abacate... O abacatal acabou nessa enchente [1988] que deu que alagou tudo. Acabou o abacatal lá. Subiu muito a água, subiu bem aqui! Lá tá a marca ainda” (Carlos, São João, novembro de 2000).

“Então isso era o destino das pessoas mais antigas. O pessoal tinha mais coragem do que nós. Tinha mais disposição. Também não sei qual é o fracasso porque dizem assim: – Naquele tempo era ruim. Ou outro já diz o contrário: – Não, hoje tá muito ruim! Eu não acho, mesmo assim eu não acho. Naquela época, pra mim, existe uma diferença, não sei se tô certo ou se tô errado, existe uma diferença em termos de que existia gente com muita disposição. Não existia muita facilidade. E hoje melhorou e o

peçoal ficaram com mais preguiça. Porque naquele tempo o peçoal ia lá pro Caruara, dentro do Japurá, era dois dias a remo, remando pra pescar pra lá praquelas monstra distância! E hoje nós não faz isso. – Mas rapaz, hoje o tempo (condições) tá ruim! Mas você vê qualquer um rapaz hoje compra um motor de popa, compra um rabeta! Vai passear de rabeta, não rema mais! Então por que tá ruim o tempo? Agora eu acho que só falta a gente se movimentar mais um pouquinho. Assim como plantar mais, usar aquela fartura que o peçoal usava antes (...). Pra mim era bem melhor porque a gente fazia um ajuri, ia muita gente e logo a gente decidia (finalizava) o trabalho. Aí a gente usava o sistema assim no ajuri, mas explicava o esquema pros outros parceiros assim: – Quando for seu ajuri você me chama. – Tá bom, então você me avisa. Aí mesmo em seguida já marcava: – Tal dia vai ser meu ajuri. Então a gente já tava esperando esse dia chegar pra ir ajudar. Então a gente andava mais ligeiro. Não sei não, mas pra mim a gente andava mais ligeiro assim (...). Mas, a gente usava o mesmo esquema também. É porque a roça pra mim ela é mais ruim é pra torrar, pra descascar. Eu fiz uma roça aqui eu sozinho. Foi ruim quando chegou água, só que ela já tava pequena. Eu ia arrancando, arrancando, chamava os meninos pra me ajudar e ia levando assim. Mas ainda chegou a alagar. Aí deu um sufoco mais ou menos de uma semana. Mas eu pegava no forno três horas da manhã, quando era de manha já tava saindo uma fornada, pra poder vencer. Porque senão tinha estragado. Aí levava na virada, não tinha domingo, não tinha feriado, não tinha nada. A gente ia levando assim *no quarenta* como diz o peçoal! Pra poder vencer” (Antonio Macário, São João).

Nos anos 50 e 60 a vida social estava centrada em torno do barracão dos Ramos, inicialmente do patriarca João Ramos, e depois de seu filho Manoel Fortunato Ramos. Além de coordenar o trabalho coletivo Fortunato Ramos também cuidava de organizar atividades de lazer, mas estabelecendo regras de comportamento que deveriam ser seguidas por todos, sob pena de não poder participar das “brincadeiras” que ocorriam com certa frequência nos finais de semana.

“O peçoal morava lá em cima naquela terra que saia pra lá que agora é a enseada, que não tem mais (a terra). É lá que eles moravam. Lá onde o pai do compadre Fortunato morava quando eu conhecia isso aí, que eu cheguei aqui pequeno. Aí tinha um campo grande de gado, era um terreno bonito, bonito, bonito mesmo. Um goiabal grande, tinha um barracãozão do velho. O velho gostava muito de fazer festa dia de sábado. Aí quando era dia de sábado numa hora dessa (final de tarde) ele vinha com uma canoa grande, maior do que essa aqui, embarcando a moçarada para ir fazer festa, até umas horas. Quando desse assim uma hora, duas horas ele vinha deixar todinho nas casas. Bêbado não dançava na brincadeira dele. O dançador não sentava perto da dama não. A distância que ele podia ficar era como daqui pra esse toco (uns dois metros).

Ele era o dono do trabalho, assim como um pai do pessoal. Ele dominava todo mundo. Eu me criei junto com ele, na casa dele. Eu morava junto com esses filhos dele aí, vivia na companhia dele. Ele era ruim, mas comigo ele nunca me ralhou, porque também o que ele mandava eu fazer eu ia né. Eu mesmo ele nunca ralhou. Agora ele dava conselho” (Ladislau, São João).

“Ele (pai) me conta que na época o vovô criava muito gado aqui nessa terra, na terra do São Pedro. O vovô festejava o festejo do São Pedro. Na festa dele homem não abusava de dama no salão. Na época da festa de São Pedro quinze dias antes ele fazia o preparativo da festa. Faziam beiju, faziam tapioca, faziam todo tipo de comedoria. Matavam dois bois, porco, galinha, botava pra comida pra esse pessoal. E no final da festa todo mundo ainda levava comida pra casa pra fazer, porque era muita comida. Disse que era bem festejada a festa dele. E na hora do salão lá, no forró, era dama pr’um lado e cavalheiro pro outro. E a iluminação só era lamparina. Na sede não entrava ninguém armado. Ia passando pela porta ele ia pegando, fazendo a fiscalização na porta e ia entrando pro salão. Se por exemplo ele (homem) engraçasse de uma menina e chegasse lá e fosse agarrar a menina e querer dançar só com aquela, ficar agarrado com ela? Aí ele (Fortunato) chegava lá dava carão e botava todos os dois pra fora, por que o lugar no salão era pra dançar não era pra namorar (risos). Aí funcionava desse jeito as festas dele e era respeitadas as festas. A mamãe conta que no final da festa, na palha da cozinha ficava aquele monte de facas, era revolver por dentro da gaveta da mesa dele, era todo tipo de arma. Aí depois da festa que os pessoal ia atrás que ele ia entregar. Mas depois que todo mundo tivesse bom (sóbrio). Comida era à vontade e não era só um dia de festa não, era três dias! Vedado mesmo! Três dias agarradinhos mesmo, não paravam não! Então são coisas que trazem lembranças...” (Carlos, São João).

A vida social girava em torno não somente das festas que aconteciam semanalmente, como vimos nos depoimentos, mas principalmente pelas festas em homenagem aos santos padroeiros, que eram vários: o Divino Espírito Santo, São Pedro, São João e ainda São Francisco.

“Isso era um lugar bonito, espriado (...) porque quando eu cheguei aqui, ali onde festejavam São João, que era o finado João Ramos, pai do finado Fortunato, já avô do Antonio Ramos, o campo ia como daqui lá pra Dorinha quase, quase esse tamanho. Era cheio de gado do velho. Tinha muito boi. Ele gostava de fazer festa, era divertido. Todo sábado ele mandava fazer uma brincadeira. Fazia aquelas bebidas. E quando era sábado ele ia lá por casa, minhas irmãs era tudo solteira, eram quatro, eu sei que ele ajuntava umas dez. Numa hora dessa ele tava juntando a moçarada, dia de sábado pra dançar na casa dele. Todo sábado ele tinha essa arrumação. Quando acabava, se acabava uma hora, duas horas, na mesma

hora ele vinha trazer tudinho, deixar cada qual nas sua casa. O pessoal gostava muito do velho. Quando não fazia aqueles ajuri pra já no sábado terminar na festa. Sábado quando chegava uma hora dessa iam tomar banho e já iam no rumo da casa do velho pra dançar. Tinha tocador, que naquele tempo não tinha esse negócio de aparelho, era só musica mesmo de violão, cavaquinho, rabeca. Tinha os caras que tocavam bem. Tocava forró, samba canção. O finado Pixola (João Ramos, o filho) também tocava, não faltava tocador. O lugar da casa já caiu tudo. Ih, já faz muitos anos. Isso vem ser ai no meio da enseada. Nesse tempo essa ilha do Macaquinho era só um tacanalzinho baixo assim (...). Aí foi indo, foi indo, aí ela foi criando embauba, tacanal grande, ai foi o tempo que eu me casei ai eu fui tentar de ir para lá, pra criar gado. O compadre Fortunato disse: – Rapaz, lá é que é bom de criar boi porque não alaga. Ele tinha andado por lá no inverno e disse que tinha tamanha terra. Eu disse: – Rapaz, eu vou fazer meu lugar é lá! Mas eu não vou desprezar vocês aqui não. Aí eu fui lá um dia, rocei tudinho. Aí a minha mulher era novinha, tinha 15 anos e eu tinha 18, mas era acostumado a trabalhar, trabalhava muito com minha mãe em negócio de roçado. Pra fazer roça eu entendia bem” (Ladislau, São João).

Enquanto as festas improvisadas após um ajuri, ou para animar o lugar, eram realizadas com a participação dos moradores do povoado, as festas em homenagem aos santos envolvia uma comunidade maior, como ainda acontece no presente, com a participação de pessoas dos povoados vizinhos.

“Esse São João aqui já foi animado. Ainda não era comunidade nesse tempo, era só mesmo os morador. Eu ainda alcancei nesse tempo aqui no São João, de rolar dois, três dias a festa. Não tinha briga como hoje em dia tem, que eu vejo qualquer uma festinha faz até desgosto da gente ir: – Fulano quer brigar, fulano já brigou. Nesse tempo não. Nesse tempo dava gente, gente, gente. A gente dançava que se enjoava. Uma vez eu vim pra festa de São Pedro na casa desse seu Fortunato, era mês de junho e a terra ficou maiorzinha do que essa que ta aí, ali onde tem aquele pé de azeitoneira, onde o compadre Macário morava. Ali acima um pouquinho era o barracão dele de festa. Tinha um barracão dele que ele morava com a mulher, que era a finada Maria Eduarda (...). Ele enchia de gente naquela casona dele de festa. Mas era uma animação, Deus me livre. Passava a noite, o dia dançando, a outra noite e o outro dia, até o mastro ser derrubado. Depois do mastro derrubado ainda dançava até onze horas do dia quando terminava. A gente já tava abusado de dançar! A comida e a bebida era ai (farta). Que ele gostava dessa arrumação de fazer o *pajauaru*²⁹,

²⁹ Também conhecida como pajauari, era uma espécie de bebida estimulante usada pelos indígenas (Dic. Houaiss)

*caíçuma*³⁰, essas coisas assim; pororoca de banana. Tudo tinha! Era de fartura! O que você comia, o que você bebia, podia pedir que ele tinha. Esse São João naquele tempo, ali pra baixo onde ainda tem aquelas capoeiras que tem aquele pé de pupunha, isso era só bananal, bananal, bananal! Aí ele fez a cozinha do forno dessa mulher dele e da companheira dele. Aquilo era grande a cozinha do forno, dois fornos. A senhora chegava naquela cozinha de forno e do lado daqui e do lado dali era só banana madura de toda qualidade. (...). A gente andava na cozinha do forno deles ali, mas olhe tinha nas travessas assim da cozinha era banana madura de toda qualidade. Era banana comprida, era banana fruta, era toda qualidade de banana que eles plantavam. Eu ainda alcancei quando eles moravam aqui nesse terreno. Mas só que naqueles tempos que eles faziam isso não tinha esse negócio de porco nem boi. Eles viviam só de plantio mesmo e criação de negócio de galinha e esses bichos assim (...). Eu ainda vi foi fartura aí nesse São João naquele tempo! Naqueles anos era muito difícil alagar. Agora não, passa dois, três anos, não demora lá se vem a água. Naquele tempo não, custava alagar. Eu tinha uns primos que quando não tinha esses negócios desses aparelhos³¹ eles mesmo fazia a festa com esse negócio de cavaquinho, violão. De sábado pra domingo, Ave Maria, era festa! A gente dançava até o dia clarear. Nesse tempo era animado esse São João. Hoje em dia não" (Gedalva, São João).

Nos anos 60, o grupo social havia crescido bastante com o casamento entre membros da família Ramos com membros de outras famílias que também chegaram ao local no início do século. Dentre elas destaca-se a família de Manoel Pedro Morais, que juntamente com a família de Palmira Barros da Silva, Sofia Delvésio, Deolinda Boaventura, e Leocádio Sandoval, formam a base da estrutura de parentesco sobre a qual se funda o grupo social do São João.

Os filhos do casal João Ramos e Tauera foram casando e construindo novas casas. O filho João Ramos, também conhecido com Pixola (faleceu em 1993, um mês antes de minha chegada ao São João), casou-se com Leondina de Amorim (conhecida como Guita) e tiveram quatro filhos: Vitoriano Ramos, que morava em São João; Domingos Ramos, morava no Copacá, município de Uariní; Orlandina Ramos e Esmeralda Ramos, que moravam em Tefé. O filho Zildo Ramos casou-se com Flora Tomé e tiveram cinco filhos: Raimundo Ramos, Henrique Ramos, Calixto Ramos,

³⁰ Bebida fermentada, feita de mandioca doce cozida que era muito usada por diversos grupos indígenas da Amazônia brasileira (Dic. Hauaiss).

³¹ Aparelhos de som com grandes autofalantes, muito usados nas festas ou bandas de músicos.

Germano Ramos e Alberto Ramos. Todos moravam em Tefé com os filhos, mas um filho do Germano morava em São João depois que casou com uma prima, filha de Antonio Ramos. O outro filho, Manoel Fortunato Ramos (que faleceu em 1998) casou-se com Maria Eduarda Morais Apolinário, filha de Manoel Pedro Morais e Divina Apolinário, e tiveram oito filhos: Francisco Morais Ramos (Manelito), morava em São João e casou com Clotilde Armindo de Souza (conhecida como Coli); José Morais Ramos, morava em Manaus, casou com Joana, sobrinha de Clotilde; Antonio Morais Ramos, morava em São João, que casou-se com Maria Morais, neta de Manoel Pedro Morais; Mariana Morais Ramos, morava em Tefé; Dário Morais Ramos, morava em Tefé; Elízia Morais Ramos e Tibúrcio Ramos, moravam em Tefé.

Do casamento de Manoel Pedro Morais com Divina Apolinário nasceram os seguintes filhos: Eduarda Morais Apolinário, que casou com Fortunato Ramos, e tiveram os filhos já acima citados; Tertulino Morais, que casou a primeira vez com Francisca e tiveram Manoel Morais, José, Raimunda e Bebezinha; e no segundo casamento com Francisca teve quatro filhos; Manduca Morais que se casou com Martinha Boaventura e tiveram sete filhos: Maria Morais (casada com Antonio Ramos), Francisco, Adalgisa (casou com Pedro Leocádio), Deoblandino (Mandubé, que casou com Augustinha Boaventura, sua prima, filha de Cláudio Boaventura e Guita Cordeiro), Eduardo (Peixe-Boi), Vitor e Severino (Velhinho ou Macaquinho), sendo que os três últimos casaram com as filhas de Palmira Barros da Silva: Dinalva, Dora e Gedalva, respectivamente.

Devem ser referidos ainda os sobrinhos de Manoel Pedro Morais, filhos de seu irmão Macário Morais dos Santos com Sofia Delvésio, que ao ficar viúva foi morar no São João a convite de seu cunhado Manoel Pedro Morais, irmão do esposo falecido. Eles tiveram 9 filhos: Maria Delvésio Macário, Ezulina, Joventina, Otávia Macário (que teve 4 filhos com Fortunato Ramos: Joana, Fátima, Alzerina e Pedro), Nazaré, Maria, Carmina, Manoel Delvésio Macário (casou com Maria das Graças Castilho, filha de Palmira Barros da Silva), Ladislau Macário (que casou a primeira vez com Tereza Boaventura, e a segunda vez com Eudoxia Castilho, filha de Palmira Barros da Silva).

O relato alcança agora os anos 70, quando foi registrada a chegada da família de Maria das Graças Castilho em 1972, que estava acompanhada da irmã Dulciléia Castilho, provenientes do lugar de nome Palheta, rio Solimões. Maria das Graças trabalhou alguns anos como monitora do MEB, e depois foi buscar a mãe, Palmira

Barros da Silva Machado, e as irmãs Gedalva Castilho da Silva, Dora, Maria Eudoxia e Dinalva Castilho da Silva, no Meneruá. Alguns anos após residirem em São João, elas mudaram para a ilha do Vai-quem-quer e também moraram na ilha do Marirana que era um lugar pertencente a Domingos Ferreira, como vimos acima no histórico de Vila Santa. As filhas de Maria das Graças Castilho casaram com filhos dos primeiros fundadores de São João pertencentes as famílias Ramos e Moraes. Em 1993, com exceção de Maria das Graças, que morava em Tefé e Maria Eudoxia que já havia falecido, as outras ainda moravam no São João, e Dinalva morava com a mãe na localidade Marirana.

Outra família que também aparece no mapa de parentesco local, embora quase não seja referida no presente, é a família Boaventura, cujo começo, ou seja, as informações que disponho, refere ao casal Herculano Cordeiro e Deolinda Boaventura que tiveram 4 filhos: Francisca Boaventura, Cláudio Boaventura, Martinha Boaventura (casou com Manduca Moraes, filho de Manoel Pedro Moraes), e Paulino.

Uma quinta família era formada por Sandoval Leocádio e Tertulina (Merandolina) que tiveram sete filhos: Pedro, que casou com Adalgisa, filha de Manduca Moraes, Deusinha, Mariazinha (casou com Tibúrcio Ramos, filho de Fortunato Ramos), Raimunda (casou com João Ramos, filho de Fortunato Ramos), Sérgio, Orivaldo e Osvaldo, conhecido como Alemão. Em 1975 chegou a família de Geraldo Bento, do Sororoca, no rio Meneruá. Ele foi para São João porque queria educar os filhos. Após alguns anos, os filhos foram embora para Tefé e levaram os pais.

Os anos 70 marcaram o declínio do povoado São Pedro e a dispersão das famílias para outros povoados da várzea próximos de São João, como a área do Jarauá, e também para a área urbana, principalmente Tefé. Sobre o povoado dessa época há apenas uma referência genérica quanto ao número de casas que, comparando com o número padrão atual, podemos considerar como sendo um povoado grande.

"Naquele tempo eu calculo que tinha umas setenta casas ou mais. É que caiu tudo. Aí depois é que foram se mudando tudo. É mal comparado assim, não tem essas galças (garças) que vem assim pra comer peixe, chega e se ajunta? A mesma coisa foi. Tinha uma parte de lá e outra daqui, era dos dois lados (as casas). Então eles se juntaram. Chega, chega aquelas famílias tudinho, era o pessoal do Juruá, pessoal do Auati-Paraná, o pessoal de Jutai, de Letícia, que os pais de papai era de lá, aí tiveram por

aqui, passaram uns três, quatro, cinco ano, aí cada um foi procurar outro rumo de novo. Aí só ficou nós porque os velhos foram morrendo, outros foram embora” (Vitoriano, São João).

“Aqui era só uma família nossa. Aí já foram criando entendeu? Nós já fomos casando, os filhos do meu pai, do outro meu tio. Nós somos uma família grande, né. Só é uma família, de estranho aqui não tem nenhum, de estranho mesmo. Só este flutuantezinho que é de um rapaz que casou com a minha filha, mas é parente também, de longe, de longe. Mas é parente, só é sobrinho. É a maioria é só sobrinho, já é nós que somos tios pros meninos. Então foi só uma família que aumentou. Isso porque não estão todos aqui. O resto, a maioria está toda em Tefé. Procurando melhora. É como estou dizendo, aqui fracassou. Quem teve mais condições foi embora pra cidade, mandou educar os filhos. E eu fiquei aqui por causa que há essas coisas, esses lagos por aqui. Eu fiquei aqui mesmo. Aí foi o tempo que o prefeito vereador me procuraram, gostavam muito de mim, aí pediram pra mim fundar essa comunidade. Aí eu reuni o pessoal, e fiz essa comunidade. Chamei meus parente tudinho mesmo e fizemos uma casa pr’ali, outra pr’ali, aí tá com dez anos que eu fundei essa comunidade” (Antonio Ramos, São João)

No ano de 1983 foi criada a organização comunitária incentivada pelo prefeito Cazuzza Lopes, de Uariní. Foi apontado como presidente Antonio Ramos. Nessa mesma época foi iniciado um trabalho de preservação de lagos, incentivado pela Prelazia de Tefé, através do Frei Falco Michiels. Naquele momento já era possível sentir a diminuição do peixe e de “bichos de casco”.

“Meu pai me contava, minha mãe, que esses lagos aqui atrás quando eles entravam vinha com a canoa cheia. Virgem, até onze horas eles já estavam com a canoa cheia de tracajá, tartaruga, era pescaria, era tudo que trazia. Só bicho de casco, né, tinha um curral cheio de bicho de casco. Era só ir lá no curral, tirava uma tartaruga e os outros que queria comer. Pirarucu, isso ninguém fazia caso. Tinha muito, muito nesses lagos que nós mantemos aí. Deus me defenda! Ainda cheguei a ver essa fartura. Até com meus 25 anos eu vi muita fartura ainda. Tô com 25 anos de fartura! Agora, de 25 anos em diante, aí já fui vendo o fracasso. Foi chegando, criando muita gente, entendeu? Aí foi o tempo que chegou esse negocio de pescaria de peixeiro, malhadeira, rede, arrastão. Tinha muita fartura, muita coisa mesmo. Dentro desses lagos era cheio de pirarucu, tambaqui de toda qualidade; tracajá, tartaruga, já vi muito. Daí que esse pessoal peixeiro foram chegando, pegando malhadeira, fazendo arrastão, aí esses peixeiros que derrotou. Por isso que acabou. Aí os pessoal daqui, os ribeirinhos, conversavam com eles e quando viram, ensinavam os lagos. E aí onde eles entram, eles acabam, arrastam tudo! E foi acabando, foi fazendo esse fracasso mesmo. Tá acontecendo hoje em dia, mas como eu

digo, se todo mundo entrar em entendimento como estão fazendo nessa reserva, eu calculo que daqui uns cinco anos... Aqui dentro tem muito lago. Muito lago ainda tem muitos peixes. Parece que os peixes vão se reservar mesmo ali, né? O que vem de fora vão entrando. Uma alagação dessas, quantos milhares e milhares de peixes vão se mudar pra um lago, né?" (Antonio Ramos, São João).

Segundo Antonio Ramos e Manoel Macário, até a década de 1970 ainda havia uma fartura de peixe e de animais de casco. Nessa época as pessoas pescavam somente com hástea, flecha e outros materiais que não espantavam o peixe. A espécie mais capturada era o pirarucu cuja carne era vendida seca, salgada, e que já tinha um comprador certo para a produção. Os outros peixes eram pescados mais para o consumo familiar. Eles apontam os peixeiros que utilizam redes malhadeira e arrastão, como os principais responsáveis pela diminuição do pescado. O trabalho de preservação era realizado nos lagos Preto, São João, Ressaca da Sofia e Jucundiano.

Em 1993, a diretoria da organização comunitária estava formada por Francisco Morais Ramos, presidente; Antonio Ramos, vice-presidente; Pedro Leocádio e Francisco Morais Ramos como fiscais. As famílias que chegaram a São João estavam formadas por Antonio Jacinto e Alcilan Morais, que moravam no Jarauá, e Raimundo Ramos com a esposa Alcilene Alves Ferreira, que residiam anteriormente em Vila Santa. A família de Raimundo Ramos é de São João, e a de Alcilene mora em Vila Santa.

10. Barroso

NARRADORES: *Sebastião Alves da Paz (Zozó), Germana Alves, Luis Alves de Castro, Osvaldina Vieira, Antonio Alves Mendes, Deuzimar de Castro*

O povoado Barroso estava localizado na boca do paranã do Barroso, margem esquerda do rio Solimões. As localidades mais próximas eram São João, Maguari, Bate Papo e Viola. O povoado tinha 9 casas e 55 moradores. As principais atividades econômicas era a extração de madeira e a agricultura, com o cultivo de roças de mandioca, milho, melancia e banana. Os produtos mais vendidos era a farinha de mandioca e a banana para compradores de Coarí, Tefé e Macapaní. A pesca era outra atividade que gerava uma pequena renda, e o período de maior produtividade ocorria no verão, na safra do peixe liso. A madeira extraída era utilizada tanto como combustível, quanto para fazer móveis e casas. Esta atividade era mais intensa quando ocorria uma grande cheia que facilitava a retirada dos troncos das árvores de dentro das restingas.

Em 1993 a maior parte dos moradores pertencia à Igreja Pentecostal da Assembleia de Deus, ligada à Congregação do Macapaní. Semanalmente o pastor Julião Mariscal dos Reis visitava o povoado para realizar cultos e ciclos de orações. Na ausência do pastor, os cultos eram dirigidos por Guilherme de Souza, auxiliado por Luis de Castro. Este último, também era o tesoureiro e secretário da Igreja. Anualmente, no dia 20 de dezembro acontecia uma grande festa conhecida como Ciclo de Orações.

No Barroso havia uma escola de primeiro grau com a 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino fundamental. Cerca de 20 alunos com idade entre 7 e 16 anos frequentavam as aulas ministradas pela professora Osvaldina Vieira, que já lecionava há vários anos. Como os moradores não possuíam assistência médica, os casos de doenças eram tratados em Uariní ou Tefé.

O grupo social que forma o povoado Barroso ao longo de sua história já passou por vários processos de mobilidade. Desde sua formação, provavelmente em 1933, as famílias já moraram em três lugares diferentes sempre numa tentativa de superar algumas limitações características do ambiente de várzea. Os moradores mais antigos

e possíveis fundadores foram José da Silva, que possuía uma fazenda de criação de gado, o filho Atabiro da Silva, que após a morte do pai foi embora para Coarí; o Venâncio e seu cunhado Severiano Ramos, que em 1976 foram embora para a Barreira das Missões; o Luis Ferreira, que também foi embora para a Barreira das Missões; o Martins Gomes, que foi embora para o povoado Assunção, na terra firme; o Antonio Cordeiro, que se mudou para Coarí; e Marina Barroso, que mudou para Tefé. Além desses primeiros fundadores, havia também as famílias de Manoel Araújo, que era o pastor, Luís Gomes e Raimundo Guedes. Na época que estas famílias residiam no primeiro povoado que recebeu nome de Barroso, o povoado estava localizado dentro do paraná do Jarauzinho, que faz parte de uma intrincada malha fuvial formada por paranás e lagos que formam a região de lagos conhecida como Jarauá. Através do Jarauzinho é feita a ligação entre o rio Solimões e o rio Japurá, através de canais, lagos e paranás, dos quais se destaca o Jarauá.

Segundo Sebastião Alves da Paz, a história do Barroso está estreitamente relacionada com a história de outros povoados dentre eles o Tijuaca, o Samauma e o Jarauzinho, este último era um povoado que ficava na entrada do paraná do Jarauzinho, no local onde este se encontrava como o paraná do Barroso. No final dos anos 60 algumas famílias que residiam no Jarauzinho decidiram procurar outro local para morar e abandonaram o povoado. As famílias saíram do Jarauzinho porque durante o verão encontravam dificuldades para ter acesso por barco até o Solimões, pois quando o nível das águas ficava muito baixo, surgiam várias praias que fechavam o canal. Assim, no período do verão o povoado ficava praticamente isolado, e isso significava que as pessoas não tinham como vender sua produção ou comprar mercadorias, uma vez que não era possível a entrada dos barcos dos pequenos regatões com os quais realizavam trocas comerciais.

"Uns saíram porque não tava mais dando resultado na produção, porque encontraram outros cantos pra morar. Quando secava mesmo, nem pela boca de baixo do paraná entrava por causa de cachoeira. Ainda aconteceu dois verão das pessoas embarcar o produto e ir lá pra boca do Jarauá esperar o comerciante já lá no Japurá. Aí, devido as dificuldades de sair, tanto pra cima como pra baixo, nós resolvemos sair de lá e fomos pro Barroso. Não só nós, como os outros moradores que moravam lá. Eu acho que esses moradores que moravam também aí perto, saíram de lá por causa disso, os de Tijuaca. No Samauma, no tempo que moravam aí, era animado. Faziam festas, festejos por lá. Tinha umas quatro casas e tinha mais duas casas mais embaixo, perto do lago.

Eram seis casas, mas quando era festejo vinha muita gente do Aiucá, tinha um varadouro, e vinha muita gente daí do Solimões” (Sebastião Alves, Barroso).

Com a dispersão das famílias, o povoado Jarauazinho foi praticamente extinto, e apenas no inverno alguma pessoa ainda se deslocava até lá para realizar a pesca. Como o Jarauazinho, outros povoados que também existiam dentro do Jarauá foram extintos na mesma época, quando houve a dispersão das famílias.

“Outros povoados que existiam dentro do mesmo paraná também foram extintos, tais como Cedro, Samauma, Tijuaca, Tucuxi (...). Quem entrava pela boca do Jarauá, o primeiro que tinha era o Tucuxi. Lá tinha umas cinco casas. Depois vinha pro Sumaúma, depois pro Cedro e do Cedro vinha pro Tijuaca e depois vinha pra boca do Jarauazinho, que era onde nós morava. Aí vinha pro Sanguessuga que ficava mais na frente, mas não tinha morador. É só um paraná que vai pros lagos e aí já saía aqui no rio Solimões. O derradeiro morador que tinha aí dentro era esse que ficava no Jarauazinho. Quando saí do Jarauazinho tinha gente morando em todos eles, depois eles foram saindo” (Sebastião Alves).

As famílias que saíram do Jarauazinho se juntaram às famílias que residiam no Barroso, situado dentro do paraná do mesmo nome, e formaram um grande povoado. No total foram nove famílias que saíram do Jarauazinho para o Barroso. A primeira família a sair do Jarauazinho com destino ao Paraná do Barroso foi a família de José Castilho e Nair de Souza Lima, provavelmente ainda na década de 60. Depois, em 1973, saíram Sebastião Alves da Paz, casado com Germana, mais conhecido como Zozó. No Jarauazinho Sebastião trabalhava em madeira, mas com a morte do seu primeiro filho, sua esposa Germana não quis mais morar lá dentro, se desgostou do lugar. As outras famílias que também deixaram o Jarauazinho para morar no Barroso foram Luis Alves de Castro e Raimundo Antonio de Castro. Outras famílias que residiam no Jarauazinho foram para outros locais.

Outras famílias que chegaram ao povoado Barroso foram de Manoel Leopoldo e de Nazaré de Souza, filha de Nair de Souza, esta última procedente do Meneruá. Quando essas últimas famílias chegaram ao Barroso na década de 1970, a maioria dos moradores era membro da Igreja Pentecostal da Assembléia de Deus.

Na época em que moravam no Jarauazinho, e no Barroso, as famílias viviam basicamente da pesca e da extração da madeira. Pescavam principalmente o pirarucu, que era vendido salgado para os “patrões”. As pessoas trabalhavam com vários

patrões, não havendo compromisso de exclusividade com um patrão. Elas vendiam para aquele patrão que chegava até o povoado.

“Trabalhava com o Manduca Bezerra que comprava também a produção desses outros lugares. Nessa época o Bendito Ramos já era prefeito de Maraã. Tinha também o irmão do Manduca Bezerra, o Odorico Bezerra que ficou depois que o outro saiu. Eles trabalhavam aí dentro do Jarauá. Depois que eu tava pra ir embora apareceu outro, de Tefé, chamava ele de Nego Mota. Também tinha um marreteirozinho de Maraã, Francisco Candido. Ele começou a negociar aí, mas não foi avante. Ainda chegou a comprar motor e aí começou andar com outra mulher, aí não foi avante” (Sebastião Alves, Barroso, março de 1993).

A plantação de roças era mais voltada para a alimentação, pois era da pesca que as pessoas viviam. Segundo os narradores, depois que o peixe foi ficando difícil, as pessoas passaram a fazer mais a farinha, que passou a ser a principal fonte de renda.

“Nós vivia da pesca, só da pesca mesmo. Plantava, mas era pouquinho só pra consumo mesmo. Era pesca e madeira. Madeira tinha muito nesse tempo. Nesse tempo que eu cheguei aí, com quatro anos que eu cheguei aí eu trabalhava assim às vezes comprava madeira mas nunca fizemos um negócio grande. Tirava madeira, mas era pouco. Tinha o Clementino que era morador de Manaus e era comprador de madeira. Ele veio perguntar se eu queria trabalhar com ele. No primeiro ano que trabalhei com eu comprei essa máquina do motor. Trabalhei com ele quatro anos, foi o tempo que ele foi embora e não voltou mais. E depois já fui viver da pesca” (Sebastião Alves, Barroso).

Segundo Sebastião Alves, sua família morou dentro do Barroso durante uns quatro anos, mas no final da década de setenta ele resolveu procurar outro local para morar. Um dos motivos que o levou a sair foram as dificuldades que encontravam na época do verão, quando o paraná secava muito, para se deslocar até os rio Solimões. Ou seja, as famílias que residiam no Barroso estavam encontrando as mesmas dificuldades que elas encontraram no passado quando moravam no Jarauazinho, pois o paranã estava sendo aterrado com o surgimento de praias que no período da seca impedia o deslocamento das famílias de barco até o rio Solimões. Todo o transporte da produção era realizado a pé, com longas caminhadas por sobre a areia. Foi para escapar de todas essas dificuldades que Sebastião Alves resolveu construir sua casa na boca do paraná do Barroso, próximo ao encontro deste com o rio Solimões. Ele escolheu esse local

para construir sua casa porque lá já havia construído um tapirí para pescar no verão e também possuía uma roça de mandioca, além de uma grande plantação de banana.

“O que aconteceu foi que esse Paraná que sai aqui começou a secar. Aí ficou ruim o trânsito. Todo tempo que secava a gente ficava preso l dentro, período de seca. Aí eu resolvi morar aqui fora. Eu mesmo fiz a minha casa. Vim a primeira vez só pra pescar no verão. Aí quando foi no outro verão eu vim já pra trabalhar na casa. Fiz a minha casa. Isso eu não posso nem dizer qual foi o ano, mas faz uns doze anos. Aí quando foi uns dois anos que eu tava aqui, aí secou de uma vez ao o pessoal resolveu, o resto das família resolveram vim pra cá. E teve duas famílias que de l foram embora pra Tefé, também se mudou a irmã Marina com a família dela” (Sebastião Alves, Barroso).

Cerca de dois anos após a saída de Sebastião Alves, mais ou menos no final dos anos setenta, outras famílias que residiam dentro do paraná do Barroso também decidiram mudar para a boca do paraná. Elas construíram suas casas nos dois lados do paraná, sendo que a maioria construiu as casas na margem direita, ou seja, na margem oposta a que Sebastião Paz havia construído sua casa. Segundo os narradores, do outro povoado do Barroso foram transportadas a escola, a igreja e quase todas as casas.

No entanto, as pessoas ainda não haviam sequer terminado de reconstruir suas casas que haviam sido desmontadas para serem transportadas para o novo local de moradia, quando uma grande tragédia teve início: a terra onde as casas estavam sendo construídas começou a cair.

“Eu fiz a minha casa ali na ponta, aí quando o resto resolveram vim morar aqui fora eu pedi pra fazer as casas aqui, mas eles acharam melhor ali (do outro lado) devido as minhas plantao que tinha aqui. Aí fizeram aí na ponta. No lado direito, na saída. Aí num terminaram nem bem de fazer as casas todas, aí começou a terra cair” (Sebastião Alves, Barroso).

A primeira casa atingida pela terra caída foi a de Teodoro Ribeiro, mas ele contou com a ajuda dos outros moradores e conseguiram desmontar a casa, retirar as telhas, as paredes e o assoalho. Na ânsia de ajudar, as pessoas recorriam a todo tipo de ferramenta para desmontar as casas como martelo, machado etc. No entanto, eles somente conseguiram desmontar até o assoalho, retirar as tábuas que formavam o assoalho, e logo a terra caída levou os esteios e o resto das vigas.

“Nesse tempo o Teodoro que mora ali do outro lado morava aí também. Foi um dos primeiro lugar que começou a cair (a terra) foi lá. Sei que nós tava aí na ponta e nós ouvimos um grito pra lá. Daí eu fui escutar, era a mulher pedindo socorro, que ela tava sozinha em casa. Aí eu gritei pra essa gente. Tava aquele ali, o irmão da Nair, e foram lá. Chegemo lá o barro tava caindo, tava bem pertinho do jirau (assoalho da casa). E foi de repente que a terra caiu. Aí nós encostemos lá, todo mundo com machado, outros com martelo, outros com mão-de-pilão. Arrancamos o telhado da casa dele com tudo. Primeiramente da casa do Teodoro que ele não tava em casa, só a mulher com os filhos. Aí nós tiremo essa banda inteira assim do telhado com caibro, com tudo. Aí quando nós tiremo, aí nós fomo tirar as parede. Nós tirava assim tudo inteira porque a terra tava caindo demais. Era assim de repente! Aí nós encostemos no assoalho. Quando tiremo as paredes, encostemos no assoalho. Quando tiremos a derradeira tábu, já tava pendurado o resto. Aí o barranco levou todo o resto. Levou os vigamentos, esteio, tudo” (Sebastião Alves).

Passados dois dias a terra voltou a cair e, dessa vez, levou a casa de Francisco Nogueira, pois não houve tempo de desmontá-la. Como não podiam fazer nada, os moradores ficaram apenas olhando o rio levar a casa, que girava dentro de um remanso e afundava lentamente.

“Quando foi com dois dias, nós tava tomando banho aí veio um casco³² passando aí no rio. Aí a mulher disse: – Tem terra caindo aí pra cima”. Nessa época tava enchendo, mas tava bem baixo (o nível da água), tava no repiquete. Aí que não demorou nós ouvimos o alarme pra lá. Aí gritaram que a terra tava caindo! Lá morava um rapaz que era casado de novo, era a primeira casa de lá de cima e um grupo (escola) que tavam fazendo. Ele não tava em casa, tava lá pra casa da mãe dele, lá pra baixo pra casa da Tereza, que a mãe dele chamava Tereza. Nós fomos vê pra lá, e lá o barranco já tinha caído e a casa já tava rodando lá fora (no meio do rio). O barranco levou com tudo! Não deu tempo de tirar nada. A valença que as coisa que ele tinha, tinha levado lá pra baixo, no São João, que a mãe dele morava lá nesse tempo e ele tava pra lá. E não deu tempo de nós tirar alguma coisa que ele tinha. O barranco levou tudo. Aí o grupo era bem pertinho de onde tava o barranco. Já tava todo armado, tava com toda a viga, só faltava assoalhar. Aí quando nós fomo lá já tava a metade pendurado. Aí esse Tango e o irmão Luisinho ainda pelejaram pra arrancar umas vigas que tinha, mas não puderam. Tava bem pregado. Aí o barranco levou com tudo também” (Sebastião Alves, Barroso).

³² Pequena canoa feita de duas tábuas com capacidade para apenas uma pessoa.

Como a terra continuou a cair, outras casas também ficaram ameaçadas. Temerosas de que outras casas fossem levadas pela terra caída as pessoas continuaram a desmontar as casas que estavam próximas do barranco. Algumas delas sequer tinham sido concluídas. Nesse mesmo dia, quando todos estavam descansando, a terra voltou a cair ameaçando levar a igreja, que havia sido construída recentemente. Mas eles não precisaram desmontar toda a construção, pois quando estavam na metade a terra parou de cair. Para alguns narradores isso pode ser considerado como um milagre.

O trabalho durou o dia todo e no início da noite as pessoas pararam para descansar, quando sentiram que não havia mais perigo para as demais casas. Nesse dia as pessoas trabalharam até tarde da noite, parando somente após desmontarem a casa de Antonio Augustinho. À medida que as casas iam sendo desmontadas, o material era transportado para a margem oposta do paranã onde estava a casa de Sebastião Alves da Paz, para depois serem reconstruídas.

A terra parou de cair exatamente no local onde havia sido construída a última casa, formando uma grande enseada.

"Aí o barranco já tava perto da casa do irmão Severiano a mesma sentença. Aí nós encostemo o machado, o martelo e despregamo a parede da casa dele, até que desmancharam tudo. Quando nós terminamo de desmanchar, o barranco tava já bem debaixo assim do vigamento do assoalho. A casa caiu devagar e aproveitemo ainda e tiremo os esteio. Aí já num foi preciso nem arrancar. Aí quando terminemo ele pegou num tapirizinho, uma puxada pra passar a noite. Quando foi seis horas ele foi lá buscar as galinhas e quando chegou lá tava já começando a cair o barranco de novo. Aí era a assembleia (Igreja). Aí ele gritou de lá e nós fomo. A Igreja tava toda pronta já e a casa do irmão Luizinho era bem encostadinha. Aí foi uma agonia. Todo mundo trabalhando lá. Nós trabalhemo até onze horas da noite. Aí desmancharam metade da Assembleia. O assoalho não deu tempo pra tirar porque o barranco chegou até debaixo assim de onde era o assoalho. Aí parou e não caiu. Aí amarremo dois cabos assim atrás, pra água não leva, e amarremo no pau. Se por acaso o barranco quebrasse, tava amarrado, não dava pra perder. Aí nós chega na casa do Antonio Agostinho, desse que mora aí. Era um desmanchando e outros carregando lá pro outro lado. Conforme umas onze horas pra meia-noite nós terminamo. Aí pronto, o barranco não caiu mais. Onde era as casas ficou só aquele buraco, essa enseada que tem aí, onde era as casas. Aí o barranco parou de cair. Aí o barranco começou a cair onde eu morava. Essa ponta onde mora a irmã Nair era mais lá pra fora, ela dobrava assim pra lá. Tá com uns dez anos que aconteceu isso. O pastor foi

que orientou eles pra construir as casa aqui nessa área. A mudança era pra ser ali. Aí eles foram fazer pr'aquele lado e o barranco foi e caiu. O pastor botou eles sempre pra esse lado. Foi desobediência deles, que se eles tivesse pego o conselho do pastor, não tinha acontecido" (Sebastião Alves, Barroso).

Anos depois, mais ou menos em 1985, a terra voltou a cair, mas dessa vez foi a terra do outro lado do paraná, no local onde estava a casa de Sebasto Alves que teve de reconstruí-la em um local mais recuado, distante das margens do rio Solimões. Como a terra parou de cair, outras pessoas construíram suas casas nesse local, como Nair de Souza e Tango, filho de Sebasto do primeiro casamento.

"Aí eu desmanchei a minha casa de l e vim fazer pra cá. Aí não caiu mais também ai na ponta. O barranco ficou parado. Aí foi que o Tango fez a casa dele, a irmã Nair fez ali e a filha dela que morava aí nessa casa, Vivina, que foi embora pra Tefé, caçar um emprego pra lá, que ela não tinha quem trabalhasse pra ela. Aí o pessoal resolveu fazer a casas tudo aqui, levando a vida. Graças a Deus tamo tudo morando agora. E dos que moravam l só quem foi embora mesmo, que não veio com a família, foi o Valdeci dos Santos que foi embora pra Coari" (Sebasto Alves).

Das famílias que moravam no local onde a terra caiu, apenas duas não ficaram no Barroso, a de Valdeci dos Santos, que se mudou para Coar, e a de Francisco Nogueira, cuja casa foi levada pelo rio.

Em 1993 a população do Barroso era estável, pois não havia registro de chegada ou de saída de famílias, havendo apenas o crescimento natural do povoado associado ao nascimento e ao casamento de pessoas do lugar com pessoas de fora. Assim, em 1993 o Barroso estava formado pelos seguintes grupos domésticos, que possuem laços de parentesco entre si: Nair de Souza Lima, Antonio Alves Mendes, Sebasto Alves da Paz, Aristeu Castilho, Severiano Castilho, Antonio Castilhos, Antonio Augustinho, Luis de Castro, Deuzimar de Castro e Guilherme de Souza.

Ao longo dos anos houveram algumas mudanças no modo de produção e nas atividades econômicas das famílias. Uma delas ocorreu na área da pesca, o que levou os moradores a intensificar o trabalho na roça e no cultivo de banana quando começaram a perceber que a pesca estava ficando difícil com a escassez das espécies de maior valor comercial.

Em 1991, os moradores iniciaram um trabalho de preservação de lagos, incentivados pelo pastor Dionísio Gomes. Eles foram até o prefeito de Uariní pedir autorização para guardar três lagos situados próximos da comunidade: o lago Pavão, lago Tambaqui e lago Itaúba. Este trabalho de preservação foi uma tentativa de acabar com a “invasão” dos lagos pelos pescadores dos barcos “peixeiros” que entravam nos lagos no momento em que a água começava a baixar impedindo que os peixes permanecessem nos lagos durante o verão para procriar. Dessa forma, os peixeiros “espantavam” o peixe que procurava outros locais para desovar, o que contribuiu para diminuir o estoque de peixes nos lagos próximos do povoado.

“Porque os peixeiros tão invadindo demais. Pra você ver, no tempo que era pra o lago ficar sem ninguém pescar, era o tempo que eles invadiam. Matavam o que tinha, o resto ficava ou ia embora pra outros lagos, porque tinha água grande ainda” (Sebastião Alves, Barroso).





Povoados Extintos I

Nessa segunda parte do Capítulo I apresentaremos algumas narrativas sobre a história dos povoados Cantagalo, Jauató, Cauaçu de Baixo e África. Apesar de termos referências sobre outros povoados que existiram na área da Reserva Mamirauá, apenas serão apresentadas aqui a história daqueles que obtivemos mais informações, em sua maioria fornecida por ex-moradores ou pessoas que conheceram esses povoados. Os demais povoados apenas serão referidos nos textos sobre a história dos povoados atuais.

Trazer alguns fragmentos da história desses povoados que já não mais existem é uma maneira de contribuir para conservar a memória e tornar acessível o conhecimento de uma parte da história da ocupação humana dessa região, e os fatores que estiveram presentes no processo de mudança social e ambiental que vêm ocorrendo ao longo dos últimos cem anos nessa região.

Os povoados serão apresentados na mesma sequência em que foram apresentados os povoados atuais, ou seja, numa simulação de uma viagem onde o barco sobe o rio Solimões em direção ao paraná do Aranapú.

1. Cantagalo

NARRADORES: *Elizabeth Gama (Tefé), Antonio Bezerra (Jarauá), Mário Cavalcante (Tefé)*

O Cantagalo estava situado numa ilha do rio Solimões cuja referência de localização é o povoado do Caburiní. Conhecido inicialmente como Praia da Vermelha, o povoado foi formado pela família de Maria Ceará, também conhecida como Maria Alencar.

Na década de quarenta, a família de Januário Gama saiu do povoado Boca do Mamirauá, onde ele tinha um comércio e também o controle das terras, para morar na Praia da Vermelha, onde já havia outras famílias morando. Januário Gama vendeu o Mamirauá e investiu o dinheiro montando uma casa de comércio e campo de criação de gado na Praia da Vermelha.

"A Praia da Vermelha é onde ficava o Cantagalo, onde meu pai foi morar depois que vendeu o Mamirauá. Eu era muito criança, não me lembro da data, mas pela data de nascimento do meu irmão que nasceu em 20 de novembro de 49, foi entre 50 e 51 que meu pai vendeu. Eu não tenho certeza. Mas foi entre 50 e 51, porque meu irmão nasceu nos finais de 49 e eu era muito criança. Só sei que ele nasceu lá porque tá na certidão de nascimento dele. Eu tinha uns 3 a 4 anos de idade. Agora, eu conheço esse pessoal todinho, mesmo eu sendo muito criança na época que eu saí do Mamirauá, e nós fomos morar lá no Paraná da Velha, que tinha uma praia que formava um paraná, então esse paraná se chamava o Paraná da Velha onde meu pai fundou assim uma povoaçãozinha com o nome de Cantagalo (...). Esse Paraná da Velha era assim: ele saía daqui do Solimões, o Solimões entrava aqui, aqui era a Praia Pelada, que hoje é uma ilha que emenda com o Jaquiri que vai, vai, vai...tá? E aqui era o Paraná onde era o Cantagalo. Aqui tinha aquele paraná grande que dobra aqui pela Boca do Mamirauá. Aqui que era o Paraná do Prego, que hoje é a Vila Alencar. Chamavam Paraná do Prego. – Vamos lá no Paraná do Prego! Daqui do Cantagalo saía pra cá. A família do seu Marcolino morava aqui. Essa família da Maria Ceará, chamavam Maria Vermelha, tinha uma casa, o barracão grande que era dela. Tinha o seu Romualdo que era marido dela. O sobrenome dela parece que era Alencar, o nome dela era Maria Alencar. Quando papai foi morar lá no Cantagalo, eu devia ter uns 6 a 7 anos. Já não me lembro muito bem quando papai foi morar lá. Ele passou muitos anos solteiro, e foi quando ele teve esses filhos, o Carlos, com essa filha do velho Maxi (Maximiliano). Ele teve filho com duas filhas do velho Maxi, que é a Emília, que mora aqui em Tefé e o Carlos, que mora no Uariní" (Elisabete Gama, Tefé, novembro de 1993).

"Cantagalo era um povoado que ficava no começo da Reserva (Mamirauá), perto da Vila Alencar, que depois passou a ser Paranã do Prego" (Antonio Bezerra, Jarauá, outubro de 1993).

"O Cantagalo era lá onde morava a velha Maria Ceará. Era aquele paraná que descia e depois chamavam Paranã da Vermelha. Era estreitinho, ficava abaixo da Vila Alencar. Morava umas cinco famílias. Conheci bem lá. Depois que o Januário Gama vendeu o Mamirauá pros arigós ele foi morar lá. Depois passou a ser Praia da Vermelha. Lá tinha festas. Eu me lembro que foi em 54, foi depois da enchente grande, por aí. Essas festas eram desde 50. No paranã só passava canoa mesmo (...)" (Mario Cavalcante, Tefé).

A mudança do nome do povoado para Cantagalo é atribuída a Januário Gama, simbolizando assim a instituição de um novo momento da história do povoado.

"Meu pai deu o nome de Cantagalo pra localidade. Agora da passagem que se deu o nome de Paranã da Velha pra Cantagalo [...] Porque dizem que lá dentro do Japurá tinha

um lugar que quando o pessoal passava depois das 6 horas da tarde ouviam o galo cantar. Antigamente tinha essas lendas, esses mitos, essas lendas da terra caída né? Porque caía muita terra e nessas terras caída, caíam casas, até pessoas morriam. Dizem que nesse Cantagalo estava se realizando uma grande festa quando a terra caiu e morreu muita gente. Então dizem que quando passavam por lá ouviam o canto de galo, violino tocar, e tudo mais. Aí o meu pai achou bonito esse nome e botou o nome de Cantagalo, mas lembrando esse lugar do Japurá. Eu não sei exatamente porque ele colocou, mas a gente ouvia essa lenda do lugar. Como caía muita terra lá, que nós saímos uma vez com a bagagem com medo da terra caída... Que meu pai quando vendeu o Mamirauá ele comprou um barracão na boca do paraná da Velha. Então esse barracão era bem rústico, tinha casa de festa, mas era aqueles paus roliços ainda. Aquela cobra sacaí, que aquilo era coberto de palha, então aquela cobra sacaí caía assim no meio da casa, aquela cobra verde. E quando foi um dia, nós saímos com a bagagem na cabeça, meia-noite, porque a terra começou a cair e a gente pensou que a gente ia também no meio. Então nós mudamos pra metade da ilha. Ficamos no meio. Aí o papai fez uma casa boa, de madeira mesmo, nos padrões, porque ele era uma pessoa civilizada. Então ele fez a casa de madeira, mas com porta, janela, com todas as coisas de uma casa que hoje aqui tem em Tefé. E ele fez essa casa já nesse lugar e deu o nome de Cantagalo. Esse lugar era um lugar assim baixo né? A gente plantava muito, a mamãe plantava, fazia jardim. Era várzea, mas ela fazia jardim porque era assim um lugar bom. E essa família de Maria Vermelha que chamavam Maria Ceará se mudou de lá pra ir pro Marajá. Ficaram algumas filhas dela, dona Tereza, dona Alice, a Clara que hoje é a mãe do Zé Pio” (Elizabete Gama, Tefé, novembro de 1993).

Segundo os narradores, houve um momento em que o Cantagalo chegou a ter nove famílias.

“Tinha o pessoal do seu Lino, tinha o pessoal dessa senhora, dona Gilda, que não tinha marido e é a mãe dessa (mulher) que ajudou a fazer a comida da segunda assembléia. Tínhamos nós, tinha a dona Alice, tinha a dona Tereza, tinha umas oito famílias. Tinha a mãe da Gabriela, irmã da Maria Ceará; era umas nove famílias mais ou menos que moravam na ilha do Paraná da Velha” (Eisabete Gama, Tefé, novembro de 1993).

O povoado durante alguns anos era referência para muitas famílias que residiam em povoados vizinhos e se deslocavam até lá para vender a produção para Januário Gama.

“Ele vivia de comércio, ele comprava a produção, só que em menor escala (comparado com o comércio de Boca do Mamirauá). Ele comprava pirarucu, comprava castanha daqui do Juruamã; farinha. Esse seu Zé Cajueiro que tem o filho Roberto que mora em

Alvarães, esse pessoal já vivia lá no Paraná da Velha, aqui no Cantagalo. Agora, atrás dessa ilha do Cantagalo dá pro lado do Caburini que já é rio Japurá. Então aqui nessa ilha tinham poços que a gente ia pescar com a mão o peixe. A gente ficava dentro do poço, o peixe passava, rasgava a perna da gente, sabe? A gente pegava bodó, tudo que era peixe aqui, e o acarí, né? No Mamirauá ele tinha gado, não tinha fazenda, mas ele era criador. Ele tinha poucas cabeças, mas era um gado de raça que ele botava aqui no Caburini porque o Mamirauá alagava muito e ele deixava só uns meses no Mamirauá e passava aqui pro Caburini. Quando veio pro Cantagalo nós ainda tínhamos gado ainda, não só nós, como essa família da Maria vermelha. Quando o nosso gado não estava dando leite a gente comprava leite dela. E eles vendiam leite pros Martiniano que vinham lá do Mamirauá buscar. Essa dona Maria Ceará tinha muito gado. Ele era um patrão, mas era mais centralizado porque os Martinianos eles eram assim muito ousados, eles tomaram conta da freguesia porque eles, o Zé, o irmão do seu Zé, era muito valente, então quem não comprava lá, ele expulsava. Ele se achava dono de tudo mesmo, e se o terreno fosse dentro do Mamirauá, eles expulsavam. Então o pessoal vendia pro papai assim, papai não tinha mais aquele compromisso, mas mesmo assim tinha pessoas que viviam aqui na ilha do Cantagalo, comprava do papai e vendia. Ele comprava farinha aqui da terra firme, que é do lado do Juruamã; do Mucura. Ele comprava pirarucu, tartaruga, coisas assim pro comércio pra vender aqui..." (Elizabeth Gama, Tefé, novembro de 1993).

Apesar de possuir comércio e um número expressivo de famílias morando lá, o Cantagalo foi extinto. As causas da dispersão dos moradores foram principalmente ambientais, a terra caída. Hoje a ilha não mais existe. Em seu lugar existe um canal.

"O Canta Galo era lá onde morava a velha Maria Ceará. Era aquele paraná que descia e depois chamavam Paraná da Vermelha. Era estreitinho, ficava abaixo da Vila Alencar. Morava umas cinco famílias. Era naquela ilha de frente de Alvarães, que agora é uma ilha grande. Eu conheci aquilo como praia, sem um fio de mato. Naquele tempo nós chamava de praia da Maria Vermelha. Lá tinha três casas só. Aí quando saía uma família, ficava outra. Quando saiu o Januário Gama que foi embora pra Tefé, ficou a Maria Vermelha. Era a velha Maria Ceará, que nós chamava de Maria Vermelha porque ela era dessas brancas bem avermelhadas. Depois ela mudou-se lá pra Marajaí onde morreu. Aí não ficou mais ninguém (...). Depois veio um ano que a terra danou-se a cair e hoje já é um canal ali. Porque a terra foi caindo, passava o tempo toda aquela zoada de terra caindo, derretendo. Agora passa lá e é um canal. Antes era um igarapé. Depois que se mudaram de lá, o que teve muito lá foi capivara. Mas era um bando de capivara maior que já vi na minha vida, parecia um rebanho de boi" (Mário Cavalcante, Tefé).

2. Jauató

NARRADORES: *Mario Cavalcante (Tefé), Darcilina Alves (Vila Santa), Brígida Sevalho (Porto Braga), Lourdes Sevalho (Porto Braga), José Medeiros (São Benedito do Cauaçu), Alicia Feliciano (Porto Braga), Samuel (Marirana)*

O povoado Jauató foi sede de um dos principais comércios da região Médio Solimões na primeira metade do século XX que pertencia a Augusto Braga, e um importante porto de lenha que abastecia os navios que faziam rota pelo Solimões. O povoado estava localizado em área de várzea e de terra firme, o que permitia o acesso aos castanhais e seringais existentes nessa região, cujas terras eram controladas por Augusto Braga.

O comércio de Augusto Braga atendia uma vasta freguesia que estava espalhada por povoados vizinhos ao Jauató e também em povoados localizados no rio Japurá e do Panauã para onde suas embarcações se dirigiam periodicamente para levar mercadorias e receber a produção dos extratores. A produção de peixe, seringa e castanha que era armazenada no comércio de Augusto Braga podia ser calculada em algumas dezenas de toneladas.

“Por aqui o velho Braga fazia 60/80 toneladas de borracha nesse Jauató. Era muito movimento” (Mário Cavalcante, Tefé).

“A seringa que era produzida aí era muita. Era de tonelada. A seringa que eles produziam aí eles vendiam pra Manaus, eles tinham patrão em Manaus, J. Leite [...]. As pessoas faziam roça, plantava mandioca. Tinha uma criação de gado do seu Braga, mas deu uma praga de morcego com carrapato que acabou com o gado. Acabou que não ficou um pra contar a história. Já há muito tempo que teve história de morcego, não é de hoje. Isso foi antes de eu vim embora. O meu esposo ainda era vivo nesse tempo. A derradeira rês que ficou vivo ele mandou o meu tio vim buscar. Só tinha uma, uma novilha. Eles só tiveram a dita de chegar com a novilha na beira do barranco. Ela morreu. Tudo gordo, mas não tinha sangue” (Brígida Sevalho, Porto Braga).

“Eles tiravam castanha, vendiam; vendiam peixe. Era tudo que arrumavam iam vender pr’ali. De primeiro ele comprava lenha, né. Daí pronto, foi se acabando, acabou-se a lenha de lá daquele lado, acabou-se daqui (Porto Braga) Pronto! E os mercadores foi

indo, foi indo, foi se acabando. Acabou-se. Nada! Tinha um seringal lá. Era na terra lá pra trás, pra lá que o pessoal trabalhava. (...) aí deixaram tudo, ficou lá [abandonado]. Ninguém trabalha lá” (Lourdes Sevalho, Porto Braga).

O número de famílias que residia em Jauató e que estavam vinculadas ao barracão de Augusto Braga era grande considerando-se os padrões de povoamento daquela época. Chama também a atenção para a infraestrutura da comunidade que não era comum de se encontrar nos povoados da época. Algumas famílias foram trazidas de áreas de seringais localizadas no Japurá.

“Morava muita gente. Tinha trapiche da primeira até a derradeira casa. Era como uma calçada (...). Ali tinha mais de vinte casas, porque as casas eram aqui pelo lado de cima, do lado de baixo só tinha a de José Ferreira, pai do João Bala (...). Eu morei no Jauató de 41 a 43. Eu era empregado, trabalhava com o velho Augusto Braga, pois minha irmã casou-se e morava na casa deles e trabalhava na loja. Eu fazia viagem pro Panauã no Jauatozinho, era um barco pequeno. Levava mercadoria pra vender pros seringueiros e trazia a produção. Trazia borracha, peles, pirarucu. Eu tinha meus 14, 15 anos. Quando a minha irmã morreu eu já não trabalhava mais aí, tava lá pelo Japurá, Aranapú. Isso foi em 46 mais ou menos” (Mário Cavalcante, Tefé).

“Morava o Bajo, quer dizer que o nome dele era Basilício. Morava o Pagão Peres. Tinha os filhos do seu Bajo e também um homem chamado José Barão, ele morava aí com os filhos. Os filhos dele casaram tudo e moravam tudo aí perto dele. E aqui pra baixo tinha a nossa casa e tinha a casa do velho Braga” (Brígida Sevalho, Porto Braga).

“Trabalhei com Augusto Braga pouquinho tempo. Vendia farinha e pirarucu. Nessa época eu morava no São João. Em 1922 quando nós chegamos no São João ele já tava morando lá no Jauató. Era o proprietário de lá. Porto Braga ainda não existia; passou a ser Porto Braga quando o filho dele casou com uma mulher de lá, o Francisco Braga, e fez casa lá. Aí ficou Jauató e Porto Braga. O patrão dali era só ele, não tinha quem se metesse no meio. Ele comprava tudo, farinha, pirarucu, tinha barco regatão pra comprar borracha” (José Medeiros, S. B. Cauçu).

“Era um povoado grande, começa naqueles barracão, um bocado de barracão, a cerca grande. Tinha duas casas de dois pisos aí. Tudo isso tinha aí. Morava, nada, nada era quase umas vinte casas ou mais. Era uma porção de casas que tinha aí, moradores. Então morava o dono deles que era o Augusto Braga. Ele era português. Mas ele tinha freguesia dele, tudinho morava aí no lugar dele, né. Aí morreu o velho e ficou os filhos. Aí a mulher, Maroca Braga, uma cearense, se mudou pra Manaus e os filhos ficaram aí (...). Aí já os filhos venderam o terreno” (Alicio Feliciano, Porto Braga).

“Lá tinha um homem chamado Pagão Peres, quer dizer que não sei se era o nome dele, né, mas chamavam Pagão Peres. E tinha outro que chamavam também Chico Queiroz, mas ele mora em Tefé. Antonio Queiroz, pai do Lúcio Queiroz. Morava João Fininho, e também, Chico Zezé. Ninguém sabe o nome deles próprios. E (morava) outro que chamavam Rogério; ainda morava outro que chamavam Baja pra ele. Agora não sei se o nome dele era assim, mas chamavam só Baja pra ele. Tinha a Brígida, filha da Lourdes Sevalha, casada com o Nelson Braga. E aí tinha os filhos (do Augusto Braga), era o Chico Braga, Nelson Braga, Anselmo Braga, e ainda tinha outro, aquele Monteiro que era genro dele, do Augusto Braga. Um filho dele morava aqui, o Chico Braga, que tinha uma casa de comércio, tinha até uma escola também” (Alício Feliciano, Porto Braga).

No seu apogeu, o povoado chegou a ter escola e as pessoas realizavam festa em homenagem ao padroeiro do lugar.

“Tinha uma professora que os pais (dos alunos) pagavam. A mulher que dava aula lá era daí da banda de Tefé, Edula. Ela ficou dando aula durante um tempo lá, só parou de dar aula depois que morreu. Eu mesma no tempo que eu estudei, que eu era menina assim, eu me lembro até hoje. Por isso que hoje em dia tá muito bom porque nossa caneta era feita de pau, né, o lápis. Fazia aquele lápis de pau pra apontar a letra. A tinta era de tinteiro. Enfiava a pena dentro e aí escrevia. E o lápis de menino era de pau, pedacinho de pau” (Brígida Sevalho, Porto Braga).

“Tinha só São João que eles festejavam. A festa era boa, não brigavam nada, Passava bem a festa. Tinha uma professora que vinha de Tefé pra lecionar aí. Parece que chamavam pra ela só Glorinha, era filha de uma mulher daí de Tefé, não me lembro o nome dela. Eu sei que ela vinha lecionar aí. Passou uma porção de tempo, bem uns dois anos lecionando” (Lourdes Sevalho, Porto Braga).

As causas da extinção do Jauató estão associadas a fatores ambientais como a terra caída, e sociais como a decadência financeira de Augusto Braga. Há aqueles que atribuem a decadência financeira de Augusto Braga a algum feitiço que foi colocado por uma pessoa que supostamente era seu inimigo ou rival no comércio da região.

“Aí era um lugar muito grande. Era muita gente que morava. O Augusto Braga, ele era rico, rico, rico que Ave Maria! A gente chegava no barracão dele, do Augusto Braga, e tinha tanta mercadoria! Vinha pedido de Manaus, e quando chegava era pro pessoal carregarem as coisas pra terra. Aí foi se acabando, foi se acabando... Não sei porque. Olha, até ele (Augusto) se acabou. Apareceu uma doença, aí baixou pra Tefé. Não teve jeito, aí quando tava baixando pra chegar em Manaus, chegou até em Coarí. Lá ele está

sepultado. Acima de Coarí. Eu não sei de onde ele era. Sei que era morador velho daí do Jauató. A mulher dele se desgostou e foi embora pra Manaus, Maroca Braga. O nome dela era Maroca” (Lourdes Sevalho, Porto Braga).

“Às vezes eu não acredito que existe o tal feitiço, mas às vezes eu torno atrás, porque eles eram bem de vida e quando foi pra morrerem eles tavam de nada. Acabou de uma forma que não ficou nada (...). A casa, ficaram com a casa que eles moravam. Saíram porque se desgostaram, não tinha mais ninguém. Não tinha de quem comprarem, não tinham patrão, que ele morava aí. O velho Braga era dono desse terreno daí do Jauató. Depois que ele morreu a mulher abandonou, os filhos abandonaram, morreram também. E o pessoal também (fregueses) pra não ficarem lá só, saíram. Um bocado mora em Tefé e o resto foram embora pra Manaus. Pra cá só veio mesmo eu porque minha mãe morava aqui. Os meus irmãos foram me buscar e eu vim embora porque meus filhos estavam todos pequenos nesse tempo, né?” (Brígida Sevalho, Porto Braga).

“Aconteceu que morreu pobre. Nem terra pra enterrar quase não enterra, porque ele era judeu. Não queriam enterrar aqui na terra do Amazonas. Só enterrou porque um rapaz que era freguês dele aqui do Jauató mesmo, e que morava em Coarí, foi que foi na prefeitura pra pedir pra poder enterrar ele. Se não, não tinham enterrado o finado Augusto Braga não. E era homem de dinheiro. Morreu pobre. Agora eu lá sei como é isso. Depois de ter muito dinheiro, né? (Samuel, Marirana, outubro de 2000).

“Mas quem acabou com o Jauató foi o Nelson Braga. Ele subiu com uma mercadoria, com um frete enorme e chegou em Tarauacá botaram no fundo, a propósito. E essa mercadoria ele baixou de lá pra cá e andou pelo Japurá por aí tudo. O resultado é que daí é que veio a ruína do Jauató. Depois acabou. A situação ficou tão crítica que (...) tiveram que comprar rancho pra ele. Morava numa casa velha no Jauató que dizem que caiu por cima dele. E hoje o lugar nem tem mais a aparência de que já morou gente lá” (Mário Cavalcante, Tefé).

Contam os narradores que a casa onde funcionava o comércio do Jauató era muito grande, com dois pisos, mas após a morte de Augusto Braga os filhos não mais se importaram. Certo dia, todos em Porto Braga escutaram um barulho que vinha do lado do Jauató, era a casa que estava caindo. Depois disso, as famílias que ainda residiam no Jauató foram embora à procura de outros trabalhos. Da época em que existiu o Jauató resta apenas o cemitério que ainda é utilizado pelos moradores dos povoados mais próximos.

“Parece que nunca morou ninguém, e ali morava muita gente naquele Jauató. A terra caiu toda” (Darcilina Alves, Vila Santa).

“Acabou porque ele morreu, depois a terra caiu tudo. Alí era um lugar bonito, tinha muitas casas. Acho que mudou tudo pra lá pra Porto Braga” (José Medeiros, São Benedito do Cauaçu).

“Era um seringal. Era não, é seringal. Existia muita seringa, existe muita seringa aí pra trás. Ele era o patrão, era dono do Jauató, mas depois que ele morreu a mulher vendeu. Hoje esse terreno aí é do Lourival Martiniano, de Tefé, marido da Guilhermina” (Brígida Sevalho, Porto Braga).

3. Cauaçu de Baixo

NARRADORES: *Alfredo Bezerra (Ingá), Alfredo Carvalho (Vila Alencar), José Medeiros (São Benedito do Cauaçu), Antonio Bezerra (Jarauá), Mário Cavalcante (Tefé).*

A história do povoado Cauaçu de Baixo está relacionado a história da família Bezerra. A data de formação do povoado foi provavelmente na década de 20, pois há notícias de pessoas morando no local em 1929, época em que chegou a família Bezerra, que morava uma parte em São Paulo de Olivença e outras no povoado Ingá, terra firme.

A trajetória da família Bezerra é marcada por um processo migratório muito semelhante ao de várias outras famílias que se localizaram nessa região da várzea do Médio Solimões. As narrativas a seguir falam sobre a saída da família Bezerra de São Paulo de Olivença, das dificuldades encontradas, e sua chegada à região do Médio Solimões em busca de melhores condições de vida.

“Eu nasci no Cauaçu. Agora não me lembro como meus pais chegaram lá. Ele veio de São Paulo de Olivença em 22, trabalhou aqui (no Ingá) no fábrica da castanha. Aqui era conhecido como Santo Amaro, aí depois que surgiu escola recebeu o nome de Ingá. Ele veio pro *fábrica* e voltou pra São Paulo. Foi trabalhar lá e casou e veio de muda pra cá e foram morar no Cauaçu. Aí os outros irmãos vieram e ficaram morando aí. Foram eles que abriram o lugar. Um irmão era Abel, o outro irmão era Artur, outro era Amâncio e o outro era Adolfo. Tinha uma irmã Ana, e o esposo José Lira” (Alfredo Bezerra, Ingá).

"Me disse o finado Amâncio Bezerra que eles vieram de lá porque não tinha mais, não queriam mais cortar seringa e lá viviam de seringa. E aí disseram que Tefé era muito bom e aí eles vieram embora. Quando chegaram no Cauaçu foram dormir. Entraram pela boca de cima do Cauaçu e tava anoitecendo. Eles pediram agasalho pra dormir, e nesse agasalho eles moraram oito anos. Aí ficaram, começaram a plantar, pescar e aí descobriram o Jarauá e vieram. Passaram dois anos tirando o *fábrica* aí (no Jarauá) e então resolveram vir de muda pra poder empatar o pessoal de entrar no rio e nos lagos. Descobriram lagos virgem onde chegaram a pegar mais de cem tartarugas só num lago" (Mário Cavalcante, Tefé).

"Eles eram de lá São Paulo de Olivença, o Alfredo, o Amâncio. E conheci eles lá. Eles baixaram primeiro que eu. Depois eles se colocaram no Jarauá onde trabalhavam com marisco, pesca... Eu morava na beira do rio Solimões, no seringal do meu avô, Santa Fé, e eles moravam pra trás" (Alfredo Carvalho, Vila Alencar).

As causas da saída da família Bezerra de São Paulo de Olivença para essa área de várzea estão associadas a fatores sociais.

"Foi por causa de uma crise que deu pra lá. O (preço do) quilo da borracha caiu e da farinha. E outra, as coisas ficou muito caro. O quilo da borracha era \$ 1,0 (um) tostão, aí o pessoal foram baixando (descendo o rio), procurando outra coisa..." (Alfredo Carvalho, Vila Alencar).

Quando discorrem sobre as razões da escolha do local para a formação de um povoado os narradores sempre enfatizam a necessidade de o lugar possuir pelo menos uma qualidade, ser bonito. Este adjetivo refere-se não apenas à paisagem geográfica, mas principalmente à existência de recursos naturais fartos, à existência de terras altas para fazer as casas e plantar, que não seja facilmente inundado no inverno e que tenha facilidade de locomoção, ou seja, que as pessoas consigam se deslocar em qualquer época do ano para vender a produção. Tais requisitos nem sempre são encontrados em terras que se localizam dentro de um paraná. Como vimos no histórico de vários povoados a localização dentro de um povoado se tornava inviável na época do verão quando ocorre a seca do canal e impede a circulação de embarcações.

As justificativas para a fundação de um povoado dentro de um paraná, em locais distantes das margens dos rios principais, fazem referência à fartura do local.

“Quando eles chegaram estava deserto, não tinha gente e acharam o lugar muito bom. E primeiro, porque o homem que deu abrigo morava no Paraná do Cauaçu. Segundo, porque tinha muita fartura, tinha de tudo. Tinha pirarucu, tinha pescaria. No tempo de fartura eles tinham tudo com abundância. Tudo era fácil. Eles trabalhavam de roça, faziam um plantio de roça pra ir mantendo a família, mas que o ramo deles, de todos eles, era pescaria. Aí sempre faziam um roçadinho, e a esposa e filhos ficavam cuidando, os homens saiam pra pescaria. O ramo de vida era esse” (Alfredo Bezerra, Ingá).

Sobre o patrão daquela época, eles trabalhavam com o Alceu Gama que morava no povoado Punã, terra firme.

“Quando nós morava no Cauaçu trabalhava com o Alceu Gama. Depois que nós passamos pra cá (Ingá) também continuamos trabalhando pra ele. Vendia pirarucu, que a produção daquele tempo era pirarucu e farinha. No Cauaçu só tinha a produção mesmo do pirarucu. Lá não exportava farinha porque a produção era pro consumo de casa. Depois que nós passemos pra cá, o papai pescava e a gente trabalhava na roça, já não era pro consumo, que a família já tava maior. Então tinha que produzir pelas duas partes, papai na pescaria e a gente aqui na roça. Essa produção era vendida justamente para o Alceu Gama. Nosso patrão era ele” (Alfredo Bezerra, Ingá).

O Cauaçu de Baixo era um povoado considerado grande para os padrões de povoamento da várzea, e isso se devia ao fato de estar localizado numa área que dava acesso aos lagos de feitoria do complexo Jarauá, formado por dezenas de lagos ricos em pescado e quelônios, os chamados “bichos de casco”.

“Quando cheguei aqui (no povoado Mirafior) já tinha o Cauaçu de Baixo. Aí era muito animado, Virgem Maria! Era como a zona franca, entrava muito navio. Tinha casa que festejava o menino Jesus. Era no natal, eles festejavam lá dentro. Tinha um tocador de sanfona. Tinha festa lá mês de junho. Iam tocar lá, era uma animação. Mês de junho iam tudo pra lá passar fogueira. Tinha uma porção de casa. Muita gente foi embora daí. Saíram tudo daí. Foram embora pra fora. Ainda moram em Tefé, gente daí que foi pra lá. Não conheci direito não. Conheço, mas não me lembro mais a posição da casa deles. Muita gente morava lá. Tem gente pro Japurá, tem em Tefé, tem pra Manaus. Era a família dos Bezerra, era Amâncio Bezerra, Artur Bezerra, era Adolfo Bezerra, José Lira Bezerra. Tudo isto. Ainda tem um que trabalha em Tefé. Um foi pro Japurá, foi o prefeito de lá, Rodolfo Bezerra. Um dia desses eu vi ele em Tefé, já é crente, quando moravam

aí não era. Tinha outros aí que eram parentes deles, mas que eu não estou nem lembrando. Tinha dona Feliciano, tinha dona Luiza, tinha Tertulino, tudo isso era familiares. Moravam muitos aí, e outros que andavam por aí e foram embora. Estão pra Manaus. Não tô nem lembrado quando foram saindo daí. Saía um pouco hoje, saía outro amanhã, voltavam de novo e aí foram saindo os familiares nesse tempo todo. Esqueci até do tempo que eles moraram aí. Moraram muito tempo aí” (José Medeiros, São Benedito do Cauaçu).

Os fatores que levavam os moradores a abandonarem o lugar foram principalmente ambientais, tais como a formação de praias, que inviabilizaram a permanência das famílias dentro do paraná do Cauaçu.

“Aí depois de muitos anos, ele (pai) achou que não tava bem. Como eu era de maior aí concordou de querer falar com a gente, como filho mais velho, pra saber se a gente continuava vivendo lá ou se procurava um outro lugar que fosse melhor. Devido a cheia lá, que quando ela dava destruía a terra. Tinha que começar, aí justamente nós compramos esse terreno aqui (no Ingá) do Sr. Antenor. O nome do lugar era Santo Amaro. Aí se passemos pra cá, aí achamos que aqui os meios de vida era muito melhor porque aqui a gente planta, a gente cria, e pelo menos já tá despreocupado da cheia. Eu vim pra cá com a idade de 12 a 15 anos, já era rapaz. Os outros, uns ficaram lá e depois de uns tempos também parece que não tavam se dando bem pra viver, justamente que se passaram, uns passaram pra lá pro Tucuxi (dentro do Jarauá), um outro tio veio morar aqui no Coadi, e o Adolfo foi pro Jacaré. Uns foram pro Tucuxi, depois de tarem no Tucuxi foi o tempo que se passaram pro Maraã, e a maioria deles, desses daí do Tucuxi, foram pra lá pra cortar seringa, e pra lá ficaram, os filhos e os pais também. Pelo menos o tio Abel depois que saiu do Cauaçu foi pra lá. Muitos primos estão morando hoje em Maraã, e Cauaçu ficou abandonado” (Alfredo Bezerra, Ingá setembro de 1993).

“Foi secando tudo mesmo, aí que não prestou mais. Foi criando praia, fechou tudo. Ficou tudo esquisito, aí acabou” (José Medeiros, São Benedito do Cauaçu).

4. África e São Francisco do Canindé

NARRADORES: *Edna Barroso (Punã), José Medeiros (Cauacú), Elizabete Gama (Tefé), Sebastião (Punã), Joaquim (Punã).*

Relatar alguns fragmentos da história dos povoados África e São Francisco do Canindé é também relatar parte da história da família de José Medeiros, que fundou o povoado África no ano de 1933, depois que saíram do povoado Mirafior, como vimos no histórico deste povoado. Lá, a família Medeiros trabalhava para Alceu Gama um patrão que residia no Punã, terra firme.

“Nós vendia tudo, mais era o peixe. Era pirarucu, tartaruga, farinha, era lenha que vendia pros navios. A lenha ficava lá no porto dele (Alceu Gama) e vendia pras navegações. Aí no Punã ele também fabricava cachaça, era Cachaça Punã” (José Medeiros, São Benedito do Cauacú, outubro de 1993).

A família de José Medeiros permaneceu no povoado África até quando a terra começou a cair rapidamente, obrigando as pessoas a se retirarem para outros locais. Ele decidiu então morar no São Francisco do Canindé, na terra firme, porque lá já residia seu irmão Francisco das Chagas Medeiros que possuía terras e também uma criação de gado. Ele convidou José Medeiros para tomar conta da fazenda.

José Medeiros e os filhos moraram no Canindé durante vários anos. Entretanto, em 1970 a terra começou a cair e eles tiveram que procurar outro local para morar.

“Nós saímos de lá (África) e viemos pra cá pro São Francisco do Canindé, aí defronte. Lá, a terra caiu de todo lado. Quando cheguei aqui em Canindé passei aí uns seis anos, aí caiu a terra e vim pra cá pro Cauacú” (José Medeiros, São Benedito do Cauacú).

Sobre a produção econômica no São Francisco do Canindé José Medeiros fez o seguinte relato,

“No São Francisco do Canindé eu trabalhava em lenha, fazia lenha pra vender pros navios, pois tinha um porto aqui e embarcava lenha. Às vezes fazia seis, cinco milheiros

de lenha. Tinha meu pessoal que trabalhava aí comigo, meus irmão, meus cunhados, filhos. Aí quando vim pra cá (São Benedito do Cauaçu) trabalhava em pesca. Tirava madeira também aí pra baixo, pra dentro no Curimatá, dentro do Cauaçu. Trabalhava em madeira e o patrão era de Manaus, era a serraria R. Pereira. E em Tefé andei trabalhando com o Itamar Celani, com madeira” (José Medeiros, São Benedito do Cauaçu).

Na época que José Medeiros morou no São Francisco do Canindé também existia o povoado chamado Castanha, hoje extinto.

“Era uma comunidade, tinha bem umas oito casas ou mais. Era bem aí na nossa frente. Morava uma porção de gente aí. Era muita gente. Morava um português aique era até patrão, Guimarães. Ele já morreu. Tem um filho dele em Manaus, acho que é neto... Comprava farinha, peixe, tudo. Quando cheguei aí no São Francisco lá (no Castanha) ainda tinha gente. Aí foi caindo (a terra) tudo, caindo e até no São Francisco caiu. Aí eu saí também. Acabou-se tudo no mesmo tempo Tinha aqui um paraná com uma ilha e um lago, mas foi tudo embora. Caiu tudo. Era a ilha do Castanha e o lago do Castanha” (José Medeiros, Cauaçu, março de 1993).

Com a ameaça da terra caída, as famílias que residiam em Canindé se dispersaram para vários lugares, algumas foram para o povoado Laranjal, outras para a cidade de Uariní e outras para a cidade de Tefé. Assim, São Francisco do Canindé foi extinto e no local existe agora uma enseada que tem o nome de Enseada do Castanha.

Além das informações de José Medeiros sobre o povoado África que foi formado por sua família, obtivemos os seguintes fragmentos sobre a história desse povoado fornecidos por pessoas que residem em outros povoados e conheceram em algum momento o povoado África.

“A África ficava mais ou menos ali onde tá a ponta da praia agora. Caiu muito (a terra). Caiu muito que acabou com os lagos. O pessoal da África é aquele que moram ali na Caridade agora, e mora lá no Cauaçu de Cima, o Zé Medeiros. Era a família [dele] reunida que morava aí (...). Tinha a festa de São Benedito dos Pretos. Todos eles eram negros. Todo mundo gostava das festas deles. Aí terminou a terra enorme que tinha aí. Caiu. Caiu toda. Quando eu cheguei aqui a África tava terminando, nos anos sessenta e tal” (Edna Barroso, Punã).

“Tem umas famílias morando lá na boca do Cauaçu. Agora esse lugar África foi o tio Alceu que colocou (o nome). Colocaram o nome porque era só preto que morava lá. Aí chamavam de África. Era conhecido como África. Quando vinha os navios diziam: – Vamos parar lá na África” (Elizabete Gama, Tefé).

Foto: Edna Alencar



Moradores da comunidade do Aiucá.

Foto: Edna Alencar



Moradores da comunidade de São Francisco do Mirafior.



Foto: Edna Alencar

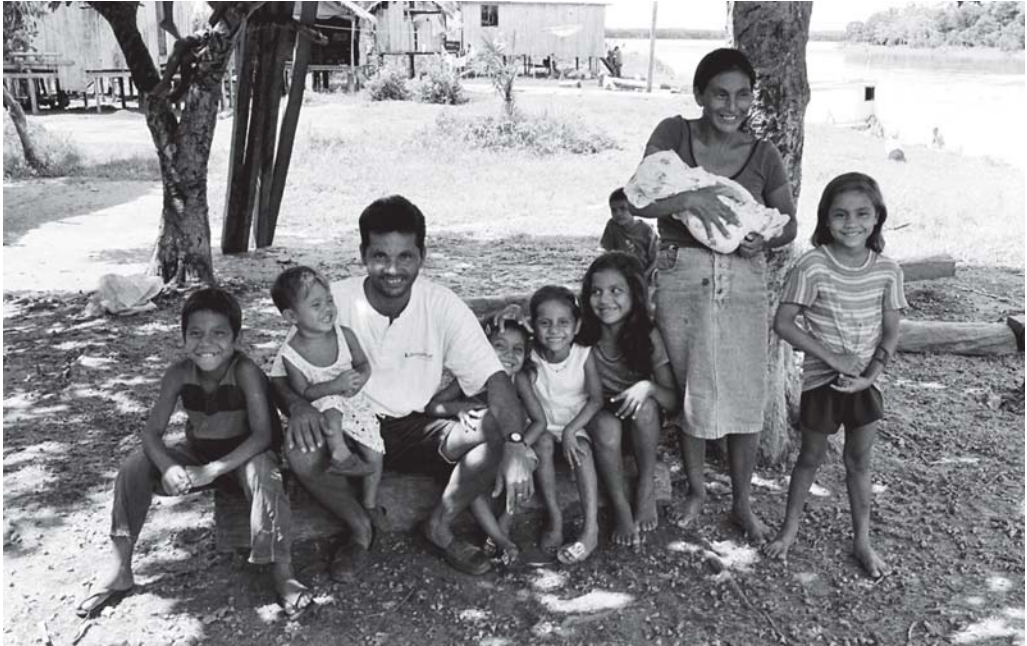
Time de futebol da comunidade de Vila Alencar.



Foto: Edna Alencar

Moradores da comunidade de Vila Alencar.

Foto: Walda Marques



Moradores da comunidade do São João.

Foto: Edna Alencar



Moradores da comunidade de Porto Braga.





Região do Aranapú

Capítulo II

No capítulo anterior iniciamos a viagem pelo rio Solimões, e agora vamos entrar no Paraná do Aranapú que está a nossa direita, e conhecer os povoados Bate Papo, Maguari e Pentecostal. Os povoados estão situados nas áreas de terras mais altas, na margem esquerda do paraná. Na margem oposta estão alguns povoados que fazem parte da área subsidiária da RDSM, tais como o Gororoba, Boa Esperança além de algumas casas situadas distantes umas das outras pertencentes a famílias que não residem nestes povoados.

Ao percorrermos o Aranapú vamos conhecer um pouco da história dos povoados Bate Papo, Maguari e Pentecostal, e de alguns povoados antigos como o Araçá, o Tapiú e o Boca do Aranapú que deixaram de existir na segunda metade do século XX. Depois nossa viagem seguirá pelo rio Japurá até o local onde há o encontro deste com o rio Solimões, já nas proximidades do local onde se tem acesso ao lago Mamirauá e onde estão localizados os povoados de Boca do Mamirauá e São José, os últimos a serem visitados.

Em 1993 o paraná do Aranapú era regionalmente conhecido pela fartura de pescado, e por ser um lugar isolado e inóspito devido a presença de muitos insetos, como os carapanãs, que tornam a vida dos moradores um grande desassossego. Quando a noite começa a cair centenas deles aparecem repentinamente e obrigam as pessoas a buscarem abrigo embaixo de um mosquiteiro. Embora fosse a principal rota que ligava o rio Solimões ao Japurá, na época da pesquisa o Aranapú não apresentava um movimento regular de barcos, como ocorre nos rios Solimões e Japurá. As dificuldades de transporte e as distâncias geográficas em relação aos principais centros urbanos deixavam as famílias que viviam nos povoados dessa área numa situação de relativo isolamento. Para ter acesso a mercadorias e para comercializar sua produção elas dependiam basicamente dos comerciantes (*marreteiros*) que ocasionalmente passavam pela região em seus barcos, verdadeiros armazéns flutuantes, vendendo bens manufaturados e comprando produtos extrativos, principalmente o peixe. Na época da safra do pescado, a presença dos barcos *peixeiros* que pescavam nessa área diminuía o isolamento dos moradores. Segundo os narradores esta situação contrastava com o *tempo dos patrões*, quando havia um grande movimento de embarcações de propriedade de seringalistas ou de grandes comerciantes. Os barcos percorriam os rios periodicamente para pegar a produção das pessoas que trabalhavam na coleta da castanha, no extrativismo da seringa ou na pesca e com as quais os comerciantes possuíam acordos comerciais, que se expressava através da troca

de mercadorias manufaturadas por produtos extrativos, já que a circulação de dinheiro era rara. Portanto, eram esses comerciantes que facilitavam o acesso das pessoas da região ao mercado.

No que se refere às características ambientais a área do Aranapú é de várzea baixa, facilmente inundada no período das cheias. Aliados a estas características estão os processos de transformação ambiental tais como a formação de praias e a terra caída, com implicações sobre o processo de ocupação humana da área, como ocorre nos rios Japurá e Solimões. Como resultado da dinâmica ambiental, todos os povoados que existiam na época da pesquisa, assim como os povoados antigos e já extintos, haviam passado por um processo de mobilidade geográfica pelo menos uma vez. Os fatores ambientais estão associados ao desaparecimento de povoados como o Tapiú, localizado na margem direita do paraná do Aranapú, e do Araçá que ficava na margem esquerda.

Os moradores do Pentecostal e do Maguari descendem de fundadores dos povoados antigos e já extintos tais como o Gororoba, o Araçá e o Tapiú, ou são pessoas que habitaram nesses povoados e depois migraram, dando origem aos atuais povoados. Outras famílias que residiram nesses povoados foram embora para Tefé ou para o Jubará, povoado localizado no rio Japurá, próximo ao encontro do Aranapú com este rio. Nesse sentido, assim como ocorreu em povoados da área dos rios Japurá e Solimões a história dos povoados dessa região não pode ser entendida sem conhecermos inicialmente a história de outros povoados. Uma história marcada pela migração frequente de seus habitantes, sempre à procura de locais para fixarem residência, numa constante tentativa de superar as limitações impostas pelo tipo de ambiente encontrado na região de várzea. O resultado é uma dispersão das famílias que num determinado momento estão juntas e, em outro momento, dispersam-se e vão formar outros povoados.

A história dos povoados atuais e extintos da região do Aranapú estão baseadas nas informações de apenas quatro pessoas, sendo dois moradores dos povoados, Firmino Alfaia e Sebastião Coelho; um ex-morador, o Oswaldo Pinho e um morador da área urbana que conhecia a região desde que era jovem. Na reconstituição dessa história é possível observar o papel que o parentesco desempenha no processo de formação de um povoado através do exemplo da família Alfaia, cujos membros ao se dispersarem vão formar alguns povoados como o Maguari, o Pentecostal e o Araçá.

1. Bate-Papo

NARRADOR: *Sebastião Coelho*

O povoado Bate Papo está localizado na margem direita do Paraná do Aranapú, logo próximo ao encontro com o rio Solimões. Sua localização em área de várzea alta onde há a ocorrência de caída de terra está relacionada com a mobilidade geográfica das casas e com a dispersão das famílias. Politicamente o povoado integra o município do Uariní, mas devido a sua localização geográfica, os moradores recebem assistência do município de Fonte Boa, como acontece com os demais povoados da região que estão geograficamente distantes da sede municipal, a cidade de Uariní. Os povoados mais próximos de Bate são o Barroso, no rio Solimões, o Maguari e o Gororoba, no paraná do Aranapú.

Em 1993, a população local era de 25 pessoas que estavam distribuídas em cinco casas, todas pertencentes ao mesmo grupo de parentela, a família Coelho. A religião predominante dos moradores era o catolicismo. As atividades econômicas estavam centradas na pesca, seguida da agricultura voltada para o cultivo de pequenas roças de mandioca, e na criação de gado em pequena escala, e de pequenos animais, que funcionavam como uma poupança, pois as famílias podiam vender esses animais em situações de crise financeira. Em Bate Papo não havia escola, mas havia um curso de alfabetização que era ministrado por Clóvis Fernandes Coelho, e as aulas aconteciam na casa dos moradores. Em termos de assistência médica a população não contava com um posto de saúde ou com agente de saúde. O atendimento médico era buscado nas sedes dos municípios mais próximas, Fonte Boa e Uariní.

De acordo com as informações de Sebastião Coelho, a história de Bate-Papo teve início no ano de 1961 quando seu pai Gaudêncio Coelho, que morava em um povoado situado numa ilha o Paraná do Ferro, que ficava próxima a entrada do paraná do Aranapú, resolveu procurar outro lugar para morar. Ele escolheu o Aranapú porque já conhecia a região, e sabia da fartura de pescado que lá havia e da existência de terras boas para plantar e criar gado. No local escolhido ele construiu sua casa onde ficou residindo com os filhos. Passados alguns meses após a chegada da família de

Gaudêncio Coelho, outras famílias que também moravam no Paraná do Ferro se juntaram a ela formando assim um povoado com cinco casas.

“Nós morava lá do outro lado do Solimões, no paraná do Ferro. E de lá nós viemos se mudando, até chegar aqui. Depois que chegamos aqui, foi que ficamos” (Sebastião Coelho, Bate-Papo, 29.09.93).

Pelos cálculos realizados por Sebastião Coelho, seus pais residiram neste local por cerca de dezessete anos, pois quando eles saíram do Paraná do Ferro para formar o primeiro Bate Papo, ele estava com 18 anos. E quando as famílias mudaram as casas para outro local, formando o segundo Bate-Papo, ele estava com 35 anos.

“Eu já tinha meus 18, 20 anos, por aí. Até os 35 anos, ficamos lá no primeiro Bate-Papo. Nós moramos uns 15 ou 16 anos. Depois foi que mudamos para cá” (Sebastião Coelho, Bate-Papo, 29.09.93)

A decisão de mudar o povoado para outro local surgiu quando a terra localizada em frente ao povoado começou a cair e as famílias se sentiram ameaçadas, pois havia o risco de destruir as casas, as roças e as plantações de banana. Assim, elas decidiram escolher um outro local para estabelecer o novo povoado, onde a terra era mais alta e, aparentemente, não estava sujeita às grandes alagações ou a caída de terra. Outro fator importante era a localização geográfica das casas próximas do lago Aranapú, o que facilitava o acesso das famílias para realizar a pesca, ou controlar as atividades de pesca no lago, principalmente quando realizadas por pessoas que não pertenciam ao povoado.

“Era um local bonito, em uma área que não caía e ficava na beira de um lago e a terra era alta. Então nós escolhemos aqui para morar porque era mais conveniente. Nós tinha uma criaçãozinha e então a terra era melhor, não alagava todos os anos. Nós também plantava, mas depois que eu comecei a criar um gadinho, aí deixei. Ficou só para criação mesmo” (Sebastião Coelho, Bate-Papo, 29.09.93)

A mudança da família de Gaudêncio Coelho para o novo Bate-Papo ocorreu em 1978. Lá foram construídas quatro casas, mas algumas famílias que residiam no primeiro povoamento decidiram mudar para a cidade de Manaus. No novo povoado Gaudêncio fez um campo grande para a criação de gado, e um pequeno sítio para o

cultivo de árvores frutíferas. Mas em 1993, alguns anos depois, os moradores de Bate-Papo estavam convivendo novamente com a ameaça da terra caída, e uma grande faixa de terra que estava situada em frente ao povoado, com cerca de duzentos metros de extensão, já havia caído. O fenômeno se tornava mais acentuado por ocasião das grandes cheias.

Em outubro de 1993 a terra tinha parado de cair, mas ainda persistia a ameaça de voltar a cair.

“Parou de cair. Caiu durante uns tempos. Mas existem certas coisas, me ensinaram lá um remédio pra fazer, um remédio para colocar lá na beira com casco de tartaruga (para a terra parar de cair). E sempre nós fizemos e parou de cair. Eu sei que parou de cair.. Aquilo caiu bem uns 200 metros. Caiu para dentro. O plantio caiu todo: jambeiro, cacauero, coqueiro, tudo caiu. Mas agora parou de cair” (Sebastião Coelho, Bate-Papo, 29.09.93).

Apesar da ameaça da terra caída os moradores não estavam pensando em procurar outro local para morar porque o local é farto. Caso a terra voltasse a cair eles seriam obrigados a procurar outro local para fixar sua moradia, mas permanecendo na várzea.

“Aqui é um lugar que é bom de tudo. Por aqui tem poucos igual. É bom para morar, é tranquilo. Eu não tenho plano de sair daqui. Só se não der certo, se houver um descontrole. Enquanto não, a gente vai se aguentando por aqui mesmo” (Sebastião Coelho, Bate-Papo, 29.09.93).

No Bate-Papo não havia uma organização comunitária, e Sebastião Coelho era o representante dos moradores, por ser descendente dos fundadores do lugar. Sob sua orientação os moradores estavam desenvolvendo um trabalho de preservação de lagos com um trabalho sendo realizado nos lagos Maguari e Araçá.

Ao longo dos anos os moradores estavam acompanhando as mudanças que estavam acontecendo no ambiente que havia alterado a paisagem do lugar e também a oferta de recursos naturais. O paraná do Aranapú, por exemplo, havia sofrido algumas transformações causadas principalmente pela terra caída, e que estavam aumentando a sua largura. De forma poética Sebastião Coelho fala sobre a maneira como percebe essas transformações,

"Depois que furou aí desse lado passou a cair muito a terra e enlagueceu. E hoje é o rio Aranapú, que antes era só essa volta e agora é largo. Onde antes era o rio, hoje é lago. Onde era lago, agora é o rio. A natureza faz e desfaz tudo bem feito. Então, em muitos cantos muda assim de uma coisa para outra" (Sebastião Coelho, Bate-Papo, 29.09.93).

Em 1993 as pessoas sentiam que a produção de pescado havia diminuindo ao longo dos anos, mas ainda consideravam o Aranapú como um lugar farto, bom de morar.

"A produção daqui sempre dá pra gente se manter com o peixe. A gente vive mais de pesca mesmo. Então ainda dá pra gente se manter. Não é mais todo o tempo, porque o peixe tá ficando mais difícil e a gente não pode mais confiar assim só na pesca. Tem que plantar ou criar. Como eu, moro aqui, tenho minhas criaçãozinha. Às vezes quando tá aperreado vende uma e desaperta, e vai passando. Agora ninguém pode é vender tudo (...). Dá trabalho (o gado) na época da cheia, mas a gente tem que ter o trabalho porque sem o trabalho nada se adquire. Então a gente tem que ter o trabalho" (Sebastião Coelho, Bate-Papo, 29.09.93).

2. Maguari

NARRADOR: *Firmino Alfaia, Deborah Lima (Belém).*

O povoado Maguari estava localizado no interior do paraná do Aranapú, em área de várzea baixa. Em 1993 havia 5 casas e 32 moradores, de Firmino Alfaia e das filhas Sidomar, Jovem e Luciana, e do filho Norato³³. Os moradores eram católicos e tinham o Divino Espírito Santo como padroeiro, e em sua homenagem eram realizados festejos. O povoado pertencia ao município do Uariní, mas como a sede do município ficava muito distante os moradores buscavam assistência na área da saúde junto à prefeitura

³³ Segundo Deborah Lima, "em 1995 tinha apenas seis grupos domésticos, encabeçados por Seu Firmino Alfaia, o narrador do histórico do Aranapú. Além da casa de Seu Firmino e sua esposa Dona Clotilde, as outras quatro são dos seus filhos, Sidomar, Jovem, Norato e Luciana. A sexta casa, recém-construída, era de Mateus, "um novato" que marcava sua condição pelo fato de ainda não ter feito roça" (LIMA, 1995 - notas de campo).

de Fonte Boa. Isso significava que os moradores poderiam ter seu domicílio eleitoral neste município, sendo uma maneira de garantir a assistência recebida.

A principal atividade econômica das famílias era a pesca, seguida da extração de madeira que também gerava uma fonte de renda alternativa. A atividade agrícola estava voltada para o cultivo de pequenas roças de mandioca, para a produção de farinha visando atender ao consumo doméstico. No povoado não havia prédio escolar, mas eram realizados cursos de alfabetização sob a responsabilidade da professora Maria Pereira Alfaia, com as aulas sendo ministradas em sua própria casa. Na área da saúde, os moradores não possuíam posto médico ou agente de saúde. Nos casos de emergência eles procuravam atendimento médico nas cidades de Fonte Boa ou de Uariní.

A história do Maguari começa no início da década de 30 do século XX quando Januário Pereira e a esposa Maria da Conceição Alfaia, que residiam no povoado de nome Araçá localizado no mesmo paraná do Aranapú, decidiram procurar outro local para morar e fundaram um lugar que recebeu o nome de Maguari. Inicialmente havia apenas a casa de Januário Pereira, e com o casamento dos filhos novas casas foram sendo construídas. No entanto, o povoado não prosperou ao longo dos anos, pois os filhos de Januário foram se dispersando, buscando outros locais para residir e o único que permaneceu no Maguari foi o Firmino Alfaia. Na época da pesquisa ele era o patriarca do local, pois o povoado estava formado por ele e pelos filhos casados que moravam em suas próprias casas³⁴.

Segundo informações coletadas por Deborah Lima (1995), "Maguari era o nome de um lago que ficava acima do atual assentamento, muito farto de peixes e pássaros. Quando a terra arrombou, mais ou menos na década de sessenta, o lago virou rio".

No presente, como no passado, a fartura de recursos naturais encontrada no Aranapú principalmente do peixe, atrai muitas famílias e pescadores de outras regiões. Assim, apesar do isolamento este é o principal fator que mantém as famílias residindo nessa região.

³⁴ Firmino Alfaia morreu alguns anos depois da realização da pesquisa e sua esposa Clotilde assumiu seu papel na liderança do grupo social. Decorridas algumas décadas não houve um crescimento do número de casas, e o número de moradores permaneceu...

"Aqui é o melhor lugar que tem para morar por causa da produção (...). Para outros cantos não tem pescador para pescar o peixe assim na beirada, nos lagos. Então é pra cá que tem. Tanto faz os pescador de peixe para vender, como os peixeiros mesmo. Esses motor (barcos) de pesca a maior parte (...) sabe disso. Para onde eles vêm? É pro Aranapú, onde tá dando o peixe. É só aqui. Nos outros cantos é ruim até para comer. Pode ir ali no Solimões que até para comer é ruim, já tá arruinado para negócio da comida. É por isso que nós ainda não saímos daqui. Onde produz mais é aqui nessas mediações" (Firmino Alfaia, Maguari, outubro de 1993).

Apesar da fartura do lugar, as famílias que habitam os diferentes povoados não permanecem muito tempo num mesmo local. Elas realizam uma mobilidade geográfica na paisagem e junto com a paisagem. Os fatores que causam esta mobilidade são principalmente ambientais como a terra baixa que é inundada mesmo nas cheias menos severas; o processo de assoreamento associado à formação de praias que provoca o isolamento dos povoados; e a terra caída que obriga os moradores a mudarem as casas constantemente.

Os moradores do Maguari, ao contrário dos moradores de Bate-Papo, convivem com um intenso processo de assoreamento do paraná no trecho localizado logo em frente ao povoado, com a formao de praias que aos poucos se transformam em ilhas. Em 1993 estava completando seis anos que as pessoas haviam mudado suas casas para um local situado mais próximo das margens do paraná porque havia surgido uma praia ou "lombada de terra", para usar uma expressão local na frente do povoado, e que deixou as casas distantes tornando difícil o acesso até a gua. Era a segunda mudança das casas que os moradores realizavam.

"O primeiro Maguari, fundado na década de trinta, tinha a mesma localizao do atual povoado [...]. O segundo ficava rio abaixo e, em 1993, havia retornado ao lugar original". (Deborah Lima, 1995. Notas de Campo)

"Aqui nós morava l para dentro. Morava l atrás e aí saiu aquela lombada de terra e nós passamos para cá. Agora já t criando outra terra de novo e nós vamos passar mais para a beira. Essa é a segunda" (Firmino Alfaia, Maguari. Outubro de 93).

O tempo de formao de uma lombada de terra varia de acordo com a amplitude da alagao e com o tempo que a água permanece sobre a terra. Pela experiência dos moradores, em média, a cada sete ou dez anos vai ocorrer uma mobilidade espacial das casas.

“Basta umas duas alagações grandes. Antes nós encostava o barco lá naquele barraco ali (distante uns 100 m das margens), e olha agora a terra onde já está. No outro ano que vem ela já vai estar da altura dessa aqui (...). Basta um repiquete mesmo que dê pra alagar aquela terra e ela vai ficar da altura dessa aqui. Tudo é assim, vai aumentando” (Firmino Alfaia, Maguari, outubro de 1993).

Para estas famílias fazer e desfazer as casas é um ato que se tornou constante em suas vidas de morador da várzea. O tipo de material utilizado na construção das casas que é a madeira, as telhas de alumínio, de zinco ou palha, permite que as famílias se desloquem de um local a outro levando na bagagem não apenas seus instrumentos de trabalho e bens pessoais, como também a própria casa. O simples fato de possuir uma casa que pode ser reconstruída em outro lugar é um fator de extrema importância na hora de decidir uma mudança.

A distância do atual Sítio Maguari para o local do primeiro é de quase três mil metros. No primeiro povoamento foram realizadas algumas benfeitorias como o cultivo de árvores frutíferas, que é um importante indicador de ocupação humana e do tempo de existência de um povoado. Percebe-se na fala do narrador um saudosismo quando se refere às plantações que são deixadas para trás ao mudar o povoado de lugar.

“As plantações ficam lá pra dentro. Tem um goiabal lá dentro que foi nós que plantamos” (Firmino Alfaia, Maguari, outubro de 1993).

Os fatores ambientais dificultam a fixação das pessoas nos povoados. Aquelas que permanecem geralmente possuem uma relação histórica com o lugar, ou seja, descendem dos primeiros moradores, e já investiram muito trabalho na construção do lugar.

“Tem muitos que vêm para querer morar aqui, mas não se dá aqui. Eles já fizeram casa, já arrancaram e já foram embora. Têm umas famílias que tão morando ali que já tão querendo ir embora, pois diz que a terra é baixa e alaga muito fundo” (Firmino Alfaia, Maguari, outubro de 1993).

Segundo Firmino Alfaia, uma das dificuldades encontradas em trabalhar em terras baixas está na impossibilidade de fazer grandes roças de mandioca e produzir farinha para a comercialização.

"Às vezes a gente roça um bocado e quando chega no tempo de desmanchar, que é nove meses a roça da varja, aí a água vem e não dá tempo de amadurecer. A gente planta pouco porque é o que a gente dá conta de arrancar" (Firmino Alfaia, Maguari, outubro de 1993).

Para superar essas limitações as pessoas procuram recorrer a diversas estratégias no período das grandes cheias, tentando salvar suas plantações e até mesmo os bens que possuem em suas casas.

"Nessa alagação, os meninos (filhos casados) moraram na cumeeira das casas. Mas não saíram. Eles já disseram que só saem daqui se eu for embora, aí não fica nenhum também. Mas eu não tenho vontade de sair daqui para outro canto. Quando a gente morrer, muda de canto, mas enquanto não" (Firmino Alfaia, Maguari, outubro de 1993).

Embora a mudança para outro lugar fosse uma possibilidade que estava sendo considerada pelos moradores devido aos fatores ambientais referidos acima, Firmino Alfaia estava consciente de que poderia encontrar muitas dificuldades em outros lugares que o obrigariam a retornar para a várzea. No seu entendimento o retorno simbolizaria um fracasso. Firmino se baseava na experiência de outras famílias que tentaram se estabelecer em outros locais ou na área urbana, mas acabaram retornando. Na sua concepção, uma vez que se deixa um lugar é para não voltar. Ele também citou como exemplo algumas famílias que migraram para os núcleos urbanos, Tefé e Alvarães, e que no período do verão retornavam para o Maguari, ou outros povoados vizinhos, para pescar e fazer roças.

"Pra mim sair daqui e não dar certo por aí, e voltar de novo, já fica feio pra mim. Portanto, sair por aí e ficar aperreado com esse monte de filhos (...). Tem muitos que já foram daqui, tudinho que morava por ali pra cima. Moravam ali embaixo também, um era cunhado meu. Foram embora tudinho, mas vem tudo é pra cá sempre. Só fazem é se mudar, mas a pescaria, eles tão pescando tudo é pra cá. Eles vem pescar aqui, passam umas duas ou três semanas e depois vão embora. Quando pegam vão embora" (Firmino Alfaia, Maguari, outubro de 1993).

Esta avaliação negativa da saída de uma família e o seu retorno para o mesmo lugar também é reforçada por sua própria experiência, pois no passado Firmino havia mudado com a família para o Samauma, um povoado que estava localizado no paraná do Panauã, próximo do Aranapú. Lá Firmino tinha alguns parentes, o que

explica a escolha do lugar para morar. Mas ele morou pouco tempo e retornou ao Maguari alegando que “[...] não me dei prá lá não. Era muito ruim”. Um lugar é considerado ruim quando não há fartura de peixe e quando alaga muito.

Em 1993, a fama de fartura que a região do Aranapú adquiriu estava sendo ameaçada como alertava Firmino Alfaia ao apontar algumas mudanças que estavam ocorrendo na oferta de certos recursos naturais. O extrativismo de forma descontrolada era a principal ameaça constatada pelo narrador, principalmente no que se referia à pesca, cuja abundância de uma variedade de peixes ajudou a construir a fama de fartura tão característica do lugar.

“Tem caído um bocado, fracassado porque é muito perseguido. Às vezes a gente quer guardar de um canto, mas os outros não querem e quando sai um daqui já vem outro de lá e aí fica tudo ruim pra gente, pois quando é no tempo do peixe ficar preso eles botam tudo pra fora” (Firmino Alfaia, Maguari, outubro de 1993).

As espécies apontadas como mais procuradas pelos pescadores e mais difíceis de serem capturadas foram o pirarucu e o tucunaré. Segundo Firmino, “*na época dos mais velhos*”, o pirarucu era o peixe mais pescado porque tinha melhor preço. A produção era vendida para os patrões, os comerciantes, que exportavam para outras regiões. O peixe liso não era valorizado como no presente.

“Naquele tempo (o peixe liso) dava dinheiro, mas era pouquinho e ninguém se interessava matar. Tinha muito, mas ninguém se interessava matar porque o preço era muito fraco (...). Um pai vendia pros patrões dele que moravam no Solimões. Chamava-se Antonio Felino, morava num lugar chamado Palheta³⁵. Era comerciante, tinha comércio em terra e tinha motor. Ele vinha até aqui pegar a produção. Era só ele de freguês aqui” (Firmino Alfaia, Maguari, outubro de 1993).

Os produtos mais valorizados pelo mercado eram principalmente os de origem animal como as peles de alguns animais como jacaré, onça e lontra e as carnes de algumas espécies de peixe que eram vendidas salgadas e secas.

³⁵ Povoado extinto.

"Só o pirarucu e a pele de jacaré que naquele tempo tava dando dinheiro. Era só o que nós produzia (...). Depois que esse patrão foi embora para Manaus, aí nós mudamos de patrão também. Ficou o Chico Lopes que morava no Envira, e depois foi embora pra Tefé. Eles compravam tudo, desde a borracha, peixe, pele de jacaré, pele de onça, lontra. Tudo isso eles comprava. A onça era mais difícil pra cá, mas lá pra cima tinha muita, pois atacava o pessoal pra lá. Agora lontra tinha muita, mas hoje ninguém mata mais, não compram mais a pele" (Firmino Alfaia, Maguari, outubro de 1993).

Dos padrões e dos povoados acima referidos, e que são extintos, Firmino Alfaia lembrava vagamente. Tanto o povoado Palheta quanto o Envira, ambos localizados no rio Solimões, serviam como pontos de referência no sistema de barracão para as famílias que moravam nos povoados mais próximos. A extinção desses povoados está relacionada a fatores ambientais e também sociais. O Palheta estava localizado em área de várzea onde havia a presença da terra caída. Ele deixou de existir quando as famílias se dispersaram.

"Porque começou a cair a terra e eles se mudaram mais para baixo. Caiu de novo e aí eles saíram de uma vez e foram embora. O patrão também saiu e acabou tudo" (Firmino Alfaia, Maguari, outubro de 1993).

O Envira também se extinguiu, mas os fatores não foram apontados ou lembrados pelo narrador.

"O lugar ainda existe, mas não mora ninguém. É capoeira agora. Foram embora todos os moradores de lá. Uns se mudaram para baixo, ali para o Macuapani. Mora um bocado ainda aí" (Firmino Alfaia, Maguari, outubro de 1993).

Os moradores de Maguari estavam iniciando um trabalho de preservação de lagos que estavam localizados próximos ao povoado. Dentre estes lagos estão o Araçá, o Volta Grande, o Ressaca, o Vergina, o Cacuri, o Mungubal, o Murubaú, o Apuí, o Pote, o Palhal e o Comprido. Com o trabalho de guardar os lagos, os moradores conseguiram diminuir as atividades de pesca realizadas por pescadores de outras regiões.

"Agora não vem mais tanto peixeiro. É bom porque fica mais peixe para os moradores. Até algum tempo vinha um pescador de Tefé que "teimava" em pegar bicho de casco, iaçá, até que deixou" (Firmino Alfaia, Maguari, abril de 1995. Entrevista realizada por Deborah Lima).

3. Pentecostal

NARRADORES: *Oswaldo Pinho (Tefé), Mário Cavalcante (Tefé), Firmino Alfaia (Maguari)*

Em 1993, o Pentecostal estava localizado próximo ao encontro do Paraná do Aranapú com o rio Japurá. Devido a essa localização o povoado já foi conhecido no passado como Boca do Aranapú.

“Quando eu conheci, tinha duas casas, mas (era) lá dentro. E a gente só chamava Boca do Aranapú. Aí em frente (do povoado) não tinha essa ilha. E aí foi criando praia, foi criando capim e hoje a a terra firme. A (terra) antiga a longe” (Mário Cavalcante, Tefé).

“Antes, o pessoal morava lá dentro na restinga. Tem um cacual grande aí dentro (...) na restinga onde moravam (...). É o mesmo nome daqui. Aí eles foram se mudando porque a beira do rio foi ficando longe, assim como ali no Japão. O Japão não é lá atrás? E ali naquela praia num já formou uma ilha? Daqui a mais um tempo eles já vão a morando lá na beira” (Oswaldo Pinho, Tefé).

Na época em que foi realizada a pesquisa não conseguimos realizar entrevistas com os moradores de Pentecostal porque nossa viagem a campo coincidiu com a época da pesca de verão, momento em que os homens se ausentam durante vários dias. Como os moradores de Pentecostal ainda não haviam aceitado as atividades que estavam sendo realizadas pelo Projeto Mamirauá, nossa entrada no povoado não foi possível porque as lideranças locais estavam ausentes e as mulheres se recusaram a conversar conosco. Assim, as informações que obtivemos sobre o povoado foram fornecidas por um ex-morador que por coincidência se encontrava no povoado visitando seus parentes, e por outras pessoas que conheciam uma parte da história do povoado. As entrevistas foram realizadas dentro do barco que utilizávamos naquela ocasião para fazer o deslocamento entre os povoados. Portanto, não foi possível ter acesso a informações mais detalhadas sobre a história do povoado, ou sobre a organização do grupo social naquele momento.

De acordo com as informações obtidas nas conversas com os narradores, alguns moradores que residiam no Pentecostal em 1993 pertenciam a família Alfaia, como é o caso de Hilda Malafaia, cujo patriarca era Manoel Alfaia. Eles eram ex-moradores do antigo povoado Araçá, de onde saíram para formar um lugar que ficou conhecido como

Boca do Aranapú. Somente anos mais tarde é que o povoado recebeu o nome de Pentecostal, quando houve a conversão dos moradores a uma seita evangélica. Mas a maioria dos moradores havia chegado na segunda metade dos anos oitenta ao povoado.

"Só essa família mais velha do Manoel Silva é que mora aqui há mais de 50 anos. Tinha uma família Batista que também morava aqui e foram embora pro Copeá. Aí ficou o Manoel Silva e depois foram surgindo os filhos, os netos. Isso aqui era grande. Olha a casa de força (casa que abriga o motor gerador de eletricidade) onde está³⁶. O tanto de casa que tinha pra lá (onde está a casa de força), tinha pra cá (lado oposto da casa de força). Tinha 23 famílias e aí pessoal foi saindo. Teve o Garcia que a em Tefé, o Chico Victor. Todos moravam aqui" (Osvaldo Pinho, Tefé).

Sobre a época em que essas 23 famílias moraram no povoado Boca do Aranapú existem poucas informações.

"Isso era... Eu calculo mais ou menos, porque foi na época que o Antonio Simão Neto foi prefeito de Maraã. Foi no tempo dele que botou essa instalação de luz. Deve tá com uns 14 anos. Depois dele já veio o Manoel Soares. Eles passaram uma base de uns 14 anos, quase, morando aqui" (Osvaldo Pinho, Tefé).

Como prova material da existência desse primeiro povoamento existe uma plantação de cacau que foi cultivada pelos primeiros moradores. No decorrer dos anos a plantação cresceu com a ajuda dos animais que dispersavam as sementes – como macacos e morcegos.

"Aqui é como no Mamirauá. Ali tem uns castanhal que foi trabalho de morcego. E aí os macacos vão conduzindo, comendo e a vai nascendo. Essa restinga aí só é o puro cacau. Aí os macacos vão levando, vão sujando por aí, e vai nascendo. O cacau é uma coisa que bate na terra nasce" (Osvaldo Pinho, Tefé).

Os moradores de Pentecostal estavam vivenciando os mesmos problemas apontados pelos moradores de Auari, pois reconheciam que já não havia mais a fartura de outrora, principalmente do peixe e dos quelônios. Diante disso os moradores estavam sentindo a necessidade de realizar atividades de preservação.

³⁶ Localizada numa área muito afastada das outras casas, mais para o interior da mata.

“De onde tira que não se põe, acaba. Antigamente eles (pescadores) vinham do Copeá, de Coari. Todos andavam assim que nem cardume de mergulhão atrás dos lagos para pescar. Hoje não se encontra isso. Todos estão assim parados, pescando cada um em seu lugar. Mas agora esse pessoal só querem fazer a pesca predatória. Quando vão pescar num lago que não dá para pegar o peixe fácil, eles querem pegar por meio de *batição*, e aquilo prejudica porque aquele pouco de peixe que fica, se não sossega eles vão embora. Vão para outros cantos” (Oswaldo Pinho, Tefé).

Em outubro de 1993 algumas famílias estavam planejando sair do Pentecostal para outro povoado e até para a área urbana. Isso era visto por algumas pessoas como uma ameaça à continuidade do povoado.

“Aqui também tá acabando, pois já foi embora para mais da metade das famílias. Umás 14 famílias já foram embora daqui. E agora, nada, nada, vai sair umas seis ou sete famílias. Então vai acabar. Agora parece que só tem umas treze casas. Se sair esses... E assim vai acabando aos poucos. Uns vão para Maraã, outros vão para Tefé, Manaus. Tem um rapaz daqui que foi para Manaus para arrumar a mudança. Quando ele voltar já vai de mudança” (Oswaldo Pinho, Tefé).

As causas da saída das famílias geralmente estão associadas a fatores ambientais,

“Morei muitos anos aqui. Uns quarenta e poucos anos eu morei aqui. Depois eu fui para Tefé (...). Eu saí porque a gente pensa assim que tá com 30, 40 anos e mora só numa localidade e não passar daquilo (prosperar). Aí a gente descobre que... Porque o pessoal passa mais de trinta anos pelejando num ramo e não dá certo é porque não tem que dar mais. Aí tem que caçar outro rumo para ver se melhora mais um bocadinho de serviço” (Oswaldo Pinho, Tefé).



Moradora da comunidade de Bate-Papo.

Foto: Edna Alencar





Foto: Walda Marques

Povoados Extintos II

Nessa segunda parte do Capítulo II apresentaremos algumas narrativas sobre a história dos povoados Araçá, Tapiú e Gororoba. Da mesma forma como apresentado no capítulo anterior, embora os narradores tenham mencionado a existência de vários povoados que hoje são extintos nessa área da Reserva Mamirauá, apenas serão apresentadas aqui as histórias daqueles povoados que obtivemos mais informações, em sua maioria fornecida por ex-moradores ou pessoas que conheceram esses povoados. Os demais povoados apenas serão referidos nos textos sobre a história dos povoados atuais.

Trazer alguns fragmentos da história desses povoados é uma maneira de contribuir para conservar a memória das pessoas e desses lugares, tornando acessível o conhecimento de uma parte da história da ocupação humana dessa região. Como veremos, são fatores de natureza social e ambiental que serão determinantes nesse processo de mobilidade da população que vem ocorrendo ao longo dos últimos cem anos nessa região.

Os povoados serão apresentados na mesma sequência em que foram apresentados os povoados atuais, ou seja, numa simulação de uma viagem onde o barco percorre o Paraná do Aranapú em direção ao rio Japurá.

1. Araçá

NARRADORES: *Firmino Alfaia*

Segundo Firmino Alfaia, do povoado Maguari, o Araçá foi fundado provavelmente nas duas primeiras décadas do século XX, pois quando seu avô Manoel Alfaia (cuja referência aparece como sendo um dos ancestrais da família Alfaia e um dos moradores mais antigos do Araçá), chegou ao povoado com sua esposa na década de 20, lá encontrou outras famílias morando. Manoel Alfaia estava migrando da cidade de Parintins, estado do Pará. No Araçá moravam algumas famílias com as quais Manoel Alfaia possuía laços de parentesco, sendo este um dos motivos que o

levou a escolher este local para morar. Como na história dos outros povoados, o parentesco foi um fator importante na escolha deste local para morar. Assim, Araçá era então habitada predominantemente por um mesmo grupo de parentela.

“O pai da minha mãe, Manoel Alfaia, ele era de Parintins. Trouxe de lá a mulher dele. Quando ele chegou aí já tinha moradores (...). Era um primo dele, era Raimundo Ferreira, pai daqueles Ferreirada que morou no Gororoba, mas já morreu. Agora já só mora os filhos dele (...). Tinha oito famílias que moravam aí e tudo eram parente. Era tio, irmãos, tudo era uma parentagem. Depois eles mudaram tudo e foram embora pra Tefé; outros foram mais para cima” (Firmino Alfaia, Maguari).

Manoel Alfaia foi morar no Aranapú porque já tinha informações sobre a fartura do lugar.

“O lugar que mais produz é aqui. Ele veio por causa da produção mesmo. Pra lá era difícil pra ele, e ele era pescador. Aí ele veio pra cá e desde esse tempo foi criando as famílias. Os filhos foram casando e aí já teve nós e nós casamos também e se aguentamos por aqui. Eles é porque morreram, mas nós ainda estamos morando por aqui. Agora os filhos dele (Manoel Alfaia) já se mudaram lá pro Pentecostal” (Firmino Alfaia, Maguari).

Em Araçá, Manoel Alfaia teve seus filhos, e um deles, Maria Conceição Alfaia, casou-se com um migrante de Fonte Boa, da região de terra firme do Tupé, Januário Pereira da Silva, que chegou ao paraná do Aranapú na década de 30. A região onde estava o Araçá era considerada farta em recursos naturais, principalmente o peixe. Além disso, também possuía terras altas, ou seja, um ambiente ideal, segundo os padrões da várzea, para formar um povoado.

“Meu pai botava roça, mas era só para comer mesmo. Às vezes quando alguém não tinha (farinha) e vinha comprar, nós vendia. Mas a maior parte (da farinha) era só para nossa despesa mesmo. Nossa família era grande (...). Hoje só boto (roça de mandioca) só para a despesa mesmo e ainda não dá. Para vender é difícil” (Firmino Alfaia, Maguari, outubro de 1993).

Embora as terras fossem altas e não ficassem muito tempo cobertas pelas águas na época das cheias, havia o problema da seca que ocorria no verão quando o nível das águas ficava muito baixo e tornava difícil a navegação. A cada cheia

aumentava o processo de assoreamento do paraná, e a cada ano que passava o canal ia fechando até chegar o momento em que o povoado ficou totalmente isolado durante o verão. Com isso aumentaram ainda mais as dificuldades dos moradores para terem contato com os barcos dos comerciantes que percorriam a área vendendo mercadorias e comprando a produção dos moradores. Aos poucos as famílias começaram a abandonar o povoamento para buscar lugares onde não ficassem isolados, onde tivessem condições de vender sua produção e também ter acesso as mercadorias industrializadas.

“Eles se mudaram porque ficou *feio*. Daqui para chegar na restinga, na terra onde eles morava, era uma boa distância já. Porque saiu muita terra na frente (...). L nasceu parece que 17 lombadas de terra, para chegar na beira do rio onde está hoje. A terra foi saindo e eles foram se mudando também. Aí viram que não tinha mais condições de morar e saíram (...). Fechou tudo, formou um lago e uma ressaca. E acabou tudo. Até o rio terminou” (Firmino Alfaia, Maguari, outubro de 1993).

Aos poucos as famílias que residiam no Araçá foram se dispersando, cada uma buscou seu próprio caminho.

“Eles se mudaram tudo. Uns foram embora pra Tefé, outros foram mais para cima. Eles se mudaram porque ficou *feio*. Hoje tem um bocado numa comunidade que chamam Gororoba, outros moram já l no Pentecostal. Aquela família que mora l no Pentecostal todos são meus parentes. Lá tem uma irmã de minha mãe, tem meus primos. A Hilda que mora no Pentecostal, morava aí. Ela é irmã da minha mãe. Nasceu aí também” (Firmino Alfaia, Maguari, outubro de 1993).

Com a dispersão das famílias houve a fragmentação dos grupos de parentela, pertencentes principalmente a família Ferreira e a família Alfaia. Algumas famílias mudaram para as áreas urbanas, outras permaneceram na mesma região da várzea do Aranapú, formando novos povoados. Este foi o caso da família de Januário Pereira e Maria Conceição de Alfaia, que permaneceram no Paraná do Aranapú e formaram um novo povoado, Sítio Maguari, no final da década de quarenta. Membros da família Ferreira formaram o povoado Gororoba, como vimos anteriormente no depoimento de Firmino Alfaia.

2. Tapiú

NARRADORES: *Oswaldo Pinho (Tefé), Firmino Alfaia (Maguari)*

As informações que obtivemos sobre o povoado de nome Tapiú são poucas, pois não conseguimos depoimentos de nenhum ex-morador. De uma maneira geral os dois informantes que conheceram o Tapiú afirmam que este povoado existiu na mesma época em que existiu o povoado Maguari. As semelhanças entre os dois povoados remetem, ainda, à composição do grupo social, pois algumas famílias que residiam no Tapiú haviam residido anteriormente no povoado Araçá.

As causas da dispersão dos moradores e a consequente extinção do Tapiú são contraditórias. De um lado atribui-se a fatores sociais como a queda na produção econômica que estava centrada na pesca e na caça; e de outro fala-se em causas ambientais, como o fato das terras serem muito baixas, dificultando o cultivo de roças, como acontece nos povoados atuais. Há ainda informações sobre a ocorrência de terra caída e de alagações frequentes. O fato é que tantos estes fatores ambientais quanto os fatores sociais foram os responsáveis pelo desaparecimento do povoado.

"Eles saíram do Tapiú porque não tinha produção, e foram morar na terra firme, no Jubará. E antes de morar aí (no Tapiú) eles moravam na terra firme, no Paraíso, e lá pro (lado) Solimões. Aí baixaram, e ficaram (morando) aí uns tempos. Já tinha um pessoal morando aí. O pessoal do Jubará, que hoje mora no Jubará, morava todos aí no Tapiú. Depois foi que eles foram para terra firme (...). Eles saíram daí por causa da alagação mesmo. Eles queriam fazer plantação, mas não dava, é muito baixo. Uns foram embora para Coarí (no rio) Copeá. E lá se acabou mesmo" (Oswaldo Pinho, Tefé).

"Eles saíram porque começou a cair a terra e eles se mudaram mais para baixo. Caiu de novo e aí eles saíram de uma vez e foram embora. O patrão também saiu e acabou tudo" (Firmino Alfaia, Maguari, outubro de 1993).

De acordo com cálculos realizados com os informantes, a época em que existiu o povoado foi provavelmente na década de oitenta, entre os anos de 1983 a 1988. Os cálculos são baseados nas legislaturas dos prefeitos de Maraã, pois o povoado está localizado na área geográfica deste município.

“Eles moraram aí até antes de Simão fazer essa casa de luz (...). Já faz tempo. A era (ano) eu não tô me lembrando, mas já faz muitos anos. Mais de vinte anos que eles saíram daí” (Oswaldo Pinho, Tefé).

O povoado Tapiú chegou a ter mais de vinte casas, um número grande para os padrões de povoamento da época. De acordo com os narradores, várias famílias que residiram no Tapiú se dispersaram entre vários povoados e também para a área urbana.

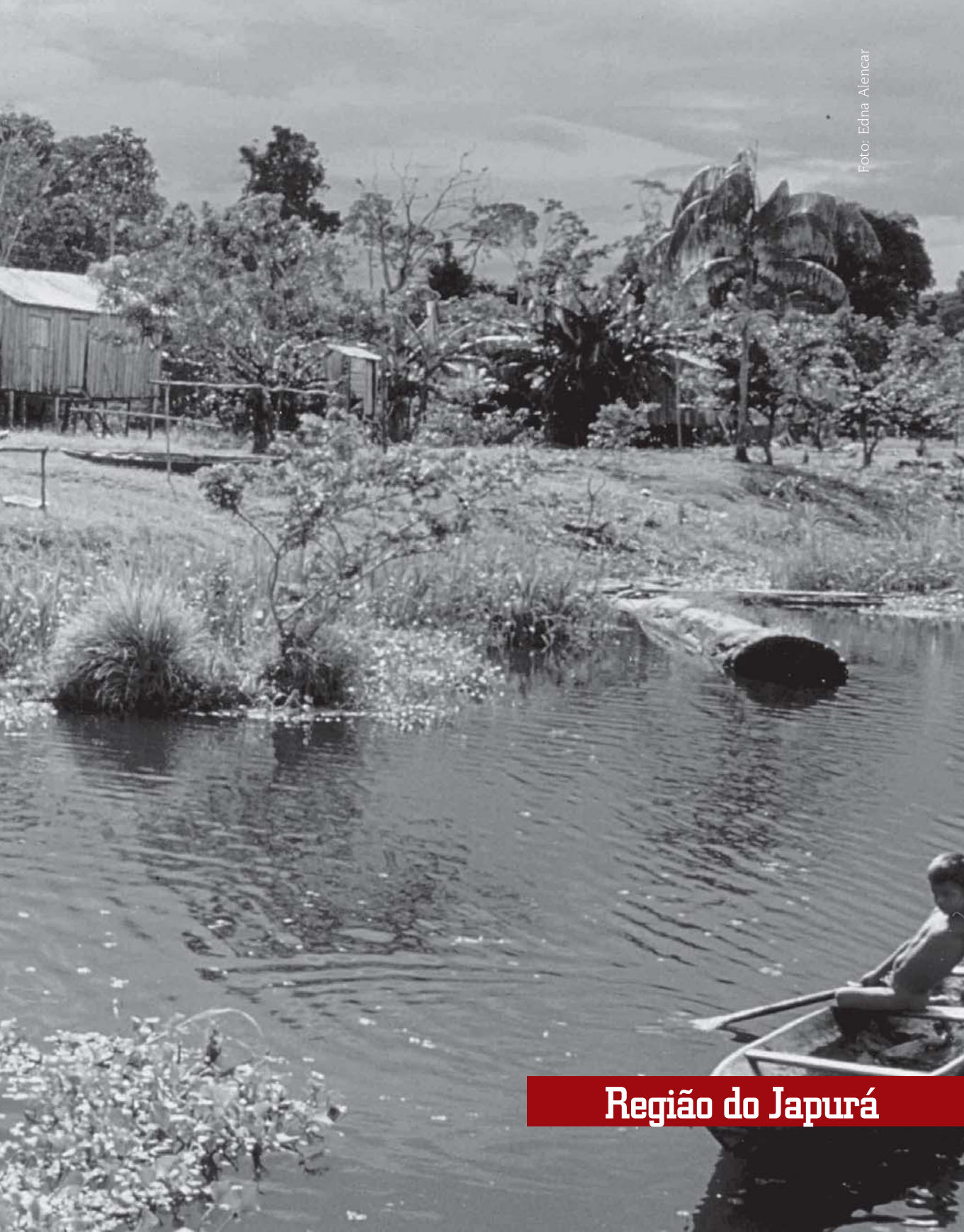
“Eu acho que era umas vinte e poucas famílias. Até no (povoado Boca) Mamirauá já tem gente que morava aqui. Não tem aquele Chico Bezerra que mora lá? Ele era daqui do Tapiú. Ele foi para Jubará e de lá que ele foi para o Mamirauá. Uns baixaram para Tefé, outros foram para a Barreira das Missões” (Oswaldo Pinho, Tefé).



Foto: Mercês Bezerra

Comunidade de Maguari, Arapapú.





Região do Japurá

Neste capítulo sairemos do Paraná do Aranapú e continuaremos a viagem pelo rio Japurá, parando no paraná do Jarauá e no cano do lago Mamirauá, que está localizado próximo ao encontro do rio Japurá com o Solimões. Nesse percurso conheceremos a história dos povoados que existiam nessa região do rio Japurá em 1993, como Jarauá, Nova Colômbia, Santa Luzia da Liberdade, Vila São José, Boca do Mamirauá e São José. Também conheceremos a história de povoados antigos que já desapareceram como o Português, os povoados Prainha e a Vila Armando Pina, que estavam localizados na ilha do Meio; e a Colômbia Velha, situada logo após a entrada do Paraná do Munuã. Por fim, vamos retornar ao rio Japurá e visitar os povoados Pirarara e Sítio do Promessa.

No histórico dos vários povoados é possível observar uma intensa mobilidade das famílias, que se realizava entre povoados que estavam no mesmo ambiente, e também a extinção de povoados. Tanto a mobilidade de famílias quanto a extinção dos povoados foram provocados por fatores de ordem ambiental, principalmente a terra caída e a formação de praias que fecharam os canais e isolaram os povoados, quanto por fatores de ordem social. A extinção de um povoado ocorre quando há a dispersão de todas as famílias que abandonam definitivamente o lugar, já a mobilidade ocorre quando há a mudança do lugar das casas para outro local, mas permanecendo dentro de um mesmo território. A mobilidade pode ser para um local distante do rio, quando há a terra caída ou uma mudança para outra margem do rio, e o novo povoado pode permanecer com o nome do anterior, ou receber um novo nome. A permanência do nome está relacionada com a continuidade do grupo social.

Na região do Japurá podemos observar que algumas famílias realizaram uma intensa mobilidade entre os povoados dessa região em intervalos de tempo, às vezes muito curto. O processo de mobilidade é influenciado por fatores ambientais tais como a existência de terras altas que não fossem facilmente inundadas durante as cheias anuais; a procura por terras cuja localização geográfica permitisse o fácil acesso ao rio principal no período da seca, evitando assim o isolamento das famílias; e, por fim, a existência de terras com muitos lagos que fossem fartos em recursos naturais, principalmente o pescado, e ricas em madeira de lei.

Como fator social que se destacou no processo de formação, de estabilidade e até de extinção de povoados está a existência de uma estrutura de apoio para as atividades

econômicas fundadas no extrativismo, representada pelo barracão controlado pelos comerciantes locais, os patrões, que dominaram o comércio desta região num determinado período. No início do século XX, a vida das famílias que formavam esses povoados girava em torno dos comércios dos patrões que controlavam as atividades de pesca e de extração da borracha (seringa e sorva) que ocorria nas áreas de terra firme, para onde levavam alguns moradores desses povoados para realizar trabalhos extrativos, quando ocorria a entressafra do pescado. Os povoados onde estavam localizados os barracões desses comerciantes aos quais as famílias estavam vinculadas como *fregueses* eram elementos importantes para a fixação dos domicílios. Dentre os patrões mais influentes dessa região estão o Isaac Ambrósio³⁷ e o Benedito Ramos, que tiveram residência e controlaram a produção e o comércio dos povoados localizados na região Japurá³⁸ compreendendo também os povoados situados dentro do Jarauá e em vários paranás que davam acesso ao rio Japurá, alguns se comunicando com o rio Solimões. A área de abrangência do comércio desses patrões atingia parte do atual território da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, com freguesia espalhada pelos povoados localizados ao longo do paraná do Coraci, do rio Piratãima, do paraná do Amanã e dentro do Lago Amanã (ALENCAR, 2007; ALENCAR, 2008). Outros patrões que também foram influentes nessa região e que tiveram fregueses na região da RDSA foram o José Martiniano, o Milton Nogueira e o Januário Gama, cujo comércio estava sediado no povoado Boca do Mamirauá. Sua freguesia estava espalhada pela região do baixo Japurá, do paraná do Coraci, do rio Piratãima, do rio Tambaqui, e do Lago Amanã. Por fim, havia os patrões cujos comércios estavam sediados na área urbana como o Manoel Gonçalves, de Alvarães, para referir apenas aos mais influentes na época, que fazia o aviamento de alguns dos patrões acima referidos.

As histórias dos povoados atuais e extintos estão estreitamente vinculadas porque no decorrer do processo de mobilidade as famílias que formaram um determinado povoado e que possuíam estreitos laços de parentesco, geralmente procuravam

³⁷ Alguns narradores afirmaram ser Isaac Ambrósio de nacionalidade turca, e outros o definiram por sua religião, como judeu, mas dando a entender que estavam falando de uma nacionalidade.

³⁸ Dentre estes povoados estão alguns povoados que hoje se encontram na área da Reserva Amanã, alguns deles já extintos.

manter a coesão do grupo social inicial. Por isso, é frequente encontrar as mesmas famílias de um mesmo grupo de parentela realizando uma mobilidade que, num primeiro momento, é marcada pela dispersão, quando cada família busca um lugar em particular, mas que em outro momento podem se juntar para dar forma a um único povoado. Portanto, no processo de migração as relações de parentesco aparecem como um fator preponderante na escolha do novo povoado para fixar moradia, além de fatores ambientais já referidos anteriormente.

A história do povoado Jarauá, por exemplo, está estreitamente relacionada com a história de povoados extintos como Vila Armando Pina, Prainha, Portugal, Tucuxi, Colômbia Velha e Nova Colômbia. E também com a história de povoados que existem no rio Japurá, localizados às proximidades da entrada do paraná do Jarauá, como Putiri, Pirapucú, São Francisco, Betânia, além de povoados antigos que existiram na área conhecida como Paraná do Cururu.

O processo de mobilidade das famílias que residiram nesses povoados ilustra muito bem a saga que realizavam na busca por melhores condições de vida, na busca sem fim por locais para estabelecer residência e trabalhar, que estivessem menos sujeitos às mudanças ambientais tais como a terra caída, a formação de praias e as enchentes anuais. A presença desses fatores ambientais, somados aos fatores sociais, tem levado à extinção de vários povoados nos últimos cem anos.

Os narradores recorrentemente referem-se à fartura existente no Jarauá para onde se deslocavam no período da safra para fazer as feitorias, locais onde eram feitos os acampamentos de pescar ou para tirar madeira. Vários desses acampamentos de pesca onde faziam feitoria deram origem a pequenos povoados.



Foto: Edna Alencar

Comunidade de São Raimundo do Jarauá – Dona Quincas com seus netos.

1. São Raimundo do Jarauá

NARRADORES: Antonio Bezerra, Evilásio Marques, Jorge de Castro, Maria de Lourdes Marinho, Fernando de Castro Marinho, Mário Cavalcante (Tefê), Dona Quincas (Firmina Marinho), Eliane Castro, Manoel Daniel, José Medeiros (São Benedito do Cauaçu), Manoel Mendonça, o Duca (Santa Maria do Cururu).

O povoado São Raimundo do Jarauá está localizado no interior do paraná do Jarauá, margem direita do rio Japurá, próximo à entrada do paraná. Situado em terras de várzea inundada, os moradores do povoado convivem com as constantes cheias dos rios, que acontecem durante o inverno. Jarauá pertence ao município do Uariní, mas  assistido pela prefeitura de Alvarães.

Em 1993, os povoados mais próximos eram Nova Colômbia, Novo Pirapucu, Betel, Nova Betânia e Putir, estes últimos localizados na margem oposta do rio Japurá. A populao do povoado era de 101 pessoas, formando 17 famílias, que estavam distribuídas em 14 casas. As principais atividades econômicas dos moradores era a agricultura e a pesca. Eles faziam o plantio de mandioca para a fabricao da farinha, milho, melancia, cultivo da banana, entre outros. Os produtos mais vendidos era a farinha de mandioca e a banana, ambos comercializados diretamente em Tefé ou

Alvarães. Às vezes, alguns compradores, também conhecidos como “marreteiros” e “bananeiros”, iam comprar a produção diretamente dos produtores.

A pesca e a extração da madeira eram consideradas atividades complementares à produção agrícola. A pesca era realizada mais intensamente no verão, quando ocorre a safra de espécies mais valorizadas, como o pirarucu e o tambaqui. De acordo com alguns moradores, a pesca já tinha sido uma importante atividade para a população local, mas com a escassez do pescado, principalmente do pirarucu, a produtividade reduziu muito.

Em São Raimundo do Jarauá existia uma escola de primeiro grau que funcionava na casa comunitária que foi construída em 1983 pelo prefeito Ranolfo Litaiff. Cerca de 18 alunos cursavam a 1ª e a 2ª séries, com idades entre 7 e 16 anos. A professora era Maria de Lourdes Marinho Araújo. Antes de ser construído um espaço para servir de escola as aulas eram realizadas na casa dos moradores. O primeiro professor foi Antonio Daniel de Carvalho, contratado pelos pais dos alunos para ensinar o alfabeto e aritmética. No início dos anos 90 foi construída uma igreja, e o padroeiro da comunidade passou a ser São Raimundo, festejado em 30 de agosto quando foi criada a organização comunitária. Antes era festejado São Sebastião, santo de devoção de Dona Quincas, a matriarca da família Marinho, e uma das moradoras mais antigas do povoado. Com relação à saúde, não existia posto de assistência médica. Em casos de doenças os moradores recorriam ao agente de saúde de Nova Colômbia, Robertino, responsável pelo atendimento dos povoados daquela área. Os casos mais graves eram encaminhados para tratamento em Tefé.

A presença de moradores no local onde está o povoado São Raimundo do Jarauá remete às primeiras décadas do século XX. Os moradores mais antigos que tivemos notícias são da família Mendonça, o Isidoro Mendonça, seus pais e irmãos, que habitavam em duas casas. De acordo com Manoel Mendonça, o Duca, do povoado Santa Maria do Cururu, quando ele nasceu no povoado Jarauá em 1925, seus avós já eram moradores do lugar.

“Foi em 25 que eu nasci. Meus avós morava aí. Depois parece que se abandonaram, o marido dela, né, da minha avó. O nome dela era Jacinta. Aí meus pais moravam aí também nesse lugar que morava o Zezão (José Cordeiro). Que o lugar deles era um

pouco mais acima da comunidade que é agora. Aí que nós morava. Aí minha mãe me teve lá. De lá, com poucos anos papai criou asas, avoou. Andava pra cá, andava pra colá, aí não tinha lugar certo. Com a idade de 10 anos nos já morava ali no Putiri. Com idade de dez anos” (Manoel Mendonça, Santa Maria do Cururu, 2007).

“Eu vim do Juruá. Cheguei pra cá no ano de 1935 e eles já eram morador aqui mesmo, no Portugal. Naquele tempo não tinha gente aqui como tá agora. Isso aqui só tinha duas casas, um comerciante que era um judeu, Isaac Ambrósio. Ele era comerciante, vendia de um tudo, e comprava tudo que aparecia, pirarucu, tudo o que aparecia. E tinha outro morador mais ali da família Mendonça e era só. E daqui não tinha mais morador, só tinha lá dentro mesmo. Ele morreu e depois os filhos foram embora. Ainda resta um. Não sei se tá em Tefé, não sei onde que ele tá, onde que ele mora, é Jacó” (Raimundo Daniel, Jarauá).

Segundo Firmina Marinho, também conhecida como Dona Quincas, existiam ainda outras três casas, cujos moradores ela não conseguiu recordar o nome. Quando ela conheceu o povoado, as casas dos Mendonças ficavam no local onde estava a casa de José Cordeiro, Zezão, em 1993.

“A mãe do Isidoro Mendonça morava aqui onde é a casa do Zezão (José Cordeiro). E aí o Isaac Ambrósio morava lá bem também, esse que tinha a fazenda de gado. Ele morava bem ali onde é a roça do primo dele. Ele morava aí. Dai passou-se, de lá foi indo, foi indo e o velho (Isaac) caiu doente. Foi se acabando tudo o que ele tinha. Os filhos com medo de morrer foram embora tudo. Lá chegou o Benedito Ramos que tinha a casa de comércio aqui. A casa de comércio que acabou tudo. Aí chegou o Domingos Ramos também com tanto gado e comércio. Aí foi se acabando tudo. De lá ficou só esse Vicente Matos que ainda tem aqui a família dele. Moravam no Tucuxi e na alagação acabou tudo. Depois passaram pra cá e agora tá dentro desse barraco que eles levantaram. Não me lembro em que ano foi isso” (D. Quincas – Firmina Marinho, Jarauá, abril de 1993).

A família Mendonça fazia criação de gado, mas quando os pais de Isidoro Mendonça adoeceram, o gado teve de ser vendido para pagar o tratamento. Após a morte de Isidoro Mendonça, os filhos foram embora para um local ignorado. Depois da família Mendonça, chegou a família de Isaac Ambrósio, comerciante muito conhecido na região.

“Eu conheci o Jarauá desde 53. Na época morava lá o Isaac Ambrósio. O comerciante era ele só. Agora tinha os fregueses dele que regateavam lá pra dentro. Mas lá na boca tinha pouca gente. Tinha umas quatro casas. Era mais porque tinha o armazém de

pirarucu, armazém de sal, a casa de residência, a loja. E tinha umas quatro casas de fregueses” (Mário Cavalcante, Tefé).

“De morador mesmo que já morou na boca do Jarauá era o Isaac Ambrósio. Depois morou o Benedito Ramos. Eu já mariscava por lá e de patrão por aí era só ele, Isaac Ambrósio. A produção eu trazia pra fora. Os outros é que vendiam pra ele, mas tinha pouquinho gente. Depois, deve tá fazendo uns três a quatro anos que o Jarauá começou a ser habitado” (José Medeiros, S. B. Cauaçu).

“Jarauá era conhecido também como lugar de produção no tempo do Isaac Ambrósio. Chamavam esses lagos assim era de lago de salga. Porque o Jarauá, tem o rio aí vai repartindo assim pras bocas dos lagos. Eles moravam aí mesmo. Papai trabalhou muito aí. Eu me lembro daí bem. Aí nessa época era só era duas casas: era a do Papai, a nossa, e do velho Isaac Ambrósio. Ficava uma perto da outra. Eu calculo que era uma distancia como dali onde é a casa comunitária, aquela casa que faz festa aí na frente. Só duas casa. A nossa casa era aí aonde hoje é a casa da Lídia, no fim da comunidade (...). Aí pra cá pra baixo era a casa do velho Isaac. Era um barracão monstro! Era grande, coberto de zinco. Era na ribanceira assim, a beira da frente. Depois foi caindo a terra. Ele tinha gado, tinha tudo quanto era xerimbabo. Aí depois ele colocou gado, aí eles se desgostaram de lá. Foi por isso que nós saímos. Porque colocou gado. Aí acabava com nossas planta tudo” (Pedro Mendonça, São Francisco do Cururu).

Segundo Osvaldo Frazão, que morava no povoado Santa Luzia da Liberdade, quando ele tinha 18 anos de idade chegou a trabalhar dentro do Jarauá, onde o Isaac Ambrósio tinha um barracão,

“Eu pescava por aí tudo, mas de poucos dias. Nós ia até no Samauma³⁹, onde tem um lago. Era o lugar do Januário Martins, que tomava conta do lago. Tinha três casa lá” (Osvaldo Frazão, Sítio Santa Luzia da Liberdade).

Naquela época havia muita fartura e o comércio de Isaac Ambrósio era movimentado. Ele comprava muito peixe e também vendia diversos produtos, principalmente as “estivas” (gêneros de primeira necessidade como açúcar, café, etc.). Era também criador de gado e chegou a possuir uma grande fazenda com mais de 300 cabeças.

³⁹ Povoado extinto, localizado dentro do Jarauá, mas sobre o qual não se tem muitas informações.

"Comprava pirarucu e jacaré. Nesse tempo o comércio de jacaré era franco. Naquele tempo era só a pele, a carne jogava fora, não tinha quem comprasse. E hoje jogam fora a pele e vendem a carne..." (Mário Cavalcante, Tefé).

"Teve um tempo aí que a onça dava muito nesse tempo. Ele (Isaac Ambrósio) tinha um galinheiro que seguramente era do tamanho dessa casa aí da Terezinha. Aí entrava peru, entrava picote, era pato, era galinha era tudo. Cheio, cheio aquilo. Aí um dia que o velho tava pra viagem, que ele viajava. Tinha um motorzinho, né? Ele viajava, aí ele saiu e ficou só ela com os meninos, o Jacó, o Zé Ambrósio, o Fortunato, a Sarita, a Raquelita e a Riquita. A velha mulher dele era Maria, chamava de Maricota pra ela. Ela era cearense parece. Ele era judeu. Ai nesse tempo nós tava lá em casa e papai tava pescando aí pra dentro, que de primeiro a pesca de pirarucu era ai mesmo, no poço em frente da comunidade. Aí ele tava pra lá. Ele foi de dormida aí pro lago. Não to lembrado se era pro Tucuxí ou era pra essa ressaca ai da Campina. Aí ficou só nós em casa. Quando foi de manhã cedinho a mamãe saiu pra fazer o café, que nós tinha roça assim pra trás que nós tava roçando lá. Aí chegou o Fortunato de lá: - Dona Alexandrina a mamãe mandou chamar pra senhora ir lá com ela. Ai a mamãe - O que será que a Maria quer comigo? Ela gostava muito da Mamãe. Ai - Vam'bora lá, que nós não deixava a mamãe, era pegado com ela. Ai nós fumos embora. Nesse tempo nós era tudo pequeno. Aí nós fomos por terra que era começo do verão. Parece que era bem mês de julho, agosto. Nem sei o mês que era. Aí quando nós chegemos lá a velha tava lá chorando. - "Ah minha mana" que ela chamava minha mãe de minha mana, que elas era comadre de fogueira. Naquele tempo o pessoal passava fogueira. Ai ela disse: - Maninha espie o que a onça fez no meu galinheiro. Maninha o estrago chega tava por ali. Era pato, era galinha, era peru. E não era pouco. - Comadre eu mandei te chamar que é pra tu me ajudar a tratar pra nós salgar. Ai ela: - Maria mas o que que foi? - Foi onça Maninha". Não deixou uma pra contar a história! Ai elas se passaram, o tacho chega já tava no fogo com água pra escaldar. - "Vão lá em casa acabar de arrumar as coisas". Ela disse pra finada Nazaré. - "Vão pela canoa se não a onça pega vocês". Que era o caminho assim por terra. Ai ela foi embora pra lá e a mamãe ficou pra ela ajudar. Ai acabaram de tratar, ela ia salgando, as filhas dela ajudando, com todos os filho. Ai um ia tratando, outro retalhando, e ela ia salgando. E essa Sarita ia cuidando do almoço. Eu sei que ela deu parece que três peru pra Mamãe, cinco pato e fora as galinhas que tinha. - "Chega Maria, pra quê que eu quero isso? Vai é estragar". E olha o montão de carne que ficou em cima do tendal!" (Pedro Mendonça, São Francisco do Cururu).

O declínio do comércio de Isaac Ambrósio é atribuído a várias causas. Uma versão fala de causas sociais, conflitos familiares, e também de causas ambientais. Por ocasião de uma cheia, 1953, Isaac Ambrósio perdeu grande parte do gado, principalmente o

que havia sido transportado para Portugal, um povoado que não existe mais. Com a falência do comércio, a família de Isaac Ambrósio foi embora do Jarauá e vendeu o comércio para outro patrão.

“Morreu em 53, eu fui levar ele. Benedito Ramos me chamou pra levar o velho pra Alvarães, pra ser enterrado. Aí levei pra sepultar em Alvarães porque não tinha terra por aqui em parte nenhuma. A enchente de 53 foi muito maior que essa (de 1993). O resto debandou-se tudo. Ele era judeu, mas a mulher era da região. Tinha duas filhas, uns quatro filhos, que acabaram ligeirinho com o que o velho deixou. O velho vendeu os terrenos pro Benedito Ramos, mas ficaram com dinheiro e aí acabaram tudo. O motor (barco) botaram no fundo, começaram a brigar...” (Mário Cavalcante, Tefé).

“Benedito Ramos, que morou depois, comprou de Isaac Ambrósio. Ele tinha comprado o comércio do velho Ambrósio, o terreno (...). Aí ele fez tudo, fez casa, barracão grande. O comércio dele era grande. Ele tinha fregueses por toda parte. Geralmente ele tinha uma ‘alvarenga’ no porto de 50/60 toneladas. Tinha dois motores. Quando tinha produtos pra carregar ele comprava borracha, comprava pirarucu, comprava o produto que aparecia. A borracha era dessa área daqui do Japurá, do Solimões. O Benedito Ramos comercializava a borracha porque o motor dele ia até lá no alto Japurá. Quando tinha carga pro batelão, o motor ia levar pra Manaus. Manifestava em Tefé e ia embora pra Manaus. Ele ganhou dinheiro aqui. Ele comprava borracha, pirarucu, era pele de fantasia, pele de jacaré, pele seca (...). Pele de onça, maracajá, queixada. Pele seca era queixada, caititu; e fantasia era onça, maracajá, lontra e ariranha. Ele botava o motor pra ir pro alto Japurá, dava a volta, quando chegava que juntava tudo, carregava o batelão e ia embora pra Manaus” (Mário Cavalcante, Tefé).

Com a família de Benedito Ramos também vieram outras famílias – a de Vicente Marques, que vinha do extinto povoado de Tucuxi e a família de Raimundo Rodrigues. O comércio de Benedito Ramos continuou até os anos 70, quando a produção começou a entrar em declínio. A saída de Benedito Ramos do Jarauá sinalizou o fim da era dos patrões.

“Ele começou em 53 quando o velho (Isaac Ambrósio) morreu. Foi a água baixar e ele começou a fazer os galpões e ficou até se candidatar. Eu acho que foi em 60 que ele ganhou a primeira eleição. Porque ele mudou-se pra Tefé e logo que ele mudou houve uma eleição e ele candidatou-se a vereador. Quando foi eleito não chegou nem a assumir, e então foi marcada essa eleição aí pra Maraã e Japurá, Caitaú. E aí ele candidatou-se e ganhou. Ele não voltou mais. Aí ele abandonou, vendeu as casas por besteira (preço muito baixo) pra fregueses que tinha saldo.

Pagou o saldo com as casas. Também o que eles ficaram devendo, não pagaram mais (...). O gado ele retirou todo. Foi pra Tefé. O que prestava pra abater, matou; e o que não restava pra isso vendeu, trocou. Trocava uma vaca pra dar cria por um garrote” (Mário Cavalcante, Tefé).

Da família de Vicente marques existem atualmente apenas os descendentes no Jarauá. Os filhos de Raimundo Rodrigues, após sua morte, foram embora. Segundo alguns narradores, Jarauá ficou reduzida a um isolado onde residia somente a família de Vicente Marques. O local onde a família de Vicente residiu não mais existe, pois as terras caíram.

”Jarauá hoje não produz mais nada, mas já produziu demais. O meu motor era do tamanho desse (Ajurí) eu fazia uma viagem em dez dias. Cansei de ir pra Tefé e voltar pra levar o resto do produto. O barco pegava três toneladas, então em dez dias eu voltava pra pegar mais produto. Às vezes eu só trazia produto do Jarauá. Os produtos de fora do Jarauá não pegava porque o motor não aguentava. E isso era só eu, porque tinha outros compradores. Tudo dependia da oportunidade, pois do jeito que eles vendiam pra um comerciante vendia pra um pescador. E do jeito que comprava do pescador vendia pro comerciante. Se o preço interessasse, ele vendia o que tivesse, a produção que tivesse ele vendia pro marreteiro” (Mário Cavalcante, Tefé).

”As pessoas pararam de andar por lá porque a produção acabou. Tinha muito pirarucu aí, peixe-boi, tudo matavam e há quatro anos já não dava mais nada. O pessoal enchia o motor de sal e ia pra lá, nada! O Jarauá tava morto! Os peixeiros deram de entrar lá e acabou. Quatro, cinco peixeiros entrando naqueles lagos da boca pra dentro do rio e acabou” (José Medeiros, S. Cauaçu).

Na época em que estas famílias que residiam na Prainha foram morar no local onde hoje está o povoado Jarauá, encontraram poucos moradores residindo.

”Isso aqui era uma fazenda. Tinha muito gado aqui. Depois quando nós viemos para cá, aí já era só uma mata bruta de novo. Não tinha mais gado. A casa que existia aqui era essa do José Cordeiro e essa do Samuel com o Evilásio. Os pais deles morreram e o resto dos irmãos deles tão tudo ali pro lado do Maraã; outros tão não sei pra onde” (Fernando de Castro, Jarauá).

”Nesse tempo só tinha parece que eram cinco casas, quer dizer, duas casas, que era essa aí e do filho dele, que morava pr’ali, bem ali abaixo daquele ancoradouro velho. E eles já foram embora e ficou o lugar desocupado e aí se passemos pra cá. Esse

peçoal já queria formar essa comunidade aí. Nós morava ali, no Portugal, dali nós viemos pra cá de novo (...) porque ficava muito feio o caminho no inverno. O cabra remava que “Deus” o livre. Quando ficava na cheia tinha uma baixa assim que carecia botar ponte pra passar por cima, e eu não tive mais condição de morar aí. De lá passamos pr’ali pra praia do meio, Prainha, mas tava ficando muito feio. Eu saí porque eu não tinha mais pra onde ir mesmo, e tava caindo, tava caindo e eu vim embora pra cá, aí meus filhos saíram tudo de lá e eu também saí. E até agora tem sido bom aqui, todas as quatro famílias se colocaram aqui e só ficou mesmo eu e o velho e um netinho que eu tenho” (D. Quincas, Jarauá).

Um dos primeiros moradores a chegar de São Raimundo do Jarauá, e que ainda morava em 1993, foi José Cordeiro. O lugar onde construiu sua casa ficava distante da casa de Vicente Marques, e é o local onde hoje está o povoado. Em 1985 chegaram algumas famílias procedentes de Prainha, um povoado que estava localizado na Praia do Meio, rio Japurá: Fernando Castro e os pais, Manoel Daniel e Firmina Pinho (Dona Quincas); Antonio Daniel de Carvalho e o pai, Percílio Correia Carvalho; e Arnaldo Carvalho. Estas famílias saíram de Prainha porque a terra começou a cair.

“Porque lá a terra caiu, acabou com o que tinha. Até o canto onde estava a nossa casa a terra levou tudo. Acabou. Aquilo era uma praia assim, né. Primeiro secou a praia, depois foi caindo mesmo a terra alta onde nós morava e aí nós se mudamo pra cá. Depois veio esse peçoal que tá todinho aqui. Moravam lá na Prainha. Eles moravam primeiro lá, quando eles moravam lá eu não morava, morava no Portugal. Depois que eu vim pra lá aí começou a terra a cair, primeiro lá onde nós morava. O primeiro que saiu pra cá fui eu, e aí a terra continuou a cair. Aí eles saíram tudo, acharam que pra cá era melhor né? Aí atravessaram. Sim, que lá era mais gente, né, agora foi dividindo ali, uma parte foi lá pra Nova Colômbia; a outra parte veio pra cá. Pra cá veio só a família mesmo. Aqui tudo é parente só. Veio parece que cinco famílias. Primeiro fui eu, Fernando Castro, depois o Antonio Carvalho, depois o Percílio, o Manoel Daniel que é casado com a minha mãe, Firmina Marinho (D. Quincas); o quinto foi o Luis de Castro, meu irmão, que já foi embora pro Marajá no Solimões. Ele morou uns três anos aqui mais ou menos. Depois é que já veio mais outros moradores atrás. Depois já foi chegando aos poucos. Veio meu irmão Jorge Castro, e duas sobrinhas minha que casou aí. Ele veio dali de dentro, do Tucuxi, logo depois que eu cheguei. Outros que chegaram foi o Evilásio Marques Barbosa, que morava mais ali embaixo no Jarauá, aqui pertinho. Também veio o Raimundo Castro que morava no Tucuxi, veio de lá por causa da escola pros filhos. Quem chegou aqui por último foi o agente de saúde, o Antonio Bezerra, que veio da Nova Colômbia” (Fernando de Castro, Jarauá).

Quando a família de Fernando de Castro chegou em Jarauá, iniciou uma criação de porcos, pois sua casa ficava isolada das outras famílias que já residiam no local. Mas à medida que foram chegando novos moradores e a comunidade foi crescendo, não foi mais possível continuar com a criação devido ao surgimento de doenças que afetavam principalmente as crianças.

Além das famílias que residiam no povoado Prainha, também mudaram para o Jarauá famílias que residiam no povoado Portugal, que estava localizado à margem direita do Japurá.

“De lá já veio esse morador novo, esse meu irmão, Raimundo Rodrigues. Ele morava lá no Portugal onde nós morava, depois passou pra cá. Nos morava tudo lá, ele passou pra cá daí esteve uns 4 ou 5 anos por aí, ele e o genro dele. Mas debandaram todos, foi embora todos porque ele morreu e a família foi embora pra outro lugar. Daí ficou só, esse lugar aqui, sem ninguém morar. E de lá já veio o Jorge fazer casa. Ele morava nessa Praia do Meio, Prainha. O primeiro que veio foi o José Cordeiro, Zezão dali do Juruá. Ele veio com uma porção de gente, as pessoas dele já passaram pro Manacabi e ele ficou aí sempre. A mulher deixou ele e ele não largou o lugar, daí ficou aí sozinho. Ficou ele e essa filha que mora bem aí. Antes dele só quem tinha era o Lazaro e o sogro dele. Fazia tempo que eles vieram pra cá. Nós veio (de Prainha) porque foi aumentando a terra caída, sustando tudinho” (Fernando de Castro).

Como vimos, do povoado Tucuxí, situado no Jarauá de Cima, chegaram os irmãos Jorge de Castro e Raimundo Castro, porque queriam colocar os filhos na escola. Um dos últimos moradores a chegar foi Antonio Bezerra e a esposa Maria de Lourdes Marinho Araújo, que moravam na Nova Colômbia.

Com a chegada das famílias procedentes de Prainha, no início dos anos setenta, Jarauá praticamente renasceu. A maioria dessas famílias estava à procura de terras mais altas e férteis, que ficassem em áreas piscosas onde pudessem pescar e comercializar sua produção. Dona Quincas, ex-moradora da Prainha, começou a realizar as festas para celebrar São Sebastião, em 20 de janeiro. Ele foi temporariamente o padroeiro local.

“A festa de santo padroeiro da comunidade é São Raimundo. O padroeiro daqui era São Sebastião, mas trocaram. Desde Portugal que era ele, que era festejado. Todos os anos eu festejava. Não passava um ano, 20 de janeiro. Depois passaram pra São

Raimundo. Também não mandei mais rezar pra São Sebastião, porque eu não tenho uma casa que preste” (D. Quincas, Jarauá).

Dona Quincas festejou São Sebastião durante alguns anos, mas como Nova Colômbia também festejava São Sebastião como seu padroeiro, os moradores de Jarauá acharam que uma festa estava prejudicando a outra. Foi realizada então uma reunião para a escolha de um novo padroeiro que ficou sendo São Raimundo Nonato, festejado em 30 de agosto.

“Mudaram de padroeiro porque era da Colômbia, que é o mesmo santo. Mas tanto festejam na Colômbia, como festejavam no Portugal. Todos os anos, metade do povo ia pra lá, e metade não ia, por isso que trocaram porque era duas festas só num tempo só. Mas quando eu morava no Portugal que eu tinha casa pra festejar, não me importava de festejar. Quem quisesse ir pra lá ia. Festejava por causa de promessa” (D. Quincas, Jarauá).

No ano de 1986 foi criada a organização comunitária, e o povoado recebeu o nome de Comunidade de São Raimundo do Jarauá. A primeira diretoria foi formada por Antonio Daniel de Carvalho, presidente; Jorge de Castro, vice-presidente; Fernando Pinho de Carvalho, tesoureiro; Raimundo Castro, primeiro fiscal e Manoel Monteiro, segundo fiscal. Em 1989 houve nova eleição para mudança da diretoria que ficou assim constituída: Fernando Pinho de Castro, presidente; José Cordeiro, vice-presidente; Raimundo Nonato Candido, secretário; Aldete Monterio, secretária; Evilásio Marques e Manoel Monteiro, fiscais; Maria Luzelene Lima, catequista e Antonio Daniel de Carvalho, professor. No ano de 1991 foi realizada nova eleição, pela primeira vez por voto direto, que escolheu a seguinte diretoria: Fernando Pinho de Castro, presidente; Antonio Martins da Silva, vice-presidente; Raimundo Nonato da Silva, primeiro secretário; Eliane Lima de Castro, segunda secretária; Evilásio Marques Barbosa, tesoureiro; Jorge Ferreira, primeiro fiscal; Raimundo de Castro, segundo fiscal; Manoel Monteiro, terceiro fiscal. Em 1993 foi eleita uma nova diretoria, tendo Antonio Bezerra como presidente, Fernando Pinho de Castro, vice-presidente; Eliane Lima de Castro, secretária; Raimundo Nonato da Silva, tesoureiro; Jorge Ferreira, Raimundo Castro e Manoel Monteiro como fiscais.

Outro fato importante foi a criação do Clube de Mães em 1988, tendo Lúcia de Castro como a primeira presidente e Maria de Lourdes Marinho como vice-presidente.

O Clube procurou realizar alguns trabalhos visando melhorar as condições de vida de suas associadas. As mulheres realizavam trabalhos de mutirão para a construção de roças, fazer artesanato de barro, principalmente louças. Este artesanato era vendido em Tefé. Um dos objetivos do Clube de Mães era construir uma sede própria para a realização de cursos profissionalizantes, corte e costura, artesanato e montar uma pequena confecção. Com o dinheiro obtido na venda do artesanato seriam compradas as máquinas de costura, tecidos, etc. As confecções seriam vendidas para as outras comunidades, a preços mais baixos. Em 1993, o Clube estava desativado por falta de participação das associadas.

Os fatos mais marcantes da vida da comunidade geralmente estão associados às cheias. Em 1989 ocorreu uma grande cheia que causou muitos problemas para as pessoas porque as águas cobriram as roças de mandioca, destruíram as plantações de banana, causando muitos prejuízos. O período de seca que se seguiu a esta cheia foi de muitas dificuldades e escassez de alimentos. As pessoas pescavam para vender o peixe e comprar farinha e gêneros de primeira necessidade. Para plantar as roças, elas tiveram que buscar a maniva em outros locais.

Outro fato importante na história de São Raimundo do Jarauá refere-se à atividade de preservação de lagos iniciada em 1987, sob a orientação do irmão Falco Michiels, da prelazia de Tefé. Este trabalho tornou-se necessário diante da situação de escassez de pescado que a população da região estava vivenciando. Segundo os narradores mais antigos, até o início dos anos 70 havia muita fartura na região. Havia muita tartaruga, iaçás e peixes de várias espécies, principalmente o pirarucu, peixe-boi, tambaqui e tucunaré. As pessoas não precisavam se deslocar para áreas muitos distantes para realizar suas pescarias, e ainda escolhiam o tipo de peixe que queriam comer. Só pescavam os peixes maiores, dispensando os pequenos.

"Nesse lugar aquilo era tartaruga e peixe-boi que não dava trabalho pra matar, agora tá nessa condição... Mudou devido aos próprios peixeiros. Olha que é peixeiro que não para, por isso vai acabando os graúdos e passando pros miúdos que agora não se vê quase peixe pra se comer. Antes podia sair aqui nesse igarapé, aqui mesmo não dava trabalho de ir pra longe... Pirarucu pescador matava aqui nesse estirão mesmo, mas agora... Tudo era farto mesmo, peixe-boi, pirarucu, tartaruga que tem demais. O tucunaré como tinha outros peixes melhor, né, a gente nem ligava muito pra esse peixe. Tambaqui, que tinha desconforme, a gente não ia longe pra pegar tambaqui não..." (D. Quincas, Jarauá).

A escassez estava assim associada à atividade predatória realizada pelos “peixeiros” que realizavam pescarias com redes malhadeiras, “facho” e outros tipos de material predatório. Segundo os moradores, os peixeiros acabaram com o peixe graúdo, e estavam acabando com o peixe pequeno.

“Pirarucu aqui na beira desse rio era o que tinha demais, e hoje em dia não se encontra mais né. Tem, mas já é difícil um pouco” (Dona Quincas – Firmina Marinho, Jarauá).

“Acabou de uns cinco anos pra cá. Aí, não tanto os moradores daqui, como os de fora que vem e levam tudo. O ano passado, parece que foi o ano passado, veio pescador de Tefé de levar oito sacas dessas de 60 kg costurada na boca, daí ia assar aquele tanto assim. Se há dez anos atrás ainda se encontrava muito peixe e ‘bicho de casco’. Hoje as crianças não conhecem mais esses bichos” (Fernando de Castro, Jarauá, março de 1993).

“Eu me lembro quando tinha dez anos era muito farto mesmo, não demorava muito pra nós pegar o peixe, não dava trabalho. Negócio de peixe, bicho de casco, tracajá, tirava era muito aí pra ir vender no porto. Mas agora não sei nem como é ovo mais” (Eliane Marinho, Jarauá).

A caça também era muito farta com mutuns, mergulhões, patos e outros animais que estavam ficando cada vez mais difícil de serem encontrados.

“Diminuiu desse ano passado, que começou assim quando os peixeiros deram de invadir demais, aí foi fracassando e agora está desse jeito. Onde tem malhadeira, facho, rede, o peixe só tem que se acabar” (D. Quincas, Jarauá).

O trabalho de preservação de lagos era realizado no lago Curuçá que foi fechado para a pesca com certos materiais. As lideranças locais estavam realizando um trabalho de conscientização dos comunitários, mostrando a importância do trabalho de preservação.



Moradores da comunidade de Nova Colômbia.

2. Nova Colômbia

NARRADORES: *Esmerando França, Marino Barcos, Robertino Gomes de Souza, Catarina de Souza, João Viana, Zózimo de Souza, Joaquim Andrade, Antonio Bezerra.*

Nova Colômbia estava situada na margem direita do rio Japurá, e as localidades mais próximas eram Jarauá, Novo Pirapucú e Betel. Embora fizesse parte do município do Uariní, Nova Colômbia era assistida pela prefeitura de Alvarães. Cerca de 73 pessoas moravam em Nova Colômbia, formando 15 famílias, que se distribuíam em 11 casas. Na época da pesquisa havia uma escola de primeiro grau com cursos regulares de 1^a, 2^a, 3^a e 4^a séries. Cerca de 17 alunos estavam matriculados, com idade entre 7 e 13 anos. O professor era Lindomar Martins Benchimol. Um posto de saúde foi construído para atender a população local e dos povoados vizinhos. O agente de saúde, Robertino Gomes de Souza, fazia os atendimentos de primeiros socorros, dispondo para isso de um barco da prelaquia de Tefé, para os deslocamentos de uma localidade a outra.

Em 1993, a principal atividade econômica dos moradores era a agricultura, com o cultivo de roças de mandioca, melancia, milho e banana. Os produtos mais vendidos

eram a banana e a farinha de mandioca para comerciantes de Tefé e Alvarães que iam comprar diretamente dos produtores. A pesca, que no passado era uma importante fonte de renda para as famílias, havia diminuído a produção que ficou mais voltada para o consumo. Somente no verão é que existia uma comercialização mais intensa.

A população de Nova Colômbia era católica e tinha como padroeiro São Sebastião, cujas festas eram realizadas em 20 de janeiro. As missas eram realizadas na casa comunitária, sendo que uma vez por ano o padre de Alvarães ia fazer a "desobriga", ou seja, realizar casamentos e batizados. Na ausência deste, as atividades religiosas ficavam a cargo de Lucival Benchimol, Maria dos Anjos Bezerra, Zózimo de Souza, entre outros. Um Clube de Mães havia sido criado para organizar as mulheres em trabalhos comunitários. Em março de 1993, a diretoria estava formada por Catarina de Souza, presidente; Graciela Romão, vice-presidente; Jesine Bezerra, tesoureira e Joana de Souza Viana, fiscal. A primeira mulher a ser eleita como presidente do Clube de Mães foi Maria de Lourdes Marinho. O Clube já havia realizado trabalhos como a plantação de uma roça de melancia e mandioca. O dinheiro arrecadado com a venda da farinha foi investido na compra de materiais de cozinha que eram utilizados na preparação da festa de São Sebastião. Um fogão a gás e uma máquina de costura foram doados ao Clube para incentivar a realização de cursos profissionalizantes.

Um time de futebol, o Clube de Regatas Brasil, era motivo de orgulho da população, e havia sido fundado em 1986 por João Viana, data em que também ocorreu a criação do Estádio da Liberdade, que possuía uma área de 88 m de comprimento por 44 de largura. O C.R.B. já havia ganhado vários troféus e campeonatos. O presidente era Marino Barcos Ferreira.

Nova Colômbia foi formada por algumas famílias que antes moravam no lugar de nome Colômbia, que ficava situado numa ilha à margem oposta do rio Japurá, dentro do Paraná do Munuã.

"Era aí naquela ilha da Colômbia, era no Paraná do Munuã. Fechou e aí uns saíram não sei pra onde e outros, o resto do povo se reuniram ali na Nova Colômbia. Os velhos não tão mais vivos, só os filhos é que tão morando aí na Nova Colômbia. Lá tinha uma porção de casas. Era o mesmo tanto das casas da Nova Colômbia. Moravam tudo juntos" (Joaquim Andrade, Nova Betânia).

A história da mudança começa no ano de 1984, quando algumas famílias decidiram sair de Colômbia para procurar um novo local de moradia, uma vez que estavam encontrando dificuldades durante o verão para coletar água no rio Japurá. As terras eram altas e férteis e as cheias anuais nem sempre alcançavam as casas, mas se isso era uma vantagem no inverno, durante o verão transformava-se num problema porque o paraná secava muito e as casas ficavam muito longe do rio. As pessoas tinham que andar durante mais de uma hora para coletar água.

"A saída dessas famílias da Colômbia Velha é que lá não tinha condições assim de água, de transporte, porque a água do rio secou, que secava tudinho. No inverno dava muita água, mas no verão, Deus o livre, tanto que ficava longe pra cá, como ficava pra lá. A gente andava mais ou menos uma hora, por terra, assim pela mata pra ir buscar água no rio lá fora; ou então pra cá. Mas pra lá era melhor do que pra cá. Era um sofrimento doido. E nós saímos de lá. Foi o jeito. Mas era um lugar bom, alto. Não era toda alagação que alagava a terra. E aqui não, aqui qualquer uma enchente a água tá passando por cima da terra" (Catarina de Souza, Nova Colômbia).

"Nesse tempo que fechou, eu morava lá. E quando fechou o canal, tinha que andar quarenta e cinco minutos pra carregar água do rio. Pra baixo a gente ia pela praia. E pra subir lá, tinha uma estrada pela mata que descia na praia pra chegar no rio" (Antonio Bezerra, Jarauá).

Em Colômbia havia uma organização comunitária, cujo presidente, Esmerando França, decidiu procurar a ajuda do prefeito de Alvarães, Ranolfo Litaiff. A expectativa era que o mesmo auxiliasse as famílias na mudança para um outro local. Esmerando também pediu a autorização do prefeito para as famílias fazerem a mudança do povoado para uma área de várzea situada na margem oposta do rio Japurá. Este procedimento era justificável porque Colômbia pertencia ao município de Maraã, e a área escolhida estava situada no município de Uariní.

"Pra acontecer dessa comunidade vir pra cá, nesse tempo o povo tava necessitado, porque achava que o local não tava dando mais (Colômbia) progresso pra eles. E eu tive pena daquele povo, que eu trabalhava com ele. Eu era o presidente lá (...). Eu falei pro compadre Zózimo e Roberto:

– 'Vocês estão aqui, eu trabalho com vocês, sou presidente da comunidade, mas tô vendo que não tá dando certo pra nós ficar nesse local mais. Aí vocês que decidem uma parada de ficar aqui, mas pra mim não dá pra ficar aqui. Eu vou sair. Vocês é quem

sabe. Se vocês querem eu vou arranjar um local pra nós ir embora daqui. Estou com vocês. Se vocês não quiserem, vocês decidam que eu vou procurar outro lugar, meu destino. Não vou desprezar vocês'. Aí foi o irmão do Robertinho, o Zózimo, disse: – 'Seu Pelé, qualquer hora que o senhor arranjar nós tamos prontos pra conseguir as viagens pra você'. E a Sra. mãe dele, era viva ainda, mãe do Robertinho, disse assim: – 'Há mais tempo compadre Pelé, se você tivesse adquirido mesmo, vamo s'imbora que aqui não tá dando certo mais. Ninguém vai atora (cortar) pé de planta aqui sem ter condições de nada'. E não tinha mesmo. Ranolfo tinha ganhado por poucos tempos e aí cheguei lá, conversei com ele lá no gabinete dele. Pedi que desse uma ajuda, um apoio dessa terra aqui, porque ele era o novo prefeito. Eu sei que pertencia ao Uariní, mas também tinha que comunicar em Alvarães porque eles tinham contatos. Ele foi e disse: – 'Lá não tem ninguém morando que vá complicar?' Eu disse: – "Não tem não, porque tem um moço que vive lá com uma barracazinha, mas ele vive explorando o lago, assim não tá preservando nada, ele tá é explorando'. Ele disse: – 'Se é que você vê que não tem complicação, chegue e pode meter o terçado e se organizarem lá que vou dar ajuda, o que eu puder fazer' (...). Daí chego com o pessoal, faço uma reunião e disse:

– 'O lugar tá arrumado, é alí, chama-se Acácio'. Era Acácio. Hoje em dia tem só o lago com o mesmo nome de Acácio. Daí eles foram e meteram o terçado (...). Aí eu vim, fiz a reunião lá na Prainha. Lá na Prainha nós fizemos seis reuniões" (Esmerando França).

O local escolhido para construir a nova comunidade não possuía moradores, mas havia um barraco de palha de um pescador: Januário Martins. De acordo com Esmerando França, embora Januário Martins dissesse que estava tomando conta de um lago que existe no local para impedir a entrada de "peixeiros", na realidade ele explorava o lago, vendendo peixe para os donos de barcos. Após receberem o consentimento do prefeito, as famílias começaram a planejar a mudança. Eles fizeram uma reunião em Prainha, povoado já extinto, pois várias famílias que lá residiam também estavam querendo mudar. Nessa época Prainha estava vivendo uma situação difícil, pois as terras estavam caindo. Durante a reunião ficou acertado que antes de mudar suas casas, as famílias fariam uma roça de mandioca, pois quando estivessem realizando a limpeza da área, as pessoas teriam o que comer. Assim, cada família limpou uma área onde seria construída sua roça, e plantou mandioca. Quando a maniva já estava pronta para ser colhida, começaram a construir suas casas.

"Aí o pai do Robertinho veio na frente e fez a casa dele, depois vem o sogro dele que faz a outra casa... (...). Cada um limpou um pedaço e plantou maniva. Plantemos aí e

depois fomos construir as casas. Chegamos aqui e arrancamos um pedaço da roça e construímos as casas (...). Fomos arrancando, fizemos a farinha e fomos fazer a casa” (Esmerando, Nova Colômbia).

O trabalho comunitário marcou a vida dessas famílias desde os primeiros momentos. A associação comunitária teve um papel importante na formação do novo povoado, ao trazer as pessoas para trabalharem na limpeza da terra, na derrubada da mata e na construção das casas.

“Nós fazia uma reunião debaixo de um pé de caxinguba, uma árvore muito grande. Aí, aqui atrás tem um lago, pegamos a rede, pegaram peixe, fizemos um moquém e celebramos uma oração, a missa. Depois acertemo tudinho como a gente começava o trabalho. Quando foi na segunda-feira ai a turma pegou no terçado, despiram a mata muito horrível, muito ignorante que tinha aqui. Meteram o terçado (...). Aqui antes só existia um tabocal cerrado, com muito espinho que foi cortado à base de terçado (...). Nós começemo com sete pessoas a trabalhar nesse local. Começemo com sete e terminemo com a maioria, em torno de vinte e duas pessoas só fazendo a limpeza. Isso aqui era um tabocal horrível que a Sra. nem acredita. Nesse campo de hoje, que dá o nome de Estádio da Liberdade, aí tem 88 metros de comprimento por 47 de largura, isso nós fizemos em 90 dias. Ele foi feito logo no início do festejo de São Sebastião que nós começemo a limpar” (Esmerando França, Nova Colômbia).

A primeira casa que foi construída pertencia a Zózimo de Souza que morava na Colômbia.

“Primeiro só veio uma família. Uma família grande do Roberto com os filhos, que era o Zózimo. Eram quatro filhos. Só um já tava casado (...). Não tinha ninguém morando aqui, só um pescador que dizia que era o dono do lago (...) o Januário Martins. Tinha uma casinha e um pé de bananeira e ele dizia que era o dono desse lago. Mas quando o prefeito arranjou (deu permissão para construir a nova comunidade), ele não morava mais. Tinha só uma casinha assim pequenina, só assim pra passar a chuva. Fazia pra tomar conta do lago. Aí ele foi-se embora. Aquele ano ele saiu daí. E veio esse Roberto e fez a casinha dele aí, pra passar enquanto dava água no rio de novo pra poder tirar a casa dele mesmo. Aí ele veio e fez a casa dele, e o filho dele, esse Zózimo, que era casado, fez a casa dele mais ali embaixo” (Esmerando França, Nova Colômbia).

Eles construíram a segunda casa. A terceira casa construída foi a casa comunitária que veio desmontada da Colômbia. Depois chegaram as famílias de João Viana de

Almeida e Esmerando França, da Colômbia. As famílias foram chegando em momentos distintos. Também mudaram para a Nova Colômbia nove famílias que moravam em Prainha e estavam associadas à comunidade. Elas decidiram mudar para Nova Colômbia porque a terra da ilha onde estava localizado o povoado estava caindo. À medida que as famílias iam chegando, aquelas que já estavam estabelecidas ajudavam na construção das novas casas.

"A armação foi assim, cada pessoa escolhia um canto pra construir sua casa. Dai foi crescendo e veio o povo da Prainha também (...). Eles queriam se introduzir com nós na Colômbia porque eles achavam que a administração ia bem, ia dar certo, e nós tinha a atitude de vir pra cá. (Esmerando França, Nova Colômbia).

"Queriam vim pra cá e iam falar com o presidente da comunidade (...). Aí o presidente fazia a reunião (...) reunia os sócios e citava que as pessoas queria vim morar aqui também em Nova Colômbia. Aí perguntava se concordavam, e achavam de acordo ele vim. Aí tudo concordavam e se mudavam, vinham pra cá (...). A comunidade ajudava a fazer a casa; ia buscar a casa de onde tava, né, e trazia tudo junto. Faziam a reunião, tiram aquele dia, e tantas pessoas pra ir buscar a casa daquele, dessa pessoa, e trazia. Quando era no outro dia, alevantavam logo, aprontavam logo. Dentro de três dias, dois, tava tudo pronto, conforme o tanto de pessoa, de homem que ia pro trabalho" (Marino Barros, Nova Colômbia).

A primeira família a mudar de Prainha para a Nova Colômbia foi de Pedrina Almeida Martins. Em seguida, mudaram também o Manoel Brandão, o Roberto de Assis Seabra, o Antonio Bezerra (conhecido como Antonio Velho), o Arnaldo Carvalho e Pedro Cileiro de Brito. A família de Marinos Barcos Ferreira chegou em 1986, seguido de Jorge Marinho e Vítor Romão. Do povoado Jarauá chegou a família de Raimundo Nonato Barbosa. Em 1992, chegou a família de Gerson Frazão, que morava isolado no local por nome Pirarainha, no rio Japurá, sendo esta a última família a chegar em Nova Colômbia. Entretanto, dessas famílias, algumas já foram embora para outros lugares, como as famílias de Antonio Bezerra, Gerson Carvalho e Jorge Marinho, que foram morar no Jarauá.

Em Nova Colômbia foi mantida a organização comunitária que havia sido formada na Colômbia Velha. A diretoria da Comunidade era composta por Esmerando França, como presidente, e Raimundo Nonato Barbosa, como vice-presidente. Após a chegada das famílias procedentes de Prainha, outros sócios foram incorporados. Em 1984,

Antonio Bezerra assumiu a vice-presidência. Em 1988, foi eleita nova diretoria para a Comunidade, com a seguinte composição: Raimundo Nonato Barbosa como presidente e Lindomar de Almeida como vice. Nesse mesmo ano, Lindomar assumiu a presidência e Antonio Bezerra a vice-presidência. Em 1992, a diretoria foi substituída ficando assim constituída: Sebastião Fernandes, presidente; Honofre de Brito, vice-presidente; Zózimo Gomes de Souza, secretário; Roberto de Souza Coelho, tesoureiro; Victor Hugo Romão, fiscal. Em 1993, a diretoria estava composta por Esmerando França, presidente; Zózimo Gomes, vice-presidente; Robertino Gomes de Souza e Lindomar Martins Benchimol, secretários; Roberto Coelho de Souza e Marino Barcos Ferreira, tesoureiros; Lindomar Martins, Nélio Gomes de Souza, João de Souza Viana, como fiscais. O comitê de pesca está formado por Catarina Souza, Marino Barcos Ferreira, Raimundo Nonato Barbosa e Robertino Gomes de Souza.

A primeira festa em homenagem ao padroeiro do lugar, São Sebastião, foi realizada em 1986. Toda a comunidade participou como festeira. Nessa ocasião, foi inaugurado o gerador de eletricidade, doado pelo prefeito Ranolfo Litaiff, que também patrocinou o conjunto musical que animou a festa. A Câmara de Vereadores de Alvarães também estava presente. Outros bens também foram doados à comunidade, entre eles, um motor de cevar mandioca, fornos de torrar farinha, um motor de popa de 5 HP e outro de 8 HP, como também uma motosserra.

Ainda em 1986 foi iniciado um trabalho de preservação de lagos e de áreas da floresta onde existem árvores para corte da madeira. Este trabalho foi incentivado pelo irmão Falco Michiels, da prelazia de Tefé.

"A Prelazia foi quem deu as grandes idéias pra nós. Ela vinha aqui e fazia cursos com nós. Vinha os padres, vinha irmão Falco que foi um lutador, batalhou por isso (...). Foi o primeiro lutador por isso. Eu acho que ele morreu foi por causa disso, e o pessoal não queria (...). E ele dizia: – 'Olha isso é uma guerra, vocês tem que lutar'. Ele morreu e não deixemo. Aí peguei e botei mesmo pra valer. Que no dia que ele morreu eu escutei bem, que chegou um cara lá e perguntou na rádio como que iam fazer. Aí disseram: – 'Não, o irmão Falco que semeou a semente, vocês não vão deixar...' Nós temos uma luta popular sobre a preservação. É um encontro muito grande que a gente faz por setor. A cada dois, três meses se reúne e a gente vai discutir, a gente vai ver como é que tá. Aí foi estudado esse assunto de comitê de pesca, foi estudado fiscais, foi estudado comissões. A daqui é organizada por Jarauá. Foi assim..." (Esmerando França, Nova Colômbia).

O lago do Acácio foi então escolhido para começar o trabalho de preservação. Somente era permitido realizar a pesca para manutenção da comunidade. Depois, foi escolhido um segundo lago, o Teiú, para a procriação de peixes. Em 1993, a fiscalização dos lagos funcionava com um sistema de turnos, e cada noite a fiscalização é realizada por uma pessoa diferente. Os moradores também realizavam a preservação de madeira, que começou junto com a formação do povoado.

“Desde que nós chegemos aqui começou essa preservação do lago, inclusive da madeira e de tudo (...). Desde que nós passamos a morar aqui, logo com quatro meses fizemos uma reunião sobre o lago que nós tinha que guardar (...). É porque eu pensei na família, porque um presidente de comunidade é mesmo que um pai. Ele tem que pensar no povo. Aí nós tinha os jovens, um jovem desse aí mais tarde precisa tirar uma madeira pra comprar uma roupa. Então pra mim deixar o pessoal de fora vim acabar, o pessoal da comunidade ficava sem nada. Do mesmo jeito era o peixe. Se nós deixasse os peixeiros vir como eles faziam pra trás, quando não tinha ninguém aqui, a gente passava aqui no rio e encostava dois, três peixeiros aí pegando peixe pra vender. Então, acabava tudo. E nós fomo botando em cima. Não era bem guardado porque esse nosso lago tem um defeito, ele tem uma entrada franca. Aí nós não podia dizer que tava bem seguro (...). Agora tá mais fácil, mais tranquilo (...). Quando a gente encontrava eles lá pescando, a gente pedia que eles não viesse mais porque pertencia a comunidade, onde tinha uma quantia de tantas bocas pra se alimentar as pessoas, pequenas e grandes, e daí (do lago), era que tirava pra comer. E eles vinha, levava uma vez; vinha de novo, levava e nós ficava sem nada. Eles sempre vendiam o peixe e nós ficava sem nada (...) (Esmerando França, Nova Colômbia)

Com o trabalho de preservação dos dois lagos houve um aumento da população de peixes, fato este que permitiu o aumento da captura. Entretanto, ainda havia uma escassez de outros recursos e de algumas espécies de peixe.

“Hoje, até mesmo as crianças de dez anos tem certa facilidade de pescar, pois o peixe não desapareceu totalmente (...). Hoje já não se tem mais facilidade de pegar certos peixes grandes, como o pirarucu, o tucunaré, o peixe-boi, o tambaqui e outros. Só se encontra mais o peixe pequeno no verão. Os bichos de casco também já desapareceram. Raramente se consegue encontrar um” (Catarina de Souza, Nova Colômbia, março de 1993).

3. Santa Luzia da Liberdade

NARRADOR: *Oswaldo Frazão.*

Em 1993 o povoado de Santa Luzia da Liberdade estava localizado na margem direita do rio Japurá. Os povoados mais próximos eram Nova Colômbia, Novo Pirapucu e Japão, estes últimos situados na margem oposta do rio Japurá. A população local era de 24 pessoas, pertencentes a quatro grupos domésticos de uma mesma família, distribuídas em quatro casas. Por causa da última cheia que ocorreu nos meses de maio e junho, três famílias que residiam no local mudaram-se para Alvarães, ali estabelecendo residência temporária. Eles mantiveram suas casas em Santa Luzia para onde retornavam frequentemente para pescar e fazer roças na época do verão. Todos os moradores pertenciam a religião católica.

Em termos de infraestrutura, o povoado não possuía energia elétrica, escola ou posto de saúde. No entanto, havia um professor que lecionava o curso de alfabetização para as crianças. Em casos de doenças os moradores contavam com a assistência do agente de saúde que residia em Nova Colômbia, e atendia ao Setor Cristo Rei, Robertino Gomes.

A história de Santa Luzia da Liberdade se confunde com a história da família de Oswaldo Frazão Cardoso, fundador do povoado, e mostra um pouco da longa trajetória dos habitantes da várzea em busca de terras altas e estáveis, e de áreas piscosas para fixar residência. Através da história de Oswaldo se pode ter uma ideia de como é a vida na várzea e conhecer os vários fatores que contribuem para a ocorrência de uma mobilidade que acontece tanto a nível de domicílios individuais quanto de povoados inteiros.

De acordo com suas informações, ele nasceu no povoado Pirarara, que estava situado na mesma margem do Rio Japurá. Este povoado foi fundado pelos pais de Oswaldo Frazão, Francisco Constantino Cardoso e Constantina Frazão, na década de 40 (1943). Antes eles haviam morado no Pirapucu de onde saíram para fundar o Pirarara. Após a morte dos pais Oswaldo Frazão abandonou Pirarara para ir morar no Mapucurí,

atual Japão, situado na margem oposta do rio Japurá. A escolha se fez a partir da observação de alguns fatores tais como a existência de recursos naturais disponíveis, principalmente o pescado; terrenos altos que não fossem facilmente inundados durante as cheias, o que facilitaria o cultivo de roças; a existência de escola, de laços de parentesco e de uma rede de relações sociais consistente.

No começo da década de 80, após alguns anos residindo no Mapucuri, Osvaldo decidiu buscar outro meio de vida. Ele resolveu então mudar para a cidade de Tefé, onde já morava um irmão seu, e que lhe deu apoio ao hospedá-lo em sua casa. Como ele, outras famílias também procuravam esta mesma saída principalmente nos anos em que as cheias são muito grandes e destroem as plantações, que se reduzem basicamente ao cultivo da mandioca e da banana. Em Tefé ele morou durante uns quatro anos.

“Não me dei bem. Fiz uma casinha pra mim lá, tirei um terreno e morei uns tempos, mas não me acostumei por causa do passadio assim. O peixe só se comia comprado, e eu não tava acostumado, pois aqui eu tava acostumado a pescar todo o tempo. A farinha todo dia era na compra. Aí eu disse, vam'bora procurar um lugar pra nós trabalhar. Aí eu voltei pro novo Pirapucu, pra casa de uma filha minha” (Osvaldo Frazão, Sítio Santa Luzia da Liberdade).

A tentativa de melhorar de vida na cidade não deu certo para Osvaldo, que retornou para a várzea com a família, escolhendo novamente a comunidade de Novo Pirapucu para residir, pois lá ele possuía parentes que lhe deram apoio até quando conseguiu se estabelecer. Em Novo Pirapucu ele ficou pouco tempo, e logo teve que procurar outro local para morar.

“Nós plantamos um ano lá, aí era muita gente pra plantar e pouco lugar. E para cá pra esse lado não tinha ninguém, e era um lugar bonito pra plantar. Fizemos uma barraca aí (mais abaixo do local estava situado o povoado) e trabalhamos aí dois anos” (Osvaldo Frazão, Sítio Santa Luzia da Liberdade).

Portanto, ele escolheu voltar para um lugar próximo ao local onde antes estava situado o extinto povoado Pirarara, fundado por seus pais. Por esse motivo, o novo povoado recebeu o nome de Pirarainha. Osvaldo Frazão aponta alguns fatores que contribuíram para que o mesmo escolhesse este local para fixar residência.

“Porque não morava ninguém e era bom pra trabalhar em roça, fazer plantação, e não era ocupado o lugar. Era melhor pra negócio de pesca, pra pegar um peixe e a terra também que era mais alta, aí eu passei pr’aqui. Daí meus filhos começaram a arranjar mulher e foram fazendo as casas (...)”.

No entanto, alguns fatores lhe impediram da continuar morando lá:

“Antes nós morava mais embaixo e tinha uma roça aqui. Mas lá era mais baixo e nós mudamos pra cá. No primeiro ano que deu aquela enchente grande (1989), nós tava aqui e lá alagou tudo e aqui foi o lugar que alagou mais baixo. Aí eu me agradei e resolvi mudar pra cá. No outro ano a enchente (...) não alagou muito, ficou alta a terra. Escapou todas as plantações” (Oswaldo Frazão, Sítio Santa Luzia da Liberdade).

O novo povoado, no qual Oswaldo já residia há sete anos com a família, recebeu o nome de Vila Liberdade, por sugestão do filho Ozenildo Pereira Frazão, que era catequista. No ano de 1992, no dia 13 de dezembro, o local recebeu o nome de Santa Luzia da Liberdade porque era dia de Santa Luzia. Na ocasião foi criada a associação comunitária com a ajuda de moradores de Nova Colômbia e do Padre Daniel. O Oswaldo Frazão Cardoso foi escolhido presidente; Anivaldo Carvalho (sobrinho de Oswaldo), como vice-presidente; Arivan Pereira Frazão, como tesoureiro; João dos Anjos Alves (cunhado de Anivaldo), como secretário e José Danival Pereira Frazão e Sebastião dos Anjos Neves como fiscais. Mas, com a saída de alguns membros que foram morar em Alvarães, a diretoria foi alterada. As causas da saída foram econômicas.

“O bananal deles se acabou todo, era do que eles viviam mais, pois não entendem quase de pesca. Eles viviam só de roça e da banana. Aí morreu o bananal deles todos. E então eles queriam um lugar alto pra morar e trabalhar. Aí foi o tempo que eles foram pra Alvarães e arranjaram um lugar pra trabalhar e fazer roça. Eles se mudaram pra lá, mas eles vem sempre aí pescar. Eles plantaram uma rocinha aí, às vezes passam uma semana. Eles disseram que não vão abandonar o lugar. Tem casa lá em Alvarães, mas vem sempre por aqui” (Oswaldo Frazão).

Este é um caso típico de famílias que possuem residência temporária e realizam uma mobilidade sazonal, passando uma parte do ano na cidade ou terra firme e outra parte na várzea. A economia local estava centrada na pesca para comercialização em pequena escala, e uma agricultura para consumo com a produção de farinha de

mandioca, principal produto. O pescado era vendido para comerciantes que percorriam o rio vendendo mercadorias. Segundo Osvaldo, depois que o “patrão” de Alvarães morreu:

“Aí pronto, ficamos trabalhando assim com a nossa produção mesmo. Vendia pra um, pra outro, e de lá até aqui tem sido assim” (Osvaldo Frazão).

A independência do patrão marca uma nova maneira de trabalhar, pois as pessoas passam a controlar sua produção. Mas isto só se tornou possível com as mudanças que ocorreram no nível da tecnologia, como o motor a diesel, o gelo pra conservar o pescado, o isopor, e facilidade de transporte para levar a produção até o mercado consumidor.

“Nós passemos a pescar assim, ninguém queria mais patrão, aí meus filhos já tomaram conta da pesca, pescando com gelo pra vender em Tefé. Aí ficou melhor porque eles já compram os produtos mais em conta. Lá é mais barato e aqui o regatão quer vender de mais caro, e a nossa condição não dava pra comprar. Fazia uma comprinha de nada e era um horror de dinheiro, e pra pagar já era mais difícil. E assim nós pensamos que lá era mais barato as coisas. Comprava a vista e não tinha compromisso com ninguém (...). O dinheiro aqui era mais difícil pra nós. Aqui nós comprava tudo fiado e quando o marreteiro ia de baixada, ninguém pagava tudo e o patrão não queria vender de baixada, e assim ficava ruim. Agora a gente não tem compromisso com ninguém...”

Em 1993, a população de Santa Luzia da Liberdade vivia uma expectativa muito grande com relação ao que poderia acontecer no futuro, pois embora eles estivessem localizados numa terra alta, a erosão das margens do rio estava acontecendo em áreas próximas. Após a última cheia, Osvaldo pensou em mudar novamente para Tefé:

“Eu pensei em sair porque eu tenho uma casa aí no Abial (Tefé), mas só falta assoalhar. Eu pensei de levar essa casa pra lá com tudo e depois não ter onde trabalhar pra lá. Porque pra lá tudo é terreno. Tudo tem dono e aqui não, aqui a gente trabalha onde quiser. Aí eu disse, – ‘a gente tem que aguentar é aqui mesmo, quando sair a terra, que secar, nós planta de novo...’ Aí ninguém saiu. Agora nós tamos aqui e todos já tem sua rocinha, e se nós tivesse ido pra lá, nós tava voltando também. Ia começar a plantar ainda...” (Osvaldo Frazão, Sítio Santa Luzia da Liberdade).



Moradores da Vila São José.

4. Vila São José

NARRADORES: *José Coelho (Roque), Sebastião Cordeiro, Maria Fonsêca, Jacilina Cordeiro, Sebastião Neves.*

Em 1993, Vila São José estava localizada na margem direita do rio Japurá, e tinha como povoados mais próximos Tapiira, Sítio Santa Luzia da Liberdade, ambas no rio Japurá, e o povoado Boca do Mamirauá, localizada no cano do lago Mamirauá.

A população local era de 83 moradores, formando 11 famílias, distribuídas em 10 casas. A economia estava baseada na agricultura e na pesca. A atividade agrícola tinha crescido nos últimos anos, principalmente após o declínio da atividade pesqueira. A farinha era o principal produto comercializado, juntamente com a banana, para compradores procedentes de Tefé e Alvarães. Com a diminuição do estoque pesqueiro na área, a pesca era realizada mais para o consumo, e estava exigindo, cada vez mais, a utilização de materiais de pesca que fossem adequados à nova realidade, principalmente as redes malhadeiras.

A população de Vila São José não possuía uma infraestrutura básica, devido ao pouco tempo de formação do povoado. Embora não existisse escola em 1993, havia a

expectativa de funcionar a primeira série do primeiro grau sob a responsabilidade da professora Maria Madalena Neves. Cerca de 30 alunos já estavam matriculados com idade entre 7 e 12 anos. O curso deveria atender também aos alunos do povoado Tapiira. Com relação a assistência à saúde, as pessoas buscavam tratamento em Tefé que estava relativamente próxima. Mas em casos de primeiros socorros, a população era atendida pelo agente de saúde de Vila Alencar, Aristóteles Martins.

Os moradores de Vila São José eram católicos e tinham como padroeiro São Sebastião. Em 1994, a festa seria realizada pela primeira vez no local, tendo como festeiros Raimundo Coelho e Domingas Xavier, responsáveis pela festa de levantamento do mastro, e Sebastião Cordeiro responsável pela derrubada do mastro. Na comunidade ainda não existia uma igreja, as celebrações religiosas eram realizadas nas casas dos moradores.

De acordo com as informações de Sebastião Neves, no local onde foi formado o povoado Vila São José em anos passados outras famílias, cujos descendentes residiam em Tapiira, formaram um povoado por nome de Sítio do Promessa. Após a saída das famílias que formavam esse povoado o local ficou aproximadamente uns quatro anos sem ter moradores. Em 1990, José Gonçalves Neves, filho de Sebastião Neves, resolveu fazer uma roça passando a morar num isolado. Logo depois, veio o seu pai, Sebastião Neves, também de Tefé.

"Agora, em 90 eu estava em Tefé, já morando aí bem uns quatro anos, aí meu filho veio fazer uma roça aqui, e lá ele me trouxe pra cá de novo. E voltei pra trabalhar em roça. Aí passou um ano e foi quando seu Roque (José Coelho) resolveu passar pra cá" (Sebastião Neves).

No ano de 1991, alguns moradores que residiam em Tapiira resolveram construir suas casas no local onde estava a casa de Sebastião Neves, e onde algumas famílias do Tapiira possuíam roças de mandioca. Essas famílias estavam saindo de Tapiira por dois motivos principais. Em primeiro lugar, por motivos políticos, pois as famílias queriam mudar de município, uma vez que Tapiira, embora pertencendo ao município de Maraã, quase não recebia assistência por parte da prefeitura, por ficar muito distante da sede administrativa do município. Em segundo lugar, o motivo ambiental. Segundo José Coelho, eles queriam fugir das dificuldades que surgiam durante a

seca, sendo a principal delas a formação de uma praia na frente do povoado e que estava dificultando o acesso até o rio para coletar água e apanhar barcos para viajar.

José Coelho, então presidente da Comunidade em Tapiira, foi quem organizou a saída das famílias, cujos membros estão ligados por estreitos laços de parentesco.

"A saída de Tapiira foi por causa da praia, que eles tem uma praia, sabe, uma praia muito grande na frente (...). Na seca, então, eu convidei aqueles que quisesse me ajudar a fazer uma nova comunidade do outro lado. Aí seis famílias me acompanhou logo. Foi seis casas logo feitas de uma vez. A minha, a de Sebastião Lopes, a de Anselmo Cordeiro, de Gonçalo Lopes e do Nonato Cordeiro Lopes. Lá a dificuldade era conseguir água na seca (...). Ficava longe pra carregar água. Aí a casa fica lá atrás. Seca um paraná grande na frente e atola" (José Coelho, Vila São José).

Sobre a escolha do local para fundar o novo povoado, além do fato de ser uma área de terras elevadas, portanto, menos sujeitas às cheias anuais, também havia outros motivos.

"É porque não tinha morador, né. Era um lugar assim isolado. Primeiramente, como tenho que lhe explicar que o primeiro morador antes de nós foi um senhor chamado Deusite Neves. Depois que sua casa pegou fogo ele foi embora morar em Tefé. Aí o lugar ficou não tinha dono, né. Ficou aqui essa terra (...) mais ou menos depois de uns três anos. Aí eu comecei a trabalhar aqui, a fazer roça... Só eu que tinha roça... Já com um ano que eu tava trabalhando aqui em roça, aí veio o meu irmão (Raimundo Coelho) e fez uma roça desse lado (...). Bem, aí já depois do Raimundo Coelho veio o Gonçalves, também atravessou fazendo roçado já pra cá também. Aí depois chegou um senhor chamado Domingos Benchimol, de Tefé, que se encontra na comunidade também (...). Aí, depois que virou capoeira (...) eu chamei o pessoal pra nós abrir a comunidade. Procurei lugar pra fazer casa, aí que nós viemo. Vim em primeiro lugar, depois que fomo fazer as casas" (José Coelho, Vila São José).

No processo de mudança para o novo povoado eles pediram o apoio do prefeito de Alvarães, Joaquim Brito, para a construção de cinco novas casas.

"Primeiramente, nós queria a casa comunitária, pra vim logo pra cá, que pessoal já vinham de lá (Tapiira), né, e ainda não tava feita aquela casa. Nós queria que ele fizesse, o prefeito...Mas aí, no intermédio que a gente tava começando o trabalho lá (em Tapiira) com a ajuda do prefeito de Alvarães, aí chegou outro prefeito (de Maraã) aí

mandou levantar rápido a casa comunitária. Aí eu perguntei do prefeito de Alvarães se não dava pra ele dá ajuda nas casas, já que o prefeito de Maraã já havia construído a casa comunitária. Queria que ele desse ajuda em cinco casas pra gente vim de lá (Tapiira) pra cá. Aí ele se prontificou que dava e foi realizado o trabalho (...). O prefeito deu uma ajuda pra fazer cinco casas (...) madeira, telha e zinco. São as cinco casas que tem ajuda do prefeito de Alvarães, Joaquim Brito (...). Aqui nós somos assistido pelo município de Alvarães. Então a gente quando quer falar com o prefeito, vice-prefeito, um vereador qualquer, a gente sai daqui de manhã e devolve a tarde pra comunidade, já tem conversado o que é que se sente... É mais rápido. E pra lá (Maraã) não, é um dia de viagem (...). Aqui a gente vai, conta o que se sente pro prefeito e tá em casa. Esse é o segundo ponto de vista que a gente achou muito bom aqui” (José Coelho, Vila São José).

O primeiro a sair foi José Coelho que já possuía uma roça de mandioca no local onde seria formado o novo povoado. Depois outras cinco famílias também saíram: Raimundo Coelho, irmão de José Coelho; Gonçalves Roque e os filhos Sebastião Cordeiro, Raimundo Nonato Cordeiro e Anselmo Cordeiro Xavier; Maria Fonseca e filhos. De Tefé, bairro do Abial viera Domingos Benchimol e Pedro Celestino. Estas famílias estavam fazendo o percurso inverso de alguns moradores que saem da várzea para morar na cidade. E, como aconteceu com outras famílias, elas retornaram para a várzea porque aí encontram condições de trabalhar, apesar de todas as dificuldades características deste tipo de ambiente. José Coelho é outro exemplo de morador da região da várzea que, ao longo de sua vida, já tentou se estabelecer em diferentes locais, mas sempre tendo de sair por vários motivos. O novo povoado recebeu o nome de Vila São José porque foi fundada em março, mês da celebração do santo, e também porque o idealizador da mudança foi José Coelho.

A organização comunitária de Vila São José foi criada em 1992, com a seguinte diretoria: José Coelho, presidente; Sebastião Cordeiro, vice-presidente; Raimundo Nonato Cordeiro, tesoureiro; Domingos Benchimol, secretário; Anselmo Cordeiro, animador da comunidade; Madalena Ferreira Neves, catequista; Raimundo Coelho, fiscal; José Cordeiro, segundo animador junto ao Projeto Mamirauá do Setor Mamirauá. José Coelho também é o primeiro animador de Setor da prelazia, e primeiro Coordenador do Setor Mamirauá, do Projeto Mamirauá. Em 1993, os moradores iniciaram um trabalho de preservação de lagos e da madeira. Os lagos escolhidos para serem preservados foram o Baleeiro e Baleirão (lagos de manutenção), e o lago

do Centro (lago de procriação). Os moradores também definiram o tipo de material de pesca que poderia ser utilizado nas pescarias nesses lagos.

A fartura de peixes no passado está presente na fala dos narradores, que consideravam o tempo presente como sendo de dificuldades. Dentre as espécies mais capturadas destacaram os seguintes:

“Todo tipo de peixe, tambaqui, piraucu, tracajá... Tinha muito peixe-boi em cima d’água. Agora não tem mais. Naqueles tempos havia uma migração de peixes louca, e hoje nós não vemos mais. Nós chamava de Piracema. Hoje é alguma que passa. Mas antes era a noite todinha, se via a quantidade de peixe. Hoje não se vê mais essas coisas não. Foi ficando ruim e isso é uma grande diferença pra nós. É por isso que apoiamos a Estação Ecológica do Mamirauá, a Reserva. Por essas coisas. E não é para mim mesmo, que eu tô com 71 anos e não vou mais conhecer o... É por isso que nós tamos apoiando (...). Não sei como foi, o certo é que terminou. Então de lá para cá, nós notamos um grande fracasso. Eu tinha dez anos de idade. De lá para cá houve esse fracasso. Foi acabando o peixe. Na época que nós morávamos aqui, era muito bom. Nós ia para esses lagos (Comprido, Redondo, Ressaca do Baleeiro), pegava peixe mesmo na margem do rio. Era farto. E hoje às vezes nós tem passado fome...” (Sebastião Neves, Vila São José).

Em 1993, os moradores de Vila São José viviam uma expectativa com relação ao futuro do povoado, pois as terras das margens do rio Japurá, situadas próximas ao povoado estavam caindo, ameaçando inclusive um de seus lagos. Se a terra continuasse a cair, onde é o lago ia se transformar numa ressaca, pois o lago ia se unir com o rio.



Moradores da comunidade de Boca do Mamirauá.

5. Boca do Mamirauá

NARRADORES: *Luzia Cavalcante, Joaquim Martins, Simeão Martins (Vila Alencar), Antônio Gomes Reis, Aristóteles Martins (Vila Alencar), Alfredo Carvalho (Vila Alencar), Higino Rodrigues, Rute Cavalcante, Ivanilde Meza, Mário Cavalcante (Tefê), Elizabete Gama (Tefê), Francisco da Costa Soares (Chico Arraia).*

Em 1993, o povoado Boca do Mamirauá estava localizado no cano do lago Mamirauá, área de várzea, próximo ao encontro deste com o rio Solimões e Japurá. Embora pertencesse ao município de Uariní, a população era assistida pela prefeitura de Alvarães devido à proximidade geográfica. As principais atividades econômicas da população eram a agricultura, com o cultivo de roças de mandioca, de milho e melancia; e a pesca. O principal produto comercializado era a farinha de mandioca, cuja renda garantia grande parte do sustento dos moradores. A produção era mais intensa no início do inverno, geralmente nos meses de março e abril. A produção de farinha estava substituindo a pesca, que antes era a principal atividade econômica da população. A vida da população era marcada por alterações sazonais, definidas por momentos de cheia dos rios, e momentos de seca, no verão. Para cada um desses momentos correspondia uma atividade e um ritmo de vida diferente.

Em 1993, Boca do Mamirauá possuía 94 moradores, formando 16 famílias distribuídas em 14 casas. A maioria da população pertencia a Igreja Evangélica da Assembleia de Deus, que tinha sede própria, construída em 1991 com a ajuda do prefeito de Alvarães, Joaquim Brito. Nesse mesmo ano também foi construída uma Casa Pastoral para a residência do pastor. Os trabalhos da igreja eram dirigidos por Higino Rodrigues e Geraldino Carvalho. Em termos de infraestrutura, existia uma escola, Nossa Senhora Aparecida, construída em 1988, onde funciona o 1º grau, com turmas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries. A professora era Rute Martins Cavalcante, e cerca de 28 alunos frequentavam a escola com idade entre 7 a 16 anos. A assistência à saúde era realizada pelo agente de saúde de Vila Alencar, que fazia o atendimento de primeiros socorros, pois não havia posto de saúde. Os casos mais graves eram encaminhados para Tefé. Em termos de energia elétrica, havia um gerador de eletricidade mantido pelos moradores, que fornecia energia elétrica para as casas durante duas horas por noite.

Ao longo de quase um século, Boca do Mamirauá tem apresentado uma grande mobilidade da população. Desde sua fundação, já foram formados cerca de três grupos sociais diferentes com famílias também diferentes. A origem do nome do lugar não é conhecida, mas segundo Luzia Cavalcante, o significado da palavra Mamirauá na "*língua geral*", a língua dos "*povos antigos*", significa "*mãe do peixe-boi pequeno*". Como no lago Mamirauá existia muito peixe-boi, o nome do lago deve ser uma referência a esse peixe.

As informações sobre os primeiros moradores, no local onde se encontra o povoado Boca do Mamirauá, data dos anos 30. Segundo os narradores nessa época morava na Boca do Mamirauá a família de Maximiniano, também conhecido como Maxi e outras famílias cujos nomes eles não conseguiram lembrar. Nessa época, Joaquim Martins morava no Paraná do Prego, do lado oposto onde hoje está a Vila Alencar, com seus pais e irmãos. No final da década de 30 e começo de 40, Maximiniano vendeu as terras para Januário Gama e foi embora da Boca do Mamirauá. Januário Gama era maranhense e residiu durante muitos anos no local, onde instalou um comércio, sendo um importante patrão dessa área do Mamirauá. Quando Januário chegou no Mamirauá, haviam outras famílias morando dentro do cano do lago,

“Quem morava lá era outra família (...) lá mais pra dentro, perto já do seu Agnaldo, dentro do lago. Então, todo aquele pessoal morava lá. Essa família de Justino e Marcolino, todos eles viviam lá quando meu pai chegou, num lugar chamado Glória, que ficava dentro do lago Mamirauá (...). Eles se mudaram de lá e o velho Maxi (Maximiano) morreu. A mãe do Carlos que é meu irmão (por parte de pai) era filha do Maxi e casou com seu Manoel, que chamavam Manoel Jabuti, que era empregado do meu pai, tipo assim contador. Aquela pessoa que cuidava dos livros do meu pai” (Elizabeth Gama, Tefé).

A família de Pedro Justino, a esposa Joana e os filhos Mulata, Dedé e Cristóvão moravam na Boca do Maiana, e que depois foi embora para a ilha do Juruamã. Durante alguns anos Januário Gama e sua família foram os únicos moradores de Boca do Mamirauá.

“Só quem morava éramos nós, meu pai com a família, a minha avó. Era um clã. Tinha quatro casas. Tinha uma casa que servia de depósito de mercadoria, tinha o comércio mesmo, tinha a casa da minha mãe com o meu pai, tinha a casa da minha avó. Eram quatro casas quase todas assim juntas, só com um espaço de talvez um metro, dois metros” (Elizabeth Gama, Tefé).

“Depois de muitos anos que os Gama moravam aqui apareceu uns índios chamados Avelino, João Avelino e Antônio Avelino; eram índios Miranha, eles vieram dessa ilha daí do lado de Alvarães. Quando esses índios Miranha foram embora pro Japurá, ficou o Januário Gama morando aqui e nós aqui. Aí, depois que o Januário vendeu esse lugar pro velho Martiniano, em 49 pra 50. Nós já tinha saído, nós já morava na Vila Alencar. Eu fui morar na Vila Alencar mais ou menos em 39 pra 40. Nesse tempo aqui morava só duas famílias, as outras já tinha ido embora” (Joaquim Martins, Boca do Mamirauá).

“Existiu o Mamirauá lá, existiu o Januário Gama, uns homens que se chamava Antonio Avelino, Manoel Avelino, que era uns índios que moravam logo aí acima de onde o Joaquim mora um bocadinho. Era índio da venta furada, era daquelas tribos daí de Alvarães. Num tem uma tribo ali em Alvarães, a Méria que chamam? Eles vieram de lá e moravam no Mamirauá. E logo mais adiante morava o finado Maxi, eu não sei como era o primeiro nome dele. Morava ali adiante do Joaquim, onde tem aquela matazinha que tem o pé de castanheira, mesmo na beira. Era ali que ele morava. Daí o Virgiliozinho morava ali onde é o Sitio São José, eu não sei como é o primeiro nome e o sobrenome dele. Abaixo um pouco, morava justamente o finado Jeco, o nome dele era Eugênio e a mulher dele chamavam de Chicuta. Todos eles moravam aí nessa época. Aí nós morava lá na Sapucaia e foi o tempo que caiu a terra e aí nós se mudemos pra cá pro

Mamirauá defronte ali onde o Joaquim mora, onde tem uma casa do outro lado, acima um bocadinho. Foi justamente ali onde nós viemos morar” (Simeão Martins).

De acordo com outras informações, na época do Januário Gama, Boca do Mamirauá era um dos mais importantes povoados da região.

“O lugar tinha um movimento muito grande, um comércio muito grande (...). Ele trabalhava só com pescado, pirarucu e jacaré. Comprava todo tipo de mercadoria (Mário Cavalcante, Tefé).

“Eu cheguei aqui em 1930. Trabalhei aqui, era muito farto, muito peixe, muita tartaruga naquele tempo. Era desde dessa boca dessa ressaca, tudo tinha pirarucu nessa beirada. Tinha um negociante aí na Boca do Mamiraua, Januário Gama, era Castanheira que chamam... Ele tinha um barracão. Parava muita embarcação aí. Era uma animação. Tinha comércio, muita gente comprava lá. Vinha gente do Japurá. Ele comprava muito peixe mesmo. Tinha muitos fregueses. Nesse tempo era farto de tudo, de peixe... Eu fui freguês dele, trabalhava com ele...” (Alfredo Carvalho, Vila Alencar).

Na época em que Januário era o patrão de Boca do Mamirauá existiram também moradores no local conhecido como Boca do Maiana, entrada do Paraná do Maiana, que eram fregueses dele.

“Mas, depois que a família Martiniano chegou lá, aos poucos eles foram saindo, foram morar na Vila Alencar. Eu acredito que por causa dessa outra maneira de ser assim dos Martinianos. Ou o pessoal vendia pra ele tudo ou não ficava lá, né? E quem era da Boca do Mamirauá ele se achava com o direito de mandar na “boca do balão” (...). Mas, o que me consta, o pessoal morava lá assim enquanto o meu pai vivia lá, pelo menos eu sei que eles moravam voluntariamente. Agora eu não sei se o meu pai obrigava eles venderem forçadamente. Eles vendiam pro meu pai, vendiam pra qualquer pessoa que morasse lá, porque era o comércio mais próximo, só fazia atravessar o Paraná do Maiana” (Elizabeth Gama, Tefé).

No início dos anos 50, Januário Gama vendeu suas terras para Emílio Martiniano, um cearense que montou um grande comércio onde vendia “de tudo”, e comprava principalmente pirarucu e couro de jacaré. Ele morou no Mamirauá durante muitos anos e, ao sair, vendeu as terras para o irmão José Martiniano. Apenas três famílias moravam no Mamirauá. Mas, de acordo com outra versão, quando Martiniano morou na Boca do Mamirauá o povoado era um importante entreposto comercial e possuía

muitas casas, talvez tivesse umas trinta casas entre Mamirauá e o Maiana. Diariamente ancoravam vários barcos grandes para comprar a produção de pescado. Segundo os narradores, à noite o porto ficava iluminado com as luzes de mais de dez barcos que ficavam ancorados. Foram esses primeiros moradores de Boca do Mamirauá, que plantaram as duas árvores de sapucaia que hoje são os principais símbolos do povoado. José Martiniano mantinha um controle rigoroso da entrada do lago. Somente pescava dentro do lago quem era seu freguês, ou seja, aqueles que vendiam a produção para ele. José Martiniano era o “patrão” de muitas famílias que residiam nos povoados vizinhos como Boca do Maiana, Vila Alencar e Sítio do Promessa.

“Na boca desse Mamirauá (...) aí tinha comerciante muito forte, que ele comprava por semana 30 toneladas de pirarucu. Então tinha dia de manhã, sábado, de chegar 16 motores ali debaixo daquela castanheira que tem lá. Ficava rodeado assim. E todos os dias comprava pirarucu... O José Martiniano era o barão de lá. Então ele não deixava peixeiro entrar aí pra dentro. Todo peixeiro que queria entrar tinha que parar ali. Ou parava ou ele atirava! E quando ele chamava que não queria dar atenção, ele passava a mão no rifle dele e atirava na frente. Aí ele voltava (peixeiro). Então era uma coisa que pra lá só quem entrava era pescador que trabalhasse pra ele. Mas nesse tempo não existia malhadeira, não existia curral, era só na astia e no anzol. Então a gente via muita fartura que Deus o livre!” (Aristóteles Martins, Vila Alencar).

“Era a lei seca dos Martinianos. Quem entrasse, ele botava pra fora e ainda tomava o produto. Só entrava o pessoal dele que trabalhava pra ele. Muitas vezes ele parava os barcos com tiros de espingarda, principalmente quando era desobedecido” (Mário Cavalcante, Tefé).

Mas, na época em que Januário Gama morou na Boca do Mamirauá, também havia o controle sobre a exploração dos recursos do lago:

“Todos eles que tomavam conta da boca do paraná queriam ficar com o resto, com o lago. Agora o Gama não era valente como os arigós. Eles eram mais valentes” (Mário Cavalcante, Tefé).

Por problemas de saúde, José Martiniano foi embora do Mamirauá, vendendo as terras para seu cunhado Milton Nogueira, que também era cearense. Entretanto, os informantes não souberam dizer em que ano isso aconteceu. O certo é que após a saída de José Martiniano, do Mamirauá, o povoado entrou em decadência. Segundo

Francisco da Costa Soares (Chico Arraia), quando ele chegou a esta região, em 1962, muitas famílias já haviam partido.

"Aqui não morava ninguém no 'barracão' (Boca do Mamirauá). Existia uns moradores aqui, mas foram embora. O 'barracão' estava só. Passou uns meses e chegou o Milton Nogueira que morou aí muitos anos. Depois veio um irmão dele (quem?) do Ceará e morou uns três anos. Nesse lado daqui (lado oposta do canal) morava o seu Agnaldo Fonseca. Ele já morava aí quando eu cheguei. Tinha uns moradores também, tinha duas famílias no Maiana, uma era o Benedito Borges, pai do Borginho da Vila Alencar. O outro era o Américo, que era da Vila Alencar. Esse foi embora depois; morou uns cinco anos. O Benedito saiu daí por morte. No Mamirauá tinha o Milton Nogueira e também seu Pascoal e o Manezinho, dois irmãos. Já pertencem a minha família. Era Pascoal dos Santos" (Francisco Soares, São José, outubro de 1993).

A família de Pascoal dos Santos morava anteriormente nas cabeceiras do lago Mamirauá. Milton Nogueira continuou com o comércio. Ele também possuía uma grande fazenda de gado e alguns moradores de Sítio do Promessa trabalhavam como seus vaqueiros, pois o gado se espalhava por toda a área.

"Ele tinha umas trezentas reses. Pra região, já era considerado fazendeiro. Ele criava o gado solto em vários pontos. Tinha gado no Caburiní, muito gado; tinha gado no Mamirauá, mas era pouco porque alaga cedo. Tinha gado aqui em frente ao Tapiira, do outro lado do rio (Sítio do Promessa) que era um campo grande com muito gado. Tinha também no Tapiira, na Vila Alencar. Por aí tudo ele tinha gado" (Mário Cavalcante).

Além de Sítio do Promessa havia o povoado Boca do Maiana, que também tinha gado de Milton Nogueira

"Era um campo grande de criação de gado e de moradia. Tinha bem umas dez casas. Eu conheci casas ali já pro fim do mandato dos arigós (José Martiniano), foi quando começou gente a se mudar pra lá. Mas o Zé Arigó já tinha saído, já era no tempo do Milton Nogueira que se mudou pra lá o Joaquim Martins e o José Américo. Teve outras casas, uma porção de casas. Tinha também um restinho de gado que a companheira do Milton pegou, que o cunhado deu pra ela e ela botou pra esse Américo, que é irmão dela, tomar conta..." (Mário Cavalcante, Tefé).

Quando Milton Nogueira morava na Boca do Mamirauá a produção de peixe ainda era considerada boa.

“Ele procurava guardar o lago... Em 50 eu cheguei de lá do alto pra cá. Em 53 foi a alagação grande, e ele comprava muito pirarucu. A produção só era pirarucu. Mas, existia de durante um fábrica ele arranjar 30 toneladas, que ele mesmo me disse. Eu conversava muito com ele. O fábrica começava de junho até março, período de verão. E olha a diferença que é hoje... Tá acabado de vez. Acho que não tem comerciante que arranje nem uma tonelada” (Sebastião Neves, Vila São José).

Com a saída de Milton Nogueira, que acabou com o comércio e foi embora para o Ceará, outras famílias também foram embora. Alguns mudaram pra Tefé, outros foram para a Vila Alencar. Segundo Joaquim Martins, no Mamirauá ficou apenas uma família morando.

“No Mamirauá só tinha uma família depois que o Arigó, Milton Nogueira, foi embora. Era a família de uma mulher conhecida como Chata, era minha tia. O nome dela era Maria da Conceição, que morava com o filho Gustavo. Depois que ela foi embora pra Barreira das Missões, no lago de Tefé, ficou esse lugar aqui uns 20 anos sem ninguém (...). O Mamirauá passou 20 anos esse lugar desabrigado, sem ninguém” (Joaquim Martins, Boca do Mamirauá).

“Ali chamavam tudo de Mamirauá. Lá morou o Joaquim Marcolino, mas saíram porque ia tudo pro fundo. A terra é baixa. Outros foram pra Alvarães. Aqui nesse rio já acabou dois sítios, ali onde tem as sapucaias e aqui onde tinha o Paraná do Prego. Agora é tudo água” (Alfredo Carvalho, Vila Alencar).

Os narradores atribuem a falência de Milton Nogueira, e sua consequente saída de Boca do Mamirauá, a uma doença.

“Porque ele pegou uma doença e não teve cura, ficou louco. Foi embora pra terra dele (Ceará). Ele enlouqueceu da noite pro dia. Ele mordida e pisava que nem um animal. Depois ele veio pra Tefé, mas não teve cura. A mulher dele era da Vila Alencar, desses Martins, era filha da velha Joana Martins, irmã de Simeão” (Francisco Soares, São José).

O comércio que ele tinha e as propriedades tudo foi vendido pela família para custear as despesas com o tratamento.

“Os irmãos vieram e fizeram a venda de tudo. Ele tinha uma fazenda de gado. Tinha mais de 200 cabeças de boi; tinha dois motores (barcos) grandes. E o irmão dele veio e fez a venda de tudo. Ele enlouqueceu que não teve jeito. Depois ele teve umas

melhoras e veio pra Tefé, mas não chegou até aqui. Aí experimentou trabalhar com comércio, mas aí revoltou a doença de novo” (Francisco Soares, São José).

Com a saída de Milton Nogueira, as famílias que residiam na área se dispersaram à procura de outros locais onde pudessem trabalhar e ter assistência de um patrão. O lugar ficou abandonado durante vários anos.

“Aí o pessoal foi procurar seu jeito, dar sua virada. Os compromissos que tinha com o patrão, ele não cobrou, deixou de mão” (Francisco Soares, São José).

Somente em 1987 é que o lugar voltou a ser ocupado quando Higino Rodrigues, genro de Joaquim Martins, que residia na Boca do Maiana desde o início dos anos 80, decidiu procurar o prefeito de Alvarães, Joaquim Brito para saber da possibilidade de construir suas casas no lugar Boca do Mamirauá. O receio dessas famílias era que após se estabelecerem no local, os possíveis donos aparecessem para reivindicar seus direitos.

“Então, depois de saber que o lugar (Mamirauá) ficou abandonado, em 88 foi que o prefeito mandou eu vir pra cá. Quer dizer que ele veio olhar esse lugar e mandou nós vir morar aqui. Agora ele disse que se tivesse algum dono desse lugar que avisasse a prefeitura que a prefeitura tomava providência e indenizava. E eu fiquei aqui. Então desde essa altura que nós tamos aqui. Nós não achamos dono porque não tem... Não tinha nada também aqui, né? Que esse lugar é antigo. Esse lugar os primeiros moradores compraram e de lá venderam pro Banco, e o Banco não quis mais esse lugar porque não tem nada, aí abandonaram. Os arigós venderam pro Banco, aí o Banco veio reparar. Como não tinha nada, aí deixaram, aí abandonaram. Não tinha nada, por vinte anos. Depois nós se colocamos já aqui. Nós estamos com quatro anos que estamos aqui” (Joaquim Martins, Boca do Mamirauá).

A primeira casa construída foi a de Higino Rodrigues, genro de Joaquim Martins; logo depois, foram construídas as casas de Joaquim Martins e de seu filho Iziel Martins Cavalcante. Em 1988 foi construída a escola Nossa Senhora Aparecida pelo prefeito Joaquim Brito. A primeira professora foi Rute Martins Cavalcante, filha de Joaquim Martins, e sua primeira turma tinha trinta alunos. Nesse mesmo ano foi criada a organização comunitária que teve Higino Rodrigues como presidente e Luzia Cavalcante, como vice-presidente. Depois, Luzia foi substituída por seu filho Iziel

Martins e pela nora Ivanilde Meza. Em 1993, a diretoria estava formada por Antônio Gomes Reis como presidente; Ivanilde Meza, vice-presidente; Higino Rodrigues, secretário e Geraldino Carvalho como fiscal da comunidade.

Em 1991, foram construídas seis casas com material doado pela prefeitura de Alvarães. Estas casas foram doadas às famílias procedentes de Tefé, Jubará e Pirarara, no rio Japurá. Elas tinham laços de parentesco com outras famílias que já moravam em Boca do Mamirauá. Eram representadas por Antônio Gomes Reis, sogro de Iziel Cavalcante, que veio de Tefé; os irmãos Vanderlino Carvalho e Geraldino Carvalho, irmãos de um genro de Joaquim Martins que vieram do Jubará, no rio Japurá; Luís Cardoso, que veio do Pirarara; além de José Vilson e Aluino Rodrigues, irmão de Higino Rodrigues.

“A outra família é daqui mesmo que é o filho do Simeão. Mas ele sempre morava aqui, agora ele esta trabalhando ali pra ilha, pra casa do pai dele” (Joaquim Martins).

Em 1992 chegaram as famílias de Dotinha e Raimundo Melo, procedentes de Tefé, e que possuíam parentes residindo na Boca do Mamirauá. Eles mantiveram outra residência temporária em Tefé.

“Eles vieram assim à procura de um trabalho, um meio assim deles viverem melhor do que lá onde eles estavam. Porque lá não tinha aula. Então vieram por esse intermédio. Aqui já plantaram roça, pescaram, só tem uns que são pescador. Tem uns que não querem nem aceitar a reserva, porque eles vieram diretamente pra pescar. Nesse tempo tinha peixe, mas agora acabou; e vieram com esse destino...” (Joaquim Martins, Boca do Mamirauá).

Ao longo dos anos, os moradores foram percebendo algumas mudanças que aconteceram na região do Mamirauá no que se refere aos recursos pesqueiros.

“Numa parte mudou muita coisa e na outra continua o mesmo. Na parte que mudou foi que o que tinha, não foi o povo, eu e mais esses outros daqui que acabaram, mas foi esse povo que levaram, tanto de Manaus, de Coarí, de São Paulo de Olivença, de Tefé, de Benjamin Constant. O povo que pescava em grande quantidade. O que eu sinto que vem acontecendo nesse lago desde 63 não foi devorado por esse povo que está aqui, foi os pescadores e a grande quantidade de material (redes de nylon e arrastão), que acabaram com tudo. No ano que eu cheguei aqui, não existia malhadeira. Não se ouvia

nem falar em malhadeira. Já pro final de sessenta, 69, foi que começou a enunciar a malhadeira. Mas apareceu pra nós a malhadeira tecida de tucum, tecidas pelos índios. As pessoas compravam os rolos e teciam a rede. Não tinha nylon nessa época. Os índios teciam o tucum e quem sabia tecer as malhadeiras compravam os rolos e fazia a malhadeira. Começou a aparecer a malhadeira de tucum. As primeiras malhadeiras foi assim” (Francisco Soares, São José).

Segundo Joaquim Martins, antigamente o lago Mamirauá era muito farto, existia muito pirarucu, tambaqui, tucunaré, pescada, peixe-boi, aruanãs e “*bichos de casco*”. Apesar dessa fartura no passado, o momento presente é de escassez, pois o peixe está difícil de encontrar até mesmo para comer,

“A gente anda nos lugares mais difíceis e mais longe e não vejo peixe. Em outros tempos, nesses mesmos lugares que eu pesco hoje em dia, eu ía e via com fartura. Hoje tô vendo que tá liquidado o peixe. Se não houver uma providência... Pra mim isso não tá vogando, pois já estou velho, mas para essas crianças que vão nascendo, isso vai ficar difícil. Tem animais que tinha aqui, mas que meus filhos não conhecem. Daqui pra frente essas crianças não vai mais conhecer nada, vai saber só do nome. Os pais e mães vão dizer que existia isso e aquilo...” (Joaquim Martins, Boca do Mamirauá, março de 1993).

Em 1993 os moradores de Boca do Mamirauá estavam realizando um trabalho de preservação dos lagos situados em áreas próximas do povoado. Mas, para Joaquim Martins, se não suspendesse a perseguição dos pescadores, o peixe não voltaria a povoar os lagos.

“O peixe é uma criatura viva, ela tem a mente como nós temos; ela conhece, ela vive agoniada. É como por acaso o ladrão, fazendo comparar o ladrão. O ladrão quando se acha no roubo ele vive agoniado, ele quer se esconder pra polícia não pegar ele. Quando a polícia dá com ele, ele fica preso, ele quer ficar... Assim que é o peixe. O peixe tá agoniado. O peixe vai pro igapó é a malhadeira. O peixe vai pra beira do lago, vão cortar o capim. O peixe vai pro poço, vão tirar ele de dentro. O peixe vai pro meio do rio, vão fazer meio de cercar o igarapé onde ele quer se acomodar numa parte assim. Aí vem um e cerca tudo. Aí, vê, já está agoniado. Então ele não tá fugindo. O peixe não está fugindo. Ele está se acabando porque no Solimões tá a mesma coisa. Já me falaram que tá do mesmo jeito. Então, não está fugindo, estão se acabando...” (Joaquim Martins, Boca do Mamirauá).

6. São José

NARRADORES: *Francisco C. Soares (Chico Arraia), Dalvino Nascimento (Dalvininho), Simeão Martins.*

A busca de informações sobre a história do povoado São José foi marcada por várias dificuldades, e a principal delas foi a falta de informações sobre os primeiros ocupantes do lugar e a dificuldade de conversar com algumas pessoas que sabíamos serem detentoras dessas informações. Apesar disso, conseguimos coletar alguns fragmentos da história do lugar, fornecidos por informantes dispersos nos vários povoados da região do Japurá e montar um relato breve sobre a história da ocupação dessa região do Mamirauá.

A história do São José está muito entrelaçada com a história do povoado Boca do Mamirauá, pois ambos estão localizados no cano do lago Mamirauá e as famílias que habitavam nesta área exploravam basicamente os mesmos recursos e os mesmos lagos, trabalhavam com os mesmos padrões, frequentavam as mesmas festas, partilhavam redes sociais comuns. Por conta disso, muitas vezes as narrativas sobre a história de um povoado se confunde com a história do outro, tendo em vista o fato dos ex-moradores terem trabalhado vinculados aos mesmos padrões. Mas aos poucos conseguimos extrair os fatos que são específicos a um e outro povoado.

Precisar a data de fundação do povoado é difícil, pois um dos principais narradores lembra apenas da época em que chegou à região para residir na Vila Alencar, no Rio Solimões, quando trabalhou com um patrão de Tefé, o Altimar Frazão.

"Nessa época tinha outro nome (Vila Brizola ou Paraná do Pregó?). Morei lá uns dois anos. Aí fui trabalhar no Jutá tirando madeira. Aí quando voltei minha mulher estava passando necessidade. O patrão começou a se aguentar (não fornecer mantimentos) porque não recebia o dinheiro. Aí ele não tava mais despachando. Então ela foi atrás de mim. No final do fábrica nós baixamos e no fim do ano voltamos novamente pro Jutá. Quando voltamos, a casa que nós morava não tinha mais, levaram tudo. Eu deixei a casa trancada na chave, mas levaram tudo. Aí eu saí e fiz minha casa por aqui (no São José). Era mais ali em cima..." (Francisco Soares, São José).

Quando o narrador chegou na região, o povoado Boca do Mamirauá estava em decadência.

"Quando eu cheguei nessa área em 62, aqui não morava ninguém no 'barracão' (Boca do Mamirauá). Existia uns moradores aqui, mas foram embora. O 'barracão' estava só. Passou uns meses e chegou o Milton Nogueira que morou aí muitos anos. Depois veio um irmão dele do Ceará e morou uns três anos. Nesse lado daqui (lado oposto do canal) morava o seu Agnaldo Fonseca. Ele já morava aí quando eu cheguei. Tinha uns moradores também, tinha duas famílias no Maiana, uma era o Benedito Borges, pai do Borginho da Vila Alencar. O outro era o Américo, que era da Vila Alencar. Esse foi embora depois; morou uns cinco anos. O Benedito saiu daí por morte. No Mamirauá tinha o Milton Nogueira e também seu Pascoal e o Manezinho, dois irmãos. Já pertencem a minha família. Era Pascoal dos Santos" (Francisco Soares, São José, 14.10.93).

Pascoal dos Santos morava anteriormente nas cabeceiras do lago Mamirauá. Talvez os moradores mais antigos do que hoje é referido como São José, moravam em outro local.

"Nas cabeceiras do lago Mamirauá. Eles eram fregueses do Milton Arigó (Nogueira). Todo esse pessoal trabalhava com ele aí. O seu Agnaldo também era um comerciante que tinha o pessoal dele. Era um de um lado e outro do outro. O Agnaldo ficou aí até morrer" (Francisco Soares, São José).

Após a morte de Agnaldo, houve a dispersão dos filhos.

"Os filhos abandonaram o lugar, pois já tinham comprado casa em Tefé, e foram embora. O filho dele é o prefeito de Limoeiro, Raimundo Fonseca. Ele tem mais quatro irmãos. Aí eles venderam o que eles tinha, principalmente o gado, e ficou só o lugar. Depois cresceu uma capoeira enorme, e em 85 o Davininho abriu novamente o lugar. Mas já fazia muitos anos que ele tinha saído daí. Aquilo ali era um campo monstro de gado. Era o mais bonito que tinha aqui nessas imediações. Era gado só dele..." (Francisco Soares, São José).

Sobre o número de casas existentes na Boca do Mamirauá, o narrador fala que:

"Já veio casas pra lá só depois que ele (Agnaldo) morou muitos tempos aí. Aí apareceu umas casas, umas duas casas. Eram fregueses dele (...). Os fregueses era esse pessoal da Vila Alencar, de toda essa região. O pessoal daqui não tem só um controle, só uma cabeça, mas muitas cabeças (patrão)" (Francisco Soares, São José).

Ao falar sobre os motivos que o levaram a escolher este local para morar, ele destacou o fato de ser isolado, ou seja, não ter outros moradores.

"Porque eu achava que vivendo mais afastado do movimento, seria melhor. E aqui era uma área boa pra trabalhar, era isolada, não existia ninguém que viesse fuxicar minha

vida, que desse palpite no meu trabalho. Então, por isso eu moro até hoje aqui. Não tenho nem plano de abandonar (...). Eu me mudei pra cá em 1963, tá com 30 anos. Antes, isso aqui tudo era Mamirauá” (Francisco Soares, São José, outubro de 1993).

Mas, antes dele chegar, outros moradores já haviam residido no lugar, e depois mudado para outros locais.

“Esse lugar aí, quando eu cheguei aqui ele já era beneficiado pelos pais desses moradores que tão aí agora. Depois que eles moraram uns tempos aí, não sei a quantidade de anos. Depois eles saíram novamente e passaram 14 anos em Tefé, e aí voltaram. Eles chegaram de volta mais ou menos em 76. Agora, os primeiros moradores eu não tenho lembrança de quando chegaram. Quando eles abriram esse lugar eu não tinha chegado ainda aqui. Foi o José Laurindo, João Laurindo, irmão dele. Quando o Osvaldo saiu, que foi pra Tefé, ficou o José Cajueiro com a mãe e um filho. Quando ele faleceu, passou 14 anos sem ninguém morar. Aí voltou novamente o seu Osvaldo e abriu novamente o local. Deve ter sido em 76 ou 77. Aí chegou outras pessoas. Aqui no Sítio São José não, mas em outros locais. O seu Zeca já mora aqui há uns 25 anos. Ele morava no Japurá. Ele chegou 5 anos depois que eu cheguei. Lá já morava o sogro dele, Teotônio Agripino (...). Ele morava onde mora o seu Zeca Ponte. Ali tudo era dele (Francisco Soares, São José).

“O Teotônio já veio também de lá do Japurá, não sei em que era foi...” (Dalvino Nascimento, São José).

Sobre o trabalho com os patrões, referidos genericamente como “*arigós*”, por serem originários do Ceará, os narradores reafirmam a versão de que havia um controle sobre a exploração da área.

“Todo esse pessoal que penetrava aqui dentro, era sujeito a eles. Eu também trabalhei com o Milton Nogueira. Eu trabalhei uma porção de anos com ele. O que pertencia aqui até a Vila Alencar, tudo isso trabalhava, tudo era sujeito a eles” (Francisco Soares, São José).

Com a saída do patrão, Milton Nogueira, as famílias que residiam na área dispersaram-se.

“Aí o pessoal foi procurar seu jeito, dar sua virada. Os compromissos que tinha com o patrão, ele não cobrou, deixou de mão” (Francisco Soares, São José).

A região onde está situado o São José era referida genericamente no passado como Boca do Mamirauá. Provavelmente em 1981 é que recebeu o nome de São José, mas os narradores não souberam explicar a origem do nome. Em 1992, foi criada a organização comunitária, cujo primeiro presidente foi o Francisco da Costa Soares.





Povoados Extintos III

Ao contrário do que vimos na região do Solimões e do Aranapú, na região do Japurá a extinção dos povoados está associada mais a causas sociais do que ambientais, como a morte de um patrão ou sua mudança para a área urbana, e que pode ser associada com a época em que o comércio rural entrou em declínio (LIMA-AYRES 1992). Dos fatores ambientais que estão associados a extinção dos povoados destacamos a terra caída e o isolamento do povoado devido à formação de praias e ilhas na frente do mesmo. As informações sobre esses povoados foram obtidas com ex-moradores e também com pessoas que os conheceram quando trabalhavam como regatão, ou como "freguês" de algum patrão.

As dificuldades em localizar os povoados extintos foram acentuadas pela dinâmica ambiental que ao longo dos anos vem alterando completamente a paisagem. Alguns povoados estavam localizados em ilhas que vieram a desaparecer com o fenômeno da terra caída, outros desapareceram com as mudanças nos cursos dos rios, com o fechamento de paranás, com a formação de praias, e também com o surgimento de novas ilhas. Estes fenômenos ambientais ao alterar a paisagem também alteram as referências espaciais de localização dos povoados que existiram no passado dificultando a ancoragem da memória dos narradores em sua volta ao passado. Assim, a dificuldade encontrada se refere não apenas em localizar esses povoados numa paisagem do passado e depois organizar os fragmentos de memória num relato histórico, como também em localizá-los numa paisagem do presente. Portanto, os relatos que se seguem são apenas fragmentos de memórias que foram encadeadas de modo a construir um relato, cronologicamente orientado, da história dos povoados que existiram na região do rio Japurá. Ao mesmo tempo em que as pessoas narram a história de formação e extinção dos povoados, também estão narrado a história ambiental dessa região.

1. Prainha

NARRADORES: Joaquim Andrade (*Betania*), Antonio Bezerra (Jarauá), Mário Cavalcante (Tefé), Osvaldo Frazão (Santa Luzia da Liberdade).

O povoado Prainha estava localizado numa ilha situada no rio Japurá, conhecida como Praia do Meio. Sua localização é próximo dos povoados Nova Colômbia e Jarauá. O povoado era formado por famílias que migraram de povoados da Colômbia Velha, do Pirarara e do Portugal todos povoados extintos. As referências sobre sua existência datam de 1950.

"Em 1950, existia Portugal, existia Colômbia e depois é que foi essa Prainha e Tucuxi também existia. Depois foi que desapareceu Tucuxi, Prainha desapareceu, e desapareceu a Colômbia primeiro e Portugal. Mas sendo aos poucos. Agora, dessas quatro, resta um povo entre essa vila da boca do Jarauá, entre Manacabi, entre Nova Colômbia" (Osvaldo Frazão, Santa Luzia da Liberdade).

No início dos anos 50, ainda não existiam moradores na Prainha. O lugar era usado apenas como acampamento de pesca no verão e plantio de roças.

"Só era a praia mesmo limpa. Eles moravam do outro lado onde nós chamava de Colômbia que passava um paraná assim por dentro. O paraná agora tá tapado, fechou e secou".

"Nós plantava ali no outro lado, naquela ilha ali do meio, Ilha da Prainha. Quando nós viemos de lá de Portugal, nós ficuemo aí nessa praia (Prainha). Moremo um ano e pouco lá" (Fernando Marinho, Jarauá).

As primeiras famílias que formaram o povoado Prainha eram antigos moradores de povoados vizinhos, como a Colômbia, de onde tiveram que sair por causa das mudanças que ocorreram no ambiente e isolaram o povoado.

"Uns saíram pra Prainha e outros saíram pra Maraã, como o Odorico Bezerra, que era o dono da propriedade. E lá ele tinha campo, fazenda de gado, tinha comércio" (Mário Cavalcante, Tefé).

"Aí era uma praia, então eles fizeram um povoadozinho ali. Era Prainha, onde morava o Chico Facunde. Ele mora no Marajaí agora. Morava uma porção deles aí, mas eu não tô mais alebrado. Eu sei que tinha aí uma vila, eles faziam festa e muitos daqui iam pra lá e perguntavam, '– Onde é a festa?' e eles diziam, '– É lá na Prainha'" (Joaquim Andrade, Nova Betânia).

O tempo de duração do povoado foi relativamente curto, pois ainda nos anos oitenta os moradores começaram a abandonar o povoado, devido a caída de terra que ameaçava as casas e as roças.

"Foi um lugar que demorou poucos tempos. Começou bonito, tinha umas oito casas (...) tem uns que moram agora no Marajaí, outros que moram na Nova Colômbia também moravam lá, outros no Jarauá... Quando saiu uns, saiu tudo e a terra caída veio tomando todo o lugar e levou todas as plantações" (Osvaldo Frazão, Sítio Santa Luzia da Liberdade).

"Porque lá também ficou assim lá longe, foi criando mato na frente e agora não aparece mais. Agora, na parte de cima a terra foi arriando, mas não era no lugar das casas. Acho que eles ficaram com medo, talvez, e saíram porque a terra foi arriando" (Joaquim Andrade, Nova Betânia).

"Porque a terra caiu. Era mais acima da boca do Jarauá aí a terra pegou a cair, veio caindo, veio caindo e o pessoal começou a sair de lá. Aí cresceu uma praia por fora da ponta da ilha, aí a terra parou de cair e começou a cair pro outro lado. E aqui onde o pessoal morava começou a sair ilha, mas já tinham se mudado pro Jarauá e a fazer plantio onde moravam antes. Uma parte só; a outra parte não tem mais, caiu. Antigamente aquilo era uma ponta de praia mesmo sem um pé de mato" (Antonio Bezerra, Jarauá).

"Era uma praia grande de fora, que passava o rio. Eu conheci aquilo também como uma praia. Eu peguei muito bicho de casco ali. Pegava iaçá, tartaruga..." (Mário Cavalcante, Tefé).

"Porque lá a terra caiu, acabou com o que tinha. Até o canto onde estava a nossa casa a terra levou tudo. Acabou. Aquilo era uma praia assim, né. Primeiro secou a praia, depois foi caindo mesmo a terra alta onde nós morava e aí nós se mudamo pra cá. Depois veio esse pessoal que tá todinho aqui (Jarauá). Moravam lá na Prainha. Eles moravam primeiro lá. Quando eles moravam lá eu não morava, morava no Portugal. Depois que eu vim pra lá, aí começou a terra a cair. Primeiro lá onde nós morava. O primeiro que saiu pra cá fui eu, e aí a terra continuou a cair. Aí eles saíram tudo, acharam que pra cá era melhor. Aí atravessaram. Sim, que lá era mais gente, né, agora foi dividindo ali, uma parte foi lá pra Nova Colômbia; a outra parte veio pra cá (Jarauá)" (Fernando Castro Marinho, Jarauá).

2. Pirarara

NARRADORES: *Oswaldo Frazão (Santa Luzia da Liberdade), Mário Cavalcante (Tefé), Joaquim Andrade (Nova Betânia).*

O povoado Pirarara estava localizado na margem esquerda do rio Japurá, quase em frente ao povoado Japão que estava localizado na margem oposta. Segundo Osvaldo Frazão Cardoso, o povoado Pirarara foi fundado por seus pais.

"Foi o meu pai Francisco Cardoso e minha mãe Constantina Frazão. Eles vieram desse rio aí, do Mapucuri (hoje Japão). Quando nós já estava grandinho se mudemos pra cá (Pirarara), não morava ninguém aí" (Oswaldo Frazão, Sítio Santa Luzia da Liberdade).

A causa da saída dessas famílias do Mapucuri foi principalmente ambiental.

"Porque ficou feio o lugar aí. Saiu uma ilha na frente e o lugar ficou dentro de uma ressaca. Pra passar pro rio (Japura) tinha que atravessar de canoa" (Oswaldo Frazão, Sítio Santa Luzia da Liberdade).

A data provável de formação do povoado não é conhecida, mas pelos cálculos realizados por Osvaldo que associou esta data com a história de sua família. Depois que sua família saiu do lugar, outras também decidiram mudar do Mapucuri para o Pirarara. Eram famílias que possuíam laços de parentescos com a família de Francisco Cardoso.

"Era cinco famílias, elas vieram do Mapucurí, umas eram nossos parentes. Quem morava lá se mudou pro Pirarara. Aí nós moramos esses anos todos. Era 5 irmãos e foram casando e saindo. Aí foi quando minha mãe e meu pai morreram. Aí foi quando nós se desgostemos do lugar porque morreu os velhos, um irmão e uma irmã minha. Aí nós voltamos pro Mapucurí (já fora). Aí já era Japão" (Oswaldo Frazão, Sítio Santa Luzia da Liberdade).

As famílias que permaneceram no Mapucuri, mudaram suas casas para a beira do rio Japurá, realizando assim uma mobilidade de povoado com dispersão de algumas famílias. Um dos fatores que permitia a permanência do povoado na mesma margem

era a existência de recursos naturais, terra para trabalhar e um “patrão” que comprava a produção, Izaac Ambrósio, da comunidade de Jarauá.

Pirarara cresceu ainda mais com a chegada de outras três famílias procedentes do Icé, mas que o narrador não soube informar o nome, sendo que uma delas mudou logo depois para o povoado Jarauá. No momento de seu apogeu, Pirarara chegou a ter várias casas.

“Era umas 11 casas. No tempo que nós morava aí chegou mais famílias, chegou três famílias também lá do Icé. Hoje um deles mora no Jarauá, o Percílio, ele morou aí com nós. Morou também outra família que os velhos já morreram. Era muita gente” (Osvaldo Frazão, Santa Luzia da Liberdade).

A economia dos moradores estava centrada na pesca do pirarucu e na agricultura, com o cultivo de roças de mandioca para a produção de farinha, e no cultivo de banana.

“Vivia só de pesca e de roça. No verão botava roça e pescava. Era farto demais. Pescava só pirarucu, tambaqui, tartaruga. Naquele tempo ainda aparecia muito. Depois que os velhos morreram todo mundo abandonou o lugar” (Osvaldo Frazão).

“Todo dia tinha dez, doze regatão no porto. Uns era pra namorar, que tinha mulher pra danar, e outros, todos eles era pra comprar a produção e pra vender. Comprava pirarucu. Naquele tempo, tempo da vaca gorda, o regatão subia e encostava nos portos e aí o sujeito dizia: – ‘Me vende um saco de sal’. E aí comprava também um rancho e aí o regatão ia embora. Se ele comprasse, o que ele salgasse com aquele sal, era praquela pessoa, o regatão. Às vezes chegava numa casa dessa tinha, o cara tinha dez, doze sacos de sal. Não tinha dois sacos só. Tudo era de um patrão, de outro... O que ele salgasse com aquele sal era para o dono do sal” (Mário Cavalcante, Tefé).

Em Pirarara não havia um patrão residindo no local, por isso mesmo as pessoas negociavam com vários patrões.

“O que passasse. Ele comprava o rancho e comprava o saco de sal. Hoje o sujeito vende dez sacos e às vezes não recebe nem um quilo” (Mário Cavalcante, Tefé).

Os moradores vendiam a produção para outros patrões como o Raimundo Mota de Coarí, o Januário Borges e o Tibiriçá, de Alvarães. Entretanto, era mais fácil trabalhar com o Isaac Ambrósio, do Jarauá, porque ele chegava até o povoado para comprar a produção.

“Naquele tempo, se a gente queria ir pra Tefé era no remo, não existia quase motor. Era mais fácil trabalhar com Isaac Ambrósio, que dava a volta aí toda semana no motor” (Osvaldo Frazão, Sítio Santa Luzia da Liberdade).

Quanto à origem do nome Pirarara para o povoado, encontramos a seguinte versão:

“Foi porque lá mataram uma pirarara considerada a maior pirarara da época. Isso foi na ressaca da praia, pois naquele tempo a praia vinha aqui em cima, não existia aquela praia que tem agora alí na frente. Lá era onde morava o Chicão. Pirarara já foi muito habitada, ali tinha gente que dava pra... depois que um matou o outro... Ali tinha mais de trinta casas, tinha muita casa (...). Nunca teve comércio” (Mário Cavalcante, Tefé).

Anos mais tarde, provavelmente no início da década de 70, as famílias que residiam em Pirarara tiveram que procurar outro lugar para construir suas casas, pois algumas transformações estavam ocorrendo no ambiente, como a caída das terras situadas nas margens do rio, aos poucos diminuiu a área de terra mais alta sobre a qual estavam construídas as casas e as pessoas construíam suas roças. Somente restavam as áreas de terras mais baixas, porém estas eram facilmente inundadas no período da cheia. Assim, as famílias foram se dispersando aos poucos em busca de outro local para fixar moradia.

“O lugar foi caindo, a terra caída foi chegando perto da nossa casa e aí nós mudamos a casa mais pra baixo. E foi quando o meu pai, minha mãe e meus irmãos morreram. Então nós se desgostemos do lugar e mudamo (...). Por causa da terra caída, tinha muita plantação e a terra caída ia levando tudo. Caiu até a de um parente meu, João Neto. Aí nós atravessemos de novo pro Japão” (Osvaldo Frazão, Sítio Santa Luzia da Liberdade).

Mas, além da terra caída, também houve a formação de praias, que provocaram o isolamento do povoado.

“Aterrou também. Aterrou do mesmo jeito de Colômbia” (Joaquim Andrade, Nova Betânia).

“Na frente formou uma praia e essa praia se tornou ilha. Com a restinga alta hoje, tem que se atravessar a ressaca, dois igarapés pra chegar onde era o povoado. A restinga é alta. Aí as pessoas desistiram. Ainda tem umas duas famílias que moram lá, aqui fora na beira, na praia da beira do rio. Uma na beira e outra na segunda ilha (...) tá na terceira ilha. Na terceira praia que formou na beira” (Mário Cavalcante, Tefé).

O último morador a sair foi Osvaldo Frazão, que foi morar no Mapucurí, atual Japão, situado na outra margem do rio. A escolha se fez a partir da observação de alguns fatores: existência de recursos disponíveis, principalmente o pescado; terrenos altos que não sofressem grandes alagações facilitando o cultivo de roças; a existência de escola, de laços de parentesco e de uma rede de relações sociais consistente.

3. Tucuxi

NARRADORES: *Antonio Bezerra (Jarauá), Mário Cavalcante (Tefé), José Medeiros (Cauaçu), Joaquim Andrade (Nova Betânia), Roberto Gomes (Nova Colômbia).*

Tucuxi foi um povoado formado na década de 60 por pessoas que penetraram o Jarauá com o objetivo apenas de explorar recursos pesqueiros. Nessas áreas de pesca, elas construíam acampamentos, as feitorias, para tirar o fábriço na época da safra do pirarucu. Localizado numa das áreas mais piscosas do Jarauá, seu declínio coincide com o declínio de outros povoados que existiram na região do Jarauá e com o declínio da produção do pescado na região. Depois, na década de 70, a exploração da madeira atraiu alguns moradores para a área, mas que não estabeleceram moradia com a mesma estrutura de antes.

A história do povoado Tucuxi foi narrada tanto por ex-moradores quanto por pessoas que conheceram o povoado quando viajavam a negócios, comprando a produção, ou mesmo pescando num dos vários lagos da região. Os primeiros moradores que se tem notícias são membros de uma mesma família, os Bezerras.

“Quem primeiro morou no Tucuxi foi meus avós paternos. Era Artur Bezerra da Silva. Esse pessoal vieram de Santo Antonio do Içá no alto Solimões, mas ficaram no Cauaçu. Era dentro do Paraná do Cauaçu. Lá tinha um povoado formado por esse pessoal e de lá eles vieram pra cá pro Jarauá pegar peixe pra comer. Esse Jarauá nessa época (provavelmente na década de 50) era desabitado, não tinha ninguém. E aí eles ficaram com feitoria pra pescar e foram eles quem descobriram o Jarauá. Quase todos esses

lagos que tem, muitos deles é nome desse pessoal que trabalhava lá. Eles eram irmãos. Era Artur, tinha Abel, Alfredo, Antonio, que ainda tá vivo (Antonio Bezerra, Jarauá).

A data não é precisa, mas segundo o mesmo narrador,

“Faz muito tempo, foi quando descobriram o Jarauá. Meu pai ainda não era nem nascido, mas acho que já era nascido. Pra saber bem, o tio Raimundo, o filho mais novo de meu avô, ele deve ter uns quarenta e poucos anos (47). Ele tava nessa época com um ano de idade. Ele azanoiou (ficou com um olho cego) de cauixi, é um pingo da mata quando tá vazando, caiu no olho dele. Ele ia andando na mata atrás de lago e aí caiu esse pingo no olho dele e ele quase cegava. Então tem uma base assim de 40 a 45 anos que esse pessoal descobriu o Jarauá, que eu sei mais ou menos. E depois os outros já vieram. Aí eles ficaram morando lá” (Antonio Bezerra, Jarauá).

Para outro informante,

“O Tucuxi eu conheci mais ou menos em 50, lá era a comunidade dos Bezerras. Ficava no Juruá, uma hora da boca pra dentro” (Mário Cavalcante, Tefé).

A trajetória da família Bezerra inicia em Santo Antonio do Içá, quando Artur Bezerra decide sair em busca de melhores condições de vida. É uma trajetória marcada por um intenso processo migratório, muito semelhante ao realizado por dezenas de famílias que se estabeleceram nessa região do Médio Solimões

“Me disse o finado Amâncio que eles vieram de lá porque não tinha mais, não queriam mais cortar seringa e lá viviam de seringa. E aí disseram que Tefé era muito bom e aí eles vieram embora. Quando chegaram no Cauaçú foram dormir, entraram pela boca de cima do Cauaçú e tava anoitecendo, pediram agasalho pra dormir. E nesse agasalho eles moraram oito anos. Aí ficaram, começaram a plantar, pescar e aí descobriram o Jarauá e vieram. Passaram dois anos tirando o fábrica aí e então resolveram vir de muda pra poder empatar o pessoal de entrar no rio e nos lagos. Descobriram lagos virgem onde chegaram a pegar mais de cem tartarugas só num lago (Mário Cavalcante, Tefé).

A descoberta de lagos garante o direito de uso e a exploração dos mesmos e, conseqüentemente, a fixação das famílias nos locais onde são realizadas as feitorias. Mas, para que isso ocorresse era necessário que elas contassem com a assistência de um patrão.

“Eles passaram pro Jarauá no Tucuxi. Aí os filhos foram casando, as filhas foram casando e foi aumentando. Nesse tempo não existia comunidade (organização), eram as famílias que ficavam morando ali juntas. Aí foram chegando outras pessoas mais, o movimento também foi ampliando e aí o comércio, tinha criação de gado, muito gado, deles e de outras pessoas. A história que eu sei foi por aí. E daí mesmo o pessoal depois foi se mudando pra cidade, Manaus, Coari, Tefé” (Antonio Bezerra, Jarauá).

Historicamente a região do Jarauá tem sido conhecida pela fartura de recursos naturais.

“Eles descobriram muitos lagos virgens e nesse tempo eles pegavam a cortiça da arpoeira, da ponta da arpoeira e jogavam lá pro meio do porto da casa. Quando batia na água, os jacarés mordiam e então eles puxavam o jacaré pra terra. Era desabitado o rio (Antonio Bezerra). “Eu ainda ajudei a matar jacaré com a gente jogando aninga. Eles eram valentes, e a aninga batia na água e o jacaré batia em cima. Como o jacaré não tem língua, não põe pra fora, ele engolia tudo” (Mário Cavalcante, Tefé).

De acordo com os narradores, os povoados daquela época possuíam um número de casa que corresponde ao tamanho médio de um povoado de hoje. Assim, embora existisse um comércio forte e a figura do patrão, o número de casas não era maior do que o número atual. Para alguns narradores, no momento do seu apogeu o Tucuxi chegou a ter muitas casas.

“Acho que umas dezessete famílias. Tinha escola, comércio. E daí o que aconteceu foi que os filhos foram crescendo e foram achando que era conveniente ir pra outro canto. Aí a gente saiu de lá e veio morar em Colômbia, já como Comunidade. O meu pai foi convidado pelo pessoal pra ser o presidente da Comunidade e minha mãe era a catequista” (Antonio Bezerra, Jarauá).

“Tinha umas vinte casas, talvez mais” (Mário Cavalcante, Tefé).

“Eu conheci o Tucuxi e muito. Ia pescar pra lá, passava pra lá pescando lá no derradeiro lago. De princípio, tinha oito casas lá. Era moradores feitores. Mas morador efetivo mesmo que tinha lá era o seu Gregório, que mora em Tefé agora, e o Vicente Marques de Souza, era só” (Roberto Gomes, Nova Colômbia).

“O Tucuxi aí morava muita gente. Mas foram embora todos e ficou abandonado o lugar. Quando eu conheci aí morava muita gente, morava uma porção de gente. Mas quer dizer que eles não moravam aí direto, era só pescando. Moravam num fábrica e no outro iam embora pra Tefé. Esse pessoal de Pires, pescavam lá também, Luis Pires,

que já morreu. Tinha o Milton Bezerra que também já morreu. E tinha outros que trabalhavam aí, mas voltavam” (José Medeiros, Cauaçu).

Como em outros povoados dessa região do Jarauá, a atividade agrícola era pequena, pois as condições ambientais não eram favoráveis devido as terras serem baixas e facilmente inundáveis, mesmo nas cheias pequenas.

“Plantavam, mas a terra lá era baixa e geralmente eles perdiam a roça na cheia, ou tiravam pra botar em paneiro e torrar no verão, mas era uma farinha ruim, azeda” (Mário Cavalcante, Tefé).

Já a criação de gado, apesar das dificuldades que se apresentavam no período das cheias, quando era necessário fazer o manejo do gado, era significativa.

“Quem criava gado era outra família, o Turíbio Bezerra, um irmão do Artur. O Amâncio tinha gado, o Tertulino tinha gado, o Gregório. Como era só num campo que criavam, parecia muito gado. O Otacílio tinha também, o velho Manduca e o Manduca Bezerra” (Mário Cavalcante, Tefé).

A dispersão das famílias que residiam no Tucuxi ocorreu aos poucos. Os motivos apontados são vários.

“O povo começou a sair, veio política, o chefe de lá, Odorico Bezerra da Silva foi eleito prefeito de Maraã, e aí acabou a comunidade. Os amigos dele ele levou pra lá (Maraã) e os que não eram foram embora. É porque ele como prefeito arranhou emprego pra os amigos e os outros eram quem vendiam a produção pra ele no inverno, que era quem tinha condições financeiras. Como não tinha quem comprasse, eles foram embora. A maior produção era comprada por ele, e no inverno quando não ia ninguém lá, ele pegava toda a produção” (Mário Cavalcante, Tefé).

O Odorico Bezerra antes de morar no Tucuxi, morou na Colômbia onde possuía comércio e fazenda de gado.

“Primeiro vivia no Tucuxi, e de lá foi que mudou pra Colômbia. Ficou morando nos dois. No Tucuxi passava uns dias, depois passava outros na Colômbia. Depois veio o pleito eleitoral e ele ganhou pra vice-prefeito, junto com o Benedito Ramos. Aí ele começou a levar gente daí pra lá” (Mário Cavalcante, Tefé).

As causas da dispersão de domicílios estão relacionadas também com o declínio da produção. Com a saída do patrão o sistema de comércio vigente na região entrou em declínio, pois os marreteiros deixaram de ir até o Tucuxi.

“Porque a produção era pouca, não compensava. Era só pirarucu, tambaqui... Era só peixe mesmo. No tempo em que compravam jacaré, era jacaré, era a maior produção do Jarauá era jacaré (...). Porque deixou de haver a produção que havia antes, de pirarucu. O jacaré foi proibido a matança e como não dava mais, eles começaram a se retirar de lá. A madeira ficou difícil. A dispersão mais intensa ocorreu na década de 60; foi em 60 e tal pra cá, em setenta mais ou menos. É que a coisa ficou mais difícil. De primeiro, era inverno e verão, todo o tempo andava marreteiro pra lá. Depois ficou difícil e não compensava mais andar pra lá. Depois que acabou-se a produção deixaram de viajar. E para eles (moradores) estarem presos lá sem recursos, todo mundo foi debandando. Uns vieram pra Uariní, outros pra Tefé, outros pro Punã. A maior parte do pessoal do Jarauá está no Máraã e Tefé” (Mário Cavalcante, Tefé).

Para outro narrador, as causas da extinção estariam associadas a outros fatores,

“Muitos moram numa comunidade que às vezes acaba porque tem notícias de melhoramento, de recursos. Um vai pra Tefé, outro pra Manaus, outro vai pra Coarí, pra onde sabe da notícia que é mais favorável pra viver. Aí a pessoa caça aquele destino, aquele lugar e vai embora” (Joaquim Andrade, Nova Betânia).

As famílias que residiam no Tucuxi realizaram um movimento migratório que consistiu em se reagrupar em outros povoados, até mesmo fundando novos povoados, reforçando assim a importância das relações de parentesco no processo de saída e de formação de um povoado.

“Foi porque iam ganhando dinheiro. Saíam porque tavam bem de vida. E dessa família Bezerra, os que não foram embora, dos irmãos de Artur, eles se mudaram de novo pro Solimões, pra onde hoje é a comunidade de Ingá. Todos os outros foram pra lá. A comunidade inteira lá do Ingá e dos Bezerra. E depois é que outras pessoas foram se entrosando na família, foram casando, mas a comunidade mesmo lá foi criada pelos Bezerras. E o pessoal que não saiu pra cidade, foram pro Ingá. E ainda hoje estão lá, os que tão vivos. Esses mesmos que vieram pro Cauaçu e depois pro Tucuxi e que hoje uma parte ta no Ingá” (Joaquim Andrade, Nova Betânia).

“Uma parte no Ingá, outra em Tefé e outra no Máraã, outros em Manaus” (Mário Cavalcante, Tefé).

Sobre o momento em que começou a ocorrer a dispersão, existem poucas informações.

"Eu não lembro, mas eu fui eleitor de Maraã quase quarenta anos. Antes de ser município eu já era eleitor aqui dessa faixa. Porque quando teve eleição pra prefeito de Maraã tinha setenta e dois eleitores. Eu não lembro de cabeça em que ano foi. Foi na primeira eleição. Na segunda eleição (50/60) foi eleito o Benedito Ramos, que era de Manaus, mas morava no Jarauá, e conseguiu mais um dinheiro e foi embora pra Tefé onde botou uma loja e candidatou-se a vereador em Tefé e ganhou. Aí apareceu a eleição para Maraã e ele concorreu e ganhou também. Quando terminou o mandato dele, candidatou-se a vereador e ganhou. Quando terminou candidatou-se a prefeito outra vez e ganhou. Aí mudou a sede do Jacitara pra Maraã. Eu sei que em 50 ainda existia, foi quando conheci. Até 60 eu tenho certeza que nesses dez anos ainda tinha gente no Tucuxi e em quase todo o Jarauá. Tinha no Jaraqui, acima do Tucuxi, tinha o Rodolfo Bezerra, que morava com mais três fregueses. Ele comprava a produção e mora agora em Betel. Ele é primo do Odorico Bezerra. Nesse lugar não mora mais ninguém. Também tinha o Cedro onde morava umas cinco a seis famílias" (Mário Cavalcante, Tefé).

Sobre o ano em que saíram do Tucuxi para morar no Ingá:

"Eu não tô lembrado, mas o Ingá deve ter uns 15 a 20 anos. Tinha lá uns moradores, esse Adolfo Bezerra morava aí acima do Ingá, num lugar por nome Coadi. E o Alfredo Bezerra que é avô da Ana que trabalha no MEB, ele morava no Ingá e o Rodolfo também. Era mais ou menos essas pessoas junto com mais algumas casinhas que tinha, que moravam ali, que passaram pra lá pra morar no Ingá. E daí quando surgiu essa formação de Comunidade (MEB) eles faziam parte, com algumas pessoas da Igreja, catequistas, essas pessoas assim. E aí fundaram a comunidade que foi crescendo, foi crescendo e hoje é uma comunidade das maiores que tem no município e mais organizada" (Mário Cavalcante, Tefé).

"Esse pessoal do Tucuxi que daí passaram lá pro Ingá, depois que eles descobriram o Juruá e ele começou a ser invadido, começou a entrar pescadores. No tempo deles, quando moravam lá, nenhum peixeiro pescava nesse Jarauá. Não pescava mesmo porque eles não deixavam entrar. Se tentasse entrar eles iam pro chumbo. Eles ainda andaram atirando por cima de toldo de motor, na frente da proa. Tinha que voltar porque eles não deixavam entrar. Aí quando eles perderam o controle que o rio ficou totalmente franco, aí eles saíram e foram trabalhar na terra firme; outros foram pra cidade. O Odorico foi prefeito do Maraã e levou uma parte da família também pra morar lá. Nós ficamos no Jarauá. O meu pai era Domingos Bezerra. A gente ficou aí ainda uns tempos, e aí minha mãe, Maria da Conceição, trabalhou lá de professora no Tucuxi. Aí fomos pra antiga Colômbia, lá foi formada a comunidade, foi o meu pai quem

fundou a comunidade (organização). Aí ficou ainda algumas pessoas no Tucuxi que também foram saindo. Não tinha mais escola lá, então tiveram que sair pra colocar os filhos pra estudar em outro canto. Alguns vieram pra Colômbia, outros pra Tefé, Alvarães e ficou algumas casas lá no Tucuxi. E daí do Tucuxi, os filhos mudemos pra Tefé, no Abial e começemos a viajar e ficaram só os velhos em casa. Depois que a velha Colômbia já tava já fechando, nós se mudemos pro Abial e de lá a gente começou a viajar e ficou um irmão meu que morava aí no Tucuxi, que já era casado. Aí nós voltemos de novo pra lá, pro Tucuxi e moremos lá de novo três anos” (Antonio Bezerra, Jarauá).

Sobre o ano que a família de Antonio Bezerra saiu do Tucuxi para a Colômbia Velha:

“Acho que foi em 66 a 68. E nós fomos pro Abial já em 72, acho que antes, em 70. Aí do Abial nós voltemos de novo pro Tucuxi. E tinha ainda um irmão meu lá e tinha mais três moradores. Era em 74. E os outros tavam viajando. Nós fomos todos pra lá pra trabalhar em madeira naqueles anos da enchente grande. Foi uns anos que deu, 75, 77. Nós ficamos lá até em 80, 82. Aí nós voltemos de novo pra Tefé e a família começou a debandar. No final de 82, 83 o meu pai faleceu. Aí uns foram pra Manaus, outros pra Coari, aí ficou só dois irmãos e a mamãe em Tefé. Aí eu me casei em 82 e fiquei morando na Prainha. Tive lá uns três meses só. E aí já tinha mudado a Velha Colômbia pra Nova Colômbia, e a gente foi pra Nova Colômbia. Moramos lá 4 anos e nos cinco anos viemos embora pro Jarauá onde moro até hoje. Hoje no Tucuxi não mora mais ninguém lá (Antonio Bezerra, Jarauá).

4. Vila Armando Pina

NARRADORES: *Roberto Gomes (Nova Colômbia), Joaquina Seabra (Nova Betânia), Osmundo Neves (Tapiira), Mário Cavalcante (Tefé), Joaquim Andrade (Nova Colômbia), Osvaldo Frazão (Santa Luzia da Liberdade).*

A Vila Armando Pina existiu entre as décadas de 30 e 60. Existem várias versões sobre seus prováveis fundadores. De acordo com uma versão:

“No meu entendimento, pelo que minha mãe dizia que existia um morador lá o nome dele parece que era Joaquim Calixto. Era o primeiro morador de lá que chegou lá do

Mari-mari. Depois dele que já foi chegando um, chegando outro, chegando, até formar lá uma vila (...). Quando eu conheci já era esse nome (...). Ainda era solteiro. Ainda estava com meus pais. Tinha mais ou menos 8 anos. (Hoje) Tô com 61" (Roberto Gomes, Nova Colômbia, outubro de 1993).

Mas o mesmo narrador conta outra versão sobre os fundadores do povoado.

"Quem fundou primeiro essa Vila Armando Pina aí foi um tenente, não sei como era o nome dele, era Trobiano. Depois ele foi embora, mas ficou morador nesse lugar aí" (Roberto Gomes, Nova Colômbia).

"Disse que um oficial da Marinha veio pro Japurá e na volta encostou lá, pois achou o lugar bonito. Já havia umas barracas lá, tapiri de um pessoal que morava lá. Aí ele tinha um material e construiu casas e doou pro pessoal e deixou a placa lá Vila Armando Pina. Construiu 18 casas" (Mário Cavalcante, Tefé).

Esse oficial permaneceu no povoado cerca de um mês, tempo necessário para consertar seu navio.

"Houve uma pane na máquina do navio e ele encostou lá. Quando consertou o navio foi embora. Depois a terra caída veio destruindo até que levou tudo" (Mário Cavalcante, Tefé).

Ainda de acordo com esta versão, este mesmo oficial também fundou uma reserva, uma colônia na Vila Armando Pina.

"Foi esse dito homem que criou a Colônia. Tinha uma casa grande aí, mas ele não chegou a terminar a casa, né. Não sei porque, não sei o que houve, só sei que ele montou todinha a casa, cobriu, só faltava assoalhar mesmo. Foi o tempo que ele foi embora para Tefé, ele nunca mais voltou (...). Quando ele chegou aí parece que só tinha umas 8 casas. Ele juntou os homens que morava lá, fez reunião disse que ia criar uma colônia aí, fundar uma colônia. Aí ele mandou tirar madeira. Tiraram madeira pra fazer a sede. Nós viemos dali umas três vezes trabalhar. Ia bem o trabalho dele, de lá que eu não sei o que aconteceu" (Roberto Gomes, Nova Colômbia).

"O primeiro rádio que eu ouvi aqui na Amazônia foi em 1935, quando o capitão dos Portos daqui do Amazonas veio fundar uma Colônia aqui no Jarauá. Ele parou aqui (Tapiira) pra levar todos nós. Era o capitão Armando Pina. Era carioca. Eles trouxeram o primeiro rádio que eu ouvi. Aí nós fomos e lá ele fundou a Colônia. Passamos um dia

e uma noite lá com eles. No Pirarara era um tabuleiro e saltamos lá pra tirar ovos de tartaruga pra eles levar, tirar fotografias” (Osmundo Neves, Tapiira).

Segundo outra versão, a colônia foi criada por outra pessoa.

“Em 32 foi formada uma Colônia aqui que tinha uma preservaçõzinha. Foi uma Colônia de pesca que... Tinha um capitão, Armando Pina, que era ligado ao Caça e Pesca daqui do Amazonas. Então no Jarauá ele fez uma preservação. Aí criou essa Colônia em 32. Aí foi bem organizada, teve três anos de funcionamento. Tinha escola. Era na Vila Armando Pina. É porque já caiu tudo. Hoje não tem mais, já caiu tudo. Não tem mais morador. Não tem mais ninguém aí. Caiu a terra. Não tem mais um sinal. Era no lado de quem descia, perto do Pirapucu, confronete ao Pirapucu, por aí assim. Era abaixo do Putirí, abaixo do Manacabí. Era uma beleza lá. Do outro lado era a Armando Pina. Foi muito farto. Houve uma grande preservação lá e deu muito peixe (...)” (Sebastião Neves, Vila São José).

Sobre o trabalho da colônia e as atividades de preservação.

“Existia os fiscais que fiscalizavam os lagos pra não pescarem nos tempos marcados. A pescaria lá era de setembro a novembro. E aí não pescava mais. E naquele tempo não existia como existe hoje, várias empresas (?). Então, madeira não se tirava porque não tinha pra quem vender. Roças não se fazia muito porque a população não era grande e não tinha saída. Então se vivia de pesca. O que mais produzia era o pirarucu. Mas quando é assim pra uma reserva, aqui no Mamirauá a maior parte tá apoiando, e tem uns que são contra. Então, assim foi naquele tempo. Quando o capitão Armando Pina formou essa Colônia, aí com três anos entrou outro capitão que era desse Projeto Rondon, Cleto Marques, foi quem derrocou em 1936. Foi quem acabou com essa Colônia...” (Sebastião Neves, Vila São José).

Sobre a época destes acontecimentos existem referências vagas.

“Quando eu cheguei em quarenta e tanto (1945 ou 1948), antes de cinquenta, a terra caída já tinha levado um pedacinho. Não tinha derrubado casas porque quando chegava perto o pessoal tirava as casas. Mas já tinha caído um pedaço do campo. Em cinquenta e tanto ainda tinha escola lá” (Mário Cavalcante, Tefé).

De acordo com Alice Seabra, que em 1944 morou na Vila Armando Pina, quando tinha 8 anos de idade, a Vila Armando Pina tinha muitas casas naquela época.

“Eu acho que umas 15 casas. Era muitas pessoas que moravam lá. Na parte de cima era a casa do seu Pedro Machado. De lá, morava o Miguel. Do Miguel morava o Afonso que era desses peruano, pessoal de Cauacho. Tinha o velho que era o Turipi, o peruano velho pai do Afonso. Tinha os outros filhos o João, o Pedro Cauacho, já filho do Afonso. Aí era a casa do professor Vitório. A casa era grande, de dá aula. Daí era a nossa casa, aí era a casa do seu Siciliano, irmão do papai; E tinha a casa do Corinto. Tinha casa pra baixo e casa pra cima” (Joaquina Seabra, Nova Colômbia).

“Tinha 15 casas, era grande, era um povoado, uma vilazinha. Aí foi caindo, caindo, caindo e o pessoal foram se afastando pra baixo, mais pra onde não caia. Aí saíram todos, ficou só o finado do meu pai aí, Jacinto Calixto” (Roberto Gomes, Nova Colômbia).

“Tinha umas vinte e tantas casas. Era uma vila. Tinha um comércio de um marreteiro. Ele morava depois no Abial, já morreu, mas a família dele ainda mora no Abial. Não lembro mais o nome dele. Ele tinha um pequeno comércio. Passava um regatão, ele comprava coisinhas e ficava vendendo pro pessoal e recebendo. Quando o regatão baixava ele pagava o que comprava e comprava mais coisas. Era um marreteiro. Lá tinha gado também. Eu acho que foi até 67 e aí acabou-se de uma vez. Aí já começaram a fazer casas na ponta de baixo da praia, já lá perto de onde é a Nova Pirapucu, já dentro do Paraná” (Mário Cavalcante, Tefé).

“Quando eu conheci, tinha um pessoal por nome Afonso, Alexandre, César. Eles se assinavam como Cauacho, Patrocínio Cauacho. Era mais da família deles. Mais pra baixo tinha outros moradores que não eram da família deles, mas eu não conhecia. Tinha uma porção de casas. Eles festejavam Santo Antonio no mês de junho. Era um povoado bonito assim como aqui o Novo Pirapucu. Era grande, mas nesse tempo não existia esse negócio de Comunidade (organização). Eles trabalhavam em roça, pesca...” (Oswaldo Frazão, Santa Luzia da Liberdade).

Sobre o período de existência do povoado Vila Armando Pina, Oswaldo Frazão conserva algumas lembranças.

“Quando nós fomos pro Pirapucu (década de 70), já tinha acabado. Quando voltamos pro Japão, ainda estava lá, mas com pouca gente (...) Uns morreram os que faziam o festejo lá. E a terra caída veio tomando a agora já está mesmo o endereço” (Oswaldo Frazão, Santa Luzia da Liberdade).

“Tinha comércio, tinha grupo escolar, tinha muita coisa ali. Contam que tinha uma porção de coisa ali. Tinha um homem chamado Trobriande que morava e tomava conta, era o presidente de lá” (Joaquim Andrade, Nova Betânia).

O patrão com o qual as pessoas trabalhavam era o Izaac Ambrósio, do Jarauá.

“Eu trabalhei com ele. Nessa época eu morava na Colômbia; Tinha o Benedito Ramos que eu conheci que era patrão dono de mercadoria; foi no tempo que o finado Joaquim morreu e chegou esse Benedito Ramos. De lá ele saiu e foi pro Maraã, e pro Maraã se acabou. E tinha o regatão, né, a gente comprava do regatão” (Roberto Gomes, Nova Colômbia).

Segundo Joaquim Andrade, morador do povoado Nova Betânia, quando ele chegou para morar na Nova Betânia, no final do anos 50, a Vila Armando Pina já não mais existia.

“Ela já tinha terminado. Aquilo acabou porque arriou também, a terra arriou. Ali era bonito assim mais do que o Pirapucu. Era grande. Basta dizer que era um povoado todinho de Colômbia. Era a primeira que existiu, foi essa Vila Armando Pina. Era esse povo que ainda mora na Nova Colômbia, esse povo que mora na Boca do Jarauá, de Tucuxi, de Pirapucu, tudo morava aí” (Joaquim Andrade, Nova Betânia).

As causas do declínio da Vila Armando Pina são ambientais, a terra caída.

“Porque caiu a terra; caiu e as pessoas se mudaram tudo. Era um lugar bom pra morar, melhor que aqui (Nova Colômbia). Na baixa do rio era tudo limpo. Era um campo que era uma beleza” (Roberto Gomes, Nova Colômbia).

À medida que a terra ia caindo, as famílias que moravam na Vila foram mudando para a ponta da ilha.

“Os filhos foram casando e fazendo casas pra lá. Hoje eu vejo uns deles em Tefé. Tem uns lá pro Cassuá, deles mesmos não mora mais ninguém não. Esses que moram na Nova Pirapucu é filho desses que moravam lá dentro do primeiro Pirapucu. A terra que caiu levou as mangueiras, os campos, a terra alta toda; ficou só a terra de igapó” (Mário Cavalcante, Tefé).

Algumas famílias mudaram para o povoado Colômbia, situado na margem esquerda do Japurá, hoje extinto.

“Quando mudei pra Colômbia já tava casado (...) e o meu filho Zózimo ele estava com seis meses. Agora ele tá com 42 ou 43 (...). Foi o tempo que meu pai morreu aí nós se mudemos pra lá de novo. Nós morava ali na boca do Itu, que chamavam, acima da Vila,

confronte aquela ponta pro lado daqui onde tem uma capoeira velha. Nós morava aí. De lá nos saimo e fomos pra Colômbia. Foi o tempo que o papai morreu lá na Vila Armando Pina e foi sepultado lá. Aí nós voltamos pra lá de novo, e foi o tempo que a minha mãe morreu e nós se arriemo pra lá pra Colômbia” (Roberto Gomes, Nova Colômbia).

Na mesma época em que a terra da Vila Armando Pina começou a cair, outras ilhas iam sendo formadas, como Prainha.

“Já existia, mas tava saindo, tava começando a formar ilha. Não tinha ninguém morando lá. Não tinha nada, era rio limpo, lago, e aí com três anos que a praia começou a sair e aí que se mudaram pra Prainha” (Roberto Gomes, Nova Colômbia).

5. Portugal

NARRADORES: D. Quincas (Jarauá), Raimundo Daniel (Jarauá), Roberto Gomes (Nova Colômbia), Eliane Marinho (Jarauá), Joaquim Andrade (Nova Betânia), Mário Cavalcante (Tefé), Fernando de Castro Marinho (Jarauá).

As informações sobre a data de fundação do povoado Portugal foram fornecidas por vários narradores. É difícil estabelecer uma data aproximada. Provavelmente seria no início da década de 70, em 1973.

“Eu vim do Juruá, cheguei pra cá no ano de 1935 e eles já eram morador aqui mesmo, no Portugal. Naquele tempo não tinha gente aqui como tá agora. Isso aqui só tinha duas casas, um comerciante que era um judeu, Isaac Ambrósio. Ele era comerciante, vendia de um tudo, e comprava tudo que aparecia, pirarucu, tudo o que aparecia. E tinha outro morador mais ali da família Mendonça e era só. E daqui não tinha mais morador. Só tinha lá dentro mesmo. Ele (Isaac Ambrósio) morreu e depois os filhos foram embora. Ainda resta um. Não sei se tá em Tefé, não sei onde que ele tá, onde que ele mora. É Jacó” (Raimundo Daniel, Jarauá).

“Eu me lembro que a mamãe disse que ela teve lá minha irmã mais velha, no Portugal. A vovó (D. Quincas) morava lá ainda. Parece que foi lá e ela tá com 22 anos” (Eliane Marinho, Jarauá).

Portugal existiu provavelmente na mesma época em que existiu a Vila Armando Pina.

“Morava lá o finado Pinho pai da dona Quincas. Parece que tinha quatro casas, era o velho, dois filhos dele e mais um senhor que não era parente, e mais outra casa. Três casa que era parente” (Roberto Gomes, Nova Colômbia).

A origem do nome do povoado está associada à nacionalidade do fundador.

“Lá era conhecido como Portugal porque morava uma família que o velho era português, o José Pinho. Casou-se com uma mulher daí que era amazonense. E então ele construiu a casa e aí os filhos foram casando e construindo casas e formando uma vila. Então aí essa vila chamava-se Portugal. Depois que o velho morreu ficou os netos e aí foram saindo. Creio que se desgostaram (...). Uns moram ali naquela comunidade que fica dentro do Manacabí, abaixo de Betel. Aí mora uma família que morava no Portugal” (Joaquim Andrade, Nova Betânia).

“Botaram o nome de Portugal porque o papai era português. O nome dele era José Fernando de Pinho. Hoje só tem um neto meu morando aí, que tá criando porco lá”. (D. Quincas, Jarauá)

Antes de fundar Portugal a família de José Pinho morou no primeiro povoado de Jarauá, na época em que Isaac Ambrósio era o patrão.

“Eu nasci no Auati Paraná, de lá que nos viemos embora pra cá. Vim com meus pais. Naquele tempo eu era muito pequena. Nós viemo pra cá numa cheia grande. Nós morava naquela encosta ali no Jarauá. Fiquemo num barracão da filha do turco (Izaak Ambrósio). Ave Maria, era a maior imundície. Tinha uma família morando aí. Quando caía tempo⁴⁰ vinha tudo pra dentro do quarto. Aí mamãe disse pro papai:

– ‘José, vai fazer uma barraca, seja lá onde for’. Aí nós passemos pr’ ai. De lá passamos pro Portugal e aí se acabou meu pai, se acabou minha mãe...” (D. Quincas, Jarauá)

“Quando eu vim pra cá eu já tava assim mocinha, com oito anos por aí. Tenho a lembrança, mas bem pouco, de quando nós viemo de lá (Auati-Paraná). Saimos de lá por causa de *questão*. Esse meu irmão que morreu ele foi roubar uma filha de um cearense que tinha lá. Aquele velho tocaiava a noite inteira, o pai dessa menina, pra querer matar ele. Aí esse meu padrinho Pedro Américo que tem terra lá, ele pegou e

⁴⁰ Chuva forte, temporal com trovões e relâmpagos.

trouxe nós de lá pra cá. Por isso que nós saímos, senão nós não tinha vindo de lá não. Minha mãe não queria mais ficar lá porque sabia que iam matar ele, por isso nós viemo embora” (D. Quincas, Jarauá).

José Pinho era o patrão de Portugal, possuindo um comércio pequeno. A economia girava em torno da pesca e da criação de gado.

“O velho Pinho, aí tinha movimento pequeno. Ele só trabalhava no verão; no inverno ele parava o movimento. Ele comercializava tudo, era tecido, medicamento, estivas, ferragens, vendia de tudo. Comprava os produtos, jacaré, pirarucu, fantasia...” (Mário Cavalcante, Tefé).

“Ali no Portugal nós também tinha gado do papai que comprou umas oito cabeças de um homem que morava lá em cima. Naquela cheia grande que teve (1953), acabou com o gado do velho tudo, aí ele mesmo vendeu pros netos dele” (D. Quincas, Jarauá).

A família de José Pinho festejava São Sebastião, em janeiro, e continuou a celebrar depois que mudou para Prainha.

“São Sebastião desde Portugal que era ele que era festejado. Todos os anos festejava. Não passava um ano, 20 de janeiro (...). Eu lá em Portugal, lá nós tinha um barracão que era grande, que meu filho comprou (...). Quando eu morava no Portugal que eu tinha casa pra festejar, não me importava de festejar. Quem quisesse ir pra lá ia. Festejava por causa de promessa” (D. Quincas Jarauá).

As causas do abandono do povoado e que levaram ao seu desaparecimento são ambientais, mas os narradores também apontam outras causas.

“Não, a terra não caiu. Agora, era um lugar baixo... Era qualquer enchente, não tinha essa enchente que desse que ela não fosse pro fundo... Então os assoalhos das casas eram altos. E no mais, eles se desgostaram por isso, eu creio que foi assim. Mas era bonito aquele lugar. Em Colômbia foi porque fechou o paraná” (Joaquim Andrade, Nova Betânia).

“É porque a terra é baixa, tudo é terra baixa. Em Portugal as casas tinham umas canelonas que devia ter bem uns três metros de altura e ainda ia pro fundo o assoalho. Era só mesmo um ponto piscoso. Quando decaiu a pesca se evadiu todo mundo” (Mário Cavalcante, Tefé).

“Nós saímos porque alagava muito fundo lá onde nós morava. O porto de lá numa época dessa (começo de março) já tá alagado. A gente tinha que procurar uma terra mais alta, né. E a gente achou que aqui era melhor devido a terra ser alta, a gente podia criar, podia plantar. A água vinha e não alagava tudo” (Fernando de Castro Marinho, Jarauá).

“Nós morava ali, no Portugal, dali nós viemos pra cá de novo (...) porque ficava muito feio o caminho no inverno. O cabra remava que “Deus” o livre. Quando ficava na cheia tinha uma baixa assim que carecia botar ponte pra passar por cima, e eu não tive mais condição de morar aí. De lá passemos pr’ali pra praia do meio, Prainha, mas tava ficando muito feio. Eu saí porque eu não tinha mais pra onde ir mesmo, e tava caindo, tava caindo” (D. Quincas, Jarauá).

Sobre a data de extinção do povoado:

“Portugal deve ter acabado em 60, quando o velho morreu. Um genro dele ainda passou uns três a quatro anos, mas sozinho e depois se retirou e foi pro Jarauá” (Mário Cavalcante, Tefé).

“De lá já veio esse morador novo, esse meu irmão, Raimundo Rodrigues, que morava lá no Portugal onde nós morava, depois passou pra cá. Nós morava tudo lá, ele passou pra cá daí estive uns 4 ou 5 anos por aí, ele e o genro dele, mas acho que debandaram todos, foi embora todos e ficou só isso aqui; porque ele morreu e a família foi embora pra outro lugar” (D. Quincas, Jarauá).

A família Pinho mudou para Prainha e depois para Jarauá onde residem até o presente.

“Nós plantava ali no outro lado, naquela ilha ali do meio, ilha da Prainha. Quando nos viemos de lá de Portugal nós ficamos aí nessa praia. Moremos um ano e pouco lá” (Fernando de Castro Marinho, Jarauá).

“Aconteceu que o homem morreu também de lá, né, e lá eles abandonaram o lugar e passaram aqui pra Prainha; foi o tempo que saíram também de lá e passaram pro Jarauá” (Roberto Gomes, Nova Colômbia).

6. Boca do Maiana

NARRADORES: *Francisco Soares (São José), Alfredo Carvalho (Vila Alencar), Mário Cavalcante (Tefé), Joaquim Martins (Boca do Mamirauá).*

O povoado Boca do Maiana estava situado na entrada do Paraná do Maiana, próximo ao ponto onde este se encontra com o cano do lago Mamirauá. A história de sua formação e extinção está estreitamente relacionada com a história do povoado Boca do Mamirauá. Os narradores destacaram uma grande mobilidade de famílias nesse povoado que se deve principalmente a fatores ambientais.

"Porque a terra não tem capacidade. Porque é só um capinzal horrível, que não prospera nem a batata. A área é cheia de capim que não dá tempo do povo plantar, e também é baixa, não dá tempo pro plantio. Aí o pessoal procura uma terra melhor pra trabalhar" (Francisco Soares, Sítio São José).

"É porque a água é muito grande, enche, fica fundo e fracassa tudo. E o pessoal vai embora. A maioria tá tudo em Tefé" (Alfredo Carvalho, Vila Alencar).

Os ex-moradores de Boca do Maiana eram famílias que trabalhavam na região do lago Mamirauá, vendendo sua produção aos diferentes patrões que existiram em Boca do Mamirauá. Há referências de uma mobilidade de famílias deslocando-se entre os povoados de Vila Alencar e Boca do Maiana. Na época que Milton Nogueira morou na Boca do Mamirauá, Boca do Maiana era um local de criação de gado.

"Era um campo grande de criação de gado e de moradia, tinha bem umas dez casas. Eu conheci casas ali já pro fim do mandato dos arigós (José Martiniano), foi quando começou gente a se mudar pra lá. Mas o Zé Arigó já tinha saído, já era no tempo do Milton Nogueira que se mudou pra lá o Joaquim Martins e o José Américo. E teve outras casas, uma porção de casas. Tinha também um restinho de gado que a companheira do Milton pegou, que o cunhado deu pra ela, ela botou pra esse Américo, que é irmão dela, tomar conta" (Mário Cavalcante, Tefé).

Lá também morava Maria da Conceição dos Santos, tia de Joaquim Martins e também conhecida como Chata, e seu filho Gustavo Martins. No Mamirauá morava a família de Agnaldo Fonseca, mas no outro lado do cano do lago Mamirauá.

"Lá era um campo grande e ele morava num flutuante. Depois os filhos cresceram e começaram a trabalhar e ele foi embora pra Tefé, e depois teve um derrame que na terceira recaída morreu" (Mário Cavalcante, Tefé).

Com a saída de Milton Nogueira, que acabou com o comércio e foi embora para o Ceará para tratar da saúde, outras famílias também foram embora. Algumas mudaram

para Tefé, outras para a Vila Alencar. Somente permaneceu em Boca do Maiana a família de Maria da Conceição dos Santos, a Chata. Depois que ela foi embora e a Boca do Maiana ficou muitos anos sem ter moradores.

“E no Mamirauá só tinha uma família depois que o Arigó, Milton Nogueira, foi embora. Era a família conhecida como Chata, era minha tia. O nome dela era Maria da Conceição, que morava com o filho Gustavo. Depois que ela foi embora, pra Barreira das Missões no lago de Tefé, ficou esse lugar aqui uns 20 anos sem ninguém” (Joaquim Martins, Boca do Mamirauá).

Em 1980, a família de Américo dos Santos saiu de Vila Alencar para morar em Boca do Maiana. Ele saiu de Vila Alencar porque as terras de lá eram muito baixas e ficavam alagadas com facilidade durante as cheias. Outras famílias também saíram de Vila Alencar para morar em Boca do Maiana.

“Em 80 nós viemos morar no Maiana, e lá só tinha duas famílias, um primo meu Américo, e o Luís Peruano, que morava mais abaixo. Eram três famílias no Maiana, e depois chegou o Simeão, em 87, que veio do Juruamã e veio morar aí. Morou uns dois anos aqui. Eu fiquei lá na Boca do Maiana uns sete anos, e o Mamirauá passou 20 anos esse lugar desabrigado, sem ninguém. Depois que o Américo foi embora do Maiana pra Alvarães, ficou só nós aqui” (Joaquim Martins, Boca do Mamirauá).

7. Sítio do Promessa

NARRADORES: *Sebastião Neves (Tapiira), José Coelho (Vila São José), Osmundo Neves (Tapiira).*

Os primeiros moradores de Sítio do Promessa pertenciam à família de Francisco Neves, que chegou ao local em 1946. Esta família havia saído do povoado São José do Tapiira, localizado na margem oposta do rio Japurá.

“Em 1946 foi aberto esse lugar pelo meu pai, Francisco Neves. Em 1949 passou-se pra cá a irmã dele Amélia Neves e Tomé de Souza (...). Vinham do Tapiira, São José do

Tapiira do outro lado de lá. Tinha uma escola lá por nome São José do Tapiira. Eles saíram de lá porque alagava muito e acabava com tudo” (Sebastião Neves, Tapiira).

Anos depois, em 1963, chegaram outros moradores, que também eram parentes de Francisco Neves.

“Depois dessa família chegaram mais moradores: seu Álvaro, Osmundo Neves, Edgar Cavalcante, Pascoal dos Santos, Manoel dos Santos, Raimundo Pascoal. Eles chegaram no ano de 1963 tudo de uma vez (...). Vinham de Coari e outros do Tapiira” (Sebastião Neves, Tapiira).

A população de Sítio do Promessa vivia da agricultura, plantação de roças de mandioca, milho, arroz e feijão. Alguns trabalhavam como vaqueiros para Milton Nogueira, comerciante de Boca do Mamirauá. Outras pessoas, no entanto, faziam trabalhos sazonais pois trabalhavam na coleta da castanha na região de Santo Izidório, no rio Solimões, cujo “fábrico” ia de janeiro a maio; ou trabalhavam na extração da borracha, no alto rio Japurá. Muitas pessoas também viviam da pesca, pois nessa época havia fartura de peixe. Eles possuíam “patrões” em Alvarães, cujo principal comprador era Manoel Gonçalves. Essa produção era exportada para Manaus e Belém. Algumas famílias faziam criação de gado.

“Tinha muito peixe naquele tempo. Era mais farto e trabalhavam muito em roça. Eu sempre trabalhei em roça. Mas a pesca era mais fácil naquele tempo. Tinha mais produção” (Sebastião Neves, Tapiira).

Em Sítio do Promessa havia uma escola. E, mesmo não tendo Igreja, as pessoas festejavam São José, que era o padroeiro local. No ano de 1965, após a criação da Escola Radiofônica do MEB em Tefé, foi organizado um curso de alfabetização para acompanhar as aulas pelo rádio, e tiveram vários monitores. No ano de 1968 foi extinta a Escola Radiofônica.

“Em 1963 foi fundado a Rádio de Educação lá de Tefé e teve vários monitores aqui: Xenofonte de Souza, Osmundo Neves, Zé Marinho, Evilásio Lopes e o último fui eu. Depois que a escola terminou em 73, nós saímos. Eu fui pra Tefé. Em 70 isso aqui era uma fazenda muito bonita. Era do seu Milton Nogueira. Tinha 300 cabeças de gado aqui. Isso era um campo que ia bater lá no Mamirauá” (Sebastião Neves, Tapiira).

A partir dos anos 70 começou a ocorrer a dispersão das famílias, data que coincide com a falência do comércio e da fazenda de gado de Milton Nogueira, de Boca do Mamirauá. Em 1973, Sebastião Gonçalves Neves foi embora com a família para Tefé, para que os filhos continuassem a estudar. Outras famílias também foram saindo aos poucos.

“O Tomé de Souza foi pro Rio Branco; o Osmundo agora mora no Tapiira, aqui do outro lado do rio, e o Xenofonte também tá no Rio Branco. E as outras famílias se retiraram, uns foram pra Manaus e se espalhou tudo. E eu também fui pra Manaus e depois voltei e vim pra Tefé” (Sebastião Neves).

“Depois que seu Milton foi embora pro Ceará nós fomos pra Tefé e depois foi que chegou esse pessoal do seu Roque (José Coelho). Antes dele chegou seu Bernazildo. O último morador daqui (Sítio do Promessa) foi Bernazildo” (Sebastião Neves).

Outra versão fala que um dos últimos moradores foi Deusuite Neves, que era regatão e possuía um comércio em sua casa, com muitas mercadorias. Em 1980, ele fez uma viagem para Tefé e quando voltou haviam queimado sua casa e toda a mercadoria. Por esse motivo, nesse mesmo ano ele mudou-se para Tefé. O local onde estava localizado Sítio do Promessa ficou aproximadamente quatro anos sem ter moradores. Em 1990, José Gonçalves Neves, filho de Sebastião Neves, resolveu fazer uma roça passando a morar num isolado. Logo depois, veio o seu pai, Sebastião Neves, também de Tefé. Em 1991 foi formado o povoado Vila São José.



Foto: Edna Alencar

Moradores da comunidade de Boca do Mamirauá.



Foto: Edna Alencar

Moradores da comunidade de Boca do Mamirauá.



Foto: Edna Alencar

Moradores da Vila São José.



Foto: Edna Alencar

Moradores da comunidade de Nova Colômbia.



Foto: Edna Alencar



Comunidade de São Raimundo do Jarauá – Dona Quincas com seus filhos e netos.

Referências

- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em historia oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALENCAR, Edna Ferreira. Estudo da ocupação humana e mobilidade geográfica de comunidades rurais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – RDSA. **Relatório Final**. Santarém: IDSM, 2007.
- ALENCAR, Edna Ferreira. **Terra caída: encanto, lugares e identidades**. 2002. 245f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, Brasília, 2002.
- ALENCAR, Edna. **Memórias de Mamirauá**: histórico da formação de 19 localidades na região do Médio Solimões, Am. Tefé: Sociedade Civil Mamirauá, 1994. Mimeo.
- AYRES, José Márcio. **As matas de várzea de Mamirauá**. Brasília: SCM-MCT/CNPq, 1996.
- AYRES, J.M., MOURA, E.F., LIMA-AYRES, D. de M. (1994). Estação Ecológica Mamirauá: o desafio de preservar a várzea na Amazônia. In: **Trópico em Movimento: alternativas contra a pobreza e a destruição ambiental no trópico úmido**. Belém: UFPA, POEMA
- BATES, Henry Water. **Um naturalista no rio Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e a história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, v.1).
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Oeiras: Celta Editora, 1999. 119p.
- CUNHA, Manuela C. da; ALMEIDA, M. B. de (Orgs.). **Enciclopédia da floresta**. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. p. 107.
- DRUMMOND, J. Carlos. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.
- FAULHABER, Priscila. 1997. A reinvenção da identidade indígena no médio Solimões e no Japurá. In: **Anuário Antropológico/96**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro.
- FAULHABER, Priscila B. 1998. **O lago dos espelhos: etnografia do saber sobre a fronteira em Tefé/Amazonas**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

GEERTZ, Clifford. O senso comum como um sistema cultural. In: **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis : Vozes, 1997.

GOW, Peter. Land, Paper and People in Western Amazônia. In: HIRSCH, Eric; O'HANLON, Michael (Eds.). **The Anthropology of Landscape: perspective on Place and Space**. Clarendon: Oxford University Press, 1995.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LIMA, Deborah de M.; ALENCAR, Edna F. **A Lembrança da História: identidade, ambiente e memória social na várzea do médio Solimões, AM**. Paris: Lusotopie, 2001.

LIMA, Deborah de Magalhães; ALENCAR, Edna Ferreira. Histórico da Ocupação Humana e Mobilidade Geográfica de Assentamentos na Várzea do Médio Solimões. In: TORRES, Haroldo; MONTEIRO, Heloisa (Eds.). **Populações e Meio Ambiente**. Brasília: SENAC; Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 2000. p. 133-161.

LIMA-AYRES, Deborah. 1992. **The Social Category Caboclo: History, Social Organization, Identity and Outsider's Social Classification of the Rural Population of an Amazonian Region (the middle Solimões)**. Dissertação de Doutorado, Universidade de Cambridge, Inglaterra.

LITTLE, Paul E. **Espaço, memória e migração**. Por uma teoria da reterritorialização. Brasília: UnB/Departamento de História, Universidade de Brasília, 1994. (Textos de História, v. 2. n. 4.).

MEGGERS, Betty J. **Amazônia: a ilusão de um paraíso**. Tradução de Maria Yedda Linhares. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1987.

OLIVEIRA, Adélia E. de. Ocupação humana. In: SALATI, Eneas; JUNK, Wolfgang; SCHUBART, Herbert, OLIVEIRA, Adélia de (Eds.). **Amazônia: Desenvolvimento, Integração e Ecologia**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1983.

OLIVEIRA NEVES, L. J. de. A ocupação do Juruá indígena. In: **137 anos de sempre: Um capítulo da história kanamari do contato**. (Dissertação de Mestrado) - Florianópolis, UFSC, p. 46-75, 1996.

POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. (Série Estudos Históricos).

RAMOS, Alcida R. 1990. **Memórias Sanumá: espaço e tempo em uma sociedade Yanomami**. Brasília: UnB; São Paulo: Marco Zero.

RIBEIRO, Berta. **Amazônia Urgente: cinco séculos de história e ecologia**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SCM/CNPq/MCT. **Mamirauá**: Plano de Manejo. Brasília: SCM; CNPq/MCT. Manaus: IPAAM, 1996. 96 p.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: História Oral e estudos de migração. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 22, n.44, 2002.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a Memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. In: **Projeto, História**. São Paulo: PUC/SP, 1997.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: Amado, Janaina; Ferreira, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996. p. 65-92.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

WEINSTEIN, Barbara. **The Amazon Rubber Boom**. Stanford: Stanford University Press, 1983.

WOSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.



Edna Ferreira Alencar

É graduada em História, com Mestrado e Doutorado em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Brasília (2002). Atualmente é professora da Universidade Federal do Pará, atuando junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS).

É Pesquisadora Colaboradora do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá/MCT, e desde os anos 1990 tem realizado pesquisa junto as populações residentes na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, e nos últimos anos com populações residentes na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, ambas administradas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá/MCT.